

MARCOS ALEXANDRE DE MELO SANTIAGO ARRAES

**TRAMAS DO OLHAR: AMERICANISMO, GUERRA FRIA E A
EMERGÊNCIA DE UM NOVO REGIME VISUAL NO BRASIL
ENTRE 1945 E 1964.**

Tese Submetida ao
Programa de Pós-
Graduação em História
da Universidade Federal
de Santa Catarina com
vistas à obtenção do
Grau de Doutor em
História.

Orientador: Prof. Dr.
Waldir José Rampinelli

FLORIANÓPOLIS
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Arraes, Marcos Alexandre de Melo Santiago
Tramas do Olhar : Americanismo, Guerra Fria e a
emergência de um novo regime visual no Brasil entre 1945-
1964 / Marcos Alexandre de Melo Santiago Arraes ;
orientador, Waldir José Rampinelli - Florianópolis, SC,
2015.
230 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. História. 3. História das Américas. 4.
Cultura Visual. I. Rampinelli, Waldir José. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em História. III. Título.

Para as mulheres pilares da minha existência: Maria Regina Pimentel (in memoriam), Maria Regina de Melo, Ana Karenina e Grazielle.

Agradecimentos

Esta parte é sempre a mais fácil e a mais difícil para mim. Também a mais esperada; a que imaginei e com a qual sonhei desde os primeiros momentos desta jornada que se aproxima de sua conclusão. A facilidade vem do sentimento de liberdade: das normas, dos sentimentos. A dificuldade das mesmas razões. A constância da escrita acadêmica faz com que, por vezes, a poesia, por mim tão apreciada, me escape das mãos. E os sentimentos... ah, esses eternos antagonicos. As coisas do coração nunca pulsam em vão. E vão trazendo em seu caminho todas as emoções que me fazem eu. A menor delas, mas a mais incômoda, o medo. Medo de ser injusto... de que a memória falhe em nomear aqui alguém entre tantas pessoas que tornaram esse trabalho possível.

Essa tese é sobre imagens. E é com elas e por elas que escrevo essas linhas. A imagem minha, particular, que tenho de todas essas pessoas com quem tive a sorte dos bons encontros, da convivência e da apropriação. Sim, são todas minhas, porque imagens, representações de seres infinitos, mas não por isso, menos reais ou verdadeiras.

Começo por agradecer minha linda e amada esposa Grazielle. Esse foi um projeto vivido a dois, pelo qual partilhamos alegrias, anseios, receios, angústias, e tantos outros sentimentos juntos. Ela foi (e é!) o sorriso e o ombro em todos os momentos. A ela, meu constante obrigado por seu poço infindável de compreensão, sabedoria e amor.

Agradeço a minha família, raiz mais profunda de mim. Ao meu pai, José Arraes, de quem adquiri o prazer pelo saber e tantas outras coisas, e que sempre, mesmo quando em silêncio, torceu, vibrou, incentivou em todos os passos. À minha mãe, Regina, quem sempre me apoiou em todas as decisões e possibilitou os melhores caminhos na minha jornada da vida, com sua parceira, carinho, paciência, saber... enfim, por ser ela. À minha irmã, Ana, parceira de todas as jornadas, fonte de eterna inspiração e constante ternura e conforto. Ao meu irmão, Luciano, quem sempre, com sua sagacidade, perícia, proporcionou apoio nos momentos mais necessários. Ao cunhado Carlos Henrique, pela graça, riso e incentivo. À cunhada Luciana pela torcida e apoio. A sobrinha e aos sobrinhos por suas fofuras. À tia Coeli, de quem sempre recebi carinho, compreensão, guarida e quem, junto com Oscarlino (in memoriam), sempre me incentivou na leitura e escrita. Meu eterno obrigado a ambos por isso e tanto mais! Ao tio Fernando, pela calorosa acolhida e inspiradoras conversas durante as pesquisas no Rio de Janeiro. À tia Cacá, pelos constantes incentivos. À minha avó Regina (in

memoriam) e sua força implacável, a quem devo parte do que sou, não apenas meu muito obrigado pelo colo confortante, carinho e amor incondicionais e por tudo o mais o que me fogem as palavras, mas também minhas eternas desculpas pela distância e ausência que as escolhas acadêmicas causaram. As lágrimas dela de saudade ao telefone, agora são minhas... e eternas.

Meu muito obrigado também à família de escolha, que logo acolhi e tive a sorte de também ser acolhido. Ao meu sogro Luiz por sua paciência, apoio e presença sempre. À minha sogra Kátia, que, com sua calma e introspecção, sempre acha uma forma de nos confortar e ajudar, da mesma forma que os cunhados Eduardo e Diego.

Agradeço também aos amigos, com os quais tive os necessários momentos de alegria e vitalidade quando a escrita parecia ser uma reclusão da vida. Ao Flavinho, companheiro de todas as jornadas acadêmicas e não acadêmicas, irmão para toda a vida. Aos distantes, mas sempre presentes Romildo, Andrea, Daniel Forbes e Carolita. À Márcia Alencar, pelo ouvido atento, palavras certas e poderes quase mágicos. Ao Xará e parceiro Marcos Montysuma e à Roselane. Aos companheiros de todos os copos e conversas, Daniel Oliveira, Rodrigo Campos, Rodrigo Mota, Gustavo, Jackson, Adriano, Thiago, Francine, Viviane, Pérsio, Marcelo Alves, Kátia, André, Renata e César. Em especial, à Vivian pela constante acolhida, paciência com minha constante presença em busca de saídas, conforto e livros, e ao Paulo, por representar tudo o que a verdadeira amizade significa para mim. O verdadeiro chão familiar que consegui encontrar em terras alheias.

Aos amigos “californianos” Guilherme, com quem as conversas sempre foram ao mesmo tempo divertidas e inspiradoras; Lilian, Shivendu, Rodolfo e Kendy. Também aos professores e amigos Leo Chavez e Catherine Liu, quem, além de proporcionar grandes ganhos e progressos acadêmicos, nos acolheram com carinho na difícil fase de adaptação a uma nova cultura.

Não menos importante nessa jornada foram os mestres, aqui mais que um título, mas um importante papel que desempenham socialmente. Por isso, sou constantemente grato à Fátima Piazza e à Maria Bernardete, que sempre acreditaram e incentivaram minhas trajetórias de pesquisa e de quem tive a sorte de ser aluno. Ao orientador Waldir Rampinelli pelas leituras sempre atentas, sugestões e apoio em todas as minhas decisões na jornada de escrita deste trabalho. À Joana Maria Pedro e ao Henrique Espada pelas aulas de teoria e metodologia que muito contribuíram e vêm contribuindo para minha compreensão da

história. À Eunice e a todos os funcionários e funcionárias do PPGH por ter proporcionado tranquilidade nessa caminhada com o apoio institucional desde a entrada no curso de doutorado.

Agradeço também ao Márcio Voigt e João Klug pela aposta, incentivos e assessorias na vida docente.

Por fim, agradeço também à Capes e à Comissão Fulbright pelo suporte financeiro que permitiu a pesquisa e escrita dessa tese e a fundamental experiência da vivência no exterior.

RESUMO

O presente trabalho é um estudo sobre o período da Guerra Fria no Brasil. No entanto, longe de ser mais uma narrativa sobre os arranjos políticos que levaram a divisão do mundo em duas esferas de influência, ele se propõe a renovar a interpretação desse período histórico a partir de novos vieses, tirando-o de sua relativa homogeneidade. Assim, buscar-se-á entender, a partir de um suporte teórico-metodológico de diversas ciências humanas para o estudo das imagens, como a construção de uma comunidade imaginada ocidental se deu a partir de disputas culturais no plano imagético. Para tanto, serão avaliados os acontecimentos que permitiram a emergência de um novo regime visual e seus reflexos nas possibilidades de construção de identidades e subjetividades coletivas no Brasil no período do pós-Guerra.

PALAVRAS CHAVE: Imagens, Regime Visual, Guerra Fria, Americanismo.

ABSTRACT

The actual work is a study of the Cold War period in Brazil. However, far from being another political narrative about the arrangements that led to a division of the world in two separate areas of influence, it proposes a new interpretation of this historical period from a new perspective, trying to place it away from its relative homogeneity. Thus, the focus will be to use a varied visual studies theoretical and methodological support to understand how the construction of a Western imagined community was made from a cultural clash on the image. Therefore, it will start from the analysis of the events that led to the emergence of a new visual regime and its effects on the possibilities of construction of identities and collective subjectivities in Brazil in the post-War period.

KEYWORDS: Images, Visual Regime, Cold War, Americanism.

Lista de Imagens

Imagem 1 - Fonte: Google Imagens	36
Imagem 2 - Fonte: marshallfoundation.org	45
Imagem 3 - Fonte: Google Imagens.	63
Imagem 4 - Fonte: <i>Seleções do Reader's Digest</i> . 08-1942. ...	76
Imagem 5 - Fonte: Google imagens.	95
Imagem 6 - Fonte: Rodeghero, <i>Op. Cit.</i>	96
Imagem 7 – Fonte: Google Imagens.	104
Imagem 8 – Fonte: Library of Congress	105
Imagem 9 – Fonte: Google Imagens	106
Imagem 10 – Fonte: Google Imagens.....	111
Imagem 11 – Fonte: <i>Manchete</i> - 03-05-1952	130
Imagem 12 – Fonte: <i>Manchete</i> - 05-07-1952	132
Imagem 13 – Fonte: <i>Manchete</i> - 17-05-1952	133
Imagem 14 – Fonte: <i>Manchete</i> - 17-05-1952	136
Imagem 15 – Fonte: <i>Manchete</i> - 19-07-1952	138
Imagem 16 – Fonte: <i>Manchete</i> 05-07-1952	139
Imagem 17 – Fonte: <i>Manchete</i> - 26-07-1952	140
Imagem 18 – Fonte: <i>Google</i> Imagens.....	159
Imagem 19 – Fonte: <i>Manchete</i> - 24-05-1952	164
Imagem 20 – Fonte: acervo pessoal	172
Imagem 21 – Detalhe da imagem anterior	173
Imagem 22 – Fonte: <i>Manchete</i> - 17-05-1952	187
Imagem 23 – Fonte: <i>Manchete</i> - 10-05-1952	190
Imagem 24 – Fonte: <i>O Cruzeiro</i> - Outubro de 1950.....	193
Imagem 25 – Fonte: <i>O Cruzeiro</i> - Março de 1951.	194
Imagem 26 – Fonte: <i>Manchete</i> – 21-03-1959.....	196
Imagem 27 – Fonte: <i>O Cruzeiro</i> - 5-05-1962.	199
Imagem 28 – Fonte: <i>O Cruzeiro</i> - 06-11-1948	203
Imagem 29 – Fonte: <i>Manchete</i> – 03-1959.....	208

Lista de Abreviaturas

ABC – American Broadcasting Company
BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CBS – Columbia Broadcasting System
CCF – Congress for Cultural Freedom
CIA – Central Intelligence Agency
EUA – Estados Unidos da América
FBI – Federal Bureau of Investigation
FCC – Federal Communications Commission
FMI – Fundo Monetário Internacional
HUAC – House of Un-American Activities
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MIT – Massachusetts Institute of Technology
NATO – North Atlantic Treaty Organization
NBC – National Broadcasting Company
OCIAA – Office of The Coordinator of Inter-American Affairs
ONU – Organização das Nações Unidas
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RCA – Radio Corporation of America
UDN – União Democrática Nacional
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USA – United States of America
USC – United States Congress
USIA – United States Information Agency

Sumário

INTRODUÇÃO 13

GUERRA FRIA: CAMINHOS PARA UMA HETEROGENEIDADE DO CONCEITO E OS REFLEXOS DO PERÍODO NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO REGIME VISUAL NO BRASIL 26

- 1.1 HISTORIOGRAFIA E HOMOGENEIDADE DO CONCEITO DE GUERRA FRIA 26
- 1.2 PERCURSOS ALTERNATIVOS 32
- 1.3 INTERLÚDIO 58
- 1.4 RELAÇÕES BRASIL – ESTADOS UNIDOS: A CONSTRUÇÃO DE UM PARADIGMA 60

DIÁLOGOS IMAGÉTICOS: RESSONÂNCIAS DO ANTICOMUNISMO NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS 79

- 2.1. HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DO ANTICOMUNISMO NO BRASIL 80
- 2.2. IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DO ANTICOMUNISMO NO BRASIL 86
- 2.3. *THE RED MENACE* – O ANTICOMUNISMO À MODA ESTADUNIDENSE 98
- 2.4. ENTRE O DESEJO E A AÇÃO: PARTICULARIDADES DA PRÁTICA DE COMBATE AO COMUNISMO NO BRASIL EM FACE AOS ESTADOS UNIDOS 107

TRAMAS DO OLHAR: AMERICANISMO, GUERRA FRIA E A EMERGÊNCIA DE UM NOVO REGIME VISUAL NO BRASIL ENTRE 1945-1964 120

- 3.1. IMAGENS DA MUDANÇA 121

3.2. SOB OS AUSPÍCIOS DO T(ER)V(ER): A VIDA ENQUADRADA EM UMA TELA.	143
3.3. A LIBERDADE NÃO É GRATUITA	169
3.4. “O QUE É BOM PARA OS ESTADOS UNIDOS, É BOM PARA O BRASIL”	185
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>209</u>
... O PRESENTE COMO JUSTIFICATIVA...	213
... POR FIM, DEVANEIOS PRESENTISTAS...	214
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	<u>220</u>

Introdução

“Excepcionalismo americano”. Assim Alexis de Tocqueville definiu, no volume 1 de *Democracia na América*, a existência de uma distinta e excepcional ordem social nos Estados Unidos da América no Século XIX. A partir de sua impressão do desenvolvimento da democracia e liberdade naquele país, esse autor imaginou uma liderança do que considerou “excepcional” cultura em todo o mundo num futuro próximo.¹ Para além dos usos (e abusos!) posteriores dessas ideias, que serviram de amparo à consolidação de mitos nacionais e deram suporte a ações expansionistas estadunidenses², o fato é que a história mostrou serem elas de uma certa previsibilidade.

Após a definição dos limites nacionais de seu território, os Estados Unidos iniciaram uma expansão de sua esfera de influência para o sul do continente americano através dos meios militar, econômico, político e, principalmente, cultural. Dessa forma, seriam definidas as bases do relacionamento entre os países do continente e marcada a história de muitas, senão de todas, as nações ao Sul do Rio Grande³ ao longo dos séculos XIX e XX.

Hoje, todas as grandes cidades do Ocidente, em especial na América Latina, convivem diariamente com textos e imagens que são comumente associadas aos Estados Unidos. Ao acordar, escovar os dentes, tomar café, pegar o transporte – seja ele ônibus, carro, bicicleta ou mesmo a pé – chegar ao trabalho ou universidade, enfim, todas essas tarefas cotidianas estão saturadas de *americanismos*. Se aproximarmos um pouco mais o foco, perceberemos que as imagens sobressaem-se aos textos. Elas estão em toda a parte: desde a logomarca estampada no

¹ Alexis de Tocqueville. *Democracia na América*. Volume 1. IN: RAWLINSON, Mark. *American Visual Culture*. Oxford: Berg Publishers, 2009, pp. 2.

² O discurso do Excepcionalismo Americano foi endossado em muitos mitos nacionais, como o *Destino Manifesto*, que fundamentou a conquista de territórios a Oeste das 13 colônias. A discussão a respeito do expansionismo e dos mitos estadunidenses será feita ao longo dos capítulos.

³Referência ao rio que limita o território estadunidense em sua porção Sul, separando este país do México. O mesmo rio é recebe o nome de Rio Bravo pelos mexicanos.

creme dental ao grande letreiro ou *outdoor* fincado nas esquinas de nosso trajeto. Vivemos, portanto, sob um domínio das imagens.

Tendo, portanto, despertado para esse acontecimento, busquei dotá-lo de historicidade e percorrer os caminhos discursivos que o tornaram possível. Reunindo esses dois domínios, o da imagem e o da cultura estadunidense, procurarei aqui entender como e através de quais mecanismos um novo regime visual, fortemente embasado pela ordem visual estadunidense, emergiu no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, refletindo-se em todo o mundo ocidental, incluindo o Brasil. Irei, portanto, perseguir alguns meandros dessa cultura que fascinou Tocqueville e alcançou em nossa época uma projeção global, condensando alguns de seus aspectos sob o conceito de *americanismo*.

Aqui vão algumas ressalvas conceituais. Estou entendendo o *americanismo* enquanto uma formação discursiva condensada, que contém em si muitos outros discursos, entre eles o de *democracia*, *liberdade*, *propriedade*, *progresso*, *trabalho*, todos adequados à concepções estadunidenses e fazendo parte de um imaginário do que seria a vida e cultura daquele país. Ora, enquanto discurso, essa ideia é uma construção parcial na qual estão permeados saberes e poderes diversos, passíveis de recortes e embates. Isso não significa que ela só exista enquanto conceito ou não tenha reflexos no que chamamos de realidade, ao contrário, é nela que ela se efetiva e produz seus efeitos. Vale ressaltar que, tal como a ideia do Excepcionalismo americano, o *americanismo* não é uma essência, algo imanente à cultura estadunidense. Aliás, melhor seria falarmos em culturas estadunidenses, visto que a sua singularização também implica em uma discursividade. Em última análise, estou procurando dizer que não há, enquanto algo natural, evidente homogêneo e universal, uma cultura estadunidense e, logo, um *americanismo* ou mesmo uma “excepcionalidade americana”. Todos são construções discursivas nas quais estão presentes poderes e saberes diversos.

Há algum tempo na academia brasileira tornou-se lugar comum referir-se a Michel Foucault ao usar os conceitos de discurso, formação discursiva e poder. Apesar do incômodo do modismo, que muitos acusam, com razão, de leviandade, não irei fugir a essa quase regra de referência, pois continuo acreditando na riqueza e potência da obra deste autor. Portanto, é com base em suas obras iniciais como *A Arqueologia do Saber*, *A Microfísica do Poder* e *As palavras e as coisas*, entre outras coletâneas mais recentes, como *Ditos e Escritos* e *História da*

Sexualidade, que estou me pautando aqui para fazer uso dos conceitos acima referidos e outros que ainda serão trabalhados.

Uma questão que a essa hora já deve estar circundando o leitor é o uso aparentemente indiscriminado dos adjetivos pátrios para referência àqueles que nascem nos Estados Unidos da América, já tendo sido utilizados aqui *americano(a)(s)* e *estadunidense(s)*. No entanto, há uma razão para tal. A minha opção neste texto será invariavelmente por este último adjetivo e suas variações. Trata-se de uma escolha subjetiva e política. Como Cecília Meireles – “Ai palavras, que estranha potência a vossa”⁴ –, acredito que a palavra jamais é neutra, estando sempre permeada por relações simbólicas e de poder. Nesse caso específico, explicitarei em pesquisa anterior⁵ tais relações, mostrando com mais detalhes a interação dos usos do adjetivo *american(s)* na história dos Estados Unidos em seu expansionismo pelo continente.

[...] [Nos Estados Unidos] a história desse vocábulo sofre mudanças a partir de meados do século XIX, quando da afirmação da *Doutrina Monroe*, que, na tentativa de frear o interesse colonial europeu nas Américas, pregava: “as Américas para os Americanos”. Essa doutrina decretava, então, que os assuntos internos ao continente caberiam ao próprio continente resolver e que ficava sob a responsabilidade dos Estados Unidos a vigilância para a correta aplicação dessa Lei. A partir de então, as atitudes da política externa daquele país aliada a uma dizibilidade do que seria a América ideal, apregoada, por exemplo, no *Destino Manifesto*,

⁴ MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

⁵ ARRAES, Marcos A. M. S. *Discursos sedutores: a difusão cultural estadunidense e um novo paradigma do moderno no Recife (1940-1946)*. Dissertação (mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Recomendo também a leitura do texto *Apenas Estadunidenses*, de Mário Maestri. Trata-se de uma crítica a artigo de Demétrio Magnoli, onde, segundo Maestri, ele acusa, de antiamericanos aqueles que recusam a aplicação do adjetivo pátrio relativo ao continente aos nascidos em solo estadunidense. Disponível para consulta em http://www.espacoacademico.com.br/046/46ccarboni_maestri.htm. Último acesso em 24/04/2013.

passou a dar a conotação ao termo *americano* de ser referência exclusiva ao seu país. Inexiste na língua inglesa termo diferente de *american* para designar o cidadão nascido ou fazer referência a algo que seja relativo aos Estados Unidos da América. Esse é o termo oficial... e único! No Brasil, no entanto, percebi que, até o início da década de 1940, o termo *americano* aplicava-se, em sua maioria das vezes, a todos àqueles ou a tudo àquilo referente a todo o continente americano, envolvendo, portanto as três Américas. O adjetivo pátrio mais comum para referência aos Estados Unidos era, então, *norte-americano*, mas também aparecendo o termo *estadunidense*. Com o início da propaganda intensiva do *americanismo* no Brasil pelo OCIAA é que passamos a ver mudanças e sua aplicação passa a ser feita indistintamente nas duas conotações, escasseando-se as outras referências.⁶

Portanto, a ocorrência de outros adjetivos se dará quando em citações ou no caso do substantivo *americanismo*, por tratar-se de um conceito. Nesse caso, essa palavra sempre será posta em itálico. Dessa forma, utilizo sua ideia conceitual, já estabelecida academicamente, sem deixar de chamar a atenção para seu teor discursivo.

Como última ressalva, importa trazer aqui uma discussão a respeito do campo da Cultura Visual, por ser um tema mais complexo, não autoevidente, e de relativa novidade na academia brasileira.

Aparecendo pela primeira vez na no ocidente em meados da década de 60, com o livro *Towards a Visual Culture: Educating through television*, de Caleb Gattengo,⁷ o conceito de Cultura Visual provocou inquietações do campo da História da Arte: diante das novas interpretações ocasionadas pela virada cultural em disciplinas afins, buscava-se ampliar o escopo interpretativo das artes para além da

⁶ ARRAES, *Op. Cit.*, pp. 15-16. Algumas instituições e políticas estadunidenses referidas nesse trecho serão discutidas mais adiante no primeiro capítulo.

⁷ Visivelmente entusiasmado com o potencial da televisão ainda em seus primeiros passos, Gattengo procurava destacar a eficácia desse novo meio de comunicação na educação de crianças devido, como procurou demonstrar, ao poder do visual perante a apatia da fala. GATTEGNO, Caleb. *Towards a Visual Culture: educating through television*. New York: Outerbridge & Dienstfrey, 1969.

tradicional e já deficiente divisão entre alta arte e arte popular ou de massa.

Com o crescente interesse e número de pesquisas relacionadas à cultura visual, formou-se, na década de 1980, o campo dos Estudos Visuais enquanto saber institucionalizado e com uma preocupação interdisciplinar já em sua gênese. Diversas disciplinas das humanidades, entre elas a história, história da arte, antropologia, linguística, literatura, cinema, se interessaram pela aliança dos questionamentos trazidos pelo pós-estruturalismo e os estudos culturais com a questão visual.

Defendendo que o saber advém de artifícios da linguagem, a crítica desconstrucionista levou ao abandono da busca da verdade absoluta nessas áreas, e, como resultado da virada cultural, a própria ideia de cultura passou a ser revista, deixando de ser entendida como mero reflexo de processos políticos e econômicos para ser tomada como parte ou mesmo causa desses processos. Nesse contexto, a percepção, enquanto produto da experiência, tornou-se elemento importante das análises nessas áreas de saber e as representações passam a ser estudadas como constituintes de sistemas de construção de sentido que fazem parte de qualquer cultura.⁸

Nesse sentido, ao falar em cultura visual não estou me referindo apenas à estética, mas também, e, principalmente, à cultura que a informa, ao conjunto de saberes e poderes que autorizam a produção imagética de um determinado período.

Claramente, cultura visual refere-se mais que simplesmente às coisas que nós podemos ver, incluindo também os modos através dos quais nós vemos, conhecido como visualidade. Dessa forma, o estudo da cultura visual é tanto a respeito das maneiras pelas quais a visão é e tem sido construída quanto a respeito do que nós vemos, seja em *outdoors*, vitrines de lojas de departamento, obras de arte, revistas ou filmes. Na verdade, a visualidade – a construção do olhar – está intimamente relacionada não apenas a como a como nós damos sentido ao mundo dos objetos

⁸ DIKOVITSKAYA, Margaret. *Visual Culture: the study of the visual after the cultural turn*. The MIT Press, London, 2001.

visuais, mas também, e principalmente, a como esses objetos visuais foram construídos.⁹

Ou seja, trata-se de deslocar o foco das imagens em si, para as condições de sua produção, os saberes, interpretações de mundo que as tornam possível no determinado momento da sua fabricação. Em última instância, tal como a cultura de um modo geral, a cultura visual diz respeito a um conjunto de referências que guiam os hábitos e as práticas visuais de uma determinada sociedade na história.

Entretanto, tal conceito tem gerado bastante discussões entre os acadêmicos da História da Arte, História e do próprio campo institucionalizado dos Estudos Visuais, muitos apontando seus limites explicativos. Posicionando-me nesse debate, acredito que a expressão, apesar de válida, implica, por vezes em algumas simplificações, não abarcando o espectro geral que informa o ordenamento do olhar particular de determinados momentos históricos. Sendo assim, optarei, de forma prioritária, pelo conceito de *regime visual* ou de visualidade, e há uma razão direta para tal.

Por regime, entende-se “um conjunto de regras” ou “regimento”, ou seja, algo que rege, que regula uma coisa, alguém, uma prática, uma sociedade, etc.. É nesse sentido que Michel Foucault, no primeiro capítulo de *Vigiar e Punir*, nos fala de um “regime de verdade”, referindo-se a existência de um mecanismo de produção discursiva que regulava a concepção da verdade nas sociedades europeias nos séculos XVIII e XIX. Ou seja, a palavra regime é tomada em sua noção política, como uma instância reguladora da ideia de verdade em um tempo e espaço definidos.

De forma ligeiramente similar, Francois Hartog faz uso do conceito de regime para definir o que ele chama de *regimes de historicidade*.

Esta noção que estou propondo aqui difere da de época. Época significa, no meu entender, apenas um corte no tempo linear (de que frequentemente se ganha consciência após o fato e bem depois ela pode ser usada como um recurso de periodização). Por regime, quero significar algo mais ativo. Entendidos como uma expressão da experiência temporal, regimes não marcam meramente o

⁹ RAWLINSON, Mark. *American Visual Culture*. Oxford: Berg Publishers, 2009, pp. 6. Original em inglês, traduzido por este autor, assim como doravante todas as traduções deste ensaio.

tempo de forma neutra, mas antes organizam o passado como uma sequência de estruturas. Trata-se de um enquadramento acadêmico da experiência (Erfahrung) do tempo, que, em contrapartida, conforma nossos modos de discorrer acerca de e de vivenciar nosso próprio tempo. Abre a possibilidade de e também circunscreve um espaço para obrar e pensar. Dota de um ritmo a marca do tempo, e representa, como se o fosse, uma "ordem" do tempo, à qual pode-se subscrever ou, ao contrário, e o que ocorre na maioria das vezes, tentar evadir-se, buscando elaborar alguma alternativa.¹⁰

Voltarei aos *regimes de historicidade* como definidos por Hartog no terceiro capítulo desta tese. Por hora, atentemos apenas ao uso do termo *Regime*. Para o autor, ele não se refere a uma especificidade do tempo linear, o que o diferencia da noção de época ou período. O regime toca o nível da experiência dos modos de enquadramento do tempo pelo pensamento, pelo discurso e pelo viver cotidiano, sendo, portanto, mais amplo, abrangente e ativo, como diz o próprio autor.

É, portanto, me apropriando das ideias de Hartog que penso o conceito de Regimes Visuais ou de Visualidade. Eles definem os modos de ordenamento do ver e do olhar, as estruturas que organizam nossas experiências visuais em fraturas específicas da vivência histórica em algumas sociedades. Acredito, com isso, quebrar, ao menos em parte, os limites que envolvem e engessam o conceito de cultura visual.

Outras duas definições que se faz necessário discutir antes de prosseguir são as de *Imaginário* e *representação*. Por imaginário, não estou entendendo a concepção clássica antiga de algo irreal, ilusório, fictício, aquilo que difere da realidade concreta. Ao contrário, me inspiro na tradição mais atual, iniciada talvez, ou melhor, retomada, por Gaston Bachelard, para quem o imaginário refere-se a construções mentais, mas não por isso menos reais. De uma forma direta, o imaginário, tal como estou entendendo neste trabalho, diz respeito a um conjunto de imagens

¹⁰ HARTOG, François. HARTOG, François. *Regime de Historicidade [Time, History and the writing of History - KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996]*. Disponível em: [https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/François_Hartog_-_Regime_de_Historicidade_\(1\).pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/François_Hartog_-_Regime_de_Historicidade_(1).pdf). Último acesso em 28-07-2015.

coletivas que representa a forma de pensar de uma sociedade particular. Daí, porque, muitos falam em *imaginário social*.

Bronislaw Baczko, assinala que é por meio do imaginário que se podem atingir as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades esboçam suas identidades e objetivos, detectam seus inimigos e, ainda, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social se expressa por ideologias e utopias, e também por símbolos, alegorias, rituais e mitos. Tais elementos plasmam visões de mundo e modelam condutas e estilos devida, em movimentos contínuos ou descontínuos de preservação da ordem vigente ou de introdução de mudanças.¹¹

Portanto, o imaginário de fato diferencia-se da real concreto, não sendo dele uma mera cópia e nem um falseamento, mas uma forma de agenciamento do simbólico a partir de imagens. Ele “é composto por um conjunto de relações imagéticas que atual como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade”.¹² Em última instância, ele diz respeito a um conjunto de representações hegemônicas partilhadas culturalmente em uma sociedade, muitas vezes de forma “automática”, imperceptível, e que guiam a tomada de atitudes e a construção de identidades sociais.

Já no conceito de *representação* estou seguindo em parte a tradição antiga como a apresenta Roger Chartier: “a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma ‘imagem’ capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é”.¹³ Disse em parte pois, para tal tradição, representar é o ato de dar “a ver um coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado”.¹⁴ Contudo, não irei considerar a distância do representante e do representado da mesma forma, tomando o primeiro por verdadeiro e o segundo como mero substituto, supondo uma hierarquia do mais verdadeiro entre ambos. No lugar de hierarquizar a verdade entre signo e significante, tomarei o primeiro como uma

¹¹ DE MORAIS, Dênis. Notas sobre o imaginário social e a hegemonia cultural. *Revista Contracampo*. Rio de Janeiro: UFF, N. 1, 1997, pp. 93-102, p. 94.

¹² *Ibidem*.

¹³ CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Algés, Portugal: Difel, 2002, p. 20.

¹⁴ *Ibidem*.

instância discursiva, e como tal, só existente através das relações simbólicas atribuídas pelo último. Em outras palavras, estou conceituando representação como a presentificação de algo concreto ou imaginado; o trazer para a linguagem – não apenas enquanto palavra, mas em sentido amplo – algo existente física ou mentalmente através de mecanismos intencionais de dotação de sentido.

Após essas digressões conceituais, retomo novamente o tema principal deste trabalho: o objetivo aqui é entender quais as condições de possibilidade que fizeram emergir um regime visual que, por sua vez, instituiu práticas do ver e do olhar no Brasil embasadas em um modelo cultural que se tinha por ideal e se buscava seguir: o *americanismo*. Em última análise, busco historicizar a construção de um ordenamento do olhar a partir de um paradigma cultural mais amplo no período inicial da Guerra Fria¹⁵ tal como ela foi vivida no Brasil.

Para tanto, tomarei como fontes principais as imagens cristalizadas pela historiografia e outras práticas discursivas, as imagens publicitárias e também as fotorreportagens presentes em revistas de grande circulação nos Estados Unidos, tais como *Life* e a *Reader's Digest*, quanto no território nacional, como é o caso dos periódicos *Seleções do Reader's Digest* – versão traduzida e adaptada ao público brasileiro da homônima estadunidense – *O Cruzeiro*, *Manchete*, entre outras.

Todavia, esse trabalho não irá se limitar a interpretação apenas desses meios de comunicação visual. Busco narrar uma história da cultura visual de modo amplo e, por isso, as análises terão as fontes já citadas como ponto de partida, mas não se encerrarão nelas, sendo também considerados outros documentos imagéticos ou não, tais como

¹⁵ Existem várias periodizações da Guerra Fria na historiografia, sendo a mais corrente na historiografia a cunhada por Fred Halliday, para quem este evento divide-se em: Guerra Fria (1946-53), momento no qual seriam evidenciados os antagonismos entre os blocos e ensaiados os primeiros conflitos diplomáticos; Antagonismo Oscilatório (1953-69), durante o qual o mundo viveu momentos de verdadeira tensão diante de iminente possibilidade de nova guerra mundial; Détente (1969-79), quando se verificou momentos de abrandamento nas relações Leste-Oeste e, por fim, a Segunda Guerra Fria (após 1979), com um retorno aos momentos de animosidade. Contudo, como será discutido no primeiro capítulo, não sigo nenhuma dessas tradições. Ao contrário, procuro tirar o conceito dessa homogeneidade interpretativa dada por datações generalizantes.

cartazes de anúncio de filmes, folhetos e livretos de propaganda anticomunista, fotografias, obras de arte e literatura, peças publicitárias, documentos oficiais, entre outras fontes que ajudaram a tecer a narrativa e fazer acontecer o objeto que tomei para estudo.

Roland Barthes afirma que o princípio de qualquer estudo da imagem, sobre ou a partir dela precisa partir da definição do conceito, do que se entende por ele, para então definir-se o objeto de estudo.¹⁶ Todavia, diversamente a essa proposta, não irei propor um enquadramento único para a imagem por duas razões. Primeiramente, porque, neste estudo, ela não quer dizer apenas a materialidade do objeto imagético, aquilo que se dá a ver pelo toque do olhar; não se refere a fotografias apenas, nem somente a pinturas ou filmes, ditos imagens em movimento. Mas também diz respeito àquilo que é tocado pela imaginação, pelas construções mentais, pelos sonhos, desejos, memórias. Ou ainda, abrange as visões cristalizadas pelos conceitos e narrativas, sejam elas historiográficas, jornalísticas, ou quaisquer outras. O trabalho que ora desenvolvo foca todos esses aspectos imagéticos de forma ampla e irrestrita. Mas não somente. Ele também diz respeito à maneira de como vemos e, a partir daí, nos apropriamos do mundo; a como construímos nossas referências imagéticas daquilo que chamamos realidade; a como selecionamos determinado quadro ou assunto para fotografar (e memorizar) ou pintar; a como são escolhidas as cores e outros artifícios visuais de uma história em quadrinhos, entre tantos outros aspectos cotidianos que nos incita o olhar. Versa a respeito do modo como construímos o mundo com e a partir de imagens. Enfim, sobre o próprio interesse e despertar do visual frente e/ou com apoio ao textual. Portanto, enquadrar o conceito seria limitá-lo.

Em segundo lugar, porque não procuro fazer uma análise estrutural e sistematizada da cultura visual, o que, segundo o próprio Barthes, apresentaria um problema de transição entre duas linguagens: abordar o visual através de um sistema textual. Diz ele a respeito de um filme experimental onde são apresentadas, sem qualquer diálogo ou definição, duas figuras, uma feminina, de mais idade, e uma masculina, mais jovem:

Aí está uma situação que tem consequências: o significado fílmico não pode ser objetivado fora de outro sistema semântico, que é a própria língua,

¹⁶ BARTHES, Roland. *Inéditos, volume 3: imagem e moda*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

e é precisamente do contato ao mesmo tempo frágil e perceptível desses dois sistemas – o visual e o verbal – que nasce o trauma, (...) porque o significado fílmico se depara imediatamente com um estereótipo verbal que o esgota (mãe e filho).¹⁷

Fugindo a esse problema, não limito a imagem a uma única análise estrutural, deixando o conceito flexível a suas múltiplas formas, uma vez que os regimes visuais são compostos por essa diversidade imagética.

Nesse sentido, irei entender toda a produção visual analisada enquanto discurso, no qual não há entrelinhas, o que é dito está dito. Isso se justifica pelo fato de as imagens que serão aqui analisadas visarem à transmissão de uma mensagem específica, através de uma relação e exercício de poder, seja por meio do uso de textos aliados a elas, seja pelo uso de seqüências ou ainda por outras práticas discursivas.

Note-se, contudo, que é necessário atentar para a polissemia das imagens, sendo elas abertas a diversas interpretações e significados, uma vez que a recepção a uma mensagem é subjetiva e depende de fatores culturais relacionados principalmente ao consumidor da mesma, que exerce sobre elas apropriações, fazendo uso de táticas também permeadas de poder. Contudo, aí duas questões se apresentam: em primeiro lugar, a imagética analisada não possui a sutileza de sentido que, como coloca Barthes, é necessária para desagregar poder¹⁸. Ao contrário, elas procuram fixá-lo, justamente porque são instrumentos de afirmação desse poder. É o caso, por exemplo, de peças publicitárias, que tentam engessar a polissemia visual através do recurso a legendas que direcionam o olhar. Um bom exemplo dessa associação imagem/texto está na famosa obra *Ceci n'est pas une pipe*, ou *Isto não é um cachimbo*, de René Magritte, na qual a representação imagética de um cachimbo é quebrada pelo texto que nega a existência daquele objeto. A obra gerou muitas críticas e discussões à sua época e ainda hoje, muitas delas relacionadas à questão da representação – o autor estaria jogando com a relação da imagem com a coisa propriamente dita, negando ser a representação a própria coisa representada. Para este trabalho, entretanto, importa atentarmos para a relação linguística entre os códigos visual e textual. Apesar de constituírem formas diversas de

¹⁷ BARTHES, *Op. Cit.*, pp. 56.

¹⁸ *Idem*, pp. 246.

linguagem, ambos serão tomados aqui enquanto aliados na construção de uma ordem visual, sem fazer pesar sobre nenhuma delas a preeminência de um documento sobre outro, desconstruindo, portanto, e sem procurar inverter esses espaços de poder, o lugar submisso e acessório que foi dado às imagens em relação aos textos durante muito tempo na historiografia.

A opção pelo método de relacionar texto e imagem se deu por exigência do objeto, ou seja, por ser este um estudo da construção de uma visualidade permeada, discursiva, que se materializa no visual, mas se expressa na linguagem de modo amplo.

Em segundo lugar, o objetivo deste estudo não será revelar a relação de enunciação / apropriação, mas sim, volto a frisar, demonstrar como a imagética analisada ajudou a construir um ordenamento hegemônico do olhar – mas não exclusivo – pautado em padrões estadunidenses.

Buscarei, nos capítulos que se seguirão, desenvolver melhor algumas questões já apresentadas. Para tanto, farei uso dos autores e teorias já citados e ainda a serem discutidos, e também da diversidade documental comentada acima. Ambos, teorias e documentos, serão utilizados de modo apropriadamente diverso ao longo dos três capítulos a seguir.

No primeiro deles, será discutido o conceito de Guerra Fria na historiografia. O objetivo é entender as condições de produção de determinadas imagens cristalizadas do conceito na escrita da história nos últimos cinquenta anos. Também serão analisadas a força imagética de alguns discursos fundadores da rivalidade Leste-Oeste e a emergência de uma comunidade imaginada que veio a ser chamada de Mundo Livre Ocidental.

O segundo Capítulo apresentará alguns imaginários do anticomunismo brasileiro e como eles, mesmo tendo uma história própria e bem anterior à Guerra Fria, foram alinhados à imagética estadunidense e, assim, colocados em íntima relação com o período tal como ele foi vivido no ocidente.

O terceiro e último capítulo busca atingir o objetivo central proposto: entender a emergência de um novo regime visual no Brasil a partir de novos paradigmas culturais que tinham como inspiração o modelo de civilização estadunidense. Assim, será discutida a fertilização do campo que tornou possível a ocorrência das imagens e imaginários discutidos nos capítulos anteriores. Em outras palavras, objetivo demonstrar como se deu o novo ordenamento do olhar, dar a ver as suas

condições de possibilidade e os diálogos culturais que o instituíram no período em foco.

Capítulo I

GUERRA FRIA: CAMINHOS PARA UMA HETEROGENEIDADE DO CONCEITO E OS REFLEXOS DO PERÍODO NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO REGIME VISUAL NO BRASIL

1.1 Historiografia e homogeneidade do conceito de Guerra Fria

Em uma das mais célebres frases de definição do contexto político internacional inaugurado após a Segunda Guerra Mundial, Raymond Aron¹⁹ afirmou que se tratava de um momento em que “a guerra era improvável e a paz impossível”. Com essa assertiva, o filósofo francês passou a dar o tom dos discursos historiográficos hegemônicos que se faziam (e continuam a se fazer) sobre o que se convencionou chamar de *Guerra Fria*. Procurou-se então construir esse momento histórico como um conflito entre ideologias conflitantes e/ou um momento de bipolaridade no sistema internacional permeado por disputas pelo poder hegemônico.

A partir de então, a definição da Guerra Fria passou a ser de aparente facilidade. É relativamente bem aceita entre um grupo de historiadores a ideia de que ela foi uma guerra iniciada logo após a segunda guerra mundial entre os Estados Unidos e a União Soviética em razão das suas divergências político-ideológicas em torno da defesa da democracia liberal por um lado e o socialismo soviético do outro. Já a qualificação de “fria” foi dada pela ausência de batalhas diretas entre os dois contendores, uma vez que a corrida armamentista levada a cabo por ambos ocasionou um nível bélico que levou à consciência do *Assured Mutual Destruction*, ou a certeza de que uma batalha direta levaria a uma destruição mútua. Nesse sentido, as batalhas ocorreram em regiões disputadas por um ou outro, distantes de seus territórios nacionais e por

¹⁹ A obra mais famosa do autor, onde ele discute os argumentos que o levaram a cunhar a frase é *Paix et guerre entre les nations*, publicada originalmente em 1962 pela *Éditions Calmann-Lévy*. Recentemente a obra tornou-se de domínio público no Brasil e possui uma edição completa para download gratuito. Referência: ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as nações*. Brasília: Editora da UnB, 2002. Disponível para download em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/al000231.pdf>

exércitos locais apenas guiados ou auxiliados por EUA ou URSS. Com pequenas variações entre suas visões, faz parte desse grupo de pensadores Eric Hobsbawn²⁰, Rafael Aracil²¹ e o já citado Raymond Aron, cujos pensamentos serão melhor analisados no decorrer deste capítulo.

De acordo com Ronald Powaski²², a escola historiográfica da Guerra Fria ainda pode ser dividida em três categorias, tendo como ponto de diferenciação a culpabilidade para o surgimento da polarização ideológica. O primeiro grupo seria o dos *Ortodoxos*, que defendem que a culpada pela Guerra Fria foi a URSS, restando aos EUA apenas a possibilidade de reagir às circunstâncias em que foram colocados. Para essa linha interpretativa, a Guerra Fria não passou de um instrumento do comunismo, que tentava de forma agressiva enraizar sua prática em todo o mundo conhecido e restava ao governo estadunidense o papel de defensor do mundo livre. Como exemplo nesse sentido, pode ser citada a definição de Guerra Fria presente no *Manual de Temas Militares da República Federal da Alemanha*, de 1963, onde se estabelece que

A Guerra Fria é a forma procedente do agressivo comunismo mundial, da confrontação político-espiritual e psicológico-propagandística com o mundo não comunista. Na Guerra Fria, o comunismo mundial quer, em primeiro lugar, dominar a consciência das massas. Para isso, ele age para que sua influência penetre em todos os âmbitos vitais da sociedade nos Estados não comunistas. A meta suprema da Guerra Fria está no completo domínio, claro ou velado, do mundo não comunista. Para tal fim, se utilizam preferencialmente meios não militares. Entretanto, vez ou outra podem também recorrer a estes. Os êxitos comunistas na Guerra Fria podem conduzir a situações revolucionárias.²³

²⁰ HOBBSAWN, Eric. *A Era dos extremos: o breve Século XX*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1995.

²¹ ARACIL, Rafael. *El mundo actual. Desde la Segunda Guerra Mundial a nuestros días*. Edicions de la Universitat de Barcelona, 1995.

²² POWASKI, Ronald. *La Guerra Fría: Estados Unidos, Unión Soviética, 1917-1991*. Editorial Crítica; Barcelona, 2000.

²³ Manual de Temas Militares de la República Federal Alemana, 1963. *Apud*:

Esta tendência historiográfica foi mais comum aos estudos realizados no ocidente durante as duas primeiras décadas do pós-guerra, quando um período de prosperidade e intenso otimismo nos rumos da democracia liberal e da cultura de consumo de massa funcionavam como propulsores do discurso anticomunista. Após esse período, especialmente ao longo da década de 80, com a gradual abertura do bloco soviético e a tomada de consciência das constantes crises do capitalismo liberal em vigor e seus efeitos devastadores, especialmente nos países periféricos, o segundo grupo de intérpretes na classificação de Powaski, os *Revisionistas*, em grande parte escrevendo a partir do leste do globo, passaram a ganhar alguma ressonância também no ocidente, invertendo a lógica explicativa anterior e apontando os EUA como a potência agressora. Para Andrei Jdnov, um dos ideólogos da criação do *Kominform*²⁴, por exemplo, a guerra era intrínseca ao capitalismo imperialista, e os EUA como líderes dessa prática, movimentavam-se sempre no sentido a criar atritos com os promotores da democracia, papel que a URSS reservava para si.

Contudo, nenhum desses vieses se tornou hegemônico na historiografia ocidental. A grande maioria dos trabalhos produzidos a partir da década de 1960 foi do terceiro grupo, o dos *Pós-Revisionistas*, que procuravam não se posicionar por um lado ou pelo outro, sustentando que ambas as potências tiveram sua parcela de culpa para iniciar a contenda. Aqui podemos citar autores importantes, como o supracitado Rafael Aracil, para quem a paranoia e as provocações recíprocas foram as propulsoras da condição do mundo entre 1945-1991. Segundo ele, “a Guerra Fria encontrou sua origem menos na agressividade efetiva dos adversários, os quais deram prova, na realidade, de uma grande prudência, que na escalada de suas desconfianças recíprocas”²⁵.

ORREGO, Ana Henríquez. *El concepto de Guerra Fria en la historiografía*. Disponível na internet em: <http://historia1imagen.blogspot.com.br/2007/06/blog-post.html>. Acesso em 28/02/2015. Original em espanhol. Tradução livre.

²⁴ Este órgão, criado em 1947, era encarregado de intercambiar informações e coordenar as ações entre os diversos partidos comunistas nos países sobre influência da URSS. Ele também se constituiu em um dos principais eixos de planejamento e execução da política externa soviética durante a Guerra Fria.

²⁵ Orrego, *op. Cit.*, sem paginação.

Uma obra que penso poder ser colocada no rol dos pós-revisionismo é o importante livro *A Europa de 1815 aos nossos dias*, de Jean Baptiste Duroselle, publicada em 1967. Nela, o autor apresenta a ideia de que o papel de superpotências a que emergem Estados Unidos e União Soviética ao final da Segunda Guerra era, em si, a condição básica do conflito, podendo mesmo ser a gênese de uma terceira guerra mundial, que só não ocorreu devido à consciência mútua do poderio destrutivo de seus arsenais, dado que já comentei acima. Ou seja, para Duroselle, apesar de não se poder falar em culpabilidade, uma vez que a situação foi gestada pelo movimento da história, sob o qual nenhum dos atores tinha controle, também não foi fruto de uma provocação unilateral, portanto, não podemos encaixá-lo na tradição ortodoxa nem mesmo na revisionista. Cabe ainda salientar que, apesar da importância desse estudo não apenas na historiografia da Guerra Fria em particular, mas para a consolidação do campo de História das Relações Internacionais em geral, é preciso atentarmos para negação da agência dos países enquanto atores históricos nas relações internacionais, que, em seu pensamento, parecem ser levados por uma força irresistível da maré da história. Discordo deste ponto de vista, uma vez que não acredito na existência de uma necessidade ou irresistibilidade de forças na História, pois penso ser ela feita pelos atores, plurais e singulares, nacionais e internacionais, protagonistas ou coadjuvantes, dentro de seu tempo e de seu espaço de ação histórica.

A historiografia brasileira, por sua vez, segue em grande parte a tradição internacional, sem grandes inovações interpretativas no que diz respeito ao conceito em estudo. A sua diferença está em focar nos reflexos do período para a realidade histórica brasileira. Entre os principais autores nesse campo estão Moniz Bandeira²⁶ e Sidnei Munhoz²⁷, para quem os interesses geopolíticos das duas potências e a

²⁶ Apesar de esse autor não possuir uma obra específica sobre o tema da Guerra Fria, ele aborda o tema procurando enquadrá-lo e defini-lo em obras como: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil - Estados Unidos: A Rivalidade Emergente - 1955-1980*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1989; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2ª ed., 1979.

²⁷ Entre as obras desse autor sobre o tema, cito: MUNHOZ, Sidnei J. Guerra Fria. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (org.). *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004, pp.

impossibilidade de diálogo entre as suas ideologias políticas gestou o conflito. A particularidade desses autores está na análise dos reflexos dessa nova conjuntura internacional no cenário latino americano, em geral, e brasileiro, em particular, para o caso do primeiro autor, e a consideração dos momentos de tensão e arrefecimento na intensidade das relações diplomáticas entre os dois contendores, para o caso do segundo, quando o mais comum é a análise do período de uma forma homogênea, como discutirei mais adiante. Portanto, pode-se considerar a tradição historiográfica brasileira dentro de um prisma pós-revisionista, o que faz ainda mais sentido se considerarmos que essas produções se fizeram no contexto do abrandamento da polarização e num cenário em que se buscava, entre os países periféricos – o Brasil incluído – alternativas independentes do magnetismo dos dois eixos de influência hegemônicos.

É importante afirmar que, uma vez surgido o conceito de Guerra Fria, outras variedades interpretativas para a sua representação emergiram, questionando não apenas a culpabilidade, mas também o próprio momento em que haveria surgido. Assim, nomes como Andre Fontaine²⁸ e o já comentado Ronald Powaski, seguindo certa tradição do pensamento marxista, passaram a defender o cisma entre EUA e URSS desde a emergência do socialismo real, em 1917. Segundo Orrego, para os defensores dessa perspectiva,

a Guerra Fria é o conflito entre duas sociedades radicalmente opostas, Estados Unidos e União Soviética, cujas características econômicas, políticas e sociais são incompatíveis, e, soma-se a isto o fato de que ambas sociedades se consideravam a si mesmas como modelos para o resto do mundo²⁹

Desde a irrupção da Revolução Russa e estabelecimento de um modelo de sociedade conflitante com o modelo capitalista, portanto, teria se iniciado o embate que outros historiadores localizaram no pós-

417-419; MUNHOZ, Sidnei J. Guerra Fria Revisitada. In: *Leituras da História. Ciência & Vida*. São Paulo: Escala, 2007, pp. 48-59; e MUNHOZ, Sidnei J. Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil 1947-1953. In: *Revista Diálogos*. Maringá: DHI/UEM, v. 6, 2002, pp. 41-59.

²⁸ FONTAINE, Andre. *Historia de la Guerra Fria*. Barcelona: Editorial Luis Caralt, 1970.

²⁹ Orrego, *op. Cit.*, sem paginação.

45. Logo, esse seria, de acordo com essa interpretação, o conflito mais longo da história contemporânea, contando apenas com um breve período de interlúdio entre 1939-1945, quando os contendores lutariam do mesmo lado contra um poder que ameaçava a ambos: o nazi-fascismo.

Vê-se, dessa forma, que a facilidade na definição da Guerra Fria é apenas aparente. Um ponto comum a essas diferentes tradições historiográficas, no entanto, é a homogeneidade interpretativa que coloca as duas potências como inimigos inconciliáveis, onde qualquer possibilidade de diálogo ou acordo era nula durante todo o período de duração da guerra. Por mais que essa visão não possa ser tida como totalmente equivocada, uma vez que a rivalidade existia, ela apenas tangencia a questão a partir de um prisma macro-histórico, não dando visibilidade às fissuras existentes na ideia de conflito em determinados períodos de diálogo e trocas. Nesse sentido, proponho neste capítulo reverter esse quadro, dando voz aos acontecimentos singulares, sendo esses indícios de ruptura da rigidez interpretativa. Em outras palavras, objetivo aqui não emudecer, mas ao menos reduzir o volume desse quase uníssono historiográfico, fazendo falar outras ondas discursivas, abrindo espaço para se pensar eventos que põem, em certo sentido, a Guerra Fria sob outro tom.

Assim, objetivo dar voz e visibilidade a eventos como os acordos culturais entre os dois blocos durante o período em questão, que abriram como que um interlúdio nas disputas ideológicas e/ou discursivas. Além disso, apresentar dados novos dentro da perspectiva macro-histórica acima citada, como as estratégias para enunciar a incompatibilidade dos projetos de civilização que cada lado procurava defender e que são pouquíssimo comentadas ou mesmo esquecidas pela historiografia brasileira até então. Enfim, este capítulo procura ser um acorde dissonante na partitura da Guerra Fria composta pela historiografia hegemônica. Em última instância, buscarei apresentar que, ao menos no campo ideológico, os embates foram característicos de uma guerra bastante “quente”. Também é preciso lembrar que, mesmo em uma guerra, as batalhas não são incessantes, havendo momentos para diálogos, aproximações e mesmo confraternizações³⁰. No caso em

³⁰ Faço aqui referência às confraternizações de Natal entre soldados Aliados e das potências do Eixo durante a Primeira Guerra Mundial, tão bem descritos e apropriados por Modris Eksteins. Para mais informações, vide: EKSTEINS,

questão, vários foram os momentos de aproximação entre as duas potências, tendo sido realizadas trocas nos campos econômico e até mesmo cultural. A historiografia tradicional, ao analisar esses momentos, mais uma vez os coloca dentro de amarras generalizantes, datando-os de acordo com determinados eventos que os gestaram e a eles deram fim. É assim que surge classificações como *détente*, ou *Primeira e Segunda Guerra Fria*. Acredito serem essas linhas totalizantes e que pouco dão a compreender os movimentos que aqui quero tornar visíveis e dizíveis.

1.2 Percursos Alternativos

Em sua edição de Julho de 1948, a revista *Seleções* publicou uma matéria com o sugestivo título *Cortina de ferro para a Tchecoslováquia*. Ali se expõe como o governo do pós-segunda guerra foi organizado naquele país e como se deu a ascensão do comunismo na região. Após três páginas de intensas críticas ao processo político descrito, a conclusão da revista é de que “a Tchecoslováquia prestou um serviço ao mundo, como laboratório de experiência destinada a revelar se o comunismo e a democracia podem governar simultaneamente, no mesmo Estado. A prova teve como resultado a extinção da democracia”³¹.

O discurso construído pela revista é apenas a ponta do iceberg de uma política enunciativa muito maior que seria posta em prática no imediato pós-guerra e entraria para os anais da história como Guerra Fria. Nesse contexto, um intrincado embate entre duas potências com pretensões hegemônicas no cenário internacional se transformaria em uma batalha direta no campo imagético, buscando, cada lado, construir a si como o modelo de civilização por excelência e ao outro como o seu *nemesis*, expondo seus supostos e inexoráveis defeitos e maldades, fazendo crer, portanto, serem inconciliáveis. Para entendermos esse cenário, sugiro uma viagem no tempo para uma data dois anos antes.

Cinco de março de 1946. Westminster College, Fulton, Missouri, Estados Unidos da América. Perante uma plateia atenta e repleta de estudantes, professores e estadistas, Winston Churchill faz um

Modris. *A Sagração da Primavera: A grande guerra e o nascimento da era moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

³¹ *Seleções do Reader's Digest*. Julho de 1948, p. 44-46.

pronunciamento pessoal – já que não mais representava a Grã-Bretanha oficialmente³² – e de grande impacto para a conjuntura histórico-política da época. Em seu discurso, o renomado estadista exalta o povo estadunidense, conclama uma união entre os povos de língua inglesa e enuncia, em tom de desafio à plateia – não apenas a imediata, que o ouvia em pessoa, mas todas as nações aliadas ao bloco capitalista – a existência de uma “ameaça e perigo à civilização cristã”, ameaça esta que teria dividido o mundo através de uma *cortina de ferro* baixada sobre a Europa.

Os Estados Unidos estão, neste momento, no auge do poder mundial. É um momento solene para a democracia americana. Com o predomínio do poder vem também uma responsabilidade pesada para com o futuro. Ao olhades à vossa volta, deveis sentir não só o peso do dever, mas também a preocupação de que possais falhar ao que se exige de vós. A oportunidade está presente, clara e brilhante, para os nossos dois países. Rejeitá-la, ignorá-la ou malbaratá-la atrairá sobre nós a censura dos tempos futuros. É necessário que constância de espírito, persistência de objetivo e a grande simplicidade de decisão guiem e orientem *o comportamento dos povos de língua inglesa* na paz, tal como guiaram na guerra. Devemos, e acredito que o faremos, corresponder a essa terrível exigência.

[...] Qual, portanto, o conceito estratégico geral que devemos adotar hoje? Nada menos do que a segurança e o bem-estar, a liberdade e o progresso de todos os lares e famílias de todos os homens e mulheres em todas as terras. [...]

Não podemos estar cegos ao fato de que as liberdades desfrutadas pelos cidadãos de todo o Império Britânico não são válidas em considerável número de países, alguns dos quais muito poderosos. Nesses Estados, o controle é imposto ao povo por vários tipos de governos policiais gerais, a tal ponto que se torna contrário a todos os

³² Winston Churchill havia sido primeiro ministro britânico entre maio de 1940 a 1945, quando seu partido, o Conservador, perdeu as eleições para o Partido Trabalhista, assumindo então o posto de primeiro ministro Clement Attlee.

princípios da democracia. O poder do Estado é exercido sem contenções, seja por ditadores ou por oligarquias compactas agindo através de um partido privilegiado e de uma polícia política. Não é nosso dever, neste momento, quando as dificuldades são numerosas, interferir pela força nas questões internas de países que não conquistamos na guerra, mas não devemos deixar de proclamar, sem medo, *que os grandes princípios da liberdade e dos direitos do homem, que constituem uma herança conjunta do mundo de língua inglesa* e que, através da Magna Carta, da Lei dos Direitos, do habeas corpus, do julgamento pelo júri e do direito civil inglês, encontram sua expressão mais famosa na Declaração de Independência.

[...]

Uma sombra desceu sobre o cenário, até bem pouco iluminado pela vitória aliada. Ninguém sabe o que a Rússia Soviética e sua organização comunista internacional pretendem fazer no futuro imediato, ou quais os limites, se os há, de suas tendências expansionistas e de proselitismo.

[...]

De Stettin no Báltico até Trieste, no Adriático, *uma cortina de ferro foi baixada através do Continente Europeu.* Atrás dela estão as capitais dos antigos Estados da Europa Central e Oriental. Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sofia, todas essas famosas cidades e as populações à volta delas estão na esfera soviética sujeitas, de uma forma ou de outra, não apenas à influência soviética, mas a um controle intenso e cada vez mais forte de Moscou. [...]. Os Partidos comunistas, que eram muito pequenos em todos esses estados orientais da Europa, foram colocados num destaque e desfrutaram de um poder muito superior à sua proporção numérica, e buscam obter, em toda parte, o controle totalitário.³³

³³ CHURCHILL, Winston. Apud: MORRAY, J. P. *Origens da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. p. 61-68. Grifos meus.

Recheado de metáforas bem elaboradas, a clareza do discurso é assustadora. É de uma nitidez visual. Ao ler (ou ouvir!) as palavras proferidas por Churchill, conseguimos transformá-las em imagens sem muito esforço. Alguns poderiam argumentar que isso se deve ao inglês ser uma língua pictórica.³⁴ Contudo, mesmo na versão traduzida ao português, sua força imagética permanece. Como questionar metáforas como “uma sombra desceu sobre o cenário, até bem pouco iluminado pela vitória aliada”? Imediatamente conseguimos visualizar a cena; uma aura escura cobrindo o cenário europeu, seja ele o mapa que conhecemos ou as paisagens que nos damos a imaginar. Ou, ainda, a ideia de “uma cortina de ferro foi baixada através do Continente Europeu”? Ela é de uma força explicativa explícita e inquebrável. A expressão não foi uma completa originalidade de Churchill: segundo Sidnei Munhoz, Goebbels, chefe da propaganda nazista alemã, já teria utilizado a mesma expressão nos momentos finais da Segunda Guerra para alertar o povo alemão do perigo dos avanços aliados e a necessidade de proteger o leste europeu, uma vez que a deposição das armas pelos alemães faria descer uma cortina de ferro sobre o território controlado pela URSS e sob a qual nações seriam massacradas. Todavia, é a partir dele que a metáfora imagética ganha força e popularidade. Tanto que deu margem para diversas apropriações, como a charge da famosa personagem do cartunista argentino Quino, a Mafalda:

³⁴ Faço aqui apenas uma suposição baseada em observações pessoais. Desconheço análises científicas do caráter pictórico da língua inglesa. A observação, contudo, tem algum fundamento: é comum no inglês falado, quando se quer explicar algo claramente a alguém, a utilização da frase: *I'll explain so you can picture that*, cuja tradução mais próxima seria: “Irei explicar para que você possa entender melhor”. O verbo *to Picture* – também utilizado como substantivo, sem sofrer processos de substantivação, para os referentes “Quadro / Pintura” e “Fotografia” e, ainda, de forma mais geral, a imagens produzidas, – funciona aqui não como um sinônimo de imaginação, mas de clarificação. Ele afirma pela linguagem a clareza do visual. Em minha opinião – mais uma vez, baseada apenas na observação – isso demonstra grande interação da língua inglesa com a centralidade do olhar na cultura geral dos falantes dessa língua.



Imagem 1 - Fonte: Google Imagens

Além da referência à imagem da cortina rígida, dura, baixada no centro da Europa segundo Churchill, a charge ainda faz referência à representação que essa imagem buscava criar: a divisão oriente e ocidente. Divisão esta quase inquebrável – daí a metáfora do ferro – e que não permitia a passagem sequer do som do ocidente para o oriente. Voltaremos a esse outros aspectos da fala do ex-Primeiro Ministro inglês mais adiante.

Atento à clareza da mensagem, Stálin, alguns dias depois, rebateria as questões levantadas por Churchill em tom similar através de uma entrevista dada à revista soviética *Pravda*, colocando-se como

vítima da iniciativa ocidental e acusando o inglês de incitar o belicismo com apoio de algumas personalidades nos Estados Unidos. Inaugurava-se, assim, o período conflituoso entre as duas grandes potências vitoriosas na segunda guerra.³⁵

Pergunta: Como considera o último discurso de Churchill nos Estados Unidos da América?

Resposta: Considero-o um ato perigoso, destinado a semear a dissensão entre os Estados aliados e impedir sua colaboração.

Pergunta: É possível considerar o discurso de Churchill como prejudicial à causa da paz e segurança?

Resposta: Sim, sem dúvida. Na verdade, o Sr. Churchill toma agora a posição dos provocadores de guerra, e nisso não está só. Tem amigos não só na Grã-Bretanha, mas também nos Estados Unidos...

Na verdade, o Churchill e seus amigos na Inglaterra e nos Estados Unidos apresentam às nações que não falam inglês um ultimato: aceitem voluntariamente nosso domínio, e tudo estará bem; de outro modo, a guerra é inevitável.

Mas as nações derramaram seu sangue no curso de uma *sangrenta guerra de cinco anos pela liberdade* e independência de seus países, e não para trocar o domínio de Hitler pelo de Churchill. É muito provável, por isso, que as nações que não falam a língua inglesa e que constituem a grande maioria da população mundial, não concordem em se submeter a uma *nova escravidão*...

[...]

³⁵ Não estou, com isso, querendo afirmar que a Guerra Fria foi ocasionada pelo discurso de Winston Churchill. Os eventos e conjunturas que levaram ao conflito são muito mais complexos e enraizados que a potência discursiva de um único sujeito. O impacto do pronunciamento do inglês, ainda que de grande monta, limita-se à inauguração de uma nova era de transparência nas intencionalidades dos atores internacionais. Se, até ali reinava um clima idealista, personificado na figura de F. D. Roosevelt, ainda que sem grande apoio dos outros líderes ocidentais e em seus últimos suspiros, o realismo inglês varreria para longe o chamado Espírito de Yalta e, com ele, as tentativas de uma conciliação pelo princípio da justiça nas relações internacionais.

Pergunta: Como considera o trecho do discurso em que são atacados os sistemas democráticos dos Estados europeus que têm fronteira conosco, e as relações de boa-vizinhança estabelecidas entre esses Estados e a União Soviética?

Resposta: Essa parte do discurso do Sr. Churchill está composta de calúnias, descortesias e falta de tato. O Sr. Churchill afirma que “Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste Sofia – todas essas famosas cidades e as populações em torno dela – estão na esfera soviética e sujeitas, de uma forma ou de outra, não só à influência soviética, mas a um controle intenso e cada vez mais forte de Moscou”. O Sr. Churchill considera tudo isso uma “tendência expansionista sem limites” da parte da União Soviética...

Em primeiro lugar, é absurdo falar de controle exclusivo da URSS em Viena e Berlim, onde existem Conselhos de Controle Aliados, formados de representantes de quatro Estados, e nos quais a URSS tem apenas um quarto dos votos. Acontece que muita gente não resiste ao desejo de caluniar. Mas tudo tem limites.

Em segundo lugar, é preciso não esquecer as circunstâncias seguintes: os alemães invadiram a URSS através da Finlândia, Polônia, Romênia, Bulgária e Hungria. Os alemães puderam invadir tais países porque, na época, neles *existiam governos hostis à União Soviética*. Em consequência da invasão alemã, a União Soviética sofreu perdas irreparáveis na luta, que juntamente com a ocupação alemã e a deportação de cidadãos soviéticos para a Alemanha, se elevam a cerca de sete milhões de pessoas. Em outras palavras, as perdas da União Soviética foram várias vezes maiores do que as da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos juntos. É possível que em certos círculos haja uma tendência para esquecer esses *sacrifícios colossais do povo soviético* que contribuíram para a libertação da Europa do jugo de Hitler. Mas a União Soviética não pode esquecer-los. Portanto, não há nada de surpreendente no fato de que a União Soviética, preocupada com sua segurança futura, procure fazer com que existam em tais

países governos de atitude leal para conosco. Como pode alguém, de boa mente, considerar essas aspirações pacifistas da URSS como tendências expansionistas?

[...]

O Sr. Churchill afirma ainda que “os partidos comunistas [...] buscam, em toda parte, obter controle totalitário. Governos policiais predominam em quase todos os casos e, até agora, com exceção da Tchecoslováquia, não há uma verdadeira democracia”.

Todos sabem que o governo do Estado na Grã-Bretanha, no momento, está nas mãos de um partido, o Trabalhista, e os partidos da oposição não têm o direito de participar daquele governo. É a isso que o Sr. Churchill chama de verdadeira democracia.

A crescente influência dos comunistas não pode ser considerada como fortuita. É coisa perfeitamente lógica. A influência dos comunistas cresceu porque, no período do domínio fascista na Europa, eles se mostraram dignos de confiança, destemidos, prontos ao sacrifício, na luta contra o regime fascista pela liberdade dos povos.

[...] ³⁶

Aqui a fala também é imagética, ainda que em outro sentido. Não é possível perceber a nitidez pictórica da mensagem do estadista inglês. Contudo, alguns trechos merecem destaque. Stálin faz uso do mesmo discurso existente nas Américas de uma guerra sanguenta pela liberdade, lembrando que a URSS também fez parte nesse jogo. Assim, ele procura colocar as democracias liberais como “a nova escravidão”, comparável aquela sob o regime hitlerista, nos fazendo ponderar quais os alcances e limites do conceito de liberdade, já que presente em ambos os lados agora rivais. Somos convencidos do sacrifício soviético durante a guerra, suas perdas humanas e materiais, seus esforços na busca desse tão desejado mundo livre. Ele se utiliza da aliança prévia com os aliados e dos discursos elaborados naquele momento para jogar a culpabilidade do conflito para o lado ocidental, nos levando, de forma convincente, ao menos ao primeiro olhar, a visualizar a URSS como vítima das nações

³⁶ STALIN, Joseph. For Peaceful Coexistence: Postwar Interviews. *Apud*: MORRAY, *op. Cit.*, p. 68-73. Grifos meus.

ocidentais: foi a existência de governos hostis a União Soviética que fez com que a guerra chegasse em vosso solo, causando tamanha destruição. Diante disso, foram obrigados a reagir e o fizeram não apenas para se salvar, mas, mesmo após perdas inestimáveis, avançando nos campos de batalha em socorro das potências ocidentais. Enfim, partindo dos elementos principais do discurso do Churchill, Stálin constrói a imagem do ocidente como prepotente, que se entende superior em sua civilização, em última instância, agressor, e que cabe a URSS o papel de reagir a essa ameaça.

Ameaça e perigo, portanto, são as tônicas do imaginário então erigido na guerra discursiva entre os estadistas. Inaugura-se aí as bases da construção mental sobre a qual o mundo iria viver nas décadas seguintes: a ameaça comunista, para o caso das democracias liberais, e a ameaça imperialista do capital e da guerra, para o caso do socialismo soviético. Restava às nações, em suas políticas, agir dentro desse escopo imagético, protegendo-se e resguardando-se contra os perigos iminentes de cada lado na conjuntura bipolar. Inaugurou-se, assim, o discurso da segurança e as políticas que, em nome desta, justificavam as mais diversas demonstrações de hegemonia em ambos os lados do globo.

Vê-se, portanto, a força dos discursos enquanto produtores de imagens. Foi através dessa força constitutiva que a metáfora da *cortina de ferro* tornou-se expressão corriqueira, rapidamente se popularizando e sendo utilizada nos mais diversos meios sociais do mundo ocidental. Junto com ela, também foi endossada nesses mesmos meios a mensagem que se buscava clarificar, ou seja, a repartição do mundo através de uma barreira dura, intransponível, onde nada conseguia passar de cá para lá e nem deveria passar de lá para cá; a divisão entre dois lados incomunicáveis, um progressista e defensor da liberdade e outro perigoso e insistente no totalitarismo. É o caso, por exemplo, da matéria de *Seleções* discutida anteriormente: endossando a ideia da Guerra Fria, através do conceito elaborado por Churchill, a revista apresenta a democracia como um valor superior e apresenta o comunismo como um oposto inconciliável.

Essa seria a tônica do conflito. Apenas um ano após o pronunciamento em Fulton, o então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, anunciaria ao congresso do seu país um conjunto de medidas que seguiam as linhas gerais da mensagem do aliado inglês e seriam unificadas sob o epíteto de Doutrina Truman. Anunciava-se ali a criação do Programa de Reconstrução Europeia – ou Plano Marshall, como ficou mais comumente conhecido – que concedia empréstimos a

juros baixos, injetando dólares nos países europeus que aceitassem as condições do acordo, visando à recuperação desses países após a devastação proporcionada pelos bombardeios anos antes.³⁷ Associada a

³⁷ Para uma compreensão mais profunda do Plano Marshall, precisa-se interpretá-lo no conjunto das tentativas de reorganização da economia mundial do pós-45. Cada vez mais integradas com os processos de industrialização, a economia capitalista necessitava de um ajuste mútuo para evitar uma nova crise como a vivida em 1929, quando uma crise no mercado de capitais estadunidense levou a recessão diversos países integrados na economia de mercado. Não tendo sofrido ataques em seu território e sendo o principal fornecedor de guerra dos Aliados, os Estados Unidos saíram da guerra em 1945 com sua produção industrial extremamente aquecida, produção esta que o seu mercado interno não poderia absorver. Precisavam, então, buscar consumidores para seus produtos fora de suas fronteiras, e a Europa era o principal alvo. No entanto, diferente dos EUA, os países europeus viveram a guerra em seu solo e foram devastados por ela, não tendo capacidade financeira para comprar os produtos industrializados estadunidenses, concentrando seus esforços em alimentar a população e reconstruir seus países. É buscando solucionar esses problemas que se organizou uma reunião com os principais países capitalistas em Bretton Woods, nos Estados Unidos em 1944. O objetivo principal era instituir regras comuns e organismos internacionais que ajudassem a regular o sistema monetário internacional e, conseqüentemente, o comércio entre os países. Após intensos debates e apresentação de propostas, decidiu-se pela criação de dois organismos internacionais, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento da infraestrutura das nações necessitadas e o Fundo Monetário Internacional (FMI), responsável pela organização monetária e regulação comercial dos países membros, além da adoção do dólar como moeda internacional. “No entanto, as duas instituições oriundas dos arranjos de Bretton Woods, a despeito das modificações que possibilitaram, não foram capazes de promover a reconstrução da Europa. O maior entrave existente era a escassez de dólares. Os EUA tinham a maior parcela da capacidade produtiva mundial e, entre 1946 e 1947, tiveram um excedente de produção, ao passo que a Europa não dispunha de dólares para efetuar a compra dos produtos norte-americanos. Se esse quadro não fosse alterado, tanto a Europa enfrentaria diversos problemas para se recuperar como também os EUA teriam sua economia desaquecida”. SIMON, Silvana Aline Soares. De Bretton Woods ao Plano Marshall: a política externa norte-americana em relação à Europa (1944-1952). *Relações Internacionais no mundo atual*. V. 2, n. 14, 2011, pp. 24-47, p. 33. Foi aí que entrou em cena o Plano Marshall, que assim ficou conhecido por conta do seu idealizador, George Marshall, Secretário de Estado dos Estados Unidos durante a administração Truman.

essa iniciativa de fundo mais prático, o discurso do presidente inaugurava também uma política sistemática de limitação do campo de possibilidades de expansão da influência soviética e do comunismo de uma forma geral que ficou conhecida como Política de Contenção (*Containment Policy*).

Contenção foi uma distinta estratégia ideológica da Guerra Fria. Tomando por base as preocupações dos EUA com a balança de poder no que diz respeito a relação com a União Soviética, ela propunha um conflito de soma zero entre Moscou, que figurava como agressiva e expansionista, e Washington, que figurava como defensiva e pacífica. A Contenção sustentava que, já que a cooperação com os soviéticos era impossível e que todos os governos comunistas eram subservientes a Moscou, a expansão do comunismo em qualquer parte do mundo representava uma ameaça direta à fração de poder mundial dos EUA. (...) Depois do discurso da Doutrina Truman, a Contenção se tornou um dos objetivos centrais da política externa do pós-Guerra.³⁸

Com a estratégia da Contenção, portanto, a política externa estadunidense buscava aliar a prática de combate ao comunismo a uma justificativa ideológica bem específica: o conflito entre dois projetos de civilização e poder. Dava-se sentido, assim, não apenas ao Plano Marshall, como também a todas as políticas de combate ao comunismo, que, como veremos no capítulo seguinte, eram anteriores a esse momento, mas ganhavam agora novo suporte estatal através de uma discursividade específica ao período do pós-Guerra.

Na esteira dessas decisões, outra política faria ecoar um dos elementos do discurso de Churchill proferido anos antes: a busca de uma unidade imaginária entre os países líderes do bloco capitalista. De uma comunhão linguística – os países de língua inglesa – anunciada pelo inglês, passou-se a enunciar a ideia de comunhão atlântica, que seria composta não apenas de aparatos econômicos, mas também militares e, especialmente, culturais. A mudança não ocorreu sem propósito. A imagem presente no discurso de Fulton, Missouri, de uma comunhão

³⁸ KLEIN, Christina. *Cold War Orientalism: Asia in the middlebrow imagination, 1945-1961*. University of California Press, 2003. p. 24. Original em inglês. Tradução livre.

racial baseada em uma língua comum, o inglês, possuía em si certa arrogância e, na busca de potência, considerava as forças políticas nacionais do momento do seu pronunciamento, quando a Alemanha estava destruída sem qualquer vislumbre de uma retomada significativa às hostes do poder, e a França perdia terreno na geopolítica europeia. As mudanças que ocorreriam nos anos seguintes, no entanto, exigiam um conceito mais amplo, menos excludente e que abarcasse os principais aliados na nova estrutura de poder mundial, vislumbrando-se, então, a construção de uma comunidade atlântica, na qual se fundariam diversas iniciativas de ajuda mútua e partilha de responsabilidades na gestão da recém-formada política mundial sob a liderança e supervisão dos Estados Unidos.

Um importante passo para dar corpo e legitimidade a essa pretensa comunidade foi o lançamento, em 1949, da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, funcionando como o organismo político-militar da comunidade atlântica. A fundação dessa organização não foi tão simples, no entanto, e merece maior atenção.

O Plano Marshall, em certo sentido, feria a moral das potências europeias decadentes, que haviam se acostumado a dar as cartas no cenário internacional e viam-se agora em situação subalterna, o que gerava desconforto e oposição não apenas em setores dos governos dos países envolvidos, mas entre grupos específicos da população, que defendiam a busca de uma saída nacionalista e local para a crise. Além disso, o continente havia sido dividido por uma guerra, e um certo revanchismos ainda não havia sido totalmente liquidado. Portanto, a ideia de partilhar uma economia, valores, ideais com recentes rivais e ainda, em certo sentido, em um papel de subserviência diante da liderança de uma potência alheia à região, não era muito popular.

Na tentativa de combater esse sentimento, algumas tentativas de promoção da alternativa proposta pelos EUA foram postas em prática antes e depois da assinatura efetiva do acordo. Entre elas, a mais notória e de mais efeito foi o concurso intraeuropeu de cartazes realizado em 1950 em Paris, no qual artistas dos 13 países que aceitaram o plano eram convidados a criar pôsteres baseados no tema “cooperação intraeuropeia para um melhor padrão de vida”, com o objetivo de promover um sentimento comum entre as nações que, havia pouco, tinham estado em lados opostos de uma guerra. Mais de dez mil obras foram enviadas para o júri técnico em Paris e destes, 25 foram selecionados e expostos em

galerias pelo continente.³⁹ Na Imagem 1.1, podemos visualizar a imagem que pretendia construir o discurso: a união entre os membros europeus é simbolizada por um cata-vento em que cada pá representa um país através de sua bandeira nacional. Ainda que de forma distante, compondo uma pá externa do cata-vento, também estão presentes os Estados Unidos, pertencendo ao mesmo grupo que forma a fonte de energia, cada nação desempenhando o seu papel. A legenda sela a mensagem: “qualquer que seja o tempo, nós apenas chegamos ao bem-estar JUNTOS”. A união ainda é colocada em um pedestal e todo o seu entorno é obscuro e sombrio. Ou seja, fora da união, incertezas e nebulosidade. O plano de reconstrução era a certeza da vitória. Isso é ainda mais significativo se levarmos em consideração que era um discurso produzido por europeus, ainda que seguindo as diretrizes do concurso.

³⁹ Hoje, esses cartazes estão todos em exibição permanente no *George C. Marshall Museum*, em Lexington, Virginia, Estados Unidos. No sítio eletrônico do museu, onde também estão disponíveis para consultas todos os cartazes, lê-se: “Esses pôsteres foram projetados para promover a ideia de coesão da Europa Ocidental e a integração dos países com a remoção de barreiras de comércio e instituições de ajuda intergovernamentais de comércio”. Disponível para consulta em <http://marshallfoundation.org/blog/marshall-plan-poster-contest/>. Consulta em 18/04/2015.



Imagem 2 - Fonte: marshalfoundation.org

Dessa forma, o Plano de Reconstrução Europeia facilitou não apenas a integração econômica, mas também promoveu a ideia de uma partilha de interesses comuns primeiramente entre os países europeus e, extensivamente, com os Estados Unidos. Os passos que seriam seguidos a partir daí demonstram esse caminho: em março de 1948, Grã-Bretanha, França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo assinam o tratado de Bruxelas, que assegurava a defesa coletiva em caso de agressão externa a quaisquer membros do acordo. Já em maio do mesmo ano, o senador

estadunidense Arthur Vandenburg propôs a criação de um tratado de segurança com os países europeus aliados aos EUA, tratado este que deveria aderir às regras internacionais da ONU, mas possuir existência independente do Conselho de Segurança da mesma, onde a URSS possuía poder de veto. Nos meses subsequentes, intensas negociações teriam lugar com o objetivo de definir os termos do acordo e as questões de financiamento da estrutura da organização, para, finalmente, em abril de 1949, ser assinado o Tratado de Washington, que criava o *North Atlantic Treaty Organization* – NATO, ou Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN. Dava-se, assim, corpo e visibilidade ao bloco ocidental, pois, tal como colocou Paul Kennedy, “a aliança da OTAN fez militarmente o que o Plano Marshall tinha feito economicamente: aprofundou a divisão da Europa em dois campos”⁴⁰, o democrático liberal e o socialista soviético.

Uma dificuldade semelhante à implantação do Plano Marshall também iria ser vivenciada por esse novo organismo internacional. Por parte dos europeus, muitos protestavam contra o que se considerava ser um “imperialismo estadunidense”. Já entre determinados setores da sociedade estadunidense, existia a resistência de alguns cidadãos em utilizar o dinheiro de seus impostos para a defesa da Europa.

J. Walter Thompson ficou encarregado da publicidade da OTAN durante o delicado período de 1956 a 1959, quando a Organização do Tratado do Atlântico Norte passou por uma crise de identidade diante do protesto dos cidadãos dos Estados Unidos contra os custos de defender a Europa e do início dos protestos europeus contra o imperialismo dos Estados Unidos. A recomendação de JWT foi que esse “escudo da liberdade” buscasse uma nova imagem, uma que, visando o vindouro décimo aniversário da OTAN, em 1959, iria transformar a “aliança” em “comunidade”. Assim, a publicidade iria “tornar claro para o mundo a devastadora superioridade, tanto moral quanto material, da concepção ocidental de Homem e da sua dignidade”. O aniversário da OTAN, a música da OTAN, e os slogans promocionais da OTAN, tais como “Boa

⁴⁰ KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro, Campus, 1989. p. 362.

noite – durma bem – a OTAN permanece em guarda”, “OTAN, quatro letras que significam PAZ” e “Desde a OTAN, nem uma polegada de território perdido” iriam funcionar “para forjar uma história de comunidade e tradição”.⁴¹

Entretanto, uma comunidade não se faz apenas de aparelhos econômicos e militares. Faz-se necessário também construir um laço de pertencimento e comunhão de interesses, valores e ideais de forma a cimentar e dar identidade a esse grupo. Em outras palavras, é preciso construir uma comunidade imaginada⁴², ligada não por apenas uma língua comum⁴³ – afinal, o alvo desse discurso incluía cerca de uma dezena de línguas, sem contar inúmeros dialetos – mas também por pensamentos, atitudes e um sentimento de comunhão. Era preciso, em última instância, a construção de si. E, como nem todos fazem parte desse grupo, o outro também passa a ser elaborado e edificado em discursos opostos, em uma permanente alteridade.

⁴¹ DE GRAZIA, Victoria. *America's advance through 20th century Europe*. Harvard University Press, 2005, p. 238.

⁴² A referência aqui é ao conceito desenvolvido por Benedict Anderson, ainda que em contexto e situação distintos. A analogia se faz possível pois, tal como Anderson pensa o conceito de nação, a formação de um bloco hegemônico que partilha de instituições econômicas, militares e culturais, também possui um sentimento de pertença comum que tem raízes em uma construção cultural. Assim percebo a ideia de Comunidade Atlântica e, posteriormente, Mundo Ocidental, como uma construção imagética, que não possui organização política, fronteiras definidas ou mesmo uma história comum, mas baseia-se numa partilha de valores, ideais e sentimentos de pertença comuns, ou seja, de uma imagem mental de unidade. Isso não implica dizer que ela seja ilusória ou irreal. Ao contrário, ela se realiza no campo do simbólico e nele constitui subjetividades. Em última instância, para citar Anderson, “ela é imaginada pois, mesmo os membros da mais minúscula nação jamais conhecerão, encontrarão ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles”. ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 32. Cabe ressaltar, no entanto, que tal comunhão não suplanta outras comunidades imaginadas, tais como a nação ou outras existentes dentro dessa mesma comunidade, mas funciona em diálogo e, por vezes, em conflito com estas.

⁴³ Faço aqui novamente menção ao apelo de Winston Churchill a uma comunhão dos países de língua inglesa, já discutido anteriormente neste capítulo.

Um dos esforços nesse sentido foi o *Congress for Cultural Freedom* – CCF, que começou a funcionar efetivamente em 1951, mas possui uma história prévia. Em março de 1949, o *Waldorf Astoria Hotel* em Nova Iorque, foi palco de um evento um tanto esquisito para esse cenário: a conferência para a paz mundial, organizado por intelectuais de esquerda, muitos dos quais adeptos do socialismo e outros ainda simpatizantes do regime estalinista. O objetivo era discutir ideias e caminhos para uma paz mundial entre as duas potências, uma vez que a Guerra Fria já havia se tornado uma realidade e atritos mais sérios ocorridos no ano anterior, como o bloqueio de Berlim⁴⁴, puseram em cheque a paz entre os dois blocos hegemônicos. No mesmo espectro, Stálin havia assumido, desde o discurso de Churchill, uma postura defensiva internacionalmente, acusando o bloco capitalista de ser o grande promotor da discórdia com o lado soviético e, para coroar essa postura, passou a encabeçar uma campanha pela paz. Desconfiados das intenções soviéticas, intelectuais do bloco ocidental, liderados pelo filósofo Sydney Hook, um ex-comunista, professor na Universidade de Nova Iorque e editor de da revista socialista *The New Leader*, se organizaram para tentar roubar a cena na conferência. O grupo de Hook se autodenominou de *Americans for Intellectual Freedom* (Americanos Pela Liberdade Intelectual)⁴⁵ e passou a assediar os membros da

⁴⁴ Com a divisão da Alemanha em quatro setores administrativos, instituída da Conferência de Potsdam, em 1945, a cidade de Berlim, apesar de fazer parte da área sob administração soviética, por sua importância como capital do país, também sofreu a mesma repartição. Em 1948, as áreas da cidade controladas pelas potências ocidentais optaram por adotar o Marco Alemão como moeda principal em suas respectivas zonas, pressionando o restante da cidade a fazer o mesmo. Por não haver concordado com a medida, Stálin optou por bloquear totalmente o acesso à cidade pela via terrestre, impedindo assim a chegada de produtos e suprimentos dos países ocidentais às suas respectivas áreas de influência. A medida causou atritos entre os líderes dos dois lados da conjuntura bipolar, o que gerou receios do recurso às armas para solucionar o caso, fato que não ocorreu. A solução dada pelas potências democráticas liberais foi o uso do abastecimento aéreo, o que terminou por levar ao fim do bloqueio pouco menos de um ano depois de seu início.

⁴⁵ A composição do grupo era bastante heterogênea, contando com ex-comunistas, socialistas críticos do estalinismo e mesmo alguns liberais. No entanto, em geral, procuravam seguir uma linha mais a esquerda. Entre os membros desse grupo, estavam os críticos Dwight MacDonald, Mary McCarthy, o compositor Nicolas Nabokov e o jornalista Arnold Beichman. Para mais informações sobre o grupo e sua organização, vide WARNER, Michael.

delegação soviética com perguntas constrangedoras, além de promover um comício noturno em área próxima ao do evento. A estratégia ganhou notoriedade e virou manchete dos jornais dos dias seguintes. A partir dali, membros do governo estadunidense, especialmente da divisão de coordenação de políticas da CIA (*Office of Policy Coordination*) passaram a se interessar pela atividade e organizaram uma conferência para contra-atacar as reuniões em nome da paz mundial do ano seguinte, que teria lugar em Paris. Reuniram um grupo de intelectuais de esquerda para uma série de palestras de cunho anticomunista. A ideia era mostrar que o comunismo – na época confundido com estalinismo, como veremos no capítulo a seguir – desagradava até mesmo a esquerda bem informada. No entanto, diferente do ocorrido em Nova Iorque, a contra-conferência não foi tão satisfatória, pois se notou tardiamente que entre os intelectuais anticomunistas havia também um grande sentimento antiamericanista. Após longas discussões e disputas internas de poder, Sydney Hook e seus aliados do governo estadunidense conseguiram convencer a CIA a apoiar secretamente uma nova conferência que teria lugar em Berlim. O local foi escolhido estrategicamente. Enquanto em Paris a esquerda possuía uma tradição de formar uma via própria, sem vincular-se a arregimentações externas, e alguns intelectuais, como J. P. Sartre e Merleau-Ponty, se recusavam a criticar a URSS, Berlim estava sitiada e possuía severas críticas e ressentimento para com os soviéticos. Assim, entre 26 e 29 de junho de 1950, a cidade dividida seria palco do *Congress for Cultural Freedom*, com um total de 118 participantes para debater temas como *Ciência e Totalitarismo*, *O Artista e a Liberdade*, *O Cidadão em uma Sociedade Livre* e *A defesa da Paz e Liberdade*. Nomes como Arthur Schlesinger Jr., Bertrand Russel, James Dewey, Karl Jaspers, Benedetto Croce participaram do evento. O argumento principal foi de que no ocidente havia liberdade de pensamento, até mesmo para criticar o capitalismo, se assim se desejasse. O sucesso foi estrondoso. A partir dali, o grupo organizador da conferência passou a compor um escritório permanente, com sede em Paris e financiamento secreto da CIA, para promover os ideais comuns do bloco capitalista, o sentimento de comunhão entre eles, o respeito à liberdade intelectual e às diferenças de pensamento que compõem uma comunidade e também

Origins of the Congress for Cultural Freedom, 1949-1950. *Studies in Intelligence* Vol. 38. No. 5, Ano 10 (1995). Disponível online em <https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/kent-csi/vol38no5/pdf/v38i5a10p.pdf>

construir propaganda de cunho antissoviético através de diversas revistas editadas para esse fim, entre elas *Der Monat*, *Preuves*, *Encounter Cuadernos* e *Tempo Presente*, buscando atingir o maior número de leitores possível em diferentes partes do bloco ocidental. Mesmo após a publicação dos vínculos da instituição com a CIA, ela manteve suas atividades por mais alguns anos, perdendo paulatinamente a credibilidade e sendo finalizada em meados da década de 60.⁴⁶

Vemos, portanto, a busca de construção de uma comunidade imaginada do bloco ocidental de uma forma bem elaborada, iniciada por projetos concretos de viés econômico e militar suportadas por discursos de unidade e comunhão de interesses e valores que ajudaram a selar o que hoje chamamos de mundo ocidental. O conjunto dessas iniciativas permitiram ver e dizer o bloco ocidental enquanto um espaço se não coeso, ao menos comum, que partilhava, ideias, projetos de civilização, sonhos. Isso demonstra o poder dos conceitos como formados por e formadores de imagens; foi a partir delas que se conseguiu forjar o sentimento de pertença comum e consolidar-se o imaginário dos mundos apartados na Guerra Fria.

Dando ainda mais materialidade a esse imaginário, foi criado, na administração Eisenhower, o *People-to-People program*, com o objetivo de angariar o apoio da opinião pública para o internacionalismo da Guerra Fria e, assim, reforçar o sentimento do “nós”. De acordo com Klein, essa era

uma tentativa de fazer a ideia de interdependência internacional ganhar vida no imaginário popular. Os criadores do programa também o viam como um meio de direcionar algumas das questões que se faziam os formuladores de políticas desde o início da Guerra Fria: como nos podemos “esquentar” a Guerra Fria de forma a criar um apelo aos “corações” estadunidenses? Como podemos transformá-la em uma cruzada positiva? Como podemos encorajar os estadunidenses a

⁴⁶ Apesar do aparente progressismo e liberdade do grupo, vale salientar que o objetivo principal era a arregimentação dos intelectuais para o lado capitalista. Buscava-se mostrar o lado soviético como uma via impensável e eliminar quaisquer possibilidades de terceira via, que deveriam ser sugadas para dentro do espectro ocidental. Ou seja, de uma forma quase paradoxal, usava-se o discurso da liberdade como um captador de dissidências. Uma estratégia que, com algumas fissuras, teve resultados de longo prazo.

abandonar seu prolongado isolacionismo e aprender a se verem em relação com outras pessoas ao redor do mundo? [...] Em última instância, o programa foi um esforço no sentido de dar ao imaginário global de integração uma fundação material, institucional.⁴⁷

O programa consistia em uma integração de mais de 40 comitês que promoviam o contato entre estadunidenses e pessoas em todo o mundo de acordo com interesses em comum em questões cotidianas, como comitês de leitura para estimular a troca de livros e discussões, comitês para colecionadores de selos e outros hobbies, comitês musicais, etc.. Um exemplo dessas iniciativas foi a produção, através de um comitê para cartunistas, de um livreto de mais de cem páginas ensinando aos turistas estadunidenses como se comportar no exterior. Ou seja, buscava-se agenciar as trocas culturais dentro de um determinado sentido ou padrão desejado; as pessoas deveriam se portar, agir e até mesmo divertir-se de forma concertada, ajudando assim na construção de um sentimento de pertença comum, de um “nós”.

Uma iniciativa mais ousada nesse sentido foi a busca da diplomacia estadunidense em unir esforços no sentido de divulgar o *American way of life* como grande paradigma mundial a partir de demonstrações práticas e comparativas da cultura que tinham como superior e o modo de vida que o comunismo proporcionava. Um passo nessa direção foi a assinatura de acordos culturais com a União Soviética em fins da década de 1950. Entre as ações deste acordo estava a realização de feiras de exposições científicas, tecnológicas e culturais, incluindo aí moda, hábitos cotidianos e, em especial, produtos industrializados, tanto nos Estados Unidos como na União Soviética. Com isso, o governo estadunidense buscava não só convencer o público visitante que seu modelo era mais livre – fato que se comprovava pela variedade de produtos culturais e de consumo proporcionada pelo livre mercado – mas também provocar a derrocada do modelo soviético por dentro, através da sedução do consumo.

Uma vez assinado o acordo, a primeira feira ocorreu em junho de 1959, com uma exposição soviética no *New York Coliseum*. Para a abertura da feira, Khrushchev enviou seu primeiro ministro, Frol Kozlov para mostrar a Eisenhower e seu vice, Nixon, cópias do Sputnik, lançado anos antes, e de cápsulas espaciais, além de

⁴⁷ Klein, *op. Cit.*, p. 49. Original em Inglês. Tradução livre.

“maquinaria pesada, um modelo de um quebra-gelo nuclear (‘É nisso que usamos a energia atômica’), e muitas peças de arte do realismo socialista glorificando o regime, mas eles também viram moda, peles, pratos e artigos de vidro, o modelo de um apartamento de um trabalhador mobiliado em um estilo ultramoderno, modelos de televisores, carros moscovitas com mais cromo que o Buick 1959, e corredores e mais corredores de lavadoras e geladeiras”.

Em declarações oficiais explicando a escolha das exposições, os russos pareciam quase arrependidos de trazer tantas amostras de Sputnik-e-produtos-siderúrgicos para Nova York, já que seu objetivo era no futuro, no qual um país agrário propunha se transformar em um refúgio do consumo.⁴⁸

Apenas um mês depois, em julho de 1959, seria a vez da Feira de Moscou, palco do famoso *Kitchen Debate*.⁴⁹ Nada menos do que cinco milhões de dólares foram gastos para promover a exposição – em grande parte investidos pelas grandes corporações, já que o Congresso

⁴⁸ MARLING, Karal Ann. *As seen on TV: the visual culture of Everyday Life in the 1950s*. Harvard University Press, 2000, p. 258. Original em Inglês. Tradução livre.

⁴⁹ Assim foi como ficou conhecido um caloroso e improvisado “bate-boca” entre Nixon e Khrushchev, através de seus intérpretes, quando da abertura da Feira de Moscou. Em seu passeio pelos pavilhões para apresentar as novidades de consumo e a vida cotidiana do estadunidense comum para o líder soviético, Nixon procurava ressaltar as vantagens do livre mercado e da produção em massa, que, dizia ele, era vantajoso para todos. Diante dessas apresentações, Khrushchev rebatia, ora falando das desigualdades sociais e do trabalho escravo mascarado em liberdade do modelo capitalista, ora argumentando que os soviéticos haviam lançado o Sputnik, e, portanto, estavam à frente dos Estados Unidos em tecnologia e, assim que concluíssem os investimentos no que era mais importante, em cinco ou seis anos ultrapassariam os Estados Unidos também nos bens de consumo. A batalha perdurou durante toda exposição, causando alguns momentos de desconforto para os tradutores e os demais membros das comitivas que os acompanhavam. O debate concluiu com uma cena de aparente bom humor de ambos, quando a guia estadunidense apresentou o circuito fechado de TV projetado para exibir as atividades em cada canto de uma das casas modelo e o líder soviético disparou: “Isto deve estar sempre quebrado”, ao que o vice-presidente estadunidense respondeu “Naaa”, e ambos sorriram.

estadunidense vetou uma grande soma dos verba pública que havia sido solicitada para esse fim. Ali, o visitante poderia se deparar com exposições de moda, estandes de produtos de beleza, quiosques de comida com distribuição gratuita de Pepsi-cola – que foram consumidos à taxa de dez mil copos por hora durante os 42 dias da feira! – além de modelos de supermercados, casas pré-fabricadas e, especialmente, da cozinha estadunidense.

Para Richard Nixon, as novidades de consumo para a cozinha representava os princípios fundamentais do American way of life. Liberdade. Liberdade do trabalho maçante para a dona de casa. E democracia, a oportunidade de escolher o melhor modelo de uma oferta ilimitada de cores, características e preços que o livre mercado tinha a oferecer. Para Nikita Krushev, toda a exposição estadunidense era uma amostra do excesso lamentável e da trivialidade burguesa. Onde estavam as demonstrações científicas, os Sputniks estadunidenses? “O que é isso?”, perguntou o jornal *Izvestia*. “Uma exposição nacional de um grande país ou uma rede de lojas de departamento?”⁵⁰

Os Estados Unidos acreditavam na força sedutora do seu modo de vida, e investiam pesado para convencer o mundo, incluindo os domínios soviéticos, de que esse era o melhor modelo a ser seguido. Confrontando seus produtos e seu cotidiano com aqueles existentes do outro lado do planeta, eles se propunham tanto a plantar uma semente de discórdia entre os habitantes do mundo soviético, mostrando suas “maravilhas modernas”, como a consolidar a escolha do mundo ocidental pelo *American way of life*.

Casas modelo e supermercados dramatizavam os benefícios da produção em massa para a família média estadunidense. Dessa forma, eles foram sempre importantes dispositivos de propaganda da Guerra Fria, oferecendo provas tangíveis e convincentes da superioridade do sistema econômico que tão casualmente lançava maravilhas para economizar esforço, jantares

⁵⁰ *Ibidem*, p. 243.

congelados (carne e batata frita), e agradáveis salas de estar mobiliadas pela *House Beautiful*.⁵¹

Em resumo, a Guerra Fria cultural impulsionou o forjamento de uma cultura pretensamente global com base no *American way of life* com vistas a combater a expansão do projeto civilizador comunista representado pela União Soviética através de um conjunto extremamente bem articulado de ações.

Washington criou uma variedade de programas de diplomacia cultural que fomentou conexões intelectuais para além das fronteiras nacionais e encorajou sentimentos positivos com relação aos EUA. Esses programas introduziram o mundo a pintura abstrato-expressionista, enviou músicos de jazz em turnês e disponibilizou livros estadunidenses através das bibliotecas da USIA. O programa *people-to-people* surgiu dessa esforço de diplomacia cultural: ele era destinado a um público internacional e objetivado para espalhar a cultura, valores e ideias estadunidenses no exterior. Ele procurava criar uma oposição à propaganda Soviética através da promoção de encontros cara a cara entre estadunidenses e pessoas de outros países e, assim, mostrar como os Estados Unidos “de fato” eram.⁵²

O sucesso desse bloco de ações seria incontestável. O forjamento do Bloco Atlântico constituiu-se na base do que se passou costumeiramente, alguns anos depois, a chamar mundo ocidental, que teve por base o modelo civilizatório estadunidense, incorporando seu estilo de vida, assentando a base da visibilidade do que se entende por cultura ocidental, comunidade imaginada que persiste até nossos dias. Vemos, assim, como um conjunto bem articulado de práticas discursivas instituíram imagens fundantes de um projeto de civilização que coordena o modo de viver de um considerável grupo de pessoas até a atualidade. Foi justamente a força desse discurso que possibilitou a construção imagética do nós e do outro na divisão do mundo em duas esferas distintas não apenas de poder, mas de ser e perceber (n) o mundo, pois essas imagens constituíram identidades e subjetividades, limitando

⁵¹ *Ibidem*, p. 245.

⁵² Klein, *op. Cit.*, p. 50. Original em inglês. Tradução livre.

o alcance dos sonhos e projetos de futuro possíveis enquanto foram vigentes.

E o escopo de ação da guerra fria ideológica não ficou restrito apenas à área de dentro dos muros da comunidade imaginada. Ela também foi travada na disputa por áreas do globo onde se buscava arregimentar os países da periferia do sistema bipolar para dentro de sua esfera de influência. Não é casual, nesse sentido, o despertar de um extremo interesse por aspectos da vida e cultura asiática durante os anos de 1945-1961 dentro dos Estados Unidos, fato descrito com maestria por Cristina Klein em *Cold War Orientalism*. Nesse período, segundo essa autora, filmes, revistas, séries fotográficas, livros de turismo, reportagens em frequência alarmante entre outros aspectos culturais voltariam seus olhares para a Ásia na busca de compreender melhor como viviam e pensavam os habitantes daquela parte do globo.

Esse novo olhar para o leste se justificava pela crescente consciência da importância estratégica do continente asiático – e, em menor grau, o africano – no período em questão. Livrando-se das amarras imperiais iniciadas em sua maioria no século anterior, ambos os continentes buscavam um espaço dentro do novo sistema internacional onde pudessem construir uma nova identidade e promover seus processos de desenvolvimento independente das amarras coloniais dos países capitalistas. E, nesse contexto, a ideia do comunismo soava mais apropriada aos ouvidos das forças políticas nacionais que desejavam reformas profundas. Instava ao bloco capitalista agir dentro da política de contenção e conquistar as mentes e corações dessas novas nações para o seu núcleo de poder, sendo, portanto, os países do bloco asiático importantes peças desse jogo.

Em perfeita simbiose com o momento de uma renovada produção de bens culturais em seu país, o governo estadunidense inicia um esforço de promoção da Ásia através de programas de intercâmbio, treinamentos de pessoal diplomático e técnico para melhor compreensão dos assuntos asiáticos, no qual, evidentemente, a educação teria um papel de destaque. Tal fato fica claro no discurso proferido por Francis Wilcox, um funcionário do Departamento de Estado, para uma plateia de educadores na Filadélfia, em 1957. Como descreve Klein,

Wilcox enfatizou o profundo efeito que a descolonização estava tendo nos Estados Unidos. Ele começou descrevendo a crescente influência das novas nações asiáticas e africanas e a subsequente transformação da Guerra Fria de um

plano militar para o ideológico. Ele explicou que a União Soviética, que em fins da década de 40 e início da década de 1950 tinha “expandido seu império” para a China, Coreia e Indochina através do uso da força, estava agora mudando para uma “intensa guerra de ideias, ideologias, propaganda e subversão” elaborada para ganhar a confiança dos povos em descolonização através de meios pacíficos. (...) Ele instou sua audiência de educadores a ajudar no treinamento da nova geração de estadunidenses para o seu “novo papel” de liderança mundial através de lições sobre países como Indonésia, cuja localização estratégica e vastos recursos naturais a tornavam de grande valor para ambos: soviéticos e EUA.⁵³

A Guerra Fria, portanto, como procurei antecipar acima, nada tinha de fria no campo ideológico. Houve sim um embate direto entre as duas potências rivais na construção de uma autoimagem positiva e no convencimento das potências emergentes – nos espaços ainda em disputa e mesmo nos já arregimentados para uma ou outra esfera de influência – de que o seu projeto civilizador era o mais positivo.

Neste ponto, quero propor aqui uma aproximação com o conceito de *orientalismo* muito bem desenvolvido por Edward Said em sua obra homônima⁵⁴, onde ele sugere que o exercício do poder imperial europeu sobre o oriente foi pautado e mesmo justificado nas representações que se faziam daquela região. Assim, segundo Said, o orientalismo foi um discurso ocidental estruturado numa ideologia da diferença na qual o ocidente e o oriente eram elaborados como entidades internamente coerentes e mutualmente excludentes. Em outras palavras, o orientalismo foi uma política de enunciação ocidental do oriente guiada por uma lógica binária de construção do “nós” e do “eles”, que são entendidas como essências autoevidentes e necessariamente opostas entre si, sendo uma delas superior e a outra a ela subordinada. Tais práticas enunciativas do outro justificaram, ainda e acordo com Said, a dominação europeia nos países Asiáticos durante o século XIX e parte do XX.

⁵³ *Ibidem*, p. 21.

⁵⁴ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Destarte, tal como a construção do oriente se deu de forma a corroborar o projeto político e civilizador europeu no século XIX, enquadrando-se numa questão da alteridade, ou seja, de uma construção de si a partir de uma definição do seu outro, a construção do mundo atlântico também fez parte de uma política enunciativa de elaboração do bloco hegemônico ocidental com vistas a construção de uma aliança identitária de oposição a um outro a ser desqualificado e combatido.⁵⁵

Com isso, vemos a importância de se entender as estruturas simbólicas da Guerra Fria – sendo elas tão ou mais importantes que as questões políticas, militares e econômicas geralmente priorizadas pela historiografia do tema – pois é nessa esfera que se fundam os modos de ver, perceber e agir dos sujeitos históricos. Em outras palavras, é através do simbólico que são organizados os modos de agir no universo histórico; é a partir de um conjunto cultural simbólico que decisões políticas são tomadas, que subjetividades são formadas ou que “os dominados aceitam ou rejeitam as identidades impostas que visam a assegurar e perpetuar seu assujeitamento”.⁵⁶

⁵⁵ Cabe chamar a atenção para a historicidade dos eventos aqui comparados. Não estou tentando sustentar uma continuidade entre o imperialismo europeu do século XIX e as políticas estadunidenses durante a Guerra Fria. Ao contrário, defendo que se trata de eventos históricos específicos, cada qual elaborado por condições de possibilidade histórica diversas, ainda que possuam algumas semelhanças. Como bem colocou Christina Klein, “enquanto muitas representações estadunidenses sobre a Ásia produzidas antes da Segunda Guerra Mundial encaixam confortavelmente no modelo do orientalismo de Said, muitas representações do pós-Guerra da Ásia comunista não se encaixam, ainda que não se contradigam inteiramente. A razão para isso reside na evolução do entendimento estadunidense da Raça. (KLEIN, *op. Cit.*, p. 11).” A comparação que proponho aqui vai um pouco mais além e diz respeito a relação saber/poder e como foram utilizadas como mecanismos de enunciação de políticas específicas dentro de uma geopolítica de poder mundial. Assim, tanto a construção do oriente pela Europa no século XIX descrita por Said como a enunciação de um bloco atlântico pelos EUA no período em questão dizem respeito a políticas enunciativas elaboradas na alteridade e que visam a afirmação de si pela definição do outro enquanto um elemento inferior que deve ser guiado ao caminho correto ou mais positivo.

⁵⁶ CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 11.

1.3 Interlúdio

Guerra de Imagens. Assim o historiador Serge Gruzinski⁵⁷ define aquele que seria um dos primeiros conflitos culturais estabelecidos no século XVI entre o conquistador europeu e os habitantes da recém “descoberta” América. Para Gruzinski, a relação imagética entre esses dois grupos distintos culturalmente se mostrou conflituosa principalmente pela postura que teriam apresentado os espanhóis com relação à suas imagens. Com o objetivo de impor a cultura cristã ocidental a povos tidos como inferiores, os primeiros conquistadores estabeleceram um controle da produção, exposição e mesmo comercialização das imagens religiosas. Desejavam que os índios, como nomearam os povos habitantes daqueles territórios, abolissem seus ídolos pagãos e cultuassem o Deus cristão como a única via para a salvação espiritual. E para além do empecilho da barreira linguística, o uso de imagens para atingir seus fins mostrou-se mais apropriado por outras questões:

Ao arrogarem o monopólio da representação do divino, os espanhóis exibem de vez o alcance de sua superioridade – de seu ‘imperialismo’, nós diríamos. Do deus deles resultam, tanto quanto a força que têm, a interpretação da ordem visual e figurativa, o jeito de ver os homens e o mundo, e também aquela fronteira traçada por toda parte entre o profano e o idólatra, que divide seres e coisas e que tanto pesou no destino das culturas indígenas.⁵⁸

A imagética religiosa estava arraigada à ordem visual espanhola, e, portanto, era indissociável de seu projeto político. Ai o conflito estava dado: na ordem visual indígena, buscava-se não a representação do real, decalcá-lo em sua forma realista, mas referir-se a um sentido, o que muitas vezes mesclava a referência ao próprio sentido. Para os espanhóis, no entanto, o culto às imagens pagãs constituía grave heresia. Importava evitar, como era corrente àqueles tempos, a equiparação ou mesmo substituição da imagem pelo seu referente: o Deus ou os santos.

⁵⁷ GRUZINSKI, Serge. *A Guerra das Imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492 – 2019)*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

⁵⁸ GRUZINSKI, *Op. Cit.*, pp. 77.

Portanto, a necessidade do controle daquilo que era produzido e por quem seria produzido.

Numa tentativa de converter o maior número possível de índios e não conseguindo suprir a demanda por imagens para este fim, a administração colonial optou por utilizar o trabalho de artistas indígenas para a cópia das imagens cristãs autorizadas. “Desde o início, o papel do artista indígena é circunscrito: consiste em reproduzir o mais fielmente possível um original europeu. Ele entra no jogo limitado à cópia, e a criatividade indígena deve se restringir a mostrar a habilidade técnica ou a virtuosidade [...]”⁵⁹. Ora, cabia ao índio a mera reprodução, mas não a concepção daquilo que estavam produzindo. Havia reduzido espaço para subjetividade nesse trabalho, portanto, pouco ou nada daquela cultura que se queria transmitir seria assimilado. Se não se consegue conceber algo, não se consegue absorver, não há subjetivação.⁶⁰

A história do conflito imagético europeu no novo mundo narrada por Gruzinski segue depois outros rumos que não me cabe apresentá-los. Contudo, tal acontecimento rememora outras três relações imagéticas que dizem respeito à temática que tomo como objeto: primeiro, a guerra de imagens que venho descrevendo entre o “mundo livre” ocidental e o totalitarismo soviético. Ou seja, a Guerra Fria, como vivida no contexto das democracias liberais, não passou de uma guerra imagética, de um

⁵⁹ Idem, pp. 108.

⁶⁰ Estou entendendo os conceitos de *subjetividade* e *subjetivação* aqui de acordo com uma leitura híbrida, baseada nos pensamentos de Guattari e Foucault. Assim, por subjetividade, estou entendendo uma dimensão interna ao sujeito que não implica uma posse, mas algo produzido ininterruptamente a partir dos contatos com o outro, com a natureza, com os acontecimentos, enfim, com tudo aquilo que é capaz de produzir mudanças nas formas de ver e entender o mundo. A subjetivação, por seu turno, é a produção da subjetividade, incluído aí tudo aquilo que concorre e torna possível essa construção, pois, segundo Guattari, a “subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social”. GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007. Assim, no processo de produção de subjetividade, concorrem múltiplos componentes, dando a valores, ideias, percepções, sentidos muito singulares. Isso não implica dizer que não existam subjetivações coletivas, sociais. Elas existem e são uma característica, segundo Guattari, mas não exclusiva, do modo de produção capitalístico moderno. Discorrerei mais sobre essas questões ao longo dos capítulos. Vide também: FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

conflito entre dois projetos de poder hegemônicos, pautados por ideais civilizatórios distintos e rivais, um positivo e progressista o outro negativo e limitador das liberdades, que se digladiaram através das imagens que o ocidente, sob a liderança dos Estados Unidos da América, buscou construir de si e do seu outro; segundo, tema que não será aqui estudado, uma outra guerra de imagens um tanto similar à primeira, no entanto com uma sensível diferença: esta envolve não apenas uma alteridade, mas duas. Trata-se da busca de construção do comunismo por parte dos Estados Unidos e do capitalismo imperialista por parte do bloco soviético; por fim, o tema que começo a tratar agora: a presença estadunidense nas Américas durante a Guerra Fria, especialmente tal como pôde ser percebida, sentida e visualizada no Brasil.

1.4 Relações Brasil – Estados Unidos: a construção de um paradigma

Um dos aspectos que nos permite a aproximação de períodos tão apartados temporalmente é a questão conceitual. Boa parte a historiografia sobre as relações Brasil – Estados Unidos faz uso das ideias de dominação, chegando mesmo a comparar as relações dos Estados Unidos com os outros países americanos como uma nova colonização, considerando a presença estadunidense ao sul de suas fronteiras como uma imposição.⁶¹ Não desmerecendo tais trabalhos, que tiveram e têm contribuído para o debate sobre a questão, adoto aqui outra vertente analítica. Na esteira das renovações nas pesquisas promovidas pela chamada *virada cultural*, quando a história permitiu-se aproximar mais de disciplinas irmãs tais como a filosofia, a antropologia, a sociologia, entre outras, acredito que a cultura é um organismo vivo, dinâmico e circular, não cabendo, portanto, o termo imposição. Semanticamente, *imposição* significa “ação de obrigar a aceitar” ou “aplicação de meios compulsórios” e, portanto, possui um caráter limitador da agência de quem recebe a ação. Supor que o Brasil sofreu um imposição cultural estadunidense, não só implica dizer que

⁶¹ Dentre tais trabalhos, mas não limitados a estes, cito: ALVES, Júlia Falivene. *A invasão cultural norte-americana*. São Paulo: Ed. Moderna, 1988, e BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, que, apesar da discordância em termos interpretativos, constitui-se em importante trabalho do ponto de vista descritivo do período, como veremos no decorrer deste texto.

elementos culturais podem ser determinados a alguém, esvaziando o princípio dialógico e histórico da cultura, como também implica uma relação onde apenas um dos sujeitos age, sendo uma relação passiva.

Contrário a isso, acredito que, como bem demonstrou Gruzinski, a mera repetição de algo não assenta raízes e não promove assimilações. Estas são frutos de trocas, aceitação, desejos, que, assim, promovem subjetivações. Não nego (nem afirmo!) a possibilidade ou tentativa de impor valores e ideias por parte de um grupo cultural a outro, seja lá por que motivações, no entanto, negações e resistências sempre se farão presentes e mesmo soberanas quando a questão é aquilo que nos molda enquanto sujeitos. Portanto, optarei aqui pelos conceitos de assimilação e, como será mais frequente, paradigmáticação.⁶²

Antes de apresentar minhas considerações sobre a Guerra Fria propriamente dita, todavia, faz-se importante discutir um pouco sobre possíveis tramas históricas que possibilitaram a ocorrência deste conflito que cerca temporalmente o objeto aqui analisado. Ao dotar este acontecimento de historicidade, ficarão claros não só os caminhos que o engendraram como também o recurso à imagética de Gruzinski para introduzir este capítulo.

A história da relação entre o Brasil e os Estados Unidos no século XX apresenta muitas controvérsias e divergências teóricas e mesmo temporais. Muito já se debateu, se produziu e se publicou a esse respeito nos dois lados do hemisfério, mas ainda estamos longe – por sorte! – de constituir algum consenso historiográfico neste quesito.

Para alguns autores, os olhos brasileiros se voltam para aquela nação ao Norte ainda durante o período colonial, sendo o modelo de regime republicano estadunidense uma inspiração para algumas revoltas contra o regime imperial, tal como a Revolução Pernambucana de 1817.⁶³ Um pouco mais consistentes, no entanto, parecem ser as

⁶² O mesmo se pode dizer a respeito do conceito de Imperialismo. Acredito na sua existência histórica, no entanto, defendo que se trata de um conceito datado historicamente, e que, para os eventos do século XX, especialmente os que analiso aqui, tal termo precise ser reinterpretado sob o risco de cometer-se anacronismo. Discutirei melhor essa questão em nota no capítulo a seguir.

⁶³ Defendem este ponto de vista: KAHLER, Mary Ellis. *Relations between Brazil and United States: 1815-1825*. Washington: The American University, 1968 e CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

narrativas que datam a história da aproximação entre os dois países do início da consolidação do Estado Brasileiro, quando da independência da colônia frente à metrópole em 1822, tendo sido os Estados Unidos, então orquestrados sob a inspiração da recém lançada Doutrina Monroe⁶⁴, a primeira nação ocidental independente a reconhecer o novo status político do Brasil, em maio de 1824.⁶⁵

Outros autores, contudo, defenderam que tal relacionamento, mesmo considerando-se sua gestação mais cedo, teria se consolidado de fato apenas algumas décadas depois, já que os efeitos de tal relação só seriam sentidos no Brasil com o passar do tempo. É o caso de Demétrio Magnoli, para quem o direcionamento da política exterior brasileira para a vertente estadunidense a partir do Segundo Reinado, apesar de alguns conflitos e momentos mais isolacionistas no continente, fez surgir um embrião de ideais *americanistas* que brotaria na abolição da escravidão e proclamação da República.⁶⁶

Ainda nesse sentido, Moniz Bandeira chamou de *americanização* à inspiração política que iluminou a Proclamação da República e a constituição que a seguiu. Diz ele: “a americanização do Brasil significava, para os homens que assumiram o poder em 15 de novembro de 1889, o fim da herança colonial, a industrialização, o progresso da democracia.”⁶⁷ Para este autor, tal processo e os posteriores acordos econômicos feitos pelos primeiros governos republicanos brasileiros representavam “as linhas gerais do processo de penetração dos Estados Unidos no Brasil, da luta contra a preeminência da Inglaterra, para o estabelecimento do seu próprio sistema imperialista”.⁶⁸ Apesar de

⁶⁴ A chamada Doutrina Monroe resultou de um pronunciamento do presidente James Monroe ao congresso estadunidense em 2 de dezembro de 1823 e que iluminou o pensamento e ação da política exterior daquele país durante grande parte do século XIX. Tendo como princípio a máxima “A América para os Americanos”, tal doutrina correspondia a uma resposta aos desejos de recolonização das Américas por parte dos países europeus apoiados pela Santa Aliança, e tinha por princípio a não aceitação de intervenção do velho continente em assuntos internos aos países Americanos.

⁶⁵ CARVALHO, Delgado de. *História diplomática do Brasil*. São Paulo : Nacional, 1959.

⁶⁶ MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: UNESP, 1997.

⁶⁷ BANDEIRA, *Op. Cit.*, pp. 133.

⁶⁸ *Idem*, pp. 136.

discordar do autor quanto a esse último aspecto, é inegável o olhar brasileiro para o modelo da nação do Norte, dado que se refletiu na escolha do modelo federativo – ainda que com grandes diferenças – no nome dado à nação pela constituição de 1891 e na escolha da bandeira provisória representativa da nação após a proclamação da república, que, apesar de ter durado apenas alguns dias, assemelhava-se em todos os aspectos àquela dos Estados Unidos da América.

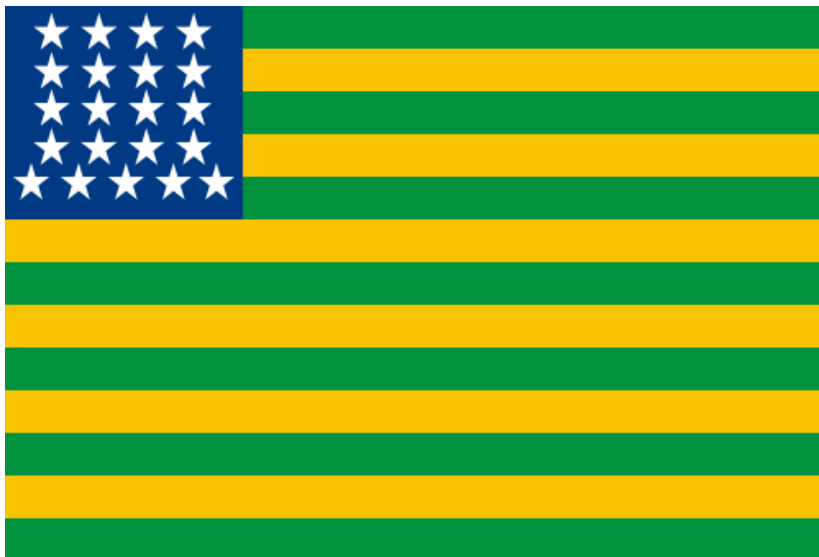


Imagem 3 - Fonte: Google Imagens.

Para além das questões políticas, há também trabalhos quem defendem um estreitamento cultural entre tais nações nesse mesmo período. Mirian Jorge Warde, por exemplo, acredita que, mais que nos ideais políticos, o Brasil espelhava-se também em modelos educacionais estadunidenses já em meados do século XIX.⁶⁹

Contudo, quando o foco é o plano cultural mais amplo, a maior parte da historiografia converge suas análises para o século XX. É esse o caso mesmo do já citado Moniz Bandeira, que, diferentemente do que

⁶⁹ WARDE, Mirian Jorge. Americanismo e Educação: um ensaio no espelho. IN: *São Paulo em Perspectiva*, Jun. 2000, vol.14, no.2, p.37-43. Disponível na internet em: www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9786.pdf.

afirma para os planos político e econômico, defende que só podemos falar em uma influência cultural estadunidense no Brasil pós Primeira Guerra Mundial. Antes disso, diz ele, “a formação cultural do Brasil era predominantemente europeia”.⁷⁰

A influência cultural dos Estados Unidos, que, no Brasil, acompanhou a ascensão da burguesia, só se acentuou após a guerra imperialista de 1914-1918. O cinema, a descoberta dos irmãos Lumière que Hollywood aperfeiçoou e lhe deu bases industriais, permitiria aos Estados Unidos a propaganda de massa, a imposição do seu *way of life*, de sua *culture*, de seus objetivos políticos e militares.⁷¹

Para defender sua ideia, Bandeira apresenta diversas estatísticas demonstrando a crescente importação e, conseqüentemente, para ele, o consumo de produtos daquele país por parte dos brasileiros, pois “a pauta de importações indica, nitidamente, as transformações culturais que se operavam”.⁷²

Podemos notar, ainda, um grande número de artistas e intelectuais brasileiros admiradores da cultura estadunidense nas duas primeiras décadas dos 1900. Era o caso, dentre outros, de figuras como Anísio Teixeira e Monteiro Lobato. O primeiro era um entusiasta da democracia de Washington, chegando mesmo a criticar “os *profetas da Idade Média*, que temiam a *corrupção da grandeza americana*”⁷³, e o último exaltava com vigor o progresso e a civilização daquele país. De acordo com Lustosa, Lobato acreditava que

as elites brasileiras possuíam uma mentalidade “bacharelesca” e colonizada, muito voltada para os padrões franceses de pensamento e comportamento. Para se superar esse “atraso” e “inadequação ao progresso”, ainda segundo Lobato, fazia-se necessário elevar a mentalidade dominante, substituindo-a por uma “‘mentalidade científica’, o que seria possível através da

⁷⁰ BANDEIRA, *Op. Cit.*, pp. 207. Grifos no original.

⁷¹ Idem, Idem.

⁷² Idem, pp. 208.

⁷³ Idem, pp. 209.

valorização do ensino técnico onde se ensinasse a trabalhar”.⁷⁴

Seria esse entusiasmo dos intelectuais ou quaisquer das questões apresentadas pelos autores apontados até aqui indícios confiáveis de uma proferida *americanização* do Brasil? Analisemos mais de perto esses argumentos, a começar pelo último.

Ora, ao considerarmos a própria necessidade de exaltação de uma cultura estrangeira, apresentando seus louros e virtudes, podemos, já de entrada, ao menos suspeitar que tal cultura não faz parte da vivência daquele que a glorifica, pois, se assim fosse, não se faria referência a ela como algo estrangeiro, e sim como seu, ainda que desse a referência de suas origens. Some-se a isso o fato de que tais relatos, quase sempre, são apresentações de modelos que se deseja seguir: louva-se algo em detrimento daquilo que se tem e se considera que se deve mudar; dá-se uma sugestão de modelo a seguir, esboça-se um paradigma.

Ainda, como contrapartida aos entusiastas do americanismo nas décadas iniciais do século XX, havia também os seus delatores, denunciando a violência e o automatismo existentes na cultura da emergente nação da América do Norte. Agripino Grieco acreditava que “os Estados Unidos eram a ‘barbárie civilizada, Gengiskhan com telégrafo’”. Eduardo Prado e Alceu Amoroso Lima acompanhavam, ainda que com diferentes argumentos, a opinião de que os Estados Unidos não se constituíam em modelo fiável para o Brasil.⁷⁵

Percebe-se, assim, a existência de uma querela de, se assim podemos livremente comparar, antigos contra modernos.⁷⁶ A sociedade

⁷⁴ LUSTOSA, Isabel. *A descoberta da América: o lugar dos EUA no Modernismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1995, pp. 5. *Apud* ARRAES, *Op. Cit.*

⁷⁵ BANDEIRA, *op. Cit.*, 1978, p. 210.

⁷⁶ A referência aqui é à querela francesa do século XVII, quando intelectuais pertencentes à Academia de Letras daquele país digladiaram-se através de palavras em torno da escolha de que referências tomar ao exaltar o rei Luís XIV, o chamado Rei Sol. A dúvida ficava entre recorrer aos clássicos greco-romanos para tal fim, ficando os adeptos dessa escolha conhecidos como *antigos*, ou optar por obras mais recentes, ligadas à história do cristianismo ou do Renascimento, sendo os defensores desta última opção conhecidos como *modernos*. Optei por fazer esta analogia aqui por ela rememorar um momento similar na História do Brasil. No Recife da década de 20, os chamados modernos, faziam referência à literatura vinda do Sudeste como sinônimo da

brasileira dos primeiros anos da república, ainda engatinhando em seu processo de modernização, podia até conviver com a presença de produtos e ideias estadunidenses circulando entre si, mas certamente isto não é suficiente para afirmarmos que o Brasil havia assimilado a cultura daquele país. A imensa maioria da população, incluindo os intelectuais e membros das classes mais abastadas, ainda possuía referências europeias, como denunciavam hábitos cotidianos, a moda, a literatura, a arquitetura.

De volta às questões políticas, acredito ser necessária muita ginástica mental para afirmar que seguir o modelo republicano estadunidense seria um indício da americanização do Brasil quando esta era a nação mais próspera do continente, referência de sucesso no combate ao domínio europeu cuja memória o movimento de 15 de novembro de 1889 buscava, ao menos de início, afastar para constituir uma identidade inteiramente nova. Ainda mais, é preciso lembrar que havia pouquíssimos outros exemplos de regimes republicanos nos quais se espelhar no mundo no início do século XX, principalmente se levarmos em consideração as tradicionais nações modelo para o Brasil, sendo a Suíça e a França as únicas nações que seguiam esse regime na Europa. Por fim, há quem afirme que a inspiração do movimento republicano brasileiro estaria nesta última nação, não nos Estados Unidos.⁷⁷

mais alta produção artística de todos os tempos. Louvavam-se autores como Manoel Bandeira, Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Monteiro Lobato como sinônimos da mais alta produção artística brasileira de todos os tempos. Com os elogios às obras, vinham também as referências às opções políticas, destacando-se as de Lobato aos Estados Unidos. Do outro lado, os chamados tradicionalistas, rechaçavam o que consideravam estrangeirismos, e que a verdadeira arte era a regional. Dentre estes, destacou-se Gilberto Freyre, que se dizia um “tradicionalista ao seu estilo modernista”. Para maiores informações e o desenrolar dessa questão, vide ARRAES, Marcos A. M. S.. *Op. Cit.*. Quanto à querela francesa, vide: DEJEAN, Joan. *Antigos contra Modernos: as guerras culturais e a construção de um fin de siècle*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁷⁷ Sobre a questão do movimento republicano e a instauração da República no Brasil, suas inspirações e busca por identidade, vide a obra do historiador José Murilo de Carvalho: CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987; CARVALHO, José Murilo de. *Formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

No quesito econômico apresentado por Bandeira acredito haver um equívoco interpretativo. Mesmo se considerarmos que seus dados estatísticos são precisos, e há quem discorde deles⁷⁸, considerar apenas elementos quantitativos da importação/exportação de produtos estadunidenses não demonstra, muito menos nitidamente como ele coloca, as transformações culturais por que passava o país. Ora, a simples presença de produtos importados não indica uma absorção cultural estrangeira. Podemos citar uma simples razão para a preeminência de produtos estadunidenses no mercado brasileiro: basta lembrar que a Europa se envolveu em um conflito armado em seu território por longos quatro anos, demorando a recompor seus mercados internos, que dirá externos.

Entendo que Bandeira talvez tenha considerado a ideia clássica do fetichismo da mercadoria em Marx e que, ao consumir um produto, não se consumia o seu valor de uso, mas um valor simbólico.⁷⁹ Ainda assim, o autor parece ter analisado apenas um lado da moeda: o da

⁷⁸ É a opinião, por exemplo, de Frank D. McCann, que, diversamente de Moniz Bandeira, acredita que há uma relativa ausência de produtos estadunidenses no Brasil nas décadas iniciais do século XX. Vide o artigo: MCCANN, Frank D. Brasil e Estados Unidos: dois séculos de relacionamento. IN: MUNHOZ, Sidnei J.; DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira (orgs.). *Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI*. Maringá: Eduem, 2011.

⁷⁹ Segundo Marx, em determinada fase do capitalismo avançado, as mercadorias passam a desenvolver um significado muitas vezes independente daquele planejado por seu produtor, e esse significado acaba por agregar valor às mesmas. Assim, as mercadorias elevam-se ao seu valor de uso e passam a ter significados muito maiores e subjetivos no meio social. O fetichismo seria justamente a relação social mediatizada por essas mercadorias. MARX, Karl. *O Capital*. Capítulo I, Seção 4. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/>. No sentido do consumo, tal ideia foi incorporada na teoria da Sociedade de Consumo de Jean Baudrillard, que faz uma crítica da sociedade “em que o signo é a mercadoria”, explicitando que nesse tipo de sociedade, para além do valor de uso e de troca dos objetos, o que predomina é o valor-signo, ou seja, um sentido construído a partir de imagens, de representações. Para ele, a atividade de consumo implica na ativa manipulação de signos, fundamental na sociedade capitalista, na qual mercadoria e signo se juntaram para formar o que ele chama de *commodity sign*. Essa manipulação simbólica se faz por parte da mídia, da propaganda e do marketing. BAUDRILLARD, Jean. *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70, 2003.

oferta, esquecendo-se de estudar a procura. O fato de alguém possuir um veículo estadunidense não indica que foi influenciado pelos valores simbólicos atrelados àquele produto.

No mesmo sentido, é preciso questionar a ideia de imposição cultural. Como já apresentei anteriormente, as subjetividades não podem ser impostas, não se substitui ou subjuga-se outro conjunto cultural. Por mais poderosas que sejam as armas de divulgação / oferta de produtos, culturais ou não, precisamos entender a recepção e aceitação a estes produtos, pois os hábitos, comportamentos, estruturas de pensamento, enfim, tudo aquilo que reunimos sob o conceito de *cultura*, são campos dinâmicos, que passam por apropriações, ressignificações, reaparelhamentos, e para isso, é preciso que a “novidade”, aquilo que lhe é exterior, de alguma forma, faça sentido para ser incorporada por quem a recebe.⁸⁰

Em suma, acredito serem questionáveis as hipóteses apresentadas por tais autores. Todas focam em apenas um ou alguns poucos aspectos muito específicos e dúbios, não sustentáveis a uma segunda e apurada análise. Novamente, refiro-me a Gruzinski: para que um produto ou ideia seja assimilado e institua subjetividades, é preciso ser aceito, assimilado, para, então, poder fazer parte do complexo cultural significante maior. No caso dos índios, a mera reprodução das imagens em nada lhes contribuía para assimilar a ordem visual cristã. De forma análoga, em nosso caso, a simples presença e circulação de produtos e ideias provenientes dos Estados Unidos nas cidades brasileiras não indicam uma assimilação do *way of life* daquele país.

Claro que é preciso ter em mente que os Estados Unidos possuíam uma política expansionista desde sua consolidação enquanto nação independente, em fins do século XVIII. Guiados pela doutrina do *Destino Manifesto* – segundo a qual era dever daquele país, determinado por Deus, expandir-se e levar a outros povos os princípios da democracia e da liberdade – ampliaram, durante todo o século XIX, o

⁸⁰ Estou seguindo aqui a ideia de cultura desenvolvida por autores como Michel de Certeau, Roger Chartier, Clifford Geertz. Para tanto, vide: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Volume 1, As artes de fazer. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004; CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a História entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002; GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. São Paulo, LTC Editora, 1989.

seu território em quase 10 vezes o território original das 13 colônias. Consolidadas suas fronteiras e minados os conflitos internos com o final da Guerra Civil⁸¹, os estadunidenses passaram a voltar seus interesses expansionistas para o continente Americano, no que, para alguns, constituiu uma reedição ou mesmo continuidade do imaginário do Destino Manifesto.⁸²

Desde então, muitas foram as políticas de Estado estruturadas com este fim, merecendo destaque no que diz respeito à América Latina a já citada Doutrina Monroe e também a *Big Stick Diplomacy*. Esta última, estabelecida já no século XX pelo então presidente Theodore Roosevelt, tinha como princípio não poupar, quando necessário, o uso da força militar para garantir os interesses políticos e econômicos de seu país em territórios estrangeiros.

Contudo, apesar dos efeitos econômicos, políticos, sociais e mesmo humanos dessas políticas para alguns países latinos, o que não irei discutir aqui devido ao pouco reflexo que teve no Brasil, não significa que possamos dizer que os Estados Unidos se tornaram um modelo cultural para quaisquer países da região. Ao contrário, tais

⁸¹ Também conhecida como Guerra de Secessão, aconteceu de 1861-1865 entre Estados confederados do Sul aristocrata, escravista e latifundiário, com Estados do Norte do país, estes industrializados para quem o modelo produtor do Sul trazia muitos entraves. Para mais informações, vide EISENBERG, Peter L. *Guerra Civil Americana*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982, e WRIGHT, John D. *História da Guerra Civil Americana*. São Paulo: M.Books, 2008.

⁸² Para mais informações sobre o expansionismo estadunidense e a atualidade da discussão sobre o imaginário do Destino Manifesto, vide JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao Sul do Rio Grande. Imaginando a América Latina em Seleções: Oeste, wilderness e fronteira (1942-1970)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000; O artigo: Sem autor. Manifest Destiny warmed up? Disponível para consulta em: <http://www.why-war.com/news/2003/08/14/manifest.html>. Último acesso: 25/03/2013; HAYNES, Sam W. and MORRIS, Christopher, eds. *Manifest Destiny and Empire: American Antebellum Expansionism*. College Station, Texas: Texas A&M University Press, 1997. MCDUGALL, Walter A. *Promised Land, Crusader State: The American Encounter with the World Since 1776*. New York: Houghton Mifflin, 1997; ORTEGA Y MEDINA, Juan Antonio. *Destino Manifesto: sus razones históricas y su raíz teológica*. México: Secretaría de Educación Pública, 1972.

efeitos resultaram sim em um antiamericanismo contundente em algumas nações.⁸³

Esses momentos caracterizaram o que Monica Hirst definiu como períodos de aliança e aproximação entre os países, mas não de uma efetiva paradigmática. Ou seja, negociavam-se acordos, políticas e parcerias, mas nenhum paradigma fosse econômico, político ou cultural em sentido amplo havia se formado.⁸⁴

Insisto: falar em cultura é falar em subjetividades, e a subjetividade é governada pelo desejo.⁸⁵ Para haver assimilação é preciso fazer crer e fazer desejar. Em outras palavras: seduzir. E isso só irá acontecer com o *american way of life* no Brasil a partir do final dos anos 30 do século XX. É nesse momento que a Casa Branca irá rever sua política exterior e substituir as, até então, truculentas ações, interferências e intromissões na América Latina e propor um novo relacionamento, desta vez baseado no entendimento e amizade. Tal iniciativa foi batizada de *Política da Boa Vizinhança*, e foi proposta por Franklin D. Roosevelt na conferência pan-americana de Montevideu em 1933. Com essa iniciativa, Roosevelt esperava conquistar “mentes e corações” para a política e cultura estadunidense em toda a América através da ideia de amizade e irmandade entre os vizinhos. O Brasil, como país destaque ao sul do continente, mereceria atenção especial e, posteriormente, passou a ser considerado o “embaixador” dessa política diante de conflitos que surgiriam em nações como a Argentina.⁸⁶ Todavia, inicialmente, tal política teve pouca reverberação, já que o foco estadunidense estava voltado para a resolução dos problemas internos que se manifestavam como consequência da crise da bolsa em 1929. Mas o cenário iria mudar.

⁸³ Sobre essa questão, vide: CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais da América Latina: novos e velhos paradigmas*. São Paulo: Editora Saraiva, 2007, e KATZENSTEIN, Peter J. e KEOHANE, Robert O. (Eds.). *Anti-Americanisms in World Politics*. Nova York: Cornell Paperbacks, 2007.

⁸⁴ HIRST, Mônica. *Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

⁸⁵ GUATARRI; ROLNIK, *Op. Cit.*

⁸⁶ Para detalhes dessa questão, vide: MOURA, Gérson. *O Aliado Fiel. A natureza do alinhamento brasileiro aos Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial, no contexto das relações internacionais*. Londres, University College, Tese de Doutorado, 1982.

Em meados da década de 1930, a crescente militarização das grandes potências europeias e a formação de alianças militares já indicavam a iminência de um conflito armado. Tal fato acelerou a busca por acordos comerciais externos àquele continente, uma vez que os mercados internos eram incertos ou já estavam envolvidos no jogo das alianças.

É nesse contexto que a Alemanha, então interessada em fornecedores privilegiados de matérias primas para sua indústria de Guerra, volta-se para a América do Sul em busca de minérios, borracha e outros bens de primeira necessidade para suprir seus intentos futuros.

O Brasil, por sua vez, desejava mudar sua base econômica e promover seu desenvolvimento através da industrialização. Para tanto, importava ampliar suas exportações e barganhar acordos de investimentos para a construção de suas indústrias de base.

Assim, os interesses de Hitler iriam se mesclar com os objetivos desenvolvimentistas de Vargas. A aproximação entre as nações, então, se deu com o chamado *Comércio de Compensação*, através do qual era realizada a troca de mercadorias sem a intermediação de moedas fortes, escassas em ambos os países. Por esse meio, a Alemanha, além de conseguir os produtos desejados, ainda podia promover o nacional-socialismo “pela via aberta do comércio, uma vez que chegavam, através desses acordos, livros, filmes e outros produtos que continham, em si, esses valores arraigados”.⁸⁷ Para o Brasil, as vantagens ficaram em escoar parte de sua produção agrícola e conseguir o treinamento de altas patentes do exército pelos oficiais alemães além de alguns equipamentos bélicos.

Com esse novo cenário, a Casa Branca entra em estado de alerta. Alerta este que se transformou em tensão quando da deflagração da guerra em 1939. O temor agora era a possibilidade de o Brasil, e, a partir dali, todo o continente, cair sob a influência nazista. Documentos dos serviços de inteligência estadunidense já alertavam que parte do exército brasileiro via com muita simpatia o regime hitlerista e sugeria

⁸⁷ ARRAES, *Op. Cit.*, pp. 20. Para mais informações sobre o comércio de compensação, vide: MENEZES, Albene Miriam F. Alemanha e Brasil: o comércio de compensação nos anos 30. In: BRANCATO, Sandra Maria Lubisco; MENEZES, Albene Miriam F. (Orgs.). *Anais do simpósio cone sul no contexto Internacional*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

intervenção imediata, apresentando mesmo estudos dos melhores pontos para desembarque de tropas em caso de invasão.⁸⁸

Nesse contexto, Roosevelt, no fim do seu segundo mandato presidencial e interessado em uma segunda reeleição, dedicou sua campanha eleitoral ao tema da política externa, recebendo, através de aliados, duas propostas de como proceder no caso da América Latina.

A primeira delas, contendo propostas mais formais e burocráticas, veio de um grupo que tinha entre seus líderes o subsecretário de estado Sumner Welles. Já a segunda proposta previa a criação de uma agência destinada a preparar políticas para a América Latina centrando foco na questão das relações culturais e veio de um grupo de magnatas chefiados por Nelson Aldrich Rockefeller, herdeiro do multimilionário John D. Rockefeller Jr., empresário estadunidense dono de companhias que atuavam no mercado latino-americano, entre elas a Standard Oil Company. Entusiasmado com as ideias desse grupo e também interessado em poder contar com o grande poder financeiro de Nelson Rockefeller, Roosevelt recusou as propostas do primeiro grupo e tomou todas as providências para que em 16 de agosto de 1940 fosse criado o Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics.⁸⁹

Essa agência, então, foi dada ao comando de Nelson Rockefeller e subordinada ao Departamento de Estado, mas, aos poucos, exercendo sua influência e demonstrando sua habilidade na coordenação das políticas para a América Latina, o magnata foi ganhando espaço e poder. Em 1941, após algumas reformas, o escritório passou a se chamar *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*, o que já demonstrava seu novo status, agora com amplos poderes. A partir daí, a agência passou a gerenciar toda concepção e execução de boa parte da política externa da Casa Branca para a América Latina.

⁸⁸ Conforme documento DE 40.04.19 – CPDOC/FGV. The military situation on the east coast of South America. Submitted by the military attaché, Rio de Janeiro, Brazil – April, 23, 1940.

⁸⁹ ARRAES, *Op. Cit.*, pp. 24.

Através de suas políticas, que incluíam um vasto arsenal econômico e, principalmente cultural, com a produção de filmes, cartazes, divulgação de produtos, programas de rádio, programas de intercâmbio técnico e científico, realização de feiras e convenções, etc., o OCIAA visava, inicialmente, a combater a influência nazista no continente e consolidar ali a hegemonia estadunidense.

Num primeiro momento, Nelson esperava que, com ajuda financeira, pudesse manter politicamente estável a região ao sul do Rio Grande. Sem dúvida, ele estava envolvido na luta contra a expansão do nazismo, mas acima de tudo prevalecia a visão política do empresário que queria afastar da América Latina os produtos alemães que concorriam com os americanos.⁹⁰

Como forma complementar ao trabalho de construção da imagem dos EUA na América Latina, o Escritório de Rockefeller também se preocupou em mostrar um pouco da cultura daqueles países nos Estados Unidos. Após pesquisas com cidadãos estadunidenses, a agência descobriu que a imagem que se tinha dos latinos estava muito corrompida, sendo muito comumente associada a pessoas preguiçosas, vagabundos e bandidos.⁹¹ Tal fato se devia, entre outros fatores, à produção cinematográfica de Hollywood, que frequentemente utilizava-se de atores latinos para representar esses tipos. Era preciso mudar essa concepção, já que a ideia era promover um intercâmbio cultural em via de mão dupla, ainda que, na prática, ocorresse de forma mais intensa para um dos lados. E foi com esse objetivo que o OCIAA fechou parcerias com as empresas de Walt Disney visando à criação de personagens e filmes que poderiam servir ao interesse da Boa Vizinhança. Nasceram assim figuras como o *Zé Carioca* e filmes como

⁹⁰ TOTA, Antônio Pedro. *O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 51.

⁹¹ Pesquisa realizada em 10 de dezembro de 1940 entre cidadãos estadunidenses de diversas partes do país. Era solicitado ao participante escolher, entre 19 palavras, aquelas que melhor definiam as pessoas das Américas Central e do Sul. Podiam-se marcar quantas palavras se desejasse. Retrógrados, preguiçosos e irritadiços estiveram presentes em 44%, 41% e 49% respectivamente. Vide: BENDER, Pennee. Supporting Dictatorship in World War 2 News. IN: HOLLOWAY, David. BECK, John (ed.). *American Visual Cultures*. New York: Continuum, 2005, pp. 116-124.

Alô, amigos!. Da mesma forma, artistas como Carmem Miranda seriam promovidos em Hollywood na tentativa de, mesmo que de forma caricata, demonstrar aos latinos que os estadunidenses também conheciam um pouco de sua cultura.

Os noticiários, filmes de Hollywood e filmes educativos produzidos ou influenciados pelo OCIAA durante a Segunda Guerra Mundial ajudaram os cidadãos dos Estados Unidos a redefinir sua identidade nacional em relação à América Latina. [...] [O] retrato dominante de latino americanos nos noticiários mudaram sensivelmente de bandidos e massas indisciplinadas para imagens de ordem e hierarquia. [...] O OCIAA idealizou um programa de propaganda para superar anos de estereótipos negativos sobre latino americanos e vender a Política da Boa Vizinhança para as pessoas da América Latina e também dos Estados Unidos.⁹²

Transformavam-se, assim, os tradicionais métodos de relacionamento dos Estados Unidos com os países latino-americanos: passaram das políticas intervencionistas e repressivas dominantes na política externa daquele país, para uma batalha discursiva. Contudo, se a forma mudava, o caráter e objetivo permaneciam os mesmos: expandir o *americanismo* e a democracia por todo o continente, se não sob os métodos, ao menos sob a luz do Destino Manifesto.

E com o intenso trabalho de difusão cultural, os brasileiros passaram a conhecer melhor o cinema, o estilo de vida, a moda, os produtos e uma série de outros artigos culturais e de consumo advindos dos Estados Unidos. Nesse momento, muitos preconceitos foram desfeitos e muitos passaram a admirar e mesmo encantar-se por aquele país. Iniciava-se, assim, a construção de um paradigma *americanista* no Brasil. Os jornais, os programas de rádio e mesmo os comentários populares começavam a voltar seus olhos e interesses para a potência do Norte.⁹³

⁹² Idem, pp. 116. Original em inglês.

⁹³ É o caso, por exemplo, do Jornal do Comércio, de Recife, Pernambuco. Uma coluna que se intitulava Moda em Paris até maio de 1940, passa a chamar-se Moda em Hollywood já nas edições seguintes. Também nesse jornal podemos perceber cartas de leitores comentando fatos cotidianos apresentando uma imagem positiva, ressaltando-se a educação e gentileza, dos estadunidenses. Vide: ARRAES, *Op. Cit.*

E esse processo de produção discursiva perdurou durante toda a Segunda Guerra Mundial, mesmo após a assinatura de acordos de cooperação entre os presidentes Vargas e Roosevelt – quando o primeiro conseguiu barganhar o financiamento para a construção do que viria a ser a primeira indústria de base brasileira, a Companhia Siderúrgica Nacional, e o segundo conquistou a cessão de bases aéreas no Nordeste Brasileiro, considerada região estratégica de defesa continental e de apoio ao front no Norte da África – e posterior declaração de Guerra às potências do Eixo pelo Estado Brasileiro.

Com o fim da guerra europeia e a morte de Roosevelt em 1945, substituído por Henri Truman, a agência de Rockfeller seria progressivamente esvaziada de importância, juntamente com a política que lhe deu vida, até ser fechada em 1946.

Sua missão, contudo, havia sido cumprida. Hábitos cotidianos haviam se transformado e um novo paradigma cultural formado. E ainda mais importante: os valores máximos da nação estadunidense iam se consolidando em formas de imagens duradouras na mente de boa parte dos brasileiros com acesso à mídia impressa e, a partir da década de 1950, especialmente à televisão. Entre esses valores, a liberdade o basilar.



A RESPOSTA DA LIBERDADE

MAIS uma vez o flagelo caiu sobre o mundo! Os agentes do mal desencadearam o malefício, lançando o desafio aos princípios fundamentais da América—justiça, decência e liberdade. Mas a Liberdade está reagindo—e com energia. Estamos opondo a força uma força ainda maior, a organização uma organização melhor, ao sacrifício mais extensos sacrifícios. O Bell Airacobra é bem o símbolo da resposta da Liberdade—o mais mortífero dos aviões de combate monomo-

tores. O inimigo tem razões para temê-lo. Neste momento, um vasto exército de operários e engenheiros devotados a causa da Liberdade, está trabalhando noite e dia para produzir Airacobras em números vertiginosos. Ao seu serviço encontram-se as mais modernas facilidades técnicas. Como fruto da Democracia, o Bell Airacobra é exemplo digno da aptidão dos homens livres para chefiar os destinos do mundo—na paz como na guerra.




BELL Aircraft
CORPORATION
BUFFALO, NEW YORK, E. U. A.
Para a História da Aviação

Imagem 4 - Fonte: *Seleções do Reader's Digest*. 08-1942.

A peça publicitária da Imagem 1.4 é emblemática disso. O anunciante, a Bell Aircraft Corporation, uma empresa que fabricava aviões de guerra, não estava buscando clientes para seus produtos ao divulgar no *Reader's Digest* em português. Ela desejava algo mais. O

texto destaca o esforço de guerra e o papel da empresa no combate aos “agentes do mal”. E passa a destacar a liberdade como valor supremo: a palavra aparece nada menos do que cinco vezes – mais até que o nome da própria empresa que pagou a publicidade, que é mencionada apenas três vezes. No extenso texto, acompanhado por uma imagem meramente ilustrativa, são enunciadas as bases da imagética *americanista*: “Os agentes do mal desencadearam o malefício, lançando o desafio aos *princípios fundamentais da América – justiça, decência e liberdade*”. (Grifos meus). Nessa publicidade, o foco não era o produto ou a marca, mas os valores culturais que os tornavam possíveis.

Antes de prosseguir, peço, entretanto, ao leitor, que atente para uma última questão: a relação texto/imagem na peça publicitária. Ela demarca o modo de olhar do momento de sua produção. Retornarei a essas questões no Capítulo 3.

Em suma, procurei demonstrar até aqui como a historiografia em geral ajudou a consolidar um determinado imaginário da Guerra Fria a partir de interpretações do período como homogêneo, de conflito perene, diálogos escassos e paz impossível. No caso da historiografia brasileira, em particular, ao pensar o papel do Brasil na relação com os Estados Unidos e/ou seu lugar na lógica bipolar, predominaram durante muito tempo conceitos como o de “imposição”, “dominação”, “subserviência”, “alinhamento automático”, “servilismo”, etc. Ou seja, conceitos rígidos, fixos, que pouco explicam e terminam por limitar a possibilidade de agência de um dos sujeitos no que diz respeito às relações internacionais. Conceitos estes que, em última instância, cristalizaram imagens do lugar desempenhado pela nação no cenário internacional e que, por sua vez, constituíram e continuam constituindo identidades colonizadas e subjetividades subordinadas.

Isso se torna evidente nas visões e interpretações a respeito dos Estados Unidos presentes ainda hoje em nossa sociedade: as mais comuns ou olham para aquele país como o lugar da redenção, espaço de realização dos sonhos impossíveis em um país tão atrasado, corrupto e problemático como o Brasil; ou veem na potência estrangeira a fonte de todos ou quase todos os males existentes na economia e sociedade nacionais, frutos dos anos de dominação imperialista que freou as possibilidades de desenvolvimento locais.

Essas visões não têm qualquer raiz nas relações culturais e construções de paradigma que busquei demonstrar até o momento, mas sim nas imagens cristalizadas pelas interpretações de tais acontecimentos. Volto a dizer, os modelos culturais não devem ser

vistos como prejudiciais e limitadores das tradições e culturas locais. Elas acontecem de forma dialógica, a partir de releituras, interpretações, assimilações, rejeições, colagens, enfim, todo um universo dinâmico de ingestão e digestão cultural, para me apropriar da metáfora tropicalista do movimento modernista brasileiro.

Destarte, o objetivo aqui foi mostrar justamente esses diálogos de culturas, trazer para a superfície da interpretação histórica o campo do simbólico, devolver a agência aos sujeitos que tiveram suas mãos atadas, olhos vendados e bocas caladas nesses acontecimentos, estabelecendo, com isso, novo equilíbrio nas interpretações políticas, econômicas, sociais e culturais na narrativa histórica.

Busquei também evidenciar as fissuras, maleabilidades, aproximações e relativizações da rigidez do “guarda-chuva bipolar” da Guerra Fria, dando visibilidade aos diálogos diplomáticos e acordos culturais entre Estados Unidos e União Soviética, o que demonstra que, apesar da rivalidade, as aproximações, negociações e trocas entre ambos não deixaram de existir, mesmo em momentos de maior tensão.

Concluindo, portanto, foi com esse enquadramento do olhar que busquei demonstrar a tessitura da imagem e respectivos imaginários do chamado “mundo livre ocidental” por parte das estratégias discursivas estadunidenses que permitiram e ainda permitem hoje ver e dizer esse espaço na conjuntura global.

O esforço analítico, agora, se volta para a demonstração de um dos elementos dessas estratégias: o anticomunismo em suas diferentes conjunturas de ocorrência e visibilidade.

CAPÍTULO 2

DIÁLOGOS IMAGÉTICOS: RESSONÂNCIAS DO ANTICOMUNISMO NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS

Tendo já definido, no primeiro capítulo, o *americanismo*, suas percepções e seus efeitos no Brasil, o objetivo agora é apresentar o seu outro no momento da Guerra Fria, ou seja, o comunismo, para assim tentar compreender até que ponto os valores culturais estadunidenses (e ocidentais!) foram condições de possibilidade para a elaboração de um novo regime visual no Brasil no período em questão. Este capítulo, portanto, trata de uma relação de alteridade; como um conjunto ideológico bem definido construiu e enquadrou o seu outro dentro de mecanismos discursivos e efeitos de sentido a partir de imagens.

Aqui será feita uma análise cruzada de parte da historiografia do anticomunismo e de algumas imagens – fotografias, desenhos, ilustrações ou imaginários – divulgadas em diversos meios entre 1945 e 1964, tais como, as revistas *O Cruzeiro*, *Manchete*, entre outros. Tais veículos não necessariamente devem ser entendidos como fazendo parte dos mecanismos de enunciação anticomunista, mas, no entanto, como eles contribuíram ao reproduzir imagens nesse sentido, e a revista *Seleções do Reader's Digest*, esta sim, desde seus primeiros números, militando nas hostes do combate ao comunismo no Brasil e em todo o mundo ocidental.⁹⁴

⁹⁴ É comum na historiografia dos dois lados das Américas a análise do caráter anticomunista na revista *Reader's Digest*, sua edição original, bem como em *Seleções*, versão adaptada para o público brasileiro. Entre alguns desses trabalhos, cito: JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao sul do Rio Grande – imaginando a América Latina em Seleções: oeste wilderness e fronteira (1942-1970)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000; RAAD, Lenita Jacira Farias. “...denunciando os males do comunismo: o anticomunismo na revista *Seleções Reader's Digest (1950-1960)*”. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 2005; BEGHETTO, Lorena. *O pesadelo comunista ameaça o Ocidente: O anticomunismo na revista *Seleções do Reader's Digest (1946-1960)**. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba: UFPR, 2004. PEREIRA, Silvio Luiz Gonçalves. *Seleções do Reader's Digest (1954-1964). Um mapa da intolerância política*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2006. GLADCHUK, John J. *Hollywood and Anticommunism: HUAC and the Evolution of the Red Menace, 1935-1950*. New York: Routledge, 2007.

2.1. História e historiografia do anticomunismo no Brasil

Como já foi densamente discutido, o período da Guerra Fria teve como característica principal a construção de uma rivalidade Leste-Oeste, na qual os Estados Unidos buscaram, através de intenso trabalho de propaganda, deixar clara a incompatibilidade existente entre o modelo de sociedade ocidental, no qual seriam eles o supremo representante, e o oriental, encabeçado pela URSS. Nesse processo, o lado oposto foi caracterizado como o outro, que passou a ser definido, enquadrado, representado, enunciado e combatido a partir de uma verdadeira cruzada⁹⁵ anticomunista levada a cabo pelo governo estadunidense.

Cabe definir o que estou entendendo por anticomunismo, apresentando seus limites bem como suas práticas e representações. Assim, o anticomunismo é trabalhado aqui enquanto uma prática social de manifesta oposição a um conjunto de representações por ela construídas e que são definidoras daquilo que seria entendido como comunismo e comunista.⁹⁶ Foram tais representações que possibilitaram a consolidação de imaginários culturais a respeito do comunismo e seus adeptos, e, por isso, chegaram mesmo a ressoar em outros veículos cujo objetivo principal não era a prática combativa, como seria o caso de alguns órgãos de imprensa que, apesar de posicionarem-se contra tal ideologia, não tinham como objetivo primordial contribuir com a produção dessas representações, ainda que pudessem fazê-lo ocasionalmente. Para fins de simplificação, analisarei as matérias desses periódicos no mesmo bojo do imaginário anticomunista, pois, por vezes, estes foram compartilhados, divulgados, por vezes mesmo

⁹⁵ A referência ao conceito de Cruzada aqui é despreziosa, tratando-se de uma ressignificação a partir dos movimentos militares cristãos ocorridos entre os séculos XI e XIII que partiam do ocidente rumo a Palestina com vistas a conquista de Jerusalém, tida como a *Terra Santa*. O conceito têm sido reapropriado livremente, não sem os prejuízos do anacronismo, para designar embates sistemáticos, sejam eles físicos ou ideológicos, por um objetivo específico que subentende uma ideia de finalidade ou conclusão.

⁹⁶ Alguns veículos anticomunistas do período chegavam a utilizar o termo “Comunismo Internacional”, o que já demonstra certa intencionalidade nessa construção do inimigo.

ressignificados nesses veículos, sem contudo rechaçá-los ou desconstruí-los.⁹⁷

Ainda a respeito do anticomunismo, Carla Rodeghero argumenta que:

o anticomunismo é entendido como uma postura de oposição sistemática ao comunismo que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas. A historiografia tem mostrado que uma das suas facetas é o imaginário. O anticomunismo é uma construção imaginária na medida em que se constitui numa representação globalizante da situação vivida; em que define uma identidade distinguindo um “nós” – os não-comunistas [*sic*] – em relação aos “outros”, os comunistas; em que dirige a eleição de certos problemas e de soluções possíveis; em que se estrutura a partir de imagens, às quais podem ser dados diferentes significados; em que opera no campo das percepções e das emoções; em que provoca medo, mobilização ou passividade; em que se constitui numa realidade ao mesmo tempo distinta e interdependente da palpável.⁹⁸

Duas questões que compunham essa nova cruzada estadunidense encontraram um bom campo de reverberação em terras brasileiras: o próprio discurso – o anticomunismo – e a forma de proferi-lo – a alteridade.

[...] em termos do discurso jornalístico que se organiza no Rio de Janeiro sobre os comunistas,

⁹⁷ O objetivo aqui não é analisar o contexto ou as raízes da produção desses imaginários, mas sim entender as reverberações deles num contexto cultural mais amplo, onde diferentes modos de ver, entender e agir no mundo estavam em questão. Todavia, isso não significa dizer que os discursos anticomunistas não estiveram presentes nesses periódicos ou que eles não contribuíram com o combate ao comunismo. Como já dito, eles foram reproduzidos massivamente, em alguns momentos de forma mesmo intensiva, edição após edição. Quero apenas deixar claro a distinção entre produção e reprodução, para que não fiquem dúvidas a respeito do papel de cada sujeito na “cruzada anticomunista”.

⁹⁸ RODEGHERO. Carla Simone. *Capítulos da Guerra fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 21-2.

desde 1922, quando mais se nega o pensamento comunista – o outro – para inseri-lo no campo do Outro – inimigo dos valores ocidentais – mais [sic] afirma-se uma identidade brasileira no campo do Mesmo filiada ao imaginário ocidental cristão. A negação do PCB está, desse modo, correlacionada à confirmação do modelo ocidental.⁹⁹

Entende-se, portanto, que já existia um discurso anticomunista que já se constituía como o outro do comunismo no Brasil antes mesmo do alinhamento¹⁰⁰ aos Estados Unidos e da construção de um determinado paradigma cultural estadunidense como hegemônico no país.

Uma vasta historiografia do tema assume a chamada “Intentona Comunista” de 1935 como o fator que inicia a história da repressão ao comunismo no país, uma vez que esse foi o primeiro movimento nacional de grande relevância a defender certos propósitos desse regime. Contudo, tal marco vem sendo questionado por estudos que demonstram que o conflito em questão é ainda mais antigo. Como nos mostra Carla Silva,

[...] não podemos supervalorizar o período a partir de 1935, descaracterizando as disputas anteriores,

⁹⁹ MARIANI, Bethania. O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922, 1989). Rio de Janeiro: Revan, 1998. Apud Rodeghero, *op. Cit.*, p. 35

¹⁰⁰ O conceito de alinhamento é bastante controverso entre os historiadores. Alguns o utilizam de forma a denotar uma tácita aceitação ou endosso de modelos políticos ou culturais estrangeiros, o que subentende a subserviência a uma nação com mais poder em termos de relações internacionais. Outros já utilizam o conceito de forma mais crítica ao referir-se à opção política de uma nação em aceitar alguns ditames de outra nação considerada mais poderosa, mas não de forma impositiva e de forma a anular a autonomia da primeira. Estou aqui fazendo uma livre apropriação do conceito em referência à negociação brasileira com os EUA durante a década de 40 com vistas à entrada na guerra europeia. Aproximo-me mais, portanto, do segundo uso da palavra, por entender que esse processo se deu de forma autônoma e após intensas negociações, prevendo a troca de favores e satisfação de interesses de ambos os lados. No decorrer do texto, poderei, porventura, fazer pequeno desvio no uso do conceito para referir-me às negociações travadas no campo da cultura que permitiram a aceitação, também de forma autônoma e não impositiva, do paradigma cultural estadunidense no Brasil.

partes do mesmo processo. A existência da ANL foi um fator importante, enquanto um grande movimento de massas de contestação ao Estado varguista. A chamada Intentona Comunista, que ocorreu depois do fechamento da ANL, foi um pretexto concreto para o fechamento do Estado às liberdades civis. Mas, é importante que o apoio às diversas modalidades de ação repressiva nunca deixou de existir durante o governo provisório de Vargas. A existência do temor ao comunismo era anterior à ANL, e também à Lei de Segurança Nacional, o que faz com que o forjamento de um pensamento totalitário deva ser estudado também no período que precede à Aliança¹⁰¹.

Ainda de acordo com a mesma autora, é possível mesmo notar a ocorrência do termo “comunista” de forma ácida e negativa nos jornais brasileiros em meados do século XIX. Tal fato, no entanto, demonstraria antes a “relevância do ‘comunismo’ como um inimigo [dado que se verifica] nas diferentes utilizações do termo, que levaram à prática de considerar qualquer oposição ao sistema como sendo ‘comunista’.”¹⁰².

Vê-se, portanto, que o anticomunismo brasileiro não foi uma prática meramente importada, tendo surgido internamente e em perfeita sintonia com as questões endógenas da sociedade e política brasileiras nos momentos em que foi construído ou ressignificado. A esse respeito, Carla Silva defende que devemos tratar a prática anticomunista não como algo que irrompeu de um determinado evento, mas como um processo histórico. Segundo esta autora, não podemos considerar como referencial do anticomunismo apenas o comunismo como tal assumido, uma vez que essas manifestações no Brasil nem sempre estiveram relacionadas a ação ou mesmo existência de partidos ou células comunistas. A simples realização de greves por melhores condições de trabalho, por exemplo, já dariam margem para a emergência do discurso anticomunista, o qual centrava suas armas sobretudo contra a organização de movimentos sociais.¹⁰³

¹⁰¹ SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 31-32.

¹⁰² *Ibidem*, p. 27.

¹⁰³ *Ibidem*, *loc. Cit.*

É nesse sentido que Silva afirma que “as práticas anticomunistas existem e têm importância histórica não apenas enquanto reação em momentos de instabilidade social”¹⁰⁴. Por isso, continua a autora, é preciso “chamar a atenção justamente para o fato de que essa construção do comunista como o inimigo da nação e todas as suas decorrências deve ser buscada não apenas em 1935, deve ser estudada como processo histórico”¹⁰⁵.

A partir das leituras das autoras aqui apresentadas, entendo, portanto, o combate ao comunismo como se dando no campo discursivo, a partir da construção imagética do seu outro, operação essa que constitui subjetividades, incita reações emocionais e autoriza ações diversas no presente histórico em que ocorre. E, através dessa tecnologia de construção do inimigo, muitas foram as imagens relacionadas ao comunismo, tendo, grande parte delas, permanecido no imaginário anticomunista brasileiro numa longa duração¹⁰⁶, persistindo mesmo no período da Guerra Fria, quando outros interesses e relações de poder, em grande parte distintos daqueles presentes nas décadas anteriores, se faziam sentir.

Verifica-se, portanto, que, para além do momento histórico que tomarmos, o que estava presente era uma tentativa de controle do real pela imagem que objetivava, assim, forjar práticas de ação na esfera do real. O comunismo, então, seria

o grande tema mobilizador, responsável pela coesão dos diferentes setores e instituições e pelas propostas de reformulação da sociedade. O comunismo é o inimigo, figurado como a

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 32.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 35.

¹⁰⁶ Referência ao conceito elaborado por Fernand Braudel em sua obra *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, onde ele contrapõe três tempos históricos: o das oscilações rápidas, breves, eventos que mudariam em um curtíssimo tempo; o tempo cíclico e conjuntural, de média duração, a exemplo da história econômica e social; e o tempo longo, ou longa duração, que diriam respeito àqueles eventos quase imóveis, fenômenos extremamente longos, como a evolução das paisagens e da relação do homem com o meio. Faço uma livre interpretação do conceito para denominar o imaginário do anticomunismo como possuindo mais permanências que rupturas, mantendo grande parte das representações que o compõem ao longo de diferentes conjunturas e eventos históricos.

encarnação do mal e serão necessários vários atos de imagem para figurá-lo.¹⁰⁷

Tais “atos de imagem” diziam respeito justamente a elaboração do inimigo através de práticas discursivas que construíram representações sociais, que, por sua vez, possibilitaram ações de combate àquilo que se buscava definir como o comunismo. Ou seja, ações que tomavam por princípio uma imagem do inimigo a ser destruído.

Nas palavras de Sandra Pesavento,

As representações sociais são, por assim dizer, históricas, concebidas em cruzamento com práticas historicamente determinadas, mas não têm exata correspondência com o concreto. Elas comportam uma dimensão de sonho, desejo, utopia, de projeção de um inconsciente coletivo, forjando imagens daquilo que se desejaria que acontecesse. Da mesma forma, apresentam uma faceta de intencionalidade, manipulação, ilusão de espírito, viés este que se poderia denominar como ideológico.¹⁰⁸

Note-se que concreto e real aqui não são sinônimos. Mesmo que o ato de representar não substitua o objeto concreto pelo seu representante, isso não o afasta da esfera do real, enquanto dimensão do vivido, pois compõe tudo aquilo que nos faz ver, ler, entender, sentir, agir nesse real. Representar é também tomar posição e agir. Nossas ações cotidianas são pautadas nas imagens mentais que possuímos. Assim, os discursos, enquanto tessituras das representações sociais, não são invenções desligadas do real vivido, sendo nele que se efetiva. Discursos formam imagens e imagens são discursos. Portanto, longe de uma análise puramente metafísica, que supõe o discurso como sujeito, o que aqui proponho é entender o discurso como produto de ações dos sujeitos no plano do vivido, informando essas ações e sendo por elas transformado, em um processo dinâmico e perene.

¹⁰⁷ DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997. p. 42-43.

¹⁰⁸ PESAVENTO, Sandra. Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano. In: MAUCH, Cláudia et. Al. *Porto alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Editora da UFRGS/Editora da Ulbra/Editora da Unisinos, 1994. p. 126.143. Apud: Rodeghero, *op cit.*, p. 203.

Foram as representações elaboradas pelo discurso anticomunista, portanto, que, partindo de imagens, tornaram possível imaginar, ver e falar e agir sobre o comunismo em diferentes momentos da história brasileira.

2.2. Imagens e Representações do Anticomunismo no Brasil

No que diz respeito aos “atos de imagem” que comentei acima, a historiografia do anticomunismo no Brasil parece concordar em alguns temas presentes no imaginário de combate ao comunismo surgidos de diferentes matrizes e trabalhados em sua especificidade por diversos autores. Para citar apenas alguns de relevância para este trabalho, Molinari Germano Filho estudou o anticomunismo entre 1930 e 1937 no principal jornal de São Paulo, identificando a construção da imagem do comunismo e dos comunistas naquele periódico.¹⁰⁹ Trabalhando em período similar, a já citada historiadora Carla Luciana Silva analisou o imaginário anticomunista brasileiro no período de 1931-1934, mostrando a associação entre o conservadorismo da sociedade brasileira e a emergência de discursos e imagens de oposição ao comunismo, refutando assim a ideia de que ela teria iniciado no Brasil em 1935, com a “Intentona Comunista”.¹¹⁰ Seguindo um tema similar, Carla Simone Rodeghero procurou entender o anticomunismo a partir do prisma da Igreja Católica no Brasil e nos Estados Unidos, entre 1945 e 1964, e, em trabalho posterior, ampliou a análise para outras matrizes do anticomunismo para além da religião, buscando também entender a recepção da guerra ao “perigo vermelho” no Brasil nos círculos da política estadunidense durante a Guerra Fria.¹¹¹ Por fim, Rodrigo Patto de Sá Motta realizou extenso trabalho de interpretação dos diferentes focos de ressonância do anticomunismo brasileiro das diversas imagens do inimigo comunista por eles elaboradas, reservando um importante

¹⁰⁹ GERMANO FILHO, Molinari. *Controle ideológico e imprensa: o anticomunismo n'O Estado de São Paulo (1930-1937)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUCSP, 1992.

¹¹⁰ Silva, *Op. cit.*

¹¹¹ RODEGHERO, Carla Simone. Religião e Patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*. Vol. 22, No. 44. São Paulo, 2002, pp. 463-488 e Idem, 2007.

capítulo para a iconografia de combate ao *perigo soviético*.¹¹² Irei aqui, concentrar esforços na análise daqueles temas que serão recorrentes no período da Guerra Fria, para posteriormente melhor enquadrá-los nesse contexto.

A partir da leitura dessas obras e da leitura das fontes apresentadas, fica claro que o comunismo foi construído como um inimigo por seus opositores no Brasil a partir da lógica maniqueísta da luta do bem contra o mal, sendo, a partir daí, de fácil associação a diversas lógicas similares já correntes no imaginário social, entre eles o do mal supremo do cristianismo, o Diabo, versus a bondade do Deus cristão. Havia, como se vê, uma íntima relação entre maldade e religião, mas essa associação não era exclusiva ao campo espiritual.

Essencialmente, o comunismo foi identificado à imagem do “mal”, tal qual as sociedades humanas normalmente entendem e significam o fenômeno, ligando-o à idéia (sic) de sofrimento, pecado e morte. A ação dos comunistas traria formas de sofrimento como fome, miséria, tortura e escravização; a nova organização social por eles proposta implicaria em pecado, pois questionava a moral cristã tradicional defendendo o divórcio, o amor livre e o aborto; e a morte estaria sempre acompanhando o rastro dos bolcheviques, a quem se acusava de assassinar em massa seus oponentes e de provocar guerras sangrentas.¹¹³

Associava-se, então, o comunismo com males de ordem moral (amor livre, aborto), religiosa (pecado), social (miséria, fome, escravização), existenciais (morte). A construção dessas representações se dava por diversas instituições ou organizações da sociedade e não apenas por parte da Igreja. Apesar disso, as imagens associadas ao cristianismo seriam as mais frequentes, mesmo quando encabeçadas por organizações sociais sem quaisquer ligações religiosas, como foi o caso

¹¹² SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 2000.

¹¹³ *Ibidem*, p. 71.

do governo brasileiro durante a primeira Era Vargas¹¹⁴, da Cruzada Brasileira Anticomunista¹¹⁵ ou de alguns órgãos da imprensa.¹¹⁶

Contudo, não se pode menosprezar a força das organizações religiosas na consolidação e propagação do imaginário anticomunista no Brasil, afinal, poucos veículos possuíam tanto alcance no território nacional no período em questão quanto a Igreja Católica, com suas celebrações, festejos, livretos e panfletos. Em um destes livretos, o *Catecismo Anticomunista*, o Arcebispo de Diamantina, através do método de perguntas e respostas, buscava ensinar de forma didática o perigo da “seita de Satanás”.

O comunismo é uma seita internacional que segue a doutrina de Karl Marx, e trabalha para destruir a sociedade humana baseada na lei de Deus e do Evangelho, bem como para instaurar o reino de Satanás neste mundo, implantando um Estado ímpio e revolucionário, e organizando a vida dos homens de sorte que se esqueçam de Deus e da Eternidade.

[...]

Prometendo aos homens o paraíso na terra se eles renunciarem a Deus e ao Céu, Satanás consegue enganá-los como o fez a nossos primeiros pais, e o resultado é o inferno na terra e na eternidade.¹¹⁷

Foi partindo dessa base católica que, entre as representações mais presentes, estava a da demonização do comunismo, tanto de modo mais ligado a tradição judaico-cristã, associando o marxismo-leninismo e seus seguidores de serem agentes de Lúcifer para espalhar o mal e a desgraça

¹¹⁴ Como bem trabalhado por Rodrigo Patto Sá Motta e Carla Luciana Silva nas obras já citadas.

¹¹⁵ Para mais informações sobre essa organização e sua ação no combate ao comunismo no Brasil, vide: Sá Motta, *Op. cit.*.

¹¹⁶ Como seria o caso da já citada revista *Seleções*, que transpunha aspectos do anticomunismo estadunidense para os países onde ela mantinha circulação; a revista *Lei e Polícia*, que se auto declarava como um órgão de repressão ao comunismo; o *Jornal do Dia*, de circulação no Rio Grande do Sul e *Boletim Unitas*, publicação católica, ambos analisados por Rodeghero na obra citada (2007), entre outros.

¹¹⁷ SIGAUD, D. Geraldo de Proença. *Catecismo anticomunista*. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1962, p. 1 e p. 27.

no mundo terreno, ou de forma velada, buscando aproximar os acusados de ações, intenções ou quaisquer outras relações com o adjetivo *diabólico*. Foi esse o caso da matéria *O Dinheiro não tem cor política*, presente na coluna *O mundo em Manchete*, da revista *Manchete*, de 24 de maio de 1952, onde se glosava reportagem de certo periódico europeu informando que a cidade de Macau, então ainda possessão portuguesa, era conhecida pelos comunistas chineses como “buraco na cortina de bambu” por ser uma porta de entrada das mercadorias que sofreram embargo da ONU para a China comunista. E, em dupla crítica, a matéria conclui:

“Vê-se, por aí, que o ferrenho anticomunista Salazar (...) é de opinião semelhante ao imperador romano Vespasiano, o qual achava que o dinheiro, embora produzido por um imposto sobre lugares públicos mal cheirosos, não tem cheiro: ao chegar as mãos lusíadas, o *diabólico* dinheiro comunista passa a ser fascista e moral.”¹¹⁸

Outro recurso utilizado pelo anticomunismo seria a desumanização do seu inimigo ao associá-lo a figuras míticas ou animais, buscando, dessa forma, atribuir àqueles as características negativas e/ou asquerosas do referente. Entre os casos mais comuns, estava a imagem da serpente. Muitas vezes associado no senso comum à tradição bíblica do “pecado original”, esse animal, teria, no entanto, outras conotações para além desse no imaginário anticomunista. Segundo Sá Motta,

No caso da serpente, as possibilidades de interpretar seu significado simbólico são mais ricas. Um primeiro aspecto a mencionar, e mais evidente, liga-se ao fato de ser um animal venenoso e, portanto, mortal. Outra faceta interessante decorre da natureza rastejante dos répteis, que pode ser relacionada às acusações contra a “infiltração” ou a ação “insidiosa” dos comunistas. Mas a serpente pode simbolizar também sedução e erotismo (consequentemente, pecado), numa forma de representação muito cara à tradição judaico-cristã, derivada do mito bíblico de Adão e Eva.¹¹⁹

¹¹⁸ *Revista Manchete*, 24 de maio de 1952, p. 38. Grifo meu.

¹¹⁹ Sá Motta, *Op. Cit.*, p. 76.

De forma análoga, outros animais reais – como o abutre, o polvo e mesmo as formigas – e também figuras mitológicas – como a hidra – seriam armas do cabedal anticomunista em seu esforço sistemático de construir o comunismo como o representante máximo do mal na terra.

Classificar o seu *outro* como uma doença também foi um dos artifícios do anticomunismo no Brasil.

A caracterização do comunismo como coisa ruim, maléfica possui uma outra ordem de representações que tem importância significativa. Trata-se de referências associando a ação revolucionária a doenças e temas correlatos como peste, praga, bacilo, veneno, vírus, câncer etc. Este tema se fez presente no imaginário anticomunista de modo muito constante, ocorrendo pouca alteração de intensidade no decorrer do tempo. A diferença passível de observação é que, nos anos 60, as representações sobre o tema tendem a ser menos dramáticas, com menor propensão a usar imagens superlativas e exageradas.¹²⁰

Tal forma de caracterização do outro, apesar de se enquadrar na lógica binária e maniqueísta, robustecendo a imagem do mal que se buscava imputar ao comunismo, também reforça outro componente comum ao discurso anticomunista: o de que grande parte dos adeptos ou simpatizantes dessa ideologia/regime seriam vítimas da pregação ideológica iniciada por Karl Marx e de sua prática efetiva implantada na União Soviética. Isso fica patente na matéria densamente ilustrada da revista *Manchete* intitulada *Soldados russos e moças austríacas levantam a cortina de ferro*:

Quando o soldado russo pisa fora da “cortina de ferro” é um ser humano como outro qualquer. Gosta de emoções fortes e concorda que o bom humor é ainda a melhor arma da “guerra fria” ou quente. Longe da vigilância imposta pelo regime comunista, ele ri com a maior naturalidade desse mundo e só não troca a “vodka” pelo “whisky” escocês porque as duas bebidas se equivalem em bom gosto. No mais, em nada os surpreende a existência cá fora, pois foi essa vida que pediram a Deus, caso o Marechal concordasse.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 77.

(...)

O tipo intelectual do oficial soviético prefere a Ópera (o “Rigoletto” e a “Tosca”, na opinião deles, apresentam acentuadas tendências marxistas). Mas o soldado raso vai ao parque porque é agradável e mais divertido. (...) ¹²¹

Aqui a tentativa é atrelar o mal à ideologia, não às pessoas. Essa dissociação se dava dentro de uma lógica precisa (mas nem sempre coerente ou constante), pois, para os anticomunistas, a teoria marxista partiria de um diagnóstico correto e bem intencionado dos males sociais que afligiam a civilização pós-industrial, no entanto, o remédio para sanar esses males é que estaria equivocado e terminaria levando o paciente a óbito. Assim, pessoas bem intencionadas, mas mal informadas e ingênuas seriam os principais alvos dos “agentes vermelhos”, como se estivessem expostos a uma “epidemia maldita”.

A essa epidemia, as massas ingênuas e os “espíritos frágeis” seriam os mais suscetíveis, como procura fazer crer um livreto anticomunista de cunho católico intitulado *Contra o Comunismo*.

Mas, perguntar-se-á, se tais são os erros do comunismo; se ele se insurge contra as tradições culturais da civilização; se nos condena a uma execrável forma de vida; se a aversão para com ele, entre os homens conscientes, é geral; se, de fato, não se lhe pode negar tendências subversivas, – como explicar exista quem o não repugne, e, de boa fé, o não profligue?

Infelizmente há espíritos frágeis, ou desprevenidos, que se impressionam com suas promessas, falazes, inexequíveis, ou, para dizer tudo, “alucinantes”, segundo a expressão de Pio XI (**Dinivi Redemptoris**). Compreenda-se: “o comunismo como doutrina política possui também o seu mito para fascinar as massas. A igualdade política foi o mito da Revolução Francesa, a igualdade econômica é o mito da Revolução Russa”. ¹²²

¹²¹ *Revista Manchete*, 26 de abril de 1952.

¹²² MENEZES, Geraldo Bezerra de. *Contra o Comunismo*. Rio de Janeiro: Coleção Estrela do Mar, 1962.

O mesmo tema também é levantado por um parágrafo aparentemente despretensioso na revista *Seleções*, com o título *De boas intenções...*:

Um cavalheiro do sul dos Estados Unidos respondia àqueles que procuravam desculpar as pessoas de “boa intenção”: “Meu pai costumava dizer, ‘Lembre-se disto, meu filho: o homem que tem boa intenção e não age de acordo é um cretino.’”

Não basta ter boa intenção, afinal, de pessoas assim o “inferno está cheio”, poderia ter complementado o pai para o filho, seguindo o antigo dito popular. Era necessário agir conforme a intencionalidade, e, aí, os comunistas pecavam, literalmente, conforme pensavam seus opositores. No mundo ocidental, o modelo da livre iniciativa valorizava a palavra, a honra e valores morais que podiam embasar um bom negócio. A promessa de nada valia sem seu cumprimento.

Ainda sobre as doenças, sabemos que elas afligem pessoas suscetíveis, com baixa imunidade, sendo, portanto, agentes externos ao corpo. O mal, que é *o outro*, está fora, é alheio ao *eu*. Dessa forma, podemos entender outro componente muito comum do discurso anticomunista: a associação do mal a algo estrangeiro, vindo de fora e que, por tudo isso, não seria compatível com a sociedade, os destinos e a moral da sociedade brasileira, que seria naturalmente boa e inclinada ao bem. Urgia, portanto, impedir que elementos externos portadores do mal se infiltrassem e, para isso, era importante identificar o epicentro irradiador desse mal.

Assim, a partir da Revolução Russa, o discurso comunista seria cada vez mais aproximado do exemplo soviético, que era tomado como a própria realização da teoria marxista. Ou seja, em qualquer lugar que fosse implantadas essas ideias na prática, se daria da mesma forma e com os mesmos resultados daqueles ocorridos na Rússia pós-1917.

Essa representação da Rússia soviética permaneceria constante até o início da década de 1950, quando a China passaria a também a compor a paisagem¹²³ comunista no cenário internacional. Da mesma

¹²³ Aqui estou me referindo ao conceito de paisagem não como um espaço qualquer, definido, natural, independente de significação, mas sim enquanto um espaço dotado sentido a partir de práticas de atribuição de sentido. Fazendo uso das ideias de Kant, em sua obra *Crítica da Razão Pura*, a paisagem seria então espaço *a posteriori*. Assim, a paisagem comunista seriam aqueles espaços

forma, a década de 1960 veria Cuba e o Vietnã entrar na mesma configuração discursiva. Apesar do surgimento de novos *agentes vermelhos*, o discurso anticomunista permaneceria fiel a imaginário já consolidado de um inimigo único, externo, organizado e profanador das mais terríveis tragédias. Assim, como é comum às construções discursivas, a parte seria tomada como todo e as generalizações ampliadas para encaixar dentro da lógica pretendida. As divergências entre os regimes implantados nesses países seriam negligenciadas com vistas a manutenção da imagem de bloco coeso do comunismo internacional, com um único centro irradiador: o Kremlin.¹²⁴

O núcleo inimigo, portanto, permanecia o mesmo e, com isso, combater o regime soviético era, em última instância, combater não uma versão ou um modelo possível, mas o *mal* em si. A partir dessa lógica, o discurso anticomunista procurou construir uma imagem da vida na URSS e associá-la à vida sob o comunismo. Buscava-se nesses relatos um efeito de verdade e, para tanto, utilizar-se-iam de relatos de viajantes e suas impressões sobre a vida naquele país ou, ainda mais desejável, a opinião de ex-comunistas, especialmente intelectuais que supostamente defendiam as ideias marxistas, mas, ao vê-las postas em prática, mudariam radicalmente de opinião e passariam a combatê-las.

Esse é o caso da matéria *Mais um arrependido*, publicada na coluna *O Mundo em Manchete*, da revista dos irmãos Bloch. Narra-se ali a experiência do escritor alemão Theodor Plivier, que, segundo a revista, era bastante conhecido antes da guerra por suas obras literárias “de tendência violentamente comunista.

“Plivier encontra-se atualmente numa cidade à margem Lago Constança e ali prepara o seu novo livro, cujo título será “Moscou”. Nesse livro [...] ele entende descrever o estado de completa desmoralização, beirando o caos, em que se encontrava a Rússia soviética por ocasião do avanço germânico sobre Moscou, quando a capital teve de ser transferida para Kasan”. [...]. “Meu livro tenciona lembrar aos poderosos deste mundo que eles também são mortais”, declarou Plivier, carapuça para Stálin, evidentemente. Mas o que é

significados enquanto lugares, a partir dos embates e tecnologias de definição do comunismo que estou discutindo.

¹²⁴ Sá Motta, *op cit.* p. 81.

que dá *nessa gente*, outrora comunista exaltada, assim que se acha fora da Rússia soviética sem *especiais encargos do partido*? É verdade que Plivier também declarou ao seu entrevistador, a propósito do “*paraíso*” soviético: “Entrar lá dentro, não é difícil. Sair é que são elas”.¹²⁵

A reportagem utiliza o exemplo do escritor alemão supostamente comunista¹²⁶ para deixar subentendido os males da União Soviética. Alguns detalhes merecem ser notados: o uso da expressão *nessa gente*, diferencia dois “tipos de gente”, ou seja, dois grupos, o do autor da matéria e o de quem ele fala, marcando, assim o lugar de onde se fala, o não comunismo. Além disso, a expressão também supões que o citado intelectual seria apenas um de vários que mudaram de opinião em relação ao *regime vermelho*, reforçando, assim, a ideia de que este não sobreviveria a uma segunda e cuidadosa análise. Também supõe a prática comum entre aqueles que saíram da URSS estavam a serviço do partido, o que ajudaria a enraizar o discurso de agentes infiltrados de Stálin espalhados pelo mundo ocidental. Por fim, o uso do substantivo *paraíso*, aqui exercendo a função de adjetivo, vem entre aspas, denotando ironia ou relativização, acentuando a ideia do seu oposto, o inferno. Este será um recurso recorrente no jornalismo brasileiro ao tratar de comunismo, como veremos em outro caso no próximo capítulo.

A imagem do inferno também era combinada à representação do trabalho em terras soviéticas. Procurava-se demonstrar que o controle estatal das relações de produção era, na verdade, um aprisionamento (tal como a pregação cristã procurava divulgar a habitação de Lúcifer), pois forçava as pessoas a trabalharem arduamente para conseguirem o mínimo necessário para a sobrevivência; não haveria férias, folga semanal ou respeito à carga horária e aos limites do corpo: era uma verdadeira privação da liberdade, esta só conseguida em sociedades “livres” (leia-se capitalistas). Vejam-se alguns exemplos.

¹²⁵ Revista *Manchete*, 5 de julho de 1952, p. 38. Grifos meus.

¹²⁶ Uso supostamente pois não tive acesso a literatura do autor. As referências que consegui a respeito dele, foram todas de fontes online, que mencionam seu contato com algumas filosofias anarco-sindicalistas, e o seu exílio na URSS, após a chegada de Hitler ao poder, devido a suas duras críticas à Marinha Imperial Alemã. Contudo, nenhuma fonte descreveu o referido autor como comunista.



Imagem 5 - Fonte: Google imagens.

A imagem 5, capa da Revista Lei e Polícia¹²⁷, representa de forma clara uma situação de escravidão: um capataz armado com revólver e chicote, observa de longe o trabalho de homens lavrando a terra. A relação com o comunismo é feita não apenas através da chamada “Regime de trabalho no Comunismo”, mas também pela camisa e chapéu do capataz, que são vermelhos. Já a imagem 2.2 é um pouco mais coesa no que diz respeito às representações do anticomunismo que apresentei acima. Aqui, faz-se referência às péssimas condições de trabalho, representadas tanto pelo chicote como pela expressão de sofrimento do trabalhador que carrega um peso desnecessário e ainda sob vigília e observação de um raivoso e cruel guarda, que são associadas ao comunismo através da referência à foice e martelo,

¹²⁷ Essa foi uma revista que circulou de forma irregular entre junho de 1948 e dezembro de 1964. De acordo com Franchetti, esse periódico “se auto definia como um órgão de repressão à delinquência e de combate ao comunismo, atuou como um órgão técnico-científico de polícia (político-cultural), divulgando organismos, notícias e artigos de opinião ligados ao Departamento Federal de Segurança Pública (D. F. S.P)”. Para mais informações, vide: FRANCHETTI, Claudinéia Justino. *Páginas de intolerância política: a Guerra psicológica contra o monstro vermelho na revista Lei e Polícia (1948-1950)*. Dissertação de Mestrado em História. Maringá: UEM, 2008, p. 93.

símbolos internacionais da luta comunista. No entanto, podemos também estender essa simbologia à URSS, uma vez que ela se fazia presente também na bandeira soviética. Assim, no período em que a Rússia Soviética foi transformada na grande ameaça ao estilo de vida ocidental, signo e significado se confundiriam e, nesse contexto, fazer uso de um era, necessariamente, falar do outro. Fica, portanto, clara no cartaz a ideia de que aquele país seria a “colônia dos mártírios”, onde a liberdade não existe.

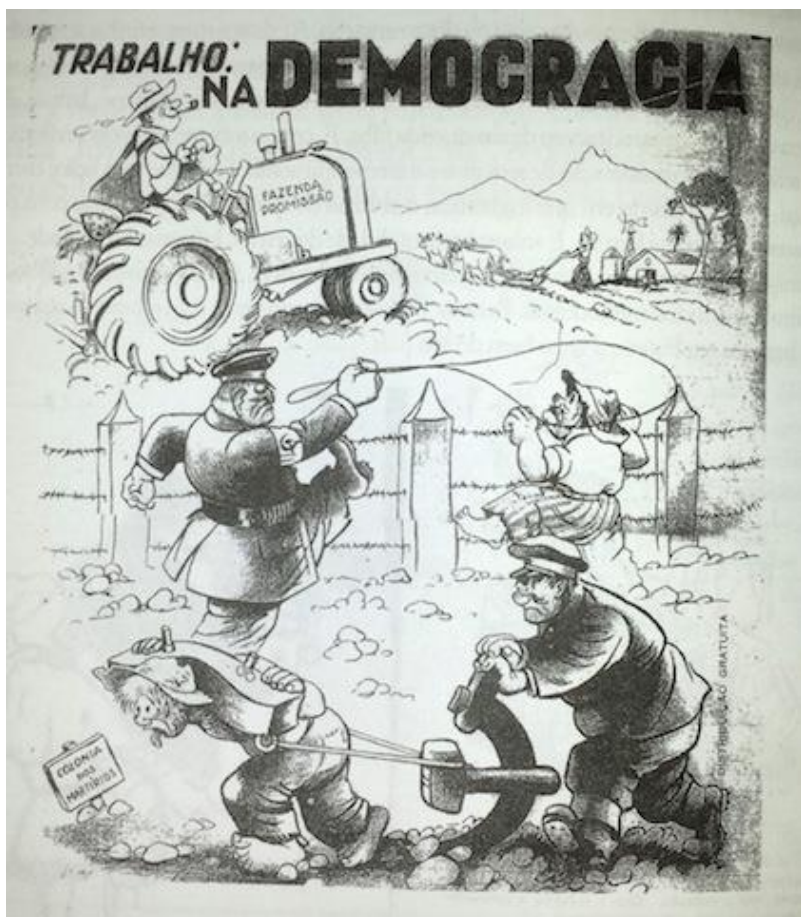


Imagem 6 - Fonte: Rodeghero, *Op. Cit.*.

Um componente, no entanto, que merece destaque ainda na Imagem 02 é a parte superior do cartaz. Ali, busca-se mostrar o contraponto à opressão comunista: na Fazenda Promissão, tudo é diferente, há liberdade (trabalha-se sem vigília), felicidade (a expressão no rosto do personagem dirigindo o trator) progresso (uso de máquinas) e prosperidade (espaços amplos e paisagem bucólica). Essa seria a vida sob o capitalismo. Voltaremos a esse ponto no último tópico.

Em suma, no contexto em que um corpo são – pessoas de bom coração mas desinformadas – se encontra ameaçado por agentes externos, caberia aos médicos – intelectuais e cientistas – um papel fundamental: o de divulgar as verdades sobre o Marxismo/Leninismo – a doença – mostrar a sua verdadeira face, desbancar suas teorias e “mentiras vermelhas”, sempre partindo do exemplo soviético para, assim, evitar que a enfermidade se utilizasse das fraquezas – ingenuidade, falta de informação – salvando assim a grande e nobre civilização.

Verifica-se portanto uma grande variedade discursiva na construção do imaginário anticomunista brasileiro. Mesmo que alguns desses discursos estivessem intimamente relacionados ao momento de sua produção, a grande parte deles ultrapassariam essas fronteiras das conjunturas temporais e se impregnariam numa lógica de longa duração. Vale ressaltar que, apesar de que muitos deles estivessem presentes também na guerra ideológica iniciada pelo governo dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, elas foram inicialmente forjadas de acordo com as condições de possibilidade do complexo cultural brasileiro, ainda que dentro da lógica de medos e ansiedades generalizados em todo o mundo ocidental, mas não importadas do contexto estadunidense do pós-guerra. Isso não significa dizer que a cultura da Guerra Fria não exerceu influência alguma na luta das classes conservadoras brasileiras contra um regime que tanto temiam, dado que logo será analisado. Todavia, é importante fazer essa ressalva para afastar quaisquer possibilidades de associação imediata e analiticamente preguiçosa do anticomunismo brasileiro com a Guerra Fria.

Da mesma forma, ressalto que muitas das representações do comunismo no imaginário anticomunista brasileiro não foram construções endógenas ou exclusivas do contexto nacional. Havia uma grande circulação e troca de imagens e representações comunistas em todo o mundo ocidental mesmo antes da Guerra Fria, criando como que uma espécie de imaginário ocidental anticomunista, mas traçar a gênese delas não é o objetivo aqui. Importa entender que tais imaginários,

tivessem sido criados internamente ou não, não foram fruto de mera cópia ou imposição externa, mas estavam em íntima relação com as condições de sua existência no cenário político e cultural brasileiro dos momentos pré e pós Segunda Guerra.

Agora fica mais claro, então, como nos aponta Carla Rodeghero, que o anticomunismo brasileiro, da forma como irá se delinear no período que estou pondo sob análise, “parece ter tido sua fase inicial entre 1917 e 1930. Seus alvos eram movimentos operários de inspiração anarquista, socialista e, mais tarde, comunista.”¹²⁸

É então com a Revolução Russa de 1917 e seus desdobramentos que o medo e consequente luta contra o comunismo começam a dar seus primeiros passos no Brasil, inicialmente através de iniciativas privadas e da sociedade civil, como o anticomunismo católico, e, posteriormente, estruturando-se e penetrando no aparato estatal.

2.3. *The Red Menace* – O Anticomunismo à moda estadunidense

No que diz respeito aos Estados Unidos, o combate ao comunismo também possui uma história própria e, especialmente nas esferas privada e civil, antes mesmo à conjuntura da Guerra Fria ser estabelecida.

O anticomunismo nos Estados Unidos não foi [...] uma novidade da Guerra Fria [...]. Uma primeira grande onda de medo do comunismo atingiu o país no final da década de 1910. Nessa fase, seu alvo estava localizado nas classes baixas, entre trabalhadores nascidos no estrangeiro e que estariam trazendo doutrinas “alienígenas”, do Velho Mundo. Somou-se a isso o impacto da Revolução Russa.¹²⁹

A perseguição aos *reds* iria ainda ser redefinida nos anos seguintes a esses acontecimentos. No período entre guerras, o temor deslocou-se do “perigo de uma insurreição” para a possibilidade “de uma conspiração dirigida por Moscou e que usava as estratégias da infiltração, manipulação e sedução ideológicas. Nesse período, o alvo

¹²⁸ Rodeghero, *Op. Cit.*, p. 184.

¹²⁹ *Idem*, 2002, p. 469.

interno eram as políticas do New Deal”.¹³⁰ Da mesma forma, durante a Segunda Guerra, o cenário de aliança com a União Soviética continuava a assustar determinados setores da sociedade civil, que permaneciam hostis ao comunismo.

Mesmo durante a Segunda Guerra, quando a União Soviética era aliada dos Estados Unidos, muitos norte-americanos – católicos patriotas, protestantes fundamentalistas, socialistas democráticos e muitos sindicalistas – permaneceram firmes em sua hostilidade tanto ao comunismo doméstico quanto ao internacional. O que a Guerra Fria fez foi aproximar mais o governo federal desse tipo de demanda do eleitorado. Com o aprofundamento da Guerra Fria e com a administração de Truman legitimando a campanha doméstica contra a esquerda, muitos estados norte-americanos passaram a aprovar leis de lealdade, bem como leis de controle dos comunistas.¹³¹

Fica claro, então, que até o desfecho da Segunda Guerra e o início da luta pela hegemonia com a URSS, inexistia uma estrutura nacional organizada que envolvesse, além da sociedade civil e setores privados, também o Estado em um planejamento da política interna e externa que visasse a frear o avanço do comunismo no país e no mundo, tal como já existia no Brasil. É só com a formação do bloco soviético e a divisão do mundo em zonas de influência que o discurso anticomunista inaugura

¹³⁰ Idem, 2007, p. 184. O *New Deal*, ou “Novo Acordo”, foi como ficou conhecido o conjunto das políticas internas levadas a cabo pelo presidente F. D. Roosevelt a partir de 1933 com vistas a superar a crise econômica disparada pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929. Tais políticas previam a intervenção do Estado na economia e a utilização de dinheiro público para a realização de grandes obras na busca de melhorar as condições de emprego, renda e consumo internos no país. Por isso, tal presidente ficou conhecido entre os meios liberais mais radicais como simpatizante do comunismo, uma vez que, para estes grupos, a intervenção do Estado era algo que feria as liberdades individuais e a livre-iniciativa. Para mais sobre esse assunto: LIMONCIC, Flávio. *Os inventores do New Deal. Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

¹³¹ *Ibidem, loc. Cit.*

uma nova política de segurança nacional estadunidense, que seria selada pela assinatura do *National Security Act*, em 26 de julho de 1947.¹³²

No bojo dessa nova política, diversas agências e secretarias foram criadas ou reformuladas nos anos seguintes após o fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse processo, Nelson Rockefeller, coordenador do OCIAA, que, como vimos, foi o órgão responsável por propagandear o *American Way of Life* no Brasil no início da década de 1940, foi nomeado ainda em dezembro de 1944 para a então criada posição de *Assistant Secretary of State for American Republic Affairs*. Ele acumularia ambas as funções até passar o novo cargo para Spruille Braden no ano seguinte. Em 10 de abril de 1946, o OCIAA seria definitivamente extinto e suas funções e responsabilidades transferidas para a administração do Secretário de Estado Assistente dentro de um novo órgão, que ganhou o nome de *Bureau for Inter-American Affairs*. Este, por sua vez, possuía diversas divisões internas, entre as quais o *Office of South American Affairs* e o *Office of Brazilian Affairs*, este último com destacada visibilidade.

Esses escritórios seriam responsáveis por planejar políticas de cooperação e levantar informações relevantes para a política externa estadunidense para com a América Latina, ajudando a criar políticas que auxiliassem a obtenção dos interesses diplomáticos dos EUA na região, entre eles, o combate ao comunismo.

¹³² Com essa nova lei, o governo dos Estados Unidos visava a concentrar esforços no planejamento e execução de sua política externa com vistas a reduzir ou mesmo eliminar as ameaças a sua segurança no plano internacional. A lei era composta de diversas medidas, entre as quais merecem destaque três principais: a unificação das autoridades militares, até então divididas em departamentos separados para cada força militar e mais o *War Department*, em apenas um departamento a ser criado: o *Department of Defense*; a criação do *National Security Council*, que, com sede na Casa Branca, funcionaria como agência coordenadora para facilitar o fluxo de informações diplomáticas e de inteligência, bem como a troca dessas informações entre seus produtores e o presidente; e, por fim e mais importante, a criação da *Central Intelligence Agency* (CIA), pensada para não apenas ser o centro da inteligência do país, mas também planejar e executar operações secretas em defesa dos interesses dos Estados Unidos em nações estrangeiras. Foi com base nessa lei e nas agências criadas em seu escopo que muitas das políticas de combate ao comunismo na América Latina foram estruturadas, incluindo-se aí o envolvimento estadunidense nos golpes militares na região.

Outra importante agência criada para o mesmo fim foi o *United States Information Agency (USIA)*, inaugurada em 1953 pelo presidente D. Eisenhower e que tinha por responsabilidade, segundo Carla Rodeghero, a “realização de programas culturais e de informação através dos quais o Departamento de Estado mostrava ao mundo uma certa imagem dos Estados Unidos.”¹³³ Seria esse o órgão que daria suporte e projeção a projetos educacionais de intercâmbio, como o *Fulbright Scholarship Program*, que patrocinariam a ida de estudantes de diversos países para realizar estudos nos Estados Unidos bem como o envio de estudantes estadunidenses para o exterior.¹³⁴

Vê-se, então, que, da mesma forma que o germanismo foi combatido anos antes, um intenso arsenal discursivo, buscando construir representações do que seria a vida nos EUA e a vida sob o comunismo, foi preparado e posto em prática por órgãos do governo estadunidense, recebendo apoio e parcerias da iniciativa privada.

Durante a década de 50, essa batalha ganharia proporções ainda mais dantescas, inaugurando o que ficou conhecido como o ápice do anticomunismo em solo estadunidense: o macarthismo. Esse período foi assim nomeado por causa do senador Joseph McCarthy, que, a partir de um discurso proferido em 9 de fevereiro de 1950 acusando centenas de funcionários do Departamento de Estado de ter relações com partidos comunistas, deu início a um período de medo generalizado – o *red scare* – o que, por sua vez, proporcionou uma intensa patrulha e perseguição a

¹³³ Rodeghero, *op. Cit.* 2007, p. 139.

¹³⁴ A prática de intercâmbio estudantil não era inteiramente nova nesse período. Ainda em 1919, foi criado o *Institute for International Education*, com o objetivo de promover trocas internacionais no nível da educação superior. Segundo o website dessa organização, seus criadores “acreditavam que nós não poderíamos atingir uma paz duradoura sem um entendimento entre as nações e que as trocas internacionais no campo da educação formavam a base mais sólida para fomentar tal entendimento”. Portanto, a sua fundação, ao final da Primeira Guerra Mundial, “foi ao encontro da necessidade de um organismo central de contato e fonte de informação para a educação superior tanto dos Estados Unidos como das nações estrangeiras interessadas em desenvolver laços educacionais com os Estados Unidos.” Disponível em inglês em: www.iae.org. Tradução livre. Essa organização ainda existe nos dias de hoje, funcionando sob supervisão do Departamento de Estado e concentrando boa parte dos programas de intercâmbio estudantil para os Estados Unidos, entre eles todas as bolsas de estudo da *Fulbright Commission*.

pessoas suspeitas de ter quaisquer relações com tal regime. A chamada “caça às bruxas” se desenvolveria em diversas frentes, envolvendo inúmeras agências do governo e atingiriam amplos setores deste e também da sociedade civil – incluindo trabalhadores da indústria de entretenimento, cientistas e educadores – o que arruinou reputações e carreiras com base apenas em boatos, acusações por interesses ou rivalidades ou provas circunstanciais.

Dando suporte a todo esse cenário, estava outra peça fundamental da institucionalização do anticomunismo no governo dos EUA: o *House Committee on Un-American Activities (HUAC)*, algo como “Comitê da Casa para Atividades Não Americanas”. Criado em 1938 para investigar ligações com o Nazi-Fascismo entre cidadãos estadunidenses, esse comitê estava ligado a Casa dos Representantes (*House of Representatives*), algo similar à nossa Câmara dos Deputados, e ganhou cada vez mais projeção com o final da Segunda Guerra e início da rivalidade Leste-Oeste, passando a se voltar contra suspeitos de subversão por ligações ou quaisquer atos de propaganda que atacassem a forma de governo garantida pela constituição.¹³⁵ Em 1969, esse órgão mudou de nome para *House Committee on Internal Security* (Comitê da Casa para Segurança Interna), sendo abolido em 1975 e suas funções transferidas para o judiciário.

O HUAC daria alguns precedentes para a ação do senador McCarthy anos depois. Entre eles, está o caso da indústria cinematográfica, onde diversos diretores, produtores, roteiristas e outros trabalhadores do cinema foram acusados de ter relações com partidos comunistas ou de apoiar o regime soviético. Dez deles foram convocados para depor, mas se recusaram com base no direito à liberdade de expressão garantido pela primeira emenda da constituição

¹³⁵ Essas atividades eram suportadas pela Lei de Registro de Estrangeiros, de 28 de junho de 1940, a chamada *Smith Act*, que passou a considerar como crime “conscientemente ou deliberadamente advogar, incitar, aconselhar, ou ensinar o dever, necessidade, desejo, ou propriedade de derrubar ou destruir qualquer governo nos Estados Unidos pela força ou violência, ou pelo o assassinato de qualquer funcionário de desse governo” ou “imprimir, publicar, editar, lançar, fazer circular, distribuir, ou publicamente expor qualquer material escrito ou impresso, advogando, aconselhando ou pregando o dever, necessidade, conveniência ou propriedade de derrubar tal governo”. Fonte: 76th United States Congress, 3d session, ch. 439, 54 stat. 67, 18 U.S.C. § 2385. Disponível na internet em <http://legisworks.org/sal/54/stats/STATUTE-54-Pg670.pdf> acesso em 04/02/2015.

estadunidense, sendo, por isso, listados e compondo uma *lista negra*, conhecida como *The Hollywood Ten Blacklist*, que os baniria dos estúdios de Hollywood. O caso mais significativo, no entanto, seria o do funcionário do governo Angel Hiss, que em 1948 foi acusado de espionagem a favor da União Soviética. O julgamento ocorreu e sua condenação saiu em 1951¹³⁶, apenas duas semanas antes do famoso discurso do senador McCarthy.

Todo esse cenário de guerra ideológica seria erigido sob um conjunto imagético já existente bem similar à linha discursiva presente no anticomunismo no Brasil analisada acima. Assim, as representações do inimigo como agente externo, subversivo, causador de sofrimento e morte, as associações com doenças e a analogia com animais também seriam bastante exploradas em terras estadunidenses.

Já em um panfleto de 1938 (Imagem 7), produzido pela *Catholic Library Association*¹³⁷, vê-se a presença de uma dessas tecnologias enunciativas: a representação do comunismo, a partir da referência a Stálin e seu país, como um polvo gigante, cujos tentáculos buscavam agarrar e dominar todo o mundo. O vermelho, também aqui, é a cor dominante.

¹³⁶ Hiss foi condenado a oito anos de encarceramento, mas cumpriu apenas 3 anos e 8 meses da pena.

¹³⁷ Essa foi uma organização internacional fundada em 1921 e que atua até os dias atuais sob a forma de associação. A sua missão, de acordo com o *website* da instituição, consiste em “fornecer aos seus membros desenvolvimento profissional através de experiências educacionais, publicações, bolsas de estudo, e outros serviços. A *Catholic Library Association* coordena a troca de ideias, fornece uma fonte de suporte, inspiração e guia em questões éticas relacionadas a biblioteconomia e oferece oportunidades para aqueles que procuram, servem, preservam e compartilham o mundo em todas as suas formas”. Disponível em inglês em <http://www.cathla.org/about>. Acesso em 05/02/2015. Tradução livre.

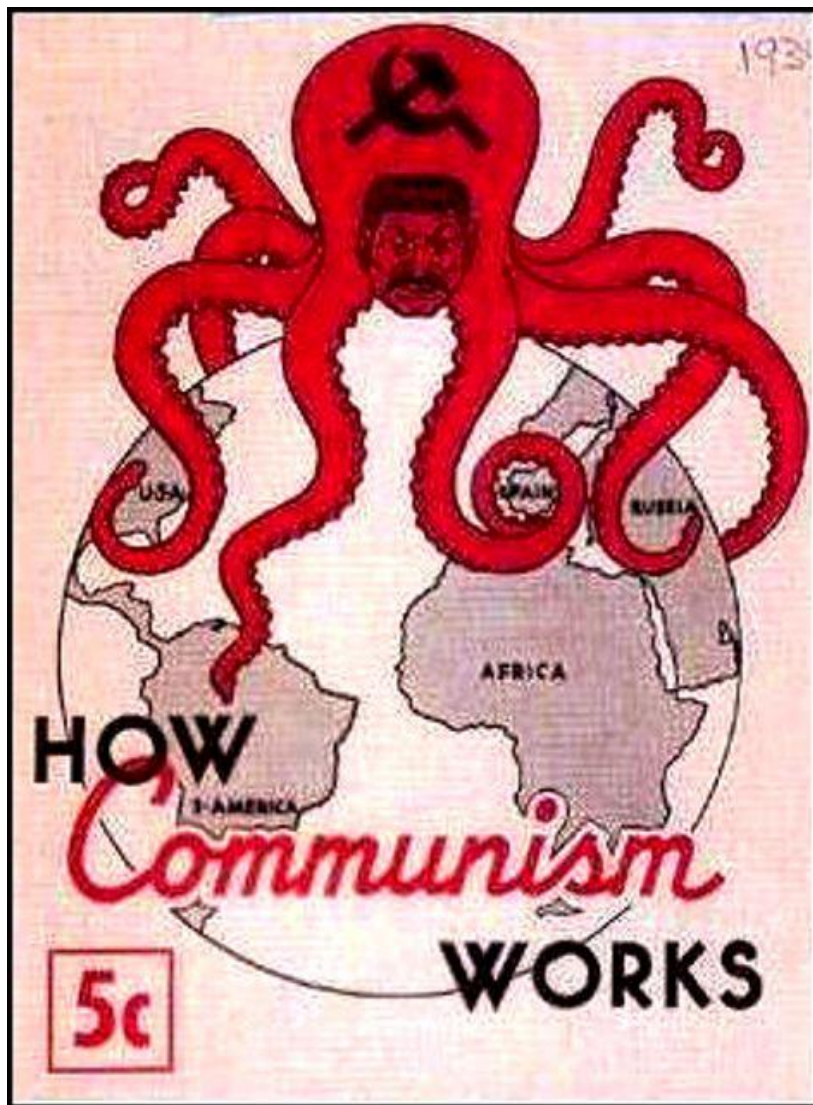


Imagem 7 – Fonte: Google Imagens.

A imagem da morte também foi comum ao norte do Atlântico, como podemos ver na Imagem 8. A autoria da imagem é desconhecida, mas ela foi catalogada na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos como tendo circulado nos anos 1950.

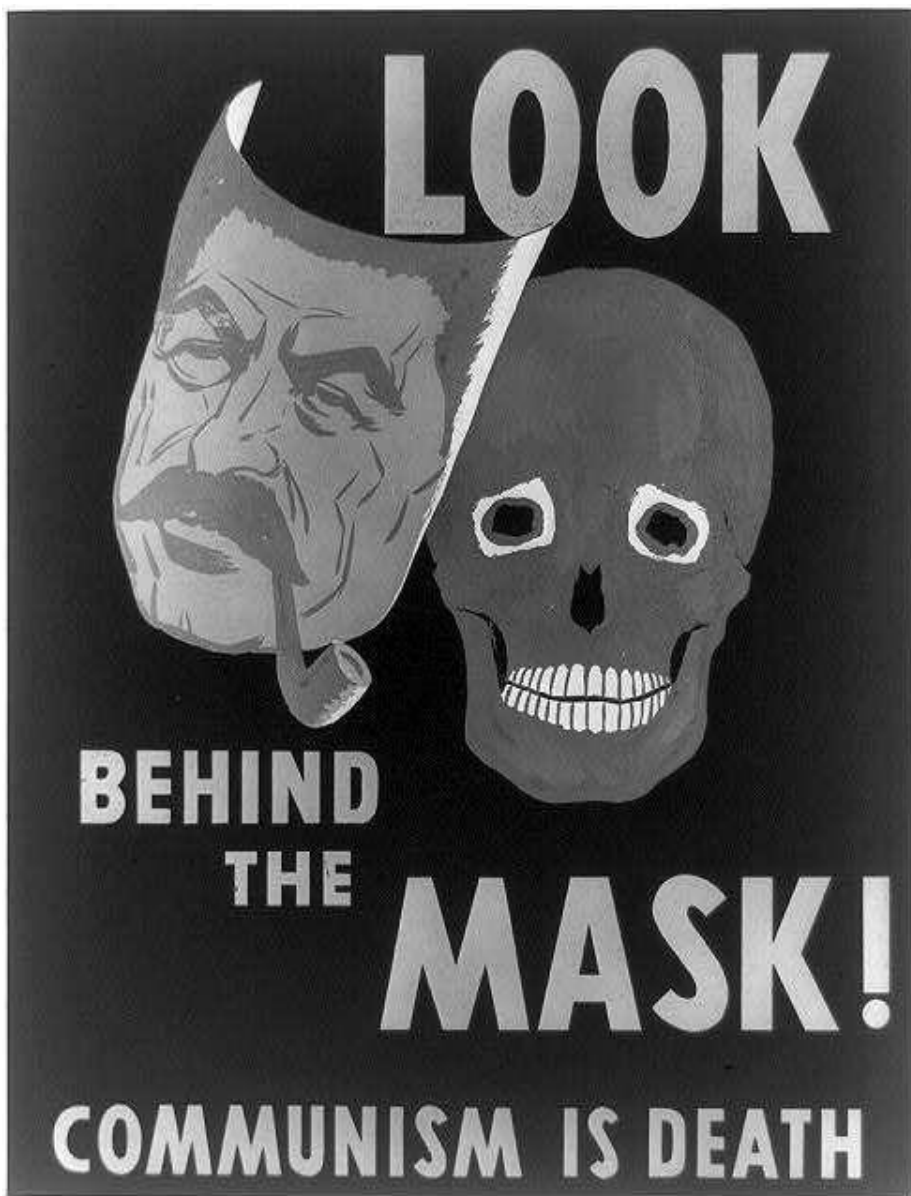
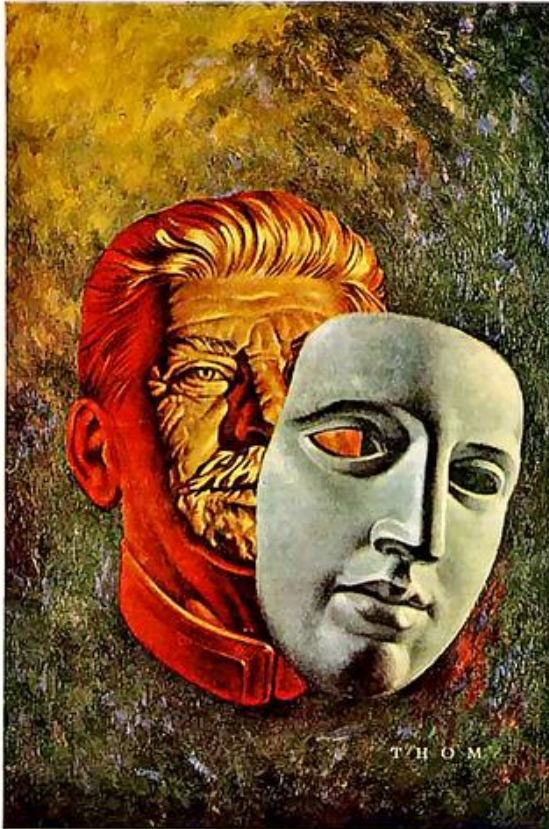


Imagem 8 – Fonte: Library of Congress

Uma representação muito similar, no entanto, mais emblemática, por conter outros discursos e também por ter sido financiada pela iniciativa privada é a Imagem 9.



COMMUNISM wears
a false face.

The hard, vicious face
of Communism hides
behind a mask of peace.

It's a clever masquerade
to throw free people
off guard.

It's a typical technique
in the Kremlin crusade to
dominate the world.

We must recognize this
two-faced strategy.

We must never let Red
deceit sabotage America's
strength.

BOHN ALUMINUM & BRASS CORPORATION
GENERAL OFFICES: LAFAYETTE BLDG. • DETROIT 26, MICHIGAN
BEARINGS • EXTRUSIONS • CASTINGS • FORGINGS • PISTONS
INGOTS • REFRIGERATION PRODUCTS • AIRCRAFT PARTS
AUTOMOTIVE REPLACEMENT PARTS

TELEVISION!

"American Forum of the Air" . . . Every Sunday Afternoon on NBC Television
Consult Your Newspaper for Time and Station

BOHN
XR

Imagem 9 – Fonte: Google Imagens

Na legenda, lê-se: “O comunismo usa uma falsa máscara/ A dura e perversa face do comunismo esconde-se atrás de uma máscara de paz / É um disfarce inteligente para fazer as pessoas baixarem a guarda / É uma técnica típica da cruzada do Kremlin para dominar o mundo / Nós precisamos reconhecer essa estratégia de duas caras / Não devemos jamais permitir que a fraude vermelha sabote a força da América”. O discurso é claro: o comunismo é tomado como algo ilusório, que encanta a primeira vista, mas precisa ser analisado mais a fundo, pois, por baixo da boa aparência, reside uma grave ameaça. Em outras palavras, estão aí presentes as representações do comunismo como enganador, subversivo, engenhoso, e um perigo que pode dominar o espectador e tirar a sua liberdade.. A União Soviética, mais uma vez, tomada como a face máxima do comunismo, a sua forma prática e, tal como visto no caso brasileiro, o que ali ocorria, iria ocorrer em qualquer lugar caso se deixasse levar pela enganosa “máscara da paz”.

Podemos então concluir que o imaginário anticomunista era construído com base em representações bastante similares, tanto no Brasil, como nos Estados Unidos. Não é o meu objetivo aqui investigar as razões ou raízes de tais similaridades, apenas atestar, mais uma vez, que ela se deu antes mesmo da entrada do *American Way of Life* em solo tupiniquim. Ou seja, as práticas de oposição e combate ao comunismo, mesmo com as aproximações no campo do imaginário, possuem uma história e historicidade própria em cada um desses países. Algumas sensíveis diferenças e pequenas alterações após 1945, no entanto, podem ser notadas e narram uma história que ajudará a defender o argumento deste trabalho. Será sobre elas que irei me debruçar agora.

2.4. Entre o desejo e a ação: particularidades da prática de combate ao comunismo no Brasil em face aos Estados Unidos

Uma primeira particularidade a ser apontada é o calibre do armamento.

A defesa do americanismo e combate ao comunismo foram levados a efeito, nos anos da Guerra Fria, com o auxílio de um grande aparato jurídico e administrativo. Isso já indica uma das *especificidades do anticomunismo norte-americano*, quando comparado com o brasileiro. No primeiro caso, além das disputas político-

partidárias e do trabalho de propaganda através dos mais diversos veículos, sua prática voltada a cidadãos e/ou grupos de cidadãos norte-americanos era regulamentada por uma série de tribunais e de leis, o que poderia lhe dar mais sistematicidade e eficiência.¹³⁸

Além do suporte jurídico e do apoio do governo, o anticomunismo estadunidense teria, ainda, outro forte aliado: a indústria de entretenimento, em especial, mas não apenas, os estúdios de Hollywood, que, trabalhando a seu favor, produziram diversos filmes de caráter anticomunista. Muitos desses filmes declaravam seu vínculo com a guerra ideológica de forma explícita, no entanto, outros o fariam de forma velada, gerando, portanto, muitos debates interpretativos.¹³⁹ No primeiro caso, cito o filme de 1949 *I married a Communist*¹⁴⁰ e o

¹³⁸ RODEGHERO, *op. cit.*, 2007, p. 180. Grifos meus.

¹³⁹ Muito se discute no campo da Cultura Visual ou mesmo da História da Arte a questão do sentido nas imagens, se seriam eles determinados ou livres; se advém da intencionalidade do autor ou possuem uma flexibilidade interpretativa, e outras questões nesse sentido. Estou assumindo uma postura interpretativa mais próxima da liberdade do sentido das imagens. Acredito que, apesar de elas possuírem um sentido dominante ou compartilhado, isso não as limita em suas agências. Muitas vezes uma imagem, seja ela estática ou em movimento, ganha uma aura bem diversa daquela que imaginava o seu autor – especialmente no mundo contemporâneo, onde vivemos cercados por elas, como será discutido no capítulo a seguir. Penso que a principal razão para isso seja porque o sentido seja criado na experiência do olhar, quando, onde e por quem ela é vista, muito mais de que quando, onde e por quem é produzida. Por isso elas precisam ser interpretadas em sua historicidade, mas jamais terão um sentido fixo e definido. Como nos apresentam Sturken e Cartwright, “o sentido das imagens é criado em um complexo relacionamento entre produtor, espectador, imagem ou texto e contexto social. Porque os sentidos são produzidos deste relacionamento, há limites à agência interpretativa de qualquer um dos membros desse grupo”. STURKEN, Marita & CARTWRIGHT, Lisa. *The practices of looking. An introduction to Visual Culture*. Oxford University Press, 2001, p. 56. Por fim, concordo com W. J. T. Mitchell, para quem mais importante que questionar qual o sentido de uma imagem, é questionar o que elas querem, pois elas não são objetos inertes, mas seres animados com desejos e direções próprias. MITCHELL, W. J. T. *What do pictures want? The lives and loves of images*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

¹⁴⁰ Filme de 1949 lançado pela *RKO Pictures* e narra as tramas e barbaridades do partido comunista através do exemplo de um executivo que pertenceu ao partido comunista, mas mudou de ideia e passou então a ser perseguido. Devido

desenho animado *Make Mine Freedom*, produzido pelo Departamento de Extensão do *Harding College* e que será analisado mais a fundo no capítulo a seguir. Por ora, basta dizer que a animação, uma curta metragem de pouco mais de nove minutos, procura demonstrar a diversidade de pessoas e atitudes que compõem a “América”, mostrando, como parte de tal diversidade, a animada música e dança dos *Diners*, a ida à igreja aos domingos, a prática de esportes como o *golf*, a aventura do mercado de ações de *Wall Street*, a diversidade racial, de credo e religião, a liberdade de escolhas e de expressão, a democracia, o direito à propriedade e a individualidade, a beleza feminina, o tratamento justo dado a todos, inclusive aos presos, entre outros hábitos. Tudo isso, no entanto, estaria sob ameaça, pois um agente estrangeiro com boa lábia buscava convencer pessoas ingênuas a tomar um elixir que lhes traria uma série de vantagens, como mais segurança e estabilidade no emprego, maiores salários e menos preocupações, pois o governo cuidaria de tudo. Tudo o que precisavam dar em troca era a sua assinatura em um contrato que trazia a imagem de um porco vermelho que também pedia a sua liberdade, bem como a dos filhos, netos e bisnetos em troca da promessa da custódia e cuidado do *ISM* para sempre. A animação tem o esperado final feliz hollywoodiano quando um erudito senhor os impede de assinar o contrato dando-lhes uma prévia do que seria a vida no regime comunista. Então uma sucessão de representações do comunismo vêm a tona, mostrando como o estado é dono de tudo e escraviza pessoas, impede a liberdade de expressão e de greve, além de tomar tudo que elas têm: sua liberdade, seu trabalho, seu direito ao voto, sua família e suas propriedades. O esperto senhor logo convence a todos e, juntos, conseguem expulsar o indesejável estrangeiro subversivo para longe.¹⁴¹

Já como exemplo velado, temos o como exemplo do filme hollywoodiano de ficção científica *Them*. Lançado em 1954, a película narra a história de animais gigantes, assemelhados a formigas, que surgem do fundo da terra para se alimentar de humanos. Através de um

a baixa bilheteria do filme quando do primeiro lançamento, fato que se atribuiu ao título dado, o filme foi novamente relançado no ano seguinte como *The Woman on Pier 13*.

¹⁴¹ *Make Mine Freedom*, Extension Department of Harding College, 1948. Disponível na internet em https://www.youtube.com/watch?v=g_DaMKUP3Og&spfreload=10. Acesso em 06/02/2015.

enredo de suspense e terror, trilha sonora estarrecedora e diálogos inequívocos, o filme procura passar a mensagem que a raça humana está sendo ameaçada de extinção por essas misteriosas criaturas e que caberia apenas a ciência encontrar a solução, desenvolvendo armas que possam combater esse mal.

O cartaz do filme (Imagem 2.6) resume toda a mensagem: a começar pelo título *Them*, ou *Eles*, onde já se evidencia questão da alteridade: ao indicar a terceira pessoa, separa-se a primeira pessoa daquele grupo de que o filme fala. Na legenda superior, onde lê-se: “uma horrorosa horda de gigantes rastejantes e esmagadores surgindo da terra vindas de catacumbas a milhas de profundidade”, fica subentendida a força do inimigo e a distância de onde eles surgem. Contudo, o discurso da imagem é o mais claro: a cor dominante é o vermelho, cor associada ao comunismo, e também na imagem do fogo, deixando clara a relação com o inferno (a “milhas de profundidade da terra”), de onde viriam as formigas gigantes, que, como vimos, pertenciam ao imaginário comum na representação do comunismo por seus rivais.

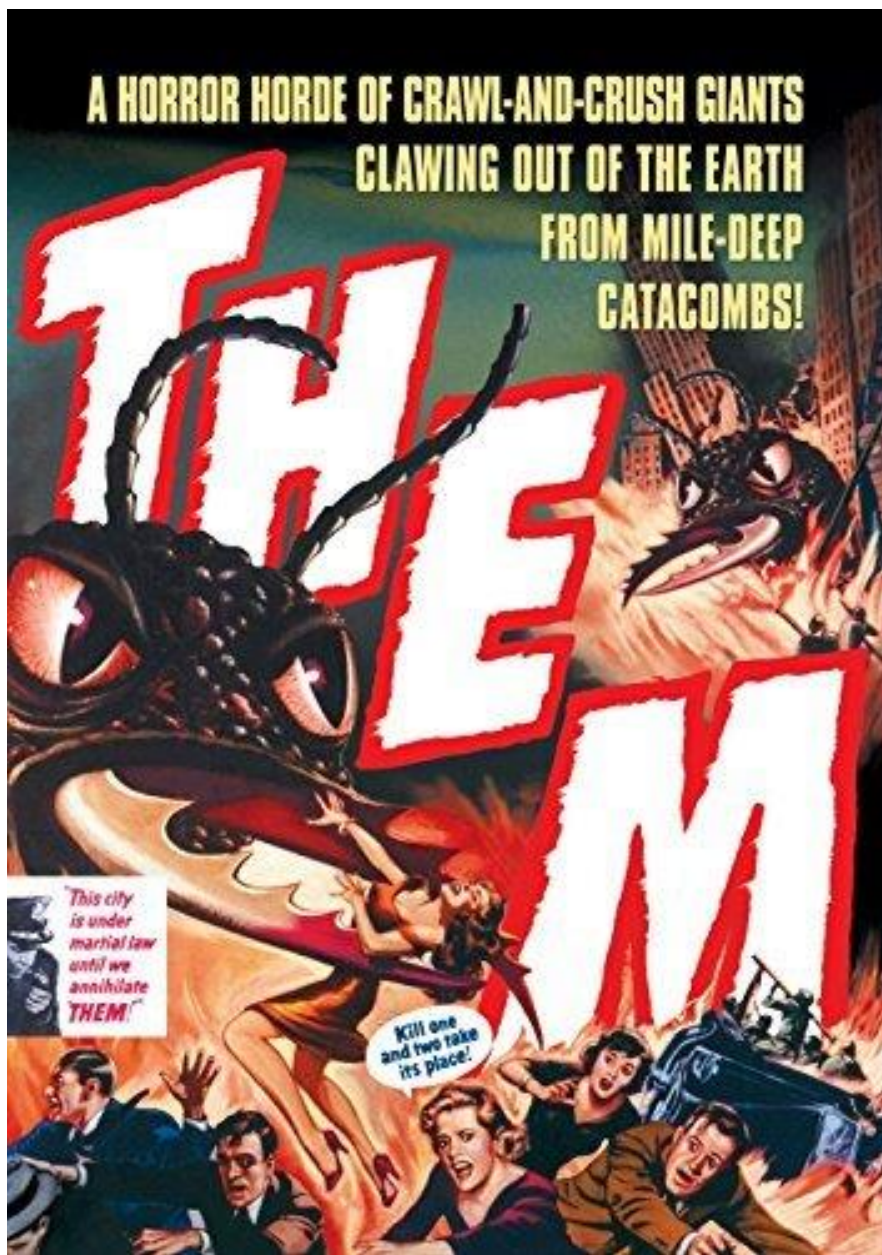


Imagem 10 – Fonte: Google Imagens

Outra particularidade pode ser notada na seriedade com que procurava-se tratar a ameaça nos Estados Unidos. A importância da batalha era tanta que até mesmo valores tradicionais como a democracia passariam a ser relativizados em países estrangeiros quando o assunto era a aliança contra o “perigo vermelho”. Em matéria intitulada *A Espanha de Hoje*, a revista *Seleções* comenta que o país europeu havia se tornado um novo aliado dos EUA na defesa do Atlântico. O autor inicia apresentando a discordância com o regime de Franco, mas, ao longo da matéria, isso passa a ser relativizado e colocado em termos mais amenos.

O ocidente vai ter um novo aliado militar. A Espanha vai participar da defesa do Mundo Ocidental. As forças norte-americanas terão o uso de bases aéreas e navais espanholas. Em troca a Espanha receberá auxílio militar e econômico dos Estados Unidos.

Não quer isso dizer que a Espanha do General Franco esteja caminhando para a democracia ou que o seu governo tenha a aprovação americana; quer dizer apenas que os Estados Unidos e a Espanha reconheceram que têm importantes interesses em comum num mundo onde uma forte potência, inescrupulosa e agressiva, está ameaçando igualmente, todas as outras nações, independente dos seus regimes políticos (...)

Por espaço de 14 anos o regime do General Franco tem resistido a numerosas provas decisivas. Sobreviveu a uma guerra mundial em que seus aliados ideológicos foram derrotados; sobreviveu aos anos de boicote internacional pelas democracias ocidentais no pós-guerra; sobreviveu a várias colheitas más e consecutivas. Isso foi devido, em grande patê, a hábeis manobras políticas do General Franco. (...)

O regime do General Franco tem tanta confiança na sua posição que não fez *o menor esforço para esconder* a Espanha atrás de qualquer espécie de “cortina”. Quem quiser visitar a Espanha, seja para admirar suas belezas naturais e os seus tesouros artísticos, seja para observar a realidade política e econômica, *pode fazê-lo a vontade*. E *sejam quais forem as suas opiniões* sobre o regime, dificilmente deixará de impressionar-se

com a dignidade natural e a cordialidade da maioria do povo espanhol. (...)¹⁴²

Inicialmente, a ditadura franquista é colocada como algo com o qual os EUA não concordam, mas respeitam, numa tentativa de reforçar a imagem de benevolência e respeito à soberania dos outros países por parte daquele. Depois, passa-se a valorizar a força do General ditador para, ao final, relativizar-se a dureza do regime (“que não faz o menor esforço para esconder”), que, mesmo sendo uma ditadura, não cerceava tanto as liberdades (“pode fazê-lo à vontade” / “sejam quais forem suas opiniões”). Ou seja, apesar de alguns pequenos defeitos, esses eram mínimos frente a importância da aliança no combate ao mal comum.

Percebe-se, então, que, enquanto no campo das representações havia uma forte similaridade do anticomunismo estadunidense com o brasileiro, no quesito das práticas havia, no entanto, sensíveis particularidades. Para entende-las, não podemos desprezar as especificidades históricas conjunturais e das condições de possibilidade no campo dos modos de ver e entender o mundo lá e cá. Lá, o papel hegemônico pretendido no concerto de nações deu ao anticomunismo um suporte jurídico e institucional muito determinado, o que proporcionou uma organização muito particular dessa prática, com apelos ao nível dos medos e sensibilidades dos seus cidadãos (e, quiçá, dos cidadãos do mundo inteiro). O anticomunismo estadunidense, a partir do momento que passou para a esfera institucional do governo, parece ter sido mais bem enquadrado e definido. Apesar da permanência de alguns exageros na imagnetização do inimigo, procurava-se partir de associações rápidas, concretas e mais plausíveis. Além disso, havia uma preocupação com a definição de si, como oposto ao outro que se buscava construir a partir da exacerbação dos valores americanistas, como vimos, por exemplo, para o caso da relação com a Ásia, no capítulo anterior. Dessa forma, após o início da Guerra Fria, nas mensagens anticomunistas explícitas, minimiza-se o uso da associação com animais e outras de forte apelo conotativo, e procura-se focar nas imagens mais diretas, como o perigo externo, a morte e as condições de vida e trabalho sob o regime inimigo, corporificado no espaço significado da URSS. E claro, sempre, ressaltando os valores ocidentais em comparação com os defeitos do seu outro, em especial, o valor

¹⁴² *Seleções*, Abril de 1953, p. 51-56. Grifos meus.

máximo a ser defendido – pois estava na base da formação da nação estadunidense: a liberdade. O imaginário mais denso e analógico, muitas vezes até de apelo “mítico”, permaneceriam, no entanto, fazendo parte do acervo combativo da indústria de entretenimento, devido ao seu forte apelo dramático, como é o caso do filme analisado acima.

Enquanto isso, a inexistência de uma institucionalização centralizada em um aparato jurídico-administrativo mais organizado no Brasil fez com que certos exageros interpretativos e confusões ocorressem não apenas no nível cotidiano da oposição ou combate ao comunismo, mas também na produção discursiva das representações do oponente.¹⁴³ Tal fato foi inclusive notado pelos funcionários das embaixadas encarregados de fiscalizar a prática anticomunista no Brasil, como bem demonstrou Carla Rodeghero. Esses interlocutores demonstravam ter mais claro uma visão diferenciada do que era o comunismo e o que era socialdemocracia.

Outro exemplo de crítica ao anticomunismo na imprensa é de 1951 e faz parte de um despacho que avalia uma série de artigos que o *Correio da Manhã* publicara contra o comunismo, em dezembro daquele ano. Depois de fazer uma síntese dos temas tratados neles, o relator faz seu comentário avaliativo: a série de artigos estaria exagerando a ameaça interna representada pelos comunistas. Segundo ele, poucas greves e situações de agitação social estavam sendo realmente causadas pelos comunistas, apesar de acreditar que eles contribuíram para isso.¹⁴⁴

¹⁴³ Não estou, com isso, querendo negar a existência de exageros também na prática anticomunista nos Estados Unidos. Os usos e abusos da atmosfera de medo e ansiedade quanto ao perigo vermelho naquele país, como as acusações de conivência ou mesmo relacionamento com o comunismo feitas por republicanos aos democratas, já foi intensamente discutida pela historiografia brasileira e estadunidense. Aqui mesmo, procurei discutir brevemente o período do macarthismo, quando esses exageros eram comuns e cotidianos. O que afirmo, no entanto, é que, ao nível da produção imagética de definição do oponente, esses exageros procuravam ser minimizados com vistas a uma definição mais precisa do mesmo, o que proporcionaria um combate mais efetivo e pontual.

¹⁴⁴ RODEGHERO, *Op. Cit.*, 2007, p. 100.

Fosse na representação do oponente ou na extensão do perigo, o exagero parecia incomodar os funcionários do governo estadunidense em sua análise sobre o rechaço ao comunismo no Brasil. Isso deixa claro uma divergência na interpretação não apenas na importância do combate, como também na forma de exercê-lo: “a preocupação dos avaliadores era voltada tanto ao conteúdo quanto à forma”¹⁴⁵. O apelo era feito a uma forma mais inteligível, direta, sem grandes apelos a analogias ou metáforas: “pode-se também dizer que é uma preocupação com os elementos que apelam para a racionalidade...”¹⁴⁶.

No que diz respeito ao alinhamento aos Estados Unidos – aqui entendido como as relações culturais que consolidaram o *americanismo* como paradigma e também enquanto uma convergência das práticas de combate ao comunismo – o início das disputas ideológicas da guerra fria fez com que o anticomunismo brasileiro passasse a procurar definir não somente o inimigo que deveria ser combatido, mas também a espelhar o modelo de sociedade desejada. E mesmo que esse modelo ainda não existisse na prática, ele poderia ser atingido se se seguissem algum passos. Assim, importava que se valorizasse o que já havia sido conquistado nesse sentido. Em outras palavras, tal como nos Estados Unidos, procura-se mostrar as vantagens do lado das democracias liberais, reforçar os valores relacionados ao modelo ocidental de sociedade com base no *americanismo* e ressaltar a grandeza do modo de vida estadunidense e a felicidade que ele proporcionava. Ainda que aquela realidade fosse, em muitos pontos, diferente da existente na sociedade brasileira, o discurso procurava demonstrar que essa distância era muito curta ou mesmo inexistente. Por isso, importava lutar por esse modelo, mais desejável que a outra via, sempre vista como mais sangrenta e perigosa.

Em suma, no período anterior a polarização ideológica, partilhava-se um imaginário anticomunista, mas as práticas estavam relacionadas a questões endógenas locais. Além disso, no Brasil a preocupação era com a definição do outro e pouco ou nada se falava sobre a realidade existente ou o projeto de futuro desejável. A força da batalha estava centralizada no “o que não queremos”. A partir de 1946, transformações ocorrem e verifica-se a presença também de uma

¹⁴⁵ *Ibidem, loc. Cit.*

¹⁴⁶ *Ibidem, p. 101.*

imagem de futuro, daquilo que se deseja seguir, o modelo a se pautar, enfim, um paradigma a se espelhar.

É aí que o conjunto discursivo do americanismo passaria a ser cada vez mais imagetizado. Valores intrínsecos a ele, tais como democracia, liberdade, progresso, individualismo e livre-iniciativa passariam a compor um imaginário alternativo àquele enunciado pelo anticomunismo.

Sendo assim, o alinhamento brasileiro aos estadunidenses e à paradigmaticização de seu modo de vida, hasteando a bandeira da democracia e liberdade, se ia contra os caminhos tomados pela política autoritária nacional¹⁴⁷, por outro lado, encaixava-se perfeitamente no cenário de medo e rechaço ao regime comunista, que vinha demonstrando sua força internacionalmente e foi tomado por ambos os países como *o outro*, o inimigo que devia ser eliminado. Como vimos, a utilização da alteridade não era uma novidade no combate ao comunismo no Brasil. Contudo, no período em questão, essa estratégia será ampliada e melhor dirigida ao ganhar corpo como uma iniciativa política integrada entre o governo dos EUA, que pouco confiava nas iniciativas anticomunistas brasileiras¹⁴⁸, e os setores privados de ambos os países, buscando cooptar o maior número de adeptos possível na opinião pública nacional para essa grande cruzada em defesa da civilização ocidental. Concentra-se esforços, então, no direcionamento do que seriam esses valores ocidentais a partir do composto cultural já bem definido do *American Way of Life*.

Diversas foram as ações nesse sentido, e, no conjunto delas, “estava presente uma intenção: mostrar como era a vida nos Estados Unidos e alertar para os perigos do comunismo. Contrapor as ideias liberais e ‘ocidentais’ às comunistas”¹⁴⁹. E, como se pode atestar em diversas reportagens da imprensa hegemônica brasileira, toda iniciativa que versava contra o modelo ocidental era vista como comunista e devia ser rechaçada.

¹⁴⁷ Refiro-me aqui à ideia defendida por setores da historiografia varguista de que o projeto político brasileiro do período do Estado Novo entrou em crise quando da entrada do Brasil na Segunda Guerra ao lado dos Aliados para defender o ideal de Democracia.

¹⁴⁸ É isso que defende Carla Simone Rodeghero no capítulo 3 de seu livro. Vide Rodeghero, *op. Cit.*, 2007.

¹⁴⁹ Rodeghero, *op. Cit.*, p. 54-55.

É o caso, por exemplo, de matéria da revista *O Cruzeiro* de 5 de maio de 1962, onde a alteridade é bastante evidente. Trata-se de uma peça publicitária assinada pelos Diários Associados onde está presente um importante retrato da visão de mundo americanista que se queria divulgar. A propaganda de página inteira traz em letras capitais e ocupando metade da folha o dizer: *o que você diz sobre isto?* Logo abaixo, em fonte um pouco menor: *o automóvel, a liberdade e o bem-estar*. A matéria segue com outros elementos, que serão melhor analisados no próximo capítulo. E, ao final, o texto trazia uma série de dados estatísticos sobre a quantidade de automóveis por habitante em países do Ocidente e do Oriente.

O discurso é claro, não possui entrelinhas: é possível se medir a felicidade a partir do que se tem e o padrão de vida ocidental proporciona maior felicidade que o seu outro, visto como negativo e limitador das liberdades.

A representação do trabalho também reforçaria a superioridade da civilização ocidental. Como descrito na Imagem 6, havia dois modelos de relações de trabalho, um claramente opressor e desigual, e o outro, nitidamente superior, onde se teria liberdade, progresso, felicidade. Esse tema é comentado pelo livreto do catecismo anticomunista.

Para o católico, o trabalho é meio de conseguir certos recursos que possibilitam ao homem gozar dos bens que Deus criou para ele. O trabalho existe para o homem.

Segundo o comunismo, o homem existe para o trabalho. O trabalho é o fim da vida.

[...]

Para a seita comunista, quem não trabalha não é homem. Quanto mais o homem trabalha, mais homem é. Assim, ele pode mudar a sua própria natureza, vivendo somente para o trabalho.¹⁵⁰

Ou seja, o trabalho, no ocidente, é livre e proporciona liberdade e estabilidade. Já no “mundo comunista”, estabelecido por Satanás, “uma lei universal levou a matéria até a forma humana. Esta forma está em evolução. É o homem que dá a si mesmo e a sua natureza, mediante o trabalho. O homem é criador de si próprio”¹⁵¹. Dessa forma, segundo

¹⁵⁰ Sigaud, *op. Cit.*, p. 15.

¹⁵¹ *Ibidem*, *loc. Cit.*.

catecismo anticomunista, “o regime comunista estabelece a mais completa escravidão, pois não reconhece ao homem nenhum direito”¹⁵².

Concluindo, portanto, procurei demonstrar que o anticomunismo brasileiro se constituiu a partir de um imaginário até certo ponto internacional, mas a partir e de acordo com questões locais da sociedade e cultura brasileiras, não tendo funcionado como a mera importação de um modismo ou mesmo uma *fantasmagoria*.¹⁵³ Com o início da Guerra Fria, quando já se havia sofrido uma forte influência cultural estadunidense a partir dos embates e negociações tramados durante os anos iniciais da década de 1940, esse anticomunismo passou por algumas modificações, enquadrando-se ao novo cenário interno proporcionado pela atmosfera de medo, incertezas e insegurança advindas do contexto internacional. Assim, os valores já aceitos do *americanismo* foram complexificados e reforçados, penetrando também na prática de combate àquele que era o inimigo comum da civilização ocidental do momento. Vale ressaltar, no entanto, que, mesmo sofrendo essas modificações diante da conjuntura renovada, as transformações nessa prática também não se deram de forma automática, a partir de uma simples cópia do que se fazia no centro irradiador do modelo civilizatório desejado. Ao contrário, elas foram processadas de forma

¹⁵² *Ibidem*, p. 23.

¹⁵³ Refiro-me aqui ao conceito de fantasmagoria de acordo com Walter Benjamin. De forma simplificada, para este autor a fantasmagoria refere-se a um novo estatuto das imagens na modernidade que proporciona novos modos de experiência no período. De acordo com ele, as imagens ilusórias ganham uma preponderância e tomam o lugar do real sem que os indivíduos que a vivem se apercebam disso. “Ou seja, a sociedade produz imagens representativas do real e encaram essas mesmas imagens como não sendo fruto de sua imaginação ou produção intelectual. A ilusão como imagem mental que percebe o mundo, corresponde-se com ele e o caracteriza.” CUNHA JÚNIOR & DAMIÃO, *apud* AQUINO, Luiz Carlos Andrade. *A fantasmagoria na “Paris, capital do século XIX”: uma contribuição de Walter Benjamin à modernidade*. Disponível na internet em: <http://www.herramienta.com.ar/coloquios-y-seminarios/fantasmagoria-na-paris-capital-do-seculo-xix-uma-contribuicao-de-walter-benja>. Último acesso em 22/07/2015. A analogia que faço aqui parte do princípio de que o anticomunismo brasileiro não era uma imagem apartada da realidade nacional, uma ilusão ou mera imposição estrangeira, em nada condizente com as condições históricas de sua existência em solo brasileiro. Ao contrário, tratava-se de uma prática em íntima relação com a sua historicidade no tempo e espaço de sua ocorrência.

conflituosa, partindo de um diálogo das práticas culturais já assentadas na sociedade brasileira com uma imagem que se fazia dos valores *americanistas*, tudo isso em conformidade com as demandas locais emanadas pelo cenário político-cultural, onde novos desejos de ser e projetos de futuro se configuravam. Tudo isso fica muito claro quando levamos em consideração as críticas feitas pelos funcionários estadunidenses a respeito do anticomunismo brasileiro. Ou seja, apesar da concordância da luta e do desejo de se seguir o modelo civilizatório daquele país, as práticas de combate eram divergentes. Existia, portanto um distanciamento interpretativo entre o desejo e a ação: o desejo de seguir o *American way of life*, e a ação cotidiana de brasilidade, dentro do campo do possível.

Isso tudo está em conformidade com o que será discutido no capítulo seguinte, onde irei aprofundar o estudo das condições histórico-político-culturais que deram possibilidade e existência a tais imagens e imaginários anticomunistas enquanto produtos de um regime visual que germinou no período.

CAPÍTULO 3

TRAMAS DO OLHAR: AMERICANISMO, GUERRA FRIA E A EMERGÊNCIA DE UM NOVO REGIME VISUAL NO BRASIL ENTRE 1945-1964

Nos capítulos anteriores, busquei falar sobre novos modos de olhar, perceber e entender o real que proporcionaram novas formas de agir no Brasil no período aqui em análise. Assim, no primeiro capítulo, discuti sobre imagens da Guerra Fria – tanto as enunciadas por estadistas e processos discursivos mais gerais no campo da política internacional do momento em que o período foi vivido, como aquelas elaboradas pela historiografia do tema em diferentes períodos – e as ações que essas imagens produziram, construindo, portanto, uma imagética ou, em última instância, uma visualidade, desse evento. Já no capítulo anterior, procurei apresentar algumas imagens e imaginários do comunismo no Brasil, fazendo ver como estes foram construídos pelo anticomunismo, que, por sua vez, essas imagens e imaginários também ajudaram a estabelecer.

O objetivo, agora, é compreender melhor os regimes de visualidade nos quais estes modos de olhar apresentados anteriormente estavam inseridos. Buscarei, portanto, mostrar como esses regimes foram instituídos, dar a ver as suas condições de possibilidade e os diálogos culturais que os fizeram ser como foram no período em questão. Em outras palavras, procurarei demonstrar como se forjaram novas estruturas do ver e do olhar no Brasil pautados por assimilações da cultura estadunidense durante as décadas iniciais da Guerra Fria, uma vez que foram estas mesmas estruturas que tornaram possível a emergência dos discursos e imagens discutidos até aqui.

Em estudo anterior¹⁵⁴, apresentei como o aparato discursivo montado ao final da década de 1930 pelos Estados Unidos para enunciar e promover seu estilo de vida em toda a América Latina foi responsável pela construção de um novo paradigma do moderno na cidade do Recife, em particular, e no Brasil, em geral. A partir dali, a cultura hegemônica no país passa a ser espelhada no *american way of life*, consolidando o que muitos autores preferiram simplificar como a *americanização* do

¹⁵⁴ Arraes, *op. Cit.*.

Brasil. Procurei ali demonstrar que, até a emergência desse intenso diálogo cultural montado para combater a ameaça do germanismo na América Latina e continuar a execução do *Destino Manifesto*¹⁵⁵ estadunidense, o paradigma civilizatório brasileiro ainda se espelhava na cultura europeia, apesar das aproximações e influências anteriores da cultura estadunidense já discutidas no primeiro capítulo.

Uma vez construído esse paradigma, valores culturais estadunidenses seriam cada vez mais enunciados e assimilados no Brasil, sendo o período da Guerra Fria – com o forjamento da ideia de comunidade atlântica, na qual o Brasil seria incluso como área de influência do bloco das democracias liberais – o momento máximo dessa assimilação cultural. Algumas razões para tal não são difíceis de serem notadas.

3.1. Imagens da Mudança

O momento do pós-guerra no Brasil trouxe inúmeras transformações. No campo sócio-político, assistiu-se a uma abertura do

¹⁵⁵ Refiro-me, aqui, à doutrina do *Destino Manifesto*, um dos mitos fundacionais das políticas expansionistas estadunidenses. Tal doutrina foi elaborada ao longo do século XIX, principalmente a partir da chamada *Doutrina Monroe*, de 1823, quando o presidente James Monroe anuncia ao congresso a política de não aceitar interferências recolonizadoras europeias nos territórios americanos, tomando como dever dos EUA assegurar as soberanias nacionais nas Américas. Contudo, a prática só ganhou este nome em 1845, quando o editor de jornais John O’Sullivan cunhou a expressão para referir-se a um dever moral da crescente nação em expandir sua civilização pelo mundo, uma vez que esta era considerada a melhor forma civilizacional já praticada pela humanidade até então. Tal dever teria sido manifesto por Deus, daí a ser esse o seu Destino Manifesto. Os defensores dessa doutrina acreditavam que, ao levar seu modo de vida aos povos não civilizados estariam lhe proporcionando uma elevação tanto espiritual quanto material. No que diz respeito ao seu escopo e alcance histórico, alguns autores a restringem ao período da marcha para o Oeste, quando o governo dos Estados Unidos, entendendo estar o país destinado a ser uma nação bi-oceânica, passaram a incorporar os territórios a oeste da sua fronteira original por meio de invasões, guerras e negociações diversas. Contudo, defendo ser esta uma ideologia fundacional da nação e que, como tal, ainda está presente na execução do projeto de poder hegemônico daquele país, ganhando novos sentidos e significados ao longo da sua história, mas sem perder sua força motriz.

regime ditatorial do Estado Novo, inaugurado em 1937 por Getúlio Vargas, que, ao colocar o país ao lado dos Aliados na luta pelos ideais de liberdade e democracia nos campos de batalha europeus, abriu espaço para a contestação da ausência desses mesmos valores na esfera nacional. Foi assim que, a partir de 1942, a imprensa brasileira, utilizando-se da flexibilização da censura com a entrada do país na guerra para veicular as mensagens do esforço de guerra e convencer a população da importância da sua participação nesse esforço, passou a demandar reformas internas, reverberando os desejos da opinião pública que, ao mesmo tempo, essa imprensa também ajudou a construir. Foram então convocadas eleições democráticas para o final de 1945.

O clima era tenso. O país passava por um momento de ebulição social no qual se insurgiam partidários da permanência de Getúlio Vargas sob um regime democrático, os chamados *queremistas*, por um lado, e os adeptos de uma completa renovação política, que não admitiam a possibilidade de democracia com a permanência do mesmo presidente, por outro. Temerosa de uma nova manobra da situação para permanecer no poder, uma ala oposicionista do exército força a saída de Vargas em 29 de outubro de 1945, mantendo a realização das eleições para dois de dezembro do mesmo ano.

Os principais candidatos naquele pleito foram Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional (UDN) – partido ligado às classes médias urbanas conservadoras e também apoiado por grande parte da imprensa nacional, em especial pela rede de jornais *Diários Associados*, pertencente a Assis Chateaubriand; o ministro da guerra durante o governo varguista Eurico Gaspar Dutra, lançado pela coligação do Partido Social Democrático (PSD) e o recém formado Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – apoiados pelas elites agrárias que haviam prosperado na Era Vargas e pelos trabalhadores urbanos – além de Iêdo Fiúza, do Partido Comunista do Brasil (PCB). Em acirrada disputa, venceu a eleição a coligação PSD-PTB. Dutra assumiu a presidência em 31 de janeiro de 1946.

No campo econômico, as transformações também foram sensíveis. O período da guerra proporcionou constantes saldos positivos para a balança comercial brasileira através da exportação de produtos primários e minerais necessários ao esforço de guerra europeu/estadunidense, o que permitiu uma considerável reserva de divisas. Aproveitando-se da situação econômica favorável e visando à defesa de uma agenda internacional direcionada ao bloco ocidental, o presidente eleito abre a economia brasileira ao capital externo e

proporciona vantagens para a importação de maquinários industriais, produtos de consumo duráveis e tecnologia. Cria-se, assim, um mercado consumidor interno e uma clientela ávida por adquirir as novidades vindas dos Estados Unidos, especialmente após o período de escassez e racionamento do momento do esforço de guerra.

Na esfera cultural, o fim dos bloqueios econômicos e do esforço de guerra proporcionou uma diversificação também dos hábitos de consumo; nessa época, os mercados e pequenas mercearias de bairro vão rapidamente sendo varridos pelas grandes redes de supermercados e lojas de departamento. Assim, mesmo comportamentos comuns e corriqueiros iam sofrendo sensíveis mudanças. E, junto com esses, transformavam-se também os modos de vestir, ver, olhar e perceber.

O cinema introduziu a mentalidade da guerra, a ideia do heroísmo individual, sempre encarnado pelo americano, soldado, detetive ou *cow-boy*.(sic) Apareceram os *comics*, as histórias em quadrinhos, o *Super-Homem* e o *Capitão América*, símbolos do bem, do *way of life*, consagrado, com a sua aparente pureza lúdica, fantástica, a ideologia da violência e da brutalidade, a mitologia do Imperialismo. Os soldadinhos de plásticos, assim como os índios e *cow-boys* (sic), substituíram os soldadinhos de chumbo, nos brinquedos infantis. As crianças, ao fim da guerra, viviam como nos filmes, nos *comics*, mascaravam chicletes e bebiam Coca-Cola. As filhas da burguesia e das classes médias conquistavam maior liberdade, fumavam e trocavam as saias pelos *shorts* e pelas calças. Homens e mulheres ouviam *jazz*, dançavam *swing* e *blues*. O rádio impôs a música americana. Hollywood, os ideais de beleza. Vários galãs, como Douglas Fairbanks Jr. e Orson Welles, passaram pelo Brasil. Os *astros* e as *estrelas* do cinema venderam a guerra e promoveram a imagem dos Estados Unidos. A mercadoria americana adquiriu prestígio.¹⁵⁶

¹⁵⁶ BANDEIRA, *Op. Cit.*, pp. 309-10. Grifos no original. A passagem é ilustrativa da mudança de hábitos e costumes por que passou o país no momento em questão. Mudança esta dialogada com os costumes tradicionais e advinda por aceitação do público receptor, e não imposição, como afirma Bandeira. Por isso, faz-se importante ressaltar que não coaduna com a ideia de imperialismo tal como afirmada pelo autor. Acredito que o conceito de imperialismo é

Vê-se, assim, a emergência da moderna cultura de consumo no Brasil e seus profundos efeitos nos mais diversos campos da sociedade. A aparição dos *comics* ressaltado por Bandeira é exemplar das transformações pelas quais passou a imprensa no período. Amparados pelo novo cenário econômico supracitado, os órgãos de imprensa nacionais iriam importar maquinários modernos para renovar sua

aplicável às práticas expansionistas das grandes potências ao longo do século XIX até o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Essas iniciativas visavam o controle territorial, a presença efetiva do poder em suas formas militar e econômica, sendo a assimilação cultural uma consequência desse processo. Já o projeto expansionista estadunidense, excetuando-se alguns casos particulares na América Central e Ásia, apesar de, em certo sentido, possuir similaridades de objetivos econômicos, como a integração dos mercados no plano mundial, difere em muitos pontos daquela prática das nações europeias. A partir da Diplomacia do Dólar, posta em prática pelo Presidente William Taft, o efetivo controle territorial passa a ser substituído pela dependência econômica, especialmente no caso da América do Sul. Com a Política da Boa Vizinhança, uma nova e sensível mudança: busca-se um diálogo de tom mais amistoso e menos impositivo com as nações ao sul de seu território, numa tentativa de combater o *antiamericanismo* na região. A partir daí, as relações com os países vai se dar por uma via de sedução cultural e convencimento das vantagens do modelo estadunidense. Outro fator importante a se considerar são as relações de poder que inspiravam tais práticas. Era vigente na mentalidade do século XIX algumas teorias protocientíficas de que a etnia branca europeia era naturalmente superior às demais, o que consolidou o conceito de raça e naturalizava a “dominação” europeia sobre os demais povos, havendo uma justificativa da necessidade de tal empreendimento. Contudo, devido a sua diferença biológica, tais povos jamais chegariam ao mesmo estágio de desenvolvimento europeu. Já no caso estadunidense, apesar de estar presente uma relação de poder desigual, sendo considerada a civilização estadunidense superior às demais, a partir dos novos estudos culturais de Franz Boas e outros, acreditava-se que tais diferenças se faziam apenas no nível cultural, podendo ser superadas. Isso não implica dizer que inexistiam teorias raciais ou eugênicas nos Estados Unidos, apenas que estas não estavam na base do discurso justificador do seu expansionismo. Também não implica em uma suavização da prática de poder hegemônico por parte da nação estadunidense. Ao contrário, acredito que ela se dá de forma ainda mais perversa, pois passa a convencer o oprimido a agir conforme o opressor, muitas vezes seduzindo à assimilação de seus modelos culturais e instituindo subjetividades colonizadas por desejo e vontade das nações receptoras, e não por uma suposta imposição. Portanto, acredito ser necessário a revisão do conceito de imperialismo para as iniciativas expansionistas estadunidenses na contemporaneidade.

infraestrutura de diagramação e impressão, além de utilizarem-se das vantagens para importação de papel de melhor qualidade a preços mais acessíveis. Ao longo das décadas, cresce o número de revistas e jornais em circulação no país e amplia-se a especialização temática, focando em nichos específicos do mercado – como é o caso dos citados *comics* ou quadrinhos, das revistas masculinas e femininas, das revistas de esportes, das revistas para o público adolescente, etc. – oferecendo ao público leitor uma variada gama de opções de entretenimento e informação.

Os anos 50 foram o período, portanto, em que, no Brasil, o discurso em torno do desenvolvimento nacional foi posto na agenda, sobretudo, na segunda metade da década. Havia um consenso entre elites políticas e econômicas, intelectuais e opinião pública de que o país vivenciava profundas transformações e, mesmo passando por crises econômicas conjunturais, ele estava “em desenvolvimento”, fase intermediária que conduziria a uma estrutura capitalista plenamente desenvolvida.

(...)

No que tange especificamente ao desenvolvimento da imprensa brasileira, podemos dizer que é (*sic*) nos anos 50 que se consolidou o processo de transformações que já vinha sendo realizado desde a década anterior. O jornalismo teve que se adaptar às novas aspirações da população e do mercado. O crescente dinamismo da sociedade levava à necessidade de informações rápidas e facilmente digeríveis, e o aumento da concorrência estimulava inovações no setor. Assim, as empresas jornalísticas transformaram-se em grandes empreendimentos comerciais detentores de poder econômico, introduzindo inovações técnicas, gráficas e editoriais.

É nesse período que se dá a passagem, no Brasil, de um jornalismo literário, de opinião, para um jornalismo empresarial. Profissionais, a partir de então, formados nos cursos universitários, aplicavam as novas técnicas do jornalismo norte-

americano no país.¹⁵⁷

As inovações estruturais, portanto, foram acompanhadas por transformações conceituais mais profundas do que era ser e fazer imprensa e em quais modelos deveriam espelhar-se. Dessa forma, os meios de comunicação impressos, que até décadas antes dependiam dos favores do Estado, de pequenos anúncios e da publicidade das lojas comerciais locais ou nacionais para sobreviver, veem sua situação mudar. Foi a partir dessa nova conjuntura que se fundou o primeiro curso de jornalismo do país, em 1947, na Faculdade Cásper Líbero, ao qual, seguiram-se outros. Nos anos 50, os novos espaços abertos no setor publicitário, criados com a implantação de agências de publicidade nacionais e estrangeiras no país, ajudam a modificar também a forma de divulgar: os anúncios se diversificaram, encontrando-se desde os de automóveis, eletrodomésticos, produtos alimentícios e produtos agrícolas até *merchandising* de produtos artesanais os mais variados. Também os jornalistas e fotógrafos profissionais, formados, a partir de então, em cursos superiores no país, aplicavam aqui as técnicas do jornalismo estadunidense que aprenderam na faculdade. Em suma, o setor entraria de vez na lógica do consumo, deixando de ser um simples produto de informação para tornar-se também um produto de massa que buscava a conquista do mercado cada vez mais específico, através de métodos cada vez mais desenvolvidos de publicidade.

Vê-se aí uma simbiose entre jornalismo e publicidade, um cada vez mais dependente do outro, chegando, muitas vezes, a confundir-se. A imprensa, portanto, enquanto produto integrado à nova lógica do mercado, torna-se também veículo de consolidação e ampliação da cultura de consumo.

E no escopo de todas essas renovações, a imagem ganha novo espaço. De simples ilustração, a fotografia passou a ser também informação. Isto foi facilitado por inovações técnicas, que trouxeram à tona as câmeras menores, que permitiam maior mobilidade do fotógrafo, e novos tipos de filme que, isentando o uso do flash, possibilitavam ao profissional a captação de imagens em qualquer situação de luz. Com isso, novas formas de fotografar, novos enquadramentos, novos tons

¹⁵⁷ MEYRER, Marlise Regina. *Representações do desenvolvimento nas fotorreportagens da revista O Cruzeiro (1955-1957)*. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2007. p. 14.

passavam a inovar as formas de ver e dizer o real, compondo, muitas vezes, com a fotografia, a reportagem por inteiro.

São assim pavimentados os caminhos para a emergência de um novo regime visual no Brasil. A partir daí, o olhar torna-se central na sociedade que emerge no pós-Guerra. E a visão, o principal sentido da informação e do desejo. É claro que essa não era uma completa novidade. Com o surgimento do Positivismo no século XIX, que primava pela busca da verdade empiricamente comprovável, a visão ganha primazia na busca do elemento *prova* para corroborar as afirmações científicas. É inclusive nesse contexto que se desenvolve a fotografia e passa a ser aclamada por muitos como a prova incontestável da verdade, passando então a ser utilizada por diversos campos do saber, desde a antropologia, com seus *tipos raciais*, até a ciência jurídica com os *mugshots*, ou fotos de criminosos.¹⁵⁸ Assim, como nos mostram

¹⁵⁸ O século XIX foi palco de grandes avanços nos experimentos fotográficos, como os dos franceses Niepce e Daguerre, este último sendo por muitos considerado o verdadeiro precursor da fotografia em câmara escura com seu *daguerreotipo*. Ao mesmo tempo, surgiam também diversas correntes científicas, como o positivismo, iniciado pelo também francês Auguste Comte, para quem o método científico era o único meio de conhecimento verdadeiro e, para tal, o método científico deveria ser comprovado. É também do mesmo período a teoria da evolução das espécies, de Charles Darwin, segundo a qual as espécies evoluíam e se perpetuavam de acordo com sua aptidão, sendo umas mais fortes e aptas e outras menos, estas tendendo, portanto, a desaparecer. O darwinismo, como ficou conhecida essa teoria, foi por alguns intérpretes sociais adaptada à explicação de questões sociais, tais como a criminalidade. Todo esse aparato técnico-científico, colocado em ligação, deu margem à aparição de teorias explosivas – tal como elementos químicos que reagem entre si. Assim, surgem teorias pseudocientíficas que naturalizavam as diferenças raciais com base nos fenótipos, que a fotografia ajudou a promover e comprovar, tal como exigia a ciência positiva. Tais teorias, por sua vez, suscitaram práticas interventivas que tiveram sérios reflexos negativos de longo prazo na história da humanidade, entre elas, para citar apenas uma, de caráter global, o imperialismo. Essas verdades só começariam a ser questionadas ao final do século com antropólogos como Franz Boas, para quem as diferenças de comportamento estavam ligadas a questões culturais e não biológicas. Para mais informações sobre a relação da imagem no desenvolvimento das teorias raciais e da antropologia, vide STURKEN, Marita & CARTWRIGHT, Lisa. *Practices of looking: an introduction to visual culture*. Oxford University Press, 2001 e FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Tecnologia e Estética do Racismo: ciência e arte na política da beleza*. Chapecó: Argos, 2007.

Sturken e Cartwright, desde o desenvolvimento das ciências naturais no século XIX até o protagonismo da biomedicina em nossa atualidade, “o olhar é entendido como uma avenida principal ao conhecimento e a visão toma precedência sobre outros sentidos como uma ferramenta primária na análise e ordenamento das coisas vivas”.¹⁵⁹

Aliás, Michel Foucault já havia descrito a emergência de um novo regime de verdade em fins do século XVIII e início do século XIX, onde esta pôde ser tornada visível. Assim, ele “descreve a substituição dos métodos tradicionais de diagnóstico através da leitura de sintomas superficiais de uma doença pela prática de dessecamento anatômico na busca de uma evidência empírica para além das superfícies físicas do corpo”.¹⁶⁰

Ainda em Foucault, vemos a discussão da emergência da modernidade a partir de um reordenamento do poder/saber através do visível e da vigilância, instaurando novas práticas de controle e de intervenção nos corpos, que o filósofo procurou demonstrar com o modelo panóptico de Jeremy Bentham em *Vigiar e Punir*.

Foi essa modernidade que Walter Benjamin procurou entender sob outros prismas. Em *Passagens*¹⁶¹ ele discutiu o surgimento das *Galerias* na França do século XIX, espécimes de *Shopping Centers* – com o perdão da pobre analogia – onde surgem as vitrines e novas sensações são despertadas pela experiência do olhar proporcionado pela arquitetura. Experiências essas que seriam corporificadas na prática do *Flaneur*, tão bem descritas em *Paris, Capital do Século XIX*¹⁶².

Portanto, o protagonismo da visão no período aqui em questão não é, como vimos, inédito na história. A novidade do período estava na emergência de um *ocularcentrismo*, ou uma cultura onde o olhar passa a ser central para todas as práticas da vida, desde a busca de informação até a saciedade dos desejos. Esta é uma das características principais de anúncio do surgimento e posterior desenvolvimento do que venho chamando de regime visual contemporâneo, sob o qual ainda vivemos.

¹⁵⁹ STURKEN, Marita & CARTWRIGHT, Lisa. *Op. Cit.*, p. 299. Original em inglês. Tradução livre.

¹⁶⁰ Idem, Idem.

¹⁶¹ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte, Editora UFMG/ Imprensa Oficial de São Paulo, org. Willi Bolle, 2006.

¹⁶² BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio R. (org.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985, p. 30-43.

Nesse regime, o elemento de ruptura não está na simples centralidade exercida pelo olhar ou no abuso das imagens em si, mas naquilo que Nicholas Mirzoeff chama de “tendência moderna de visualizar a existência”. Inaugura-se, aí, uma nova experiência de contato com o mundo onde a visão torna-se não apenas central, mas base mesma de construção de sentido e realidade; onde os “eventos nos quais a informação, o sentido ou o prazer são buscados pelo consumidor em uma interface com a tecnologia visual”¹⁶³. Em outras palavras, a imagetização torna-se um acontecimento: imagetizar é fazer acontecer.

Portanto, retornando ao caso da imprensa, é justamente nesse contexto que ganham maior popularidade as revistas semanais ilustradas, como é o caso de *Manchete*, dos irmãos Bloch. Fundada em 1952, a publicação nascia com o objetivo de atender à sede por imagens do público leitor/espectador, ganhando rapidamente a simpatia dos consumidores com suas matérias simples, versando sobre questões cotidianas e temas universais, onde o abuso das imagens é notório. Matérias inteiras seriam construídas a partir delas. Vejamos, por exemplo, a edição número 2 da revista, do dia 03 de maio de 1952. (Imagem 11).

A reportagem de página inteira, traz quatro fotografias de “flagrantes”, com curtas legendas abaixo delas, colocando em evidência momentos embaraçosos de celebridades e pessoas comuns captados pelas câmeras portáteis de atentos fotógrafos. A primeira imagem (superior esquerda) traz a atriz Gina Carr flagrada sendo retirada do mar após desequilibrar-se de um bote no qual passeava em Malibu na companhia do também ator Richard Tide, que tentou segurá-la e acabou rasgando o “maillot” da colega. A segunda imagem (em sentido horário) flagra o Duque de Windsor com o dedo no nariz durante um jantar. Da mesma forma, um garoto é flagrado em momento desconcertante enquanto luta box: seus calções caíram enquanto ensaiava um golpe no adversário. Por fim, uma elegante dama é surpreendida por um cavalo tentando comer o arranjo de flores que compunha seu *look*. Vemos, aqui, que o cotidiano passa a ser imagetizado e ganha cada vez mais importância à medida que pode ser visualizado. A curiosidade com a vida alheia não nasce no período em questão, como atesta a

¹⁶³ MIRZOEFF, Nicholas. *The Visual Culture Reader*. Apud: DIKOVITSKAYA, Margaret. *Visual Culture: the study of the Visual after the Cultural Turn*. Cambridge: MIT Press, 2005, p. 22. Original em inglês. Tradução livre.

popularidade de colunas de fofocas em jornais desde muito antes.¹⁶⁴ Contudo, a possibilidade de congelar momentos em imagens modifica o sentido da informação e potencializa o desejo de imiscuir-se da vida alheia.



Imagem 11 – Fonte: *Manchete* - 03-05-1952

¹⁶⁴ GAIARSA, José Ângelo. *Tratado geral sobre a fofoca*. Lisboa: Summus Editorial, 1978.

A popularização do gênero dos flagrantes é proporcionada pela emergência dos fotógrafos *paparazzi*¹⁶⁵, profissionais que arriscam-se das mais diversas formas para conseguir um instantâneo da vida de celebridades. Na reportagem exibida em 5 de julho de 1952 (Imagem 12), *Manchete* discute o caso de espancamento do diretor da revista *Escândalo* por publicar “fotografias sensacionais” e “casos mais ou menos íntimos de gente de rádio, teatro, etc.”. Claro, não perde-se a oportunidade de estampar fotos do rapaz machucado, contradizendo o objetivo da matéria de criticar o sensacionalismo.

¹⁶⁵ O termo *paparazzi* é de origem italiana, e mistura as palavras *pappataci*, que significa mosquito, e *razzo*, significando o *flash* das máquinas fotográficas. Ou seja, associa o incômodo provocado pelo mosquito com suas rondas em volta das pessoas, e o uso das câmeras portáteis. O termo se popularizou após o filme *La Dolce Vita*, de Frederico Fellini, que narra a história de um jornalista especializado em histórias sensacionalistas. É através do personagem que o diretor mostra uma Roma modernizada, com grande influência cultural dos Estados Unidos. Apesar da palavra não ter sido utilizada na matéria de *Manchete*, demonstra-se que sua prática já existia.



O resiste brutal das suas vítimas era esperado. Ameaças chegavam-lhe constantemente. Mas ele seguiu na sua tarefa inglória de demolidor de reputações. Finalmente veio o castigo. Esbordaram-no cruelmente, chutando-lhe a cara, lançando-lhe as carnes.



Freddy Dalto não podia pretender a solidariedade da boa imprensa. Sua causa era má. Invasão sempre a vida privada de gente de rádio e fazia disso seu "jornalismo".



Pelo braço da irmã, coberto de equimoses, o diretor de "Escândalo" sai do hospital.

QUEM SEMEIA ESCÂNDALOS COLHE SURRAS

"Escândalo" é uma publicação incansosa que se especializa em estampar fotografias "sensacionais" e contar casos mais ou menos íntimos de gente de rádio, teatro, boite, etc. "Escândalo" circula livremente, protegida pela lei. O seu inescrupuloso diretor, Nilson Risarde, conhecido pela alcunha de Freddy Dalto sofreu, a 17 de junho próximo passado, entre 7 da noite e zero hora, brutal tentativa de homicídio: sequestrado em Madureira e conduzido em carro fechado a local deserto no Retiro dos Bandeirantes, foi barbaramente espancado por cerca de 10 indivíduos de complexão atlética, profissionais da pancada por encomenda, ao que parece, Pontapés, cachações, cotoveladas, "gravatas" e outros corretivos foram aplicados ao senhor Dalto que, já em Guaratiba, ainda levou uns turrinhos que não o atingiram, por um triz. Julgando-o cadáver, começaram o seu funeral, que nada tinha de simbólico. Salvo por providencial automóvel que passava na ocasião, o diretor de "Escândalo" saiu da cova mais morto do que vivo e atingiu o Hospital Miguel Couto, onde foi devidamente medicado e agora cuida do processo contra os prováveis agressores. O seu advogado é o caudilco Celso Nascimento. Risarde, que tem ataque de modo grosseiro e impudico, sem distinção, elementos do nosso meio artístico, acusa, como mandantes do crime o radialista milionário Vitor Costa, diretor da Rádio Nacional, o presidente da Associação Brasileira de Rádio, sr. Manoel Barcelos, o presidente da Casa dos Artistas Francisco Moreno e as cantoras Marlene, Emilinha Borba, Dalva de Oliveira e Mary Gonçalves. Suspeitos como executantes figuram o cantor Bill Farr que, segundo um vespertino, andou se jactando da façanha, e José de Souza Costa, irmão de Arturzinho, amigo pessoal de Emilinha Borba. A selvajaria do caso, que atenta contra os brios de civilização da capital brasileira, procura fundamento na conduta jornalística da vítima, reproável em todos os sentidos. Perante a Moral e o Direito são ambos condenáveis: Freddy e os dez "homens maus"... Ou terão sido vinte?

Fica claro, portanto, a sede por instantâneos da vida real, evidências que comprovassem a veracidade dos fatos narrados. E a fotografia passa a cumprir esse papel. Na era do *ocularcentrismo*, o real torna-se mais crível quando pode ser visto, comprovado pelo olhar.

É o que vemos na edição de número 4 de *Manchete* (Imagem 13).



Imagem 13 – Fonte: *Manchete* - 17-05-1952

A matéria informa aos leitores:

“Até o momento de encerrarmos este número, o avião da Pan American, tombado nas proximidades da Ilha do Bananal, não havia sido atingido nem por paraquedistas nem por uma expedição terrestre. Os diários ainda se valem de desenhos para *satisfazer a fome de ilustração do público*. Poucas vezes uma tragédia demorou tanto para traduzir-se em imagens gráficas na nossa dinâmica imprensa. O Brasil, imenso e primitivo hostiliza a curiosidade dos repórteres. Nesse caso, o desenhista sentado comodamente diante da prancheta tomou o lugar do fotógrafo que se meteu num avião e viajou centenas e centenas de quilômetros para mostrar aos leitores o fim de um gigantesco aparelho e de mais de cinquenta pessoas. É a “revanche” do passado. (Grifos meus).

A questão está explícita. Não precisamos ler nas entrelinhas. O público tem fome de ilustração. Na ausência das fotografias, entram os desenhos. Mas procura-se deixar claro que não são a mesma coisa. O fotógrafo se esforça, vence distâncias para chegar ao local do fato. A fotografia atesta o real. Os desenhos são imaginações de alguém “sentado comodamente diante da prancheta”. Procura-se apenas acalmar os leitores, fazê-los respirar um pouco enquanto a fotografia não chega até eles.

Entretanto, diferentemente do que ocorria no século XIX, quando, como vimos, buscava-se nas imagens a representação de algo para testemunhar a verdade, nesse momento as imagens não necessariamente representam o real, pois, como defende W. J. T. Mitchell, “não se pode haver representação sem apresentação”¹⁶⁶. Por vezes, como é o caso da matéria acima, as imagens são imaginadas ou mesmo construídas discursivamente, o que não quer dizer que elas não tenham valor ou sejam reduzidas em termos de realidade. O que a matéria quer fazer crer é que o esforço do fotógrafo era mais significativo que o do desenhista, mas ambas tinham valor imagético. No regime visual contemporâneo, não é a imagem que se torna real na experiência, mas justamente o

¹⁶⁶ MITCHELL, W. J. T. Entrevista concedida a Margaret Dikovitskaya. IN: Dikovitskaya, *op. Cit.*, p. 248. Original em inglês. Tradução livre.

contrário: a experiência torna-se real pela imagem. Toda essa mediação da experiência é feita pelo que o Mitchell chama de dialética fundamental da cultura visual: presença e re-presença, ou presença e ausência. As imagens não possuem aquilo que mostram. Elas dão a ver algo que, enquanto materialidade, não existe. Ou seja, oferecem uma presença de algo ausente. Da mesma forma, as imagens possuem um vazio, um limite, que é justamente a sua incapacidade de negar. Elas apresentam sempre uma afirmação, uma presença, que, por vezes, tentam negar com outra afirmação. É o caso do símbolo de proibido fumar: a imagem de um cigarro com uma barra buscando representar negação. Afirma-se o cigarro e afirma-se a negação.¹⁶⁷

No caso da imagem acima, afirma-se o acidente através do desenho e afirma-se a ausência dele: é um desenho, uma simulação. Não importa. Num mundo marcado por duas guerras mundiais, pelo absurdo do holocausto, pela memória de Hiroshima e Nagasaki e em risco de esvair-se em uma iminente guerra nuclear entre duas potências rivais, ausências não interessam. Deseja-se a presença, desejam-se as imagens.

Portanto, importava imagetizar a informação. Quando as fotografias não eram possíveis, procuravam-se estratégias para tal, fosse através de desenhos, charges ou montagens.

Com a latência dos eventos internacionais no momento da Guerra Fria, que despertavam grande interesse e ansiedade, *Manchete* procura acalmar os ânimos promovendo o encontro entre os grandes líderes mundiais, que dialogam de forma amistosa aos goles de vodka e Coca-Cola. E, “ao redor de um globo terrestre, os três maiores selam o pacto”. Ou seja, procura-se saciar o desejo do público através de imagens fabricadas artificialmente, nas quais utilizam-se máscaras gigantes para representar quatro grandes líderes mundiais à época – Stálin, Truman, Churchill e Adenauer. Se o real não proporciona sentimentos de alegria no público leitor, o simulacro pode fazê-lo. Num mundo mediatizado pelas imagens, o caráter delas é irrelevante. Não se busca mais a prova de verdade, como ocorria anteriormente. Deseja-se a experiência proporcionada pelo visual. Com a experiência da democracia liberal, democratizam-se também as imagens. Nas palavras de Jean Baudrillard, “o mundo se tornou verdadeiramente infinito ou ainda exponencial por meio das imagens”. Já quanto ao fascínio e protagonismo destas últimas, este mesmo autor defende que:

¹⁶⁷ Idem, p. 238-9.



Imagem 14 – Fonte: *Manchete* - 17-05-1952

se elas nos fascinam tanto, não é porque elas são lugares de produção de sentido e representação – isso não seria novo – é, ao contrário, porque elas são lugares de desaparecimento do sentido e da representação, lugares nos quais somos pegos desconectados de qualquer julgamento da realidade, desse modo, lugares de uma fatal

estratégia de denegação do real e do princípio de realidade.¹⁶⁸

Apesar da discussão do sociólogo francês se dar na sociedade do presente, é, como procuro defender aqui, no momento do pós-segunda guerra que emerge o regime visual contemporâneo. Sendo assim, ainda que muito da nossa atual relação com a imagem ainda não existisse no período – o desenvolvimento tecnológico nos proporcionou um contato ainda mais enfático com o visual e o virtual – estamos falando das mesmas formas de ser e estar no mundo a partir da experiência do olhar.

Contudo, aqui se faz necessário uma observação. Para Baudrillard, essa nova relação com o visual é negativa, redutora da experiência com o real; ele parte do princípio de que há uma realidade pré-existente mais verdadeira e que as imagens, enquanto meros simulacros, nada mais são que um falseamento ou ilusão desta realidade. Diversamente desse autor, utilizo o conceito de simulacro aqui não enquanto algo vazio ou ilusório, mas enquanto uma simulação representacional; lembrando Mitchell, enquanto uma representação sem apresentação; em última instância, um fazer acontecer o real não ocorrido, mas que, como tal, ao proporcionar a experiência do acontecimento e despertar sentimentos e saciar desejos, não perde valor frente a representações do que de fato ocorreu. Hierarquizar as imagens em categorias no novo regime visual é um falso problema que recai em anacronismo. A relação contemporânea com o olhar não pode ser dada a interpretar a partir de princípios do regime anterior, que buscava a verdade a ser representada. Repito: a experiência se dá na e pelas imagens.

Assim, retomando o caso de *Manchete*, vemos que os exemplos acima demonstram claramente a sua perfeita integração ao momento vivido, quando o olhar ganha a predominância dos sentidos e a informação passa a ser transmitida cada vez mais através de recursos imagéticos.

E os leitores do periódico deixariam bem claro a sua satisfação em cartas enviadas à redação e publicadas ao final de cada edição. Mesmo considerando a seleção do teor das cartas a serem publicadas, o que claramente existia, ainda assim podemos perceber tanto a

¹⁶⁸ BAUDRILLARD, Jean. *The evil demon of images*. Sydney: University of Sydney, 1988, p. 29. Original em inglês. Tradução livre.

intencionalidade da revista em primar pelo aspecto visual e qualidade gráfica, quando o elogio da maior parte do público a essa iniciativa.

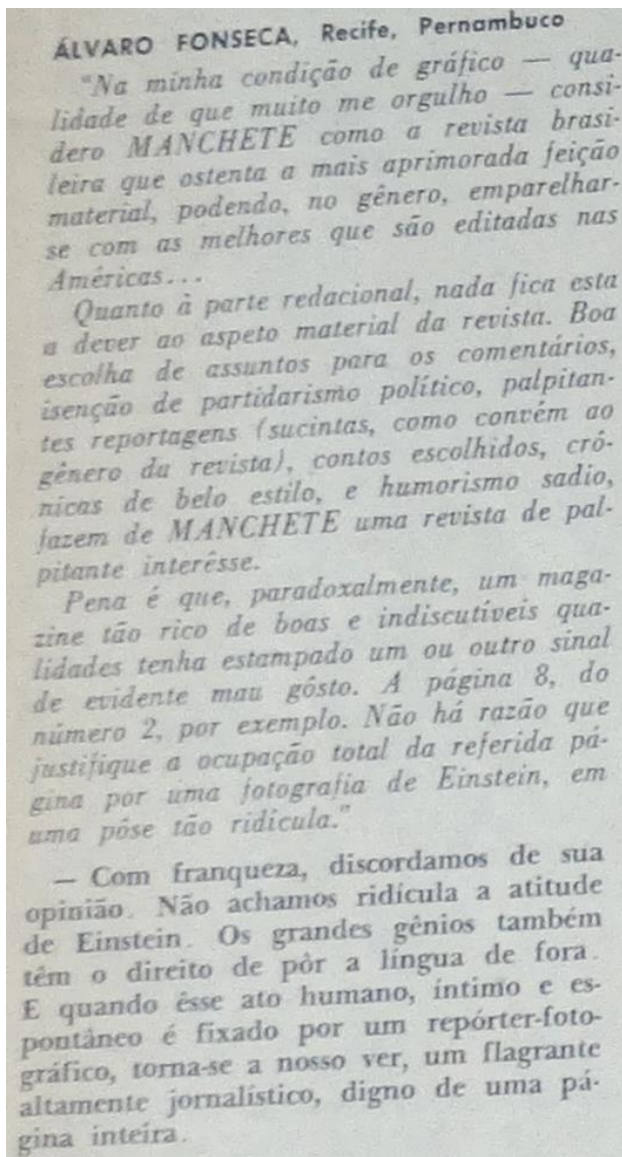


Imagem 15 – Fonte: *Manchete* - 19-07-1952

“...*MANCHETE* é uma revista bem coordenada, com ilustrações agradáveis, estética, reportagens interessantes e raras. Queremos, entretanto, solicitar que seja uma revista com mais quantidade, já que a qualidade é excelente... Solicito a remessa do n.º 2, que aqui esgotou-se, para que minha coleção não fique desfalcada.”

— Em todo o país está acontecendo o mesmo que aí em Goiânia: esgotam-se rapidamente os exemplares de *MANCHETE*. Estamos aumentando a tiragem e providenciando o aumento da distribuição. O número pedido já seguiu.

IONI LEGASPE, Limeira, S. P.

“Vendo o primeiro número da nova revista *MANCHETE*, gostei muito de suas reportagens, seu conteúdo, ótimo papel, boas gravuras e belo colorido e além disso já tirei uma conclusão que será uma das melhores revistas dos nossos tempos.

Quero então pedir informações, como poderei obter seu primeiro número, e se há assinatura anual ou semestral.

— Estamos ultimando a organização do serviço de assinatura. Quanto aos números atrasados, podemos enviar-lhe, nas condições estabelecidas ao alto desta secção.

São frequentes os destaques à qualidade gráfica e o uso das imagens na publicação. Um dos leitores, identificando-se como profissional do ramo gráfico, ainda tece elogios mais amplos, chegando a comparar o periódico brasileiro com outros dos “melhores que são publicados nas Américas”. Essa *virada do olhar*, portanto, parecia já ser aguardada pelo público, que a recebe muito bem e pede avidamente por mais. *Manchete* chegou para suprir um espaço aberto pela nova conjuntura visual da realidade brasileira do pós-Guerra, onde o texto vai perdendo lugar.

O momento, todavia, era de transição, e, portanto, havia espaço também para os saudosistas, que, apesar de elogiar os recursos gráficos, também lamentavam perda de lugar do texto na vida moderna.

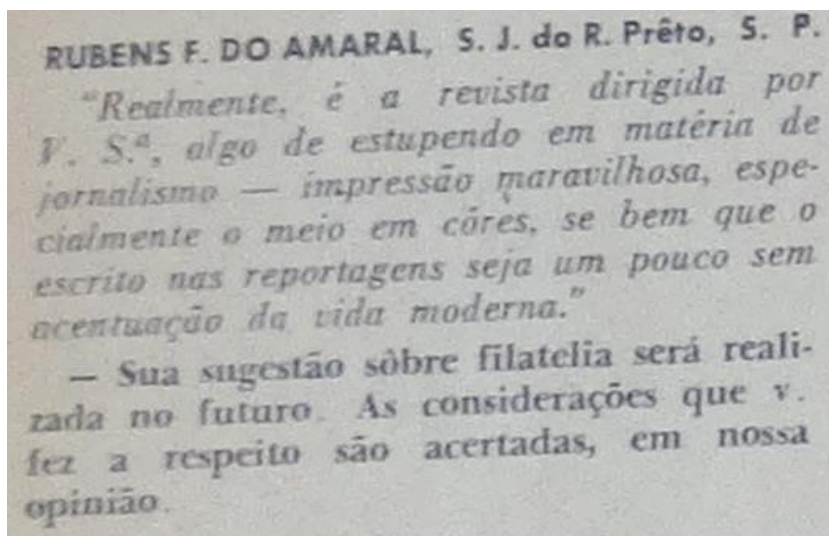


Imagem 17 – Fonte: *Manchete* - 26-07-1952

Tem-se, neste caso, o embate entre duas formas de linguagem: texto e imagem. A esse respeito, Mitchell afirma que:

A imagem é o signo que pretende não ser um signo, mascarando-se como (ou, para os que acreditam, na verdade atingindo) imediatismo e presença naturais. A palavra é o seu “outro”, o artificial, produção arbitrária da vontade humana que perturba a presença natural ao introduzir

elementos inatuais ao mundo – tempo, consciência, história e a intervenção alienante da mediação simbólica.¹⁶⁹

Imagem é presença. Texto é símbolo. Imagem é fluída, veloz. Texto é decodificação. A imagem, ao não possuir um conjunto pré-determinado de símbolos que a enquadrem, é liberdade. Texto, ao necessitar desses códigos simbólicos, limita. Nesse sentido, é como se o texto, até então campo conhecido, não se adequasse mais por si só às novas exigências dos novos tempos. Presença, fluidez e liberdade é o que desejava-se. O texto existia, mas parecia não ter a mesma velocidade informativa do que podia ser tocado pelo olhar.

Isso não quer dizer que o texto tenha desaparecido ou entrado em decadência. Ao contrário: inicia-se aí uma simbiose entre escrita e imagem que será altamente explorada na publicidade, como veremos em seguida. O que estou procurando demonstrar é como o regime visual que surge está em consonância com as condições de sua aparição: o período da liberdade, da velocidade e da imaginação. Realidade e simulação deixam de ser campos opostos e passam a funcionar a serviço da experiência. E é justamente nessa inter-relação que devemos entender o embate entre textual e visual. Não são inimigos nem campos hierarquizados, mas complementares entre si. Se o visual ganhou destaque e protagonismo, não foi eliminando o seu contrário-perfeito, mas nele se estruturando.

Dikovitskaya, nesse sentido, faz uma aproximação entre a literatura, campo institucional do texto, e cultura visual, área que procura estudar as imagens em seus múltiplos aspectos:

Há um reino do que pode ser chamado visualidade “virtual” na literatura implicada pelo texto que contém imagens, inscrições e projeções de espaço. Professores de literatura tradicionais, que não estão interessados em como o texto representa a si mesmo, usualmente buscam nos romances, peças e poemas algo mais (trama, sentido, etc.) e não estão muito atentos aos textos literários descritivos onde as projeções dos lugares e espaços virtuais se revelam. A cultura visual, por outro lado, se refere a esse mundo da visualização interna que apela a imaginação, memória e fantasia. A memória é

¹⁶⁹ MITCHELL, W. J. T. *Iconology: Image, Text, Ideology*. Chicago: University of Chicago Press, 1988, p. 43. Original em inglês. Tradução livre.

codificada tanto visualmente como verbalmente e tem conexões com a retórica. As noções psicológicas da visão – visão interior, imaginação, sonhos, lembranças – são ativadas por meios visuais e literários.¹⁷⁰

Mesmo que embasados por formas diferenciadas de decodificação, possuindo a literatura conjuntos de métodos científicos para estudar o textual, tanto esta quanto a cultura visual apelam para o campo da imaginação, das imagens mentais, imagens interiores, etc.. Em última instância, a diferença entre ambas está, segundo Mitchell, “ligada a coisas tais como a diferença entre o eu (que fala) e o outro (que é visto)... entre palavras (escutadas, citadas, inscritas) e objetos ou ações (vistos, retratados, descritos); entre canais sensoriais, tradições de representação e modos de experiência”.¹⁷¹

Se *Manchete* surge já nesse contexto, é buscando adaptar-se a essas novas exigências do mercado que outras revistas semanais já conhecidas passam por radicais modificações em seu *layout*, passando a privilegiar o uso das fotografias e ilustrações para acompanhar as notícias. Esse foi o caso da já consolidada *O Cruzeiro*.

O CRUZEIRO foi, durante muito tempo, o carro-chefe do primeiro conglomerado de imprensa e a primeira Rede de Comunicação instituída no país, o oligopólio formado pelos Diários Associados de propriedade de Assis Chateaubriand, cuja importância e influência sobre os rumos do país é bem conhecida. Fundada em 1928, a revista inseriu-se no contexto inicial do processo de modernização dos meios de comunicação no país, no final dos anos 20, que se consolidou nos anos 50. Porta-voz de um discurso modernizante, a revista foi a primeira do gênero de circulação nacional.¹⁷²

As novas demandas também chegariam a esse periódico e os longos textos que caracterizavam seus primeiros números perdem espaço para os elementos visuais. No caso de *Cruzeiro*, o modelo que

¹⁷⁰ Dikovitskaya, *Op. Cit.*, p. 56. Original em inglês. Tradução livre.

¹⁷¹ MITCHELL, W. J. T. *Pictue Theory: essays on verbal and visual representation*. Apud: Dikovitskaya, *op. Cit.*, p. 15. Original em inglês. Tradução livre.

¹⁷² Meyrer, *Op. Cit.*, p. 30-31

buscara seguir nessa renovação era o das revistas estadunidenses, especialmente a *Life*, que fazia das narrativas visuais sua principal marca. “O CRUZEIRO, assim, marcava a ruptura com as formas editoriais tradicionais que tinham no discurso verbal a fonte principal da informação, substituindo-as pela linguagem fotográfica.”¹⁷³ Contudo, essas não seriam as únicas inovações na forma de se obter informação e entretenimento no período.

3.2. Sob os auspícios do T(er)V(er): a vida enquadrada em uma tela.

Os anos 50 assistiram a uma grande novidade no setor da informação e entretenimento: a aparição do aparelho de televisão e dos canais emissores. A partir daí, a vida não seria mais a mesma. Muitas transformações ocorreriam nas formas de ver, olhar e se relacionar com o mundo e com as pessoas. E um dos principais motivos para tal seria a publicidade.

De acordo com Mitchell Stephens, professor da Universidade de Nova Iorque, o ancestral direto da televisão moderna foi o protótipo desenvolvido por Philo Taylor Farnsworth e apresentado pela primeira vez em São Francisco em 7 de setembro de 1927. A partir dali, a história da televisão nos Estados Unidos iria desenvolver-se a passos largos, com crescentes investimentos das empresas de rádio, especialmente a RCA, companhia que dominava o setor através da rede NBC (*National Broadcasting Company*). Segundo estimativas de pesquisadores da área, apenas na década de 1930, a soma investidas pela RCA no desenvolvimento da televisão eletrônica foi de cinquenta milhões de dólares.¹⁷⁴

O investimento trouxe resultados. Na segunda metade da mesma década, a RCA começou a venda de aparelhos de TV com tubos de 12” e realizou a sua primeira transmissão com a cerimônia inaugural da *New York World Fair*, em 30 de abril de 1939, incluindo o discurso do então

¹⁷³ Idem, p. 23.

¹⁷⁴ STEPHENS, Mitchell. *History of Television*. Disponível na internet em: <https://www.nyu.edu/classes/stephens/History%20of%20Television%20page.htm>. Último acesso em 05/07/2015.

presidente Franklin Delano Roosevelt. Menos de um mês depois, iniciaram-se as transmissões de programas regulares.¹⁷⁵

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento do setor foi prejudicado, uma vez que muitas das indústrias voltaram-se para a produção bélica e a fabricação de aparelhos de televisão para comercialização foi parada. Não era tempo para experimentos. As empresas de comunicação precisavam anunciar as novidades da guerra de forma precisa e inequívoca, voltando-se, assim, para o rádio, o meio mais confiável e de maior alcance no período.

Com o fim do conflito, iniciavam-se as disputas para regulação das frequências de transmissão através do *Federal Communications Commission* (FCC), bem como as disputas judiciais por espaço entre as grandes interessadas no setor, que, então, eram três: CBS (*Columbia Broadcasting System*), NBC, ABC (*American Broadcasting Company*).

Foi apenas em 1947 que, ainda de acordo com Stephens, iniciou-se a transmissão em larga escala da televisão comercial nos Estados Unidos. Esse avanço se deu *pari passu* com a explosão do consumo dos aparelhos televisores: de aproximadamente seis mil em 1946 para mais de doze milhões em 1951, ou cerca de 10% dos lares no país. Um crescimento de duzentos mil por cento em apenas 5 anos! Em 1954, pouco mais de 50% das casas estadunidenses teriam ao menos um televisor, chegando a 100% ao final da década de 1970. Esse crescimento assustador tem relações estreitas com as condições de sua emergência: o desenvolvimento da cultura de consumo.

Note-se que estou diferenciando os conceitos de *sociedade de consumo* e *cultura de consumo*. Como nos aponta Livia Barbosa,

É possível e desejável que se diferencie *sociedade de consumo* e *de consumidores* de *cultura de consumo* e *de consumidores* por duas razões. Primeiro, quando utilizamos cultura do consumo e/ou sociedade de consumo estamos enfatizando esferas da vida social e arranjos institucionais que

¹⁷⁵ Os Estados Unidos não foram os pioneiros na transmissão e na quantidade de vendas de aparelhos. A Inglaterra, por exemplo, já havia iniciado as transmissões em 1937, com a coroação do Rei George VI e o campeonato de tennis de Wimbledon. Nesse mesmo período, já haviam nove mil aparelhos nos lares ingleses. Para maiores informações, vide a linha do tempo da história da televisão elaborada pela Universidade do Texas. Disponível na internet em: http://tarlton.law.utexas.edu/exhibits/mason_&_associates/documents/timeline.pdf

não se encontram, na prática, uniformemente combinados entre si, podendo ser encontrados desvinculados uns dos outros. Isto significa que algumas sociedades podem ser sociedades de mercado, terem instituições que privilegiam o consumidor e os seus direitos mas que, do ponto de vista cultural, o consumo não é utilizado como a principal forma de reprodução nem de diferenciação social e variáveis como o sexo, idade, grupo étnico e status ainda desempenham um papel importante naquilo que é usado e consumido.

(...)

Segundo, devemos ter a clara distinção entre sociedade e cultura porque, para muitos autores (...) a cultura do consumo ou dos consumidores é a cultura da sociedade pós-moderna, e o conjunto de questões discutidas sob esse rótulo é bastante específico. (...). Em suma, esses autores investigam como o consumo se conecta com outras esferas da experiência humana e em que medida ele funciona como uma “janela” para o entendimento de múltiplos processos sociais e culturais.¹⁷⁶

Portanto, esses dois conceitos fazem referência a processos históricos diferenciados e que precisam ser marcados como tal. No caso específico dos Estados Unidos, podemos verificar a emergência de uma sociedade de consumo, ou seja, a mudança de uma organização social voltada para a produção para uma sociedade direcionada para o consumo e o mercado ao menos já em fins do século XIX. É isso que podemos perceber na crítica sociológica do consumismo de Thorstein Veblen, cuja *Theory of the Leisure Class*¹⁷⁷ foi primeiro publicada em

¹⁷⁶ BARBOSA, LÍVIA. *Sociedade de Consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 9-11.

¹⁷⁷ Na busca por compreender os novos hábitos da sociedade em que vivia, Veblen desenvolveu um modelo crítico da sociedade de consumo que, em essência, assume que o consumo é uma forma de criar símbolos de riqueza e status e, dessa forma, comunicá-la aos outros. Assim, os indivíduos buscam nessa forma de consumo conspícuo uma forma de melhorar sua posição social a partir da emulação. Veblen, a partir dessas análises, faz uma crítica ética e moral

1899. Isso indica que, naquele país, com o desenvolvimento industrial já havendo atingido um estágio superior, a sociedade passava a se adequar às lógicas do mercado.¹⁷⁸

Eventualmente, a produção em massa e a distribuição em massa amplificou a industrialização e a cultura industrial, levando a um grande número de consumidores muitos outros produtos e serviços: gás, eletricidade, água corrente, comidas prontas, roupas, móveis e utensílios pré-fabricados. As mudanças decisivas aconteceram entre 1890 e 1920 nos Estados Unidos.

(...)

Muitos eventos públicos, então, coincidiram com o comportamento privado dos consumidores para criar a mudança de uma cultura direcionada à produção para uma cultura direcionada ao consumo. Novas necessidades emergiram em conjunto com os novos produtos e com os novos hábitos que caracterizavam a sociedade urbana industrial. Mudanças nas rotinas diárias sem precedentes foram enredadas com novos e velhos costumes, ideias, atitudes, organizações sociais, religiões, ambientes e organização econômica – em resumo, os elementos da cultura.¹⁷⁹

dessas práticas. Essa teoria foi desenvolvida e transformada em alguns pontos por Pierre Bourdieu, no seu livro *A Distinção*. Para mais informações, vide: VEBLEN, Thorstein. *The Theory of Leisure Class*. London: George Allen & Unwin, 1925 e BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

¹⁷⁸ Outras sociedades ocidentais desenvolveriam esse processo mais tardiamente devido a sua diferente dinâmica de integração ao desenvolvimento industrial. Ainda que a Inglaterra tenha sido a pioneira no processo de industrialização e tenha ditado o passo do desenvolvimento desse processo nos primeiros estágios, o cenário das relações internacionais na segunda metade do século XIX, que levou a disputas por mercados entre as nações e ocasionou a necessidade de investimentos na corrida armamentista, fez com que ela perdesse essa liderança para os Estados Unidos. No caso dos países periféricos, no qual o Brasil estava incluído, o atraso foi ocasionado pela lenta entrada na era industrial.

¹⁷⁹ STRASSER, Susan. The Alien Past: Consumer Culture in Historical Perspective. IN: *Journal of Consumer Policy*. Volume 26, Issue 4, pp. 275-393. Kluwer Academic Publishers, 2003, p. 381.

No período entre guerras, os Estados Unidos começaram a desenvolver novas formas de expansão do mercado consumidor interno e passam a vender produtos voltados não apenas na demanda do público, mas buscando também modificar as necessidades cotidianas a partir do consumo. É no pós-guerra, no entanto, que se consolidam as condições básicas para a fundação de uma sociedade cuja vida passaria a ser pautada pelas relações de consumo. É nesse período que surge o que alguns autores chamam de sociedade de consumo moderna¹⁸⁰, integrando a prática das organizações sociais que funcionavam sob a lógica do consumo e uma cultura que se reproduz a partir dessa mesma lógica.

Apesar de o ato de consumir não ser novo, a emergência da cultura de consumo nas sociedades do pós-guerra transforma o consumo tradicional, inaugurando algumas formas novas de lidar com o mundo.

Nesse sentido, para Colin Campbell, o principal erro na análise do consumo moderno é acreditar que trata-se de uma mera ampliação do consumo tradicional, feito agora em larga escala.

É ilusório assumir que o consumo moderno é o mesmo que consumo de massa. O consumo nas sociedades modernas pode bem ser consumo “para as massas”, algo que não poderia ocorrer até que as técnicas modernas tornaram a produção em larga escala possível. No entanto, o que de fato o distingue é o seu caráter dinâmico. Os altíssimos níveis de consumo típicos das

¹⁸⁰ Entre eles, Don Slater, Jean Baudrillard, Colin Campbell e Pierre Bourdieu. Não há, contudo, um consenso quanto a essa nomenclatura. Outros autores preferem chamar a prática do consumo das sociedades do pós-Segunda Guerra como *Sociedade de Consumo Contemporânea*, como é o caso de Gilles Lipovetsky e Susan Strasser. Outros ainda, preferem usar *Pós-moderno* no lugar de contemporâneo, como é o caso de Zygmunt Bauman, Frederic Jameson e Mike Featherstone. E as opções conceituais não param aí. Sem entrar no mérito dessa questão, que foge ao objetivo proposto aqui, cabe apenas salientar que, o denominador comum entre eles é a busca de relacionar os conceitos de *sociedade de consumo* e *cultura de consumo*, conforme já discutidos acima. Em outras palavras, todos estão se referindo a uma organização da experiência por e para o consumo, que eu estou datando como típica das sociedades ocidentais pós-1945.

sociedades modernas não resultam primeiramente do fato de que um grande número de pessoas consumem; mais que isso, eles resultam dos altíssimos níveis de consumo individual, que, por sua vez, resultam da aparente insaciabilidade dos consumidores e do fato de que os seus quereres parecem nunca se esgotar.¹⁸¹

Ainda a esse respeito, no caso específico dos Estados Unidos, Strasser afirma que:

Os mercados *per se* certamente não eram novos. Nos Estados Unidos, até mesmo os chamados fazendeiros de subsistência sempre fizeram algumas trocas por bens necessários, como sal e ferramentas. A diferença agora é que os mercados passaram a ser entendidos como a única maneira de satisfazer necessidades, quereres e desejos. A medida que a cultura de consumo global desenvolveu-se, a vida cotidiana foi submetida a profundas mudanças que verdadeiramente transformou o passado num estranho, mudando fundamentalmente a relação dos consumidores com seu corpo e com o mundo material.¹⁸²

Assim, o problema não está na questão da escala, mas no ímpeto por consumir cada vez mais, num fluxo incessante. Podemos começar buscando uma explicação para essa nova relação com o consumo nas novas responsabilidades que recaíram sobre os Estados Unidos, no contexto pós-1945, de reorganizar e estabelecer novas regras de convívio no cenário internacional, incluindo aí não apenas as questões políticas mas também econômicas e culturais, como já foi discutido no capítulo 1. É nesse contexto, e prevendo as novas necessidades do mercado no contexto da economia-mundo, que o economista Victor Lebow defende:

Nossa economia enormemente produtiva requer que façamos do consumo nosso modo de vida; que

¹⁸¹ CAMPBELL, Colin. Consuming goods and the good of consuming. IN: GLICKMAN, Lawrence B (ed). *Consumer society in American history: A Reader*. Cornell University Press, 1999, p. 22. Original em inglês. Tradução livre.

¹⁸² Strasser, *op. Cit.*, p. 381.

convertamos a compra e o uso de bens em rituais, que nos procuremos nossa satisfação espiritual, nossa satisfação do ego, no consumo. A medida do status social, da aceitação social, do prestígio, deve ser agora encontrada em nossos padrões de consumo. O sentido e o significado mesmo das nossas vidas hoje devem ser expressas em termos de consumo. Quanto maior a pressão no indivíduo para conformar-se com os padrões sociais aceitos e seguros, mais ele tenderá a expressar suas aspirações e sua individualidade em termos do que ele verte, dirige, como – sua casa, seu carro, seus padrões de alimentação, seus hobbies. Essas mercadorias e serviços devem ser oferecidas ao consumidor com urgência especial. Nós necessitamos não apenas do consumo de produtos básicos como também de produtos caros [de luxo]. Precisamos que as coisas sejam consumidas, esgotadas, gastas, descartadas e trocadas em um ritmo cada vez maior. Precisamos fazer as pessoas beberem, comerem, vestirem, dirigirem, viverem com um consumo de alto valor cada vez mais constante. Os eletrodomésticos e todo o movimento do “faça você mesmo” são excelentes exemplos deste tipo de consumo.¹⁸³

Com essa máxima, que buscava institucionalizar a prática conhecida por *obsolescência programada* – junto com os avanços técnico científicos que deram possibilidade para sua aplicação prática – estabeleceram-se as estruturas econômicas da cultura de consumo contemporânea. Todavia, precisava-se convencer os consumidores dessa necessidade, e os argumentos não seriam econômicos. Não bastava criar bens, mas também, e principalmente, urgia criarem-se necessidades.

Visando atingir esse objetivo, a indústria buscou meios não apenas econômicos, como maior crédito e redução de custos, mas também, e principalmente, culturais. Era preciso convencer as pessoas que os produtos que elas dispunham não mais satisfaziam seus desejos e nem atendiam às suas necessidades. Aliás, buscou-se meios para atenuar a fronteira entre esses dois imperativos: desejar passa a ser necessitar.

¹⁸³ LEBOW, Victor. Price competition in 1955. IN: *Journal of Retailing*. Disponível na internet em <http://www.gcafh.org/edlab/Lebow.pdf>

As estratégias de sedução utilizadas para tanto seriam diversas, mas, entre elas, a estética a principal. O *design* dos produtos ganha primazia sob seu valor de uso, e o estilo – definidor da moda – ganha destaque no setor industrial, sendo, em muitas empresas, os investimentos para o suporte a pesquisas nessa área maiores que os voltados para o desenvolvimento de tecnologia e inovação técnica. Fundava-se, dessa forma, o que Gilles Lipovetsky chamou de *Império do Efêmero*, uma nova cultura do consumo cujo aspecto central seria a incorporação da obsolescência com base na aparência, no design, e não apenas para as roupas, mas para todos os bens de consumo duráveis e não duráveis. Segundo ele, “a sociedade [foi] reestruturada do topo à base pelo atrativo e efêmero. O período de tempo abreviado da moda e sua sistemática obsolescência se tornaram características inerentes à produção em massa e ao consumo,” (...) e “os consumidores espontaneamente consideram que o novo é, por natureza, superior ao velho”.¹⁸⁴

Fica clara a relação entre o consumo e o tempo presente. A noção de futuro esvazia-se e, com ela, a durabilidade dos produtos. A essa relação com o tempo presente Francois Hartog chamou de presentismo. Para ele, “o que temos experienciado no Ocidente ao longo do século XX é uma ênfase crescente no presente enquanto tal”¹⁸⁵. Assim, para Hartog, diferentemente do regime antigo, quando a história era considerada a mestra da vida (*historia magistra vitae*), sendo o passado considerado como exemplo para o presente na busca de evitar os erros já cometidos, ou do regime moderno, quando o futuro se torna um “horizonte de expectativas”, o ideal do progresso mirando sempre o devir, na atualidade vivemos em um novo *regime de historicidade* em que o presente é expandido, o passado é considerado intocável, findo, e o futuro uma incerteza. Buscamos viver o máximo de sensações, experienciar tudo imediatamente, pois a vida é agora.

O papel do consumo dentro dessa nova ordem do tempo é explicitada por Hartog:

¹⁸⁴ LIPOVETSKY, Gilles. The empire of the ephemeral. Apud: STRASSER, *op. Cit.*, p. 386.

¹⁸⁵ HARTOG, Francois. *Regime de Historicidade* [Time, History and the writing of History – KVHAA Konterenser 37: 95-113. Stockholm, 1996, p. 10. Disponível em: [https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/François_Hartog_-_Regime_de_Historicidade_\(1\).pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/François_Hartog_-_Regime_de_Historicidade_(1).pdf) Último acesso em 30/05/2015.

Como a presença do presente, que crescia inexorável, inundasse tudo, um papel determinante foi certamente desempenhado pelas solicitações do mercado, o funcionamento de uma sociedade de consumo, as mudanças científicas, os ritmos das mídias, que cada vez mais rapidamente tornam tudo (bens, acontecimentos, pessoas) obsoleto. Assim fomos do futurismo para o presentismo e ficamos habitando um presente hipertrofiado que tem pretensão de ser seu próprio horizonte: sem passado, sem futuro, ou a gerar seu próprio passar e seu próprio futuro.¹⁸⁶

Ainda que para esse autor o presentismo tenha ficado mais latente após 1989, com o fim do conflito Leste-Oeste – que marca o colapso do regime de historicidade moderno, com suas expectativas de um “futuro radioso socialista”, para uns, ou o “milagre alemão capitalista”, para outros – ele ainda advoga que “essa hipótese não implica absolutamente que o regime moderno não tenha passado por um questionamento antes de 1989, que não tenha havido outras crises na ordem do tempo”¹⁸⁷. Dessa forma, ainda que, para este autor há uma continuidade do regime moderno no pós-45, não é totalmente fora da sua teoria deslocar essa “fratura do tempo” para esse período, como aqui estou fazendo.

Entretanto, é com base em Hans Ulrich Gumbrecht que defendo a ideia de que a nova relação com o consumo se dá também como parte de uma nova relação com o tempo. Gumbrecht apresenta mais enfaticamente a ideia de existência de uma fratura na ordem do tempo e a emergência do imediatismo já no pós-1945. Para ele, a vivência da guerra e seus horrores potencializados ainda na experiência das bombas de Hiroshima e Nagasaki fez transbordar o tempo presente na humanidade (e nas Humanidades, enquanto ciências), produzindo cada vez mais presença e presente.¹⁸⁸

¹⁸⁶ Idem, Idem.

¹⁸⁷ HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 139.

¹⁸⁸ De acordo com Gumbrecht, esse é o caso da História, por exemplo, que cada vez mais busca a presentificação do passado; tornou-se cada vez mais comum entre nós historiadores interpretar o passado a partir do presente com a afirmação que nossa visão do passado é uma construção contemporânea, que atende a problemas da atualidade do historiador. Para mais informações a respeito das ideias desse autor, vide: GUMBRECHT, Hans Ulrich *Produção de*

Portanto, penso ser seguro afirmar que a sociedade de consumo consolidada nos Estados Unidos no pós-45 e que se expande para o restante do mundo ocidental, incluindo o Brasil, como veremos, está em íntima relação com o regime visual que emergiu no período em questão. A obsolescência dos produtos através do apelo estético bem demonstra essa questão. O ocularcentrismo também atinge o mundo do consumo e a utilidade dos produtos passa a atrelar-se intimamente a sua aparência, que é sempre atualizada, levando à busca constante do novo.

O que faz o consumismo ainda mais enigmático é que nós tipicamente descobrimos que desejamos novos produtos, aqueles com os quais não estamos familiarizados. Nós não podemos saber que satisfação (caso ela exista) tais produtos podem nos proporcionar quando os desejamos. De fato, parece que é principalmente esta preferência por novos bens e serviços que está por traz da aparente inesgotabilidade do próprio querer, como manifesto, por exemplo, no fenômeno moderno da moda.¹⁸⁹

De acordo com Campbell, essa insaciabilidade do desejo e a busca constante pela novidade se deve a uma outra forma de hedonismo. Para este autor, o hedonismo tradicional busca a satisfação do prazer na eliminação da privação ou da necessidade. Para atingir esse fim, o consumo é baseado na utilidade dos produtos, ou o que ele pode, de fato, proporcionar. Nesse sentido, esse tipo de hedonismo possui uma ênfase sensorial, uma busca da satisfação do prazer pelos sentidos e, portanto, tem maior relação com o real tangível. Já no hedonismo moderno o foco está nas emoções, na procura de um desejo imaginado, idealizado. A satisfação proporcionada por um produto está não na sua utilidade real e imediata, mas no que o indivíduo, com base em sua experiência, imagina que aquele produto pode proporcionar.

Já que o prazer é uma qualidade da experiência, ele pode, ao menos em princípio, ser julgado estar presente em todas as sensações. Por isso, a busca pelo prazer no abstrato é potencialmente uma possibilidade sempre presente, dado que a atenção

presença: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010, e GUMBRECHT, Hans Ulrich, *After 1945: latency as origin of the present.* Stanford University Press, 2013.

¹⁸⁹ CAMPBELL, Colin. *Op. Cit.*, p. 22. Original em inglês. Tradução livre.

individual é direcionada para a hábil manipulação da sensação mais que para as fontes de prazer convencionalmente identificadas.¹⁹⁰

Dessa forma, o consumo integra-se de forma quase congênita com a experiência do viver nas sociedades contemporâneas por meio de práticas cotidianas, como o fantasiar e o sonhar acordado. Ainda de acordo com Campbell,

Não há dúvida de que o impulso por trás do sonhar acordado é um impulso hedonista, uma vez que os indivíduos se afastam daquilo que eles percebem como um desestimulante mundo real para se entregarem aos prazeres maiores que os cenários imaginados podem proporcionar. (...) (O) sonhar acordado é experienciado como convincente, o que quer dizer que os indivíduos reagem subjetivamente a eles como se fossem reais.

(...)

Nós podemos agora sugerir que os consumidores modernos desejarão mais o novo que o produto familiar em grande parte porque eles acreditam que a sua aquisição e uso podem supri-los com experiências prazerosas que eles até então não encontraram na realidade. Pode-se projetar no novo produto alguns dos prazeres idealizados que já foram experienciados no sonhar acordado e que não podem ser associados aos produtos já consumidos (uma vez que os limites do prazer que eles proporcionam já são conhecidos).¹⁹¹

O argumento do autor apresenta, assim, como estou procurando demonstrar, as práticas que consolidar-se-ão no mundo ocidental a partir de 1945. A divergência com Campbell, entretanto, está em sua crítica. Para ele, a relação cotidiana com o sonho, fantasia e, logo, com o consumo, é falsa e negativa, e dá margem mais a frustrações que à satisfações, pois, ao consumir determinado produto e verificar que o desejo não foi realizado, as pessoas se frustram e partem para outros devaneios hedonistas, na tentativa de encontrar a realização daquele desejo que foi frustrado. Essa seria, para o autor, a explicação do

¹⁹⁰ Idem, p. 25.

¹⁹¹ Idem, p. 24-25.

consumo ininterrupto e sem fim, da constante busca do novo e das novidades. Contudo, acredito que devamos interpretar essas relações em sua historicidade: como venho argumentando ao longo do capítulo, as fronteiras entre o real tangível e a imagem na vivência do período que aqui estou analisando são fluidas e, portanto, não possuem hierarquias ou valoração. O regime visual e o regime de verdade estão em íntima relação, não podendo existir, portanto, um real mais verdadeiro e outro menos; fantasia e realidade são lados da mesma experiência.

Em última instância, vê-se que a experiência imagética está presente em todas as práticas cotidianas no novo regime visual. A informação, o entretenimento, a vida, imagnetificam-se. A busca de sonhos e prazeres se dá na e pela imagem.

É nesse contexto que podemos compreender a rápida ascensão da televisão na sociedade estadunidense que falamos acima. Essa novidade veio como que coroar a erupção visual na vida contemporânea, integrando-se ao novo regime visual e, ao mesmo tempo, ajudando a consolidá-lo. Se as transmissões experimentais dos anos 30 e mesmo o início da era da tv comercial nos anos 40 nos Estados Unidos iriam pegar emprestado o formato dos programas de rádio, nos anos 50 a programação se tornaria mais especializada e cada vez mais independente do antigo meio de comunicação de massa.¹⁹²

Daí em diante, grandes mudanças seriam processadas na vida cotidiana estadunidense impulsionadas pela aparição da tv e a ela adequadas. Vê-se o surgimento dos subúrbios e suas casas planejadas de acordo com uma nova arquitetura e design de interiores. O final da guerra trouxe prosperidade econômica aos grandes centros urbanos estadunidenses, permitindo um maior consumo de carros e casas, o que fez crescer o trânsito e o preço dos imóveis nesses centros. Nesse mesmo momento, foi aprovada a chamada *GI Bill* (Lei Militar), que proporcionou acesso a financiamentos de casas em locais mais afastados dos grandes centros, os chamados subúrbios, que logo popularizam-se entre os demais setores da população. Procurando viabilizar a vida nesses locais, são construídas as *freeways* ligando essas áreas às demais

¹⁹² De acordo com Stephens, as transmissões iniciais ainda estavam se adaptando ao recurso visual, não sabendo muito o que fazer com ele. O texto e formato da programação era baseada nos *talk shows* e noticiários do rádio. Assim, mostravam-se apenas pessoas lendo o script ou a notícia, como era feito no rádio, sem qualquer interação com a câmera. Para maiores informações, vide Stephens, *op. Cit.*.

regiões da cidade, o que acabou por setorizar os centros das cidades como locais do trabalho e do consumo e os subúrbios como locais de moradia. Acompanhando a nova era da tv, todas as casas suburbanas seguiam um projeto similar: iniciavam na garagem, local essencial, pois o carro deixava de ser um bem de luxo para se tornar uma necessidade; continuavam na cozinha integrada à sala, ambas com grandes janelas para o jardim. Importava aqui permitir a visão da sala, local onde ficava o aparelho de tv, a partir da cozinha, além de dar visibilidade ao interior da casa. Os quartos e banheiros eram locais acessórios, apenas para o descanso.

O lazer também transformava-se.

Pela primeira vez, o lazer era um fenômeno de massa também. O antigo “lazer de classe” descrito por Thorstein Veblen havia se expandido para incluir praticamente todas as pessoas. Tantas pessoas ingressaram nessas fileiras que o termo tornava-se obsoleto, dizia o *New Yorker*. O lazer era sem classe agora, um clássico exemplo da democracia em ação.¹⁹³

E tornava-se uma questão de importância econômica também.

Dado as horas livres, o consumidor estava rapidamente as preenchendo com compras recreacionais, viagem, assistindo à tv ou escutando o novo *hi-fi*, com projetos de faça-você-mesmo e hobbies de todos os tipos. Para os produtores de ferramentas elétricas, *snacks* e poltronas reclináveis, a emergente cultura do lazer era altamente lucrativa.¹⁹⁴

Logo, a redução das jornadas de trabalho para 40 horas semanais, ocorrida no pós-guerra, viabilizou novas formas de entretenimento, que passou a ser cada vez mais cercado de imagens. Assim, para as donas de casa, os livros de receita bem ilustrados passaram a ser novos companheiros inseparáveis. Para os dias de maior tranquilidade, havia os manuais do *do-it-yourself*, com dicas de costura e, uma grande preferência popular do período, os kits de pintura, que, de tão

¹⁹³ MARLING, Karal Ann. *As seen on TV: the visual culture of everyday life in the 1950s*. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 2000, p. 51. Original em Inglês. Tradução livre.

¹⁹⁴ Idem, p. 52.

contagiantes, tornaram-se uma mania nacional na década de 50.¹⁹⁵ Para os maridos, havia o hobby de colecionar objetos, tais como moedas e selos ou as ferramentas elétricas, que os fazia fugir do cotidiano de obedecer ordens, para ter algum controle sobre seu esforço e trabalho: imaginavam e planejavam objetos e utensílios e adquiriam os equipamentos necessários para realizá-los. Já para a família, o dia-dia tinha, claro, a tv à frente do sofá.

Mas não só isso. A partir de 1955, um novo local mudou definitivamente os finais de semana em família: a *Disneyland*. O primeiro lugar idealizado para se assemelhar à vida na tv, o parque temático foi construído em Anaheim, um subúrbio próximo a Los Angeles, aproveitando-se da popularização do carro e das *freeways* para seu próprio sucesso. Este era um primeiro ponto de integração da empreitada com a nova conjuntura do pós-guerra, mas não parava aí. Era também um lugar onde se podia experienciar o tempo: ao deixar o carro no estacionamento, os visitantes deixavam ali o presente enquanto tal e viveriam, lá dentro, um passado idealizado pela imaginação infantil – dos adultos – onde existiam trens e outras formas de transporte coletivo eficientes, quase inexistentes no mundo lá fora. Além disso, a *Tomorrowland* dava a ver o que seria o futuro: um mundo de sonhos repleto de foguetes para a lua e naves espaciais, além de *gadgets* para tornar a vida mais simples e fácil. Ou seja, o passado e futuro eram interpretados à luz dos desejos e expectativas presentes. Experimentava-se o presente expandido. Por fim, ainda havia o direcionamento do olhar proporcionado pela arquitetura planejada do lugar. A avenida principal que ligava os diferentes setores do parque, cada qual planejado de acordo com uma experiência específica¹⁹⁶, chamava-se *Main Street*

¹⁹⁵ Conforme demonstra Marling, *Op. Cit.*

¹⁹⁶ Ao estacionar o carro nos imensos *parking lots* disponíveis, o visitante era direcionado às bilheterias. Lá, encontraria uma diversidade de opções de ingresso. Ele poderia escolher entre visitar a *Frontierland*, onde iria imaginar-se no Velho Oeste, visitar réplicas dos antigos ranchos e ouvir histórias de como o lugar foi povoado e tornado seguro para os habitantes; ou optar pela *Adventureland*, que prometia proporcionar aos espectadores uma aventura por entre a natureza selvagem (análogas àquelas do Terceiro Mundo), de forma segura e controlada; a *Tomorrowland* garantia uma viagem para além das fronteiras do tempo, mostrando a conquista do espaço e as novidades do cotidiano no futuro; por fim, a *Fantasyland* oferecia um passeio pelos contos de fadas do momento. Caso a escolha fosse muito difícil, o turista ainda poderia escolher, o que geralmente era inclinado a fazer, pelo ingresso conjunto para

USA, ou Estados Unidos da América: Rua Principal. Nesse imenso corredor, que assemelhava-se em vários aspectos à vida dos subúrbios, com sua uniformidade, ordem, senso de comunidade e segurança e, especialmente, sua diferença dos grandes centros repletos de arranha-céus, o olhar era sempre direcionado de um espaço a outro, de forma sequencial e gerenciada.

Os planejadores do parque temático de Disney sempre usavam a antiga analogia cinematográfica para direcionar a maneira na qual o turista estava para ser gentilmente levado de cena a cena (por um objeto atrativo à vista no final) em uma sequência narrativa de tomadas editadas. Mas nos filmes, essa experiência era contínua e ininterrupta; na *Disneyland* ela era descontínua e episódica, tal como assistir a tv na privacidade do próprio lar – cada passeio de quatro ou cinco minutos interrompido entre lanches, idas ao banheiro e pequenas compras nos empórios de souvenir.¹⁹⁷

Divertir-se aos finais de semana nos parques de Disney, portanto, era viver tudo o que o mundo contemporâneo tinha a oferecer: um mundo repleto de presentismo e imagens, onde o real e a criação não precisavam ser apartados em regimes diferenciados de olhar e verdade.

Em resumo, em consonância com a nova era da centralidade do olhar, todo o cotidiano transformava-se. Os eletrodomésticos ganharam designs modernos e os fogões novas portas de vidro para proporcionar a visão da comida enquanto cozinhava-se. Os carros, elementos necessários à nova vida suburbana, mudam de modelo a cada ano, a exemplo dos famosos *Cadillacs*.¹⁹⁸ No mercado da moda, surge o *New*

todas as atrações a um preço especial. Ligando os diferentes setores do parque, a grande avenida *Main Street USA*, que era de acesso comum a todos. De nenhum ponto do parque se podia ter uma visão completa dos demais setores.

¹⁹⁷ Marling, *Op. Cit.*, p. 125.

¹⁹⁸ *Cadillac* é uma marca de carros estadunidense fundada em 1902 e posteriormente comprada pela General Motors, que manteve o nome da marca. Na década de 1940, passou a investir maciçamente em publicidade, o que levou a suas constantes mudanças de *Design* como uma estratégia de acelerar as vendas dentro da lógica obsolescência vigente no período. Entre 1948 e 1959, foram 11 modelos diferentes, um por ano. As modificações eram sutis e refletiam-se na caixa de rodas e aerodinâmica traseira do carro. Na parte

*Look*¹⁹⁹. Não importa qual aspecto da vida, todos modificam-se para integrar-se à cultura de consumo e ganhar a aprovação do olhar, em todos “o efeito é visual, deslumbramento visceral, um senso de prazer envolvente no ato de observar atentamente... o ver é absolutamente central para o sentido dos anos 1950”²⁰⁰. Enfim, a vida torna-se uma cópia da tv.

É o que vemos, por exemplo, na casa do futuro (Imagem 18), projetada pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) para ser exibida no mundo de sonhos da *Disneyland*, em 1957. Quatro grandes blocos com enormes paredes de vidro frontal lembrando um aparelho de tv gigante sob um pedestal único davam aos visitantes do parque expectativa para o mundo do futuro: um mundo em que a vida gira em torno do binômio ver/ser visto, onde de expectadores, podemos passar a atores. O vidro dava a ver tudo que acontecia dentro, tal como num programa de tv: “Vejam! Vejam aquilo! Então a pessoa sentada na janela da sala de estar, assistindo à tv, era uma espécie de estrela

tecnológica, pouco foi transformado no mesmo período. O motor, por exemplo, seguiu sendo o mesmo por boa parte desse período.

¹⁹⁹ Assim foi como a revista *Life* tornou conhecida a nova tendência da moda do imediato pós-guerra a partir das profundas inovações apresentadas pela *première collection* de Christian Dior em 1947. “Nós estamos saindo um período de guerra, de uniformes, de mulheres-soldado com ombros similares a caixotes” disparou Dior à época do lançamento da sua coleção. “Eu as transformei em flores, com ombros leves, seios florescentes, cinturas finas como hastes de vinhas e saias que se abrem como flores”. (MARLING, p. 10) O impacto das inovações trazidas por Dior foi profundo. Dizia-se que, após sete anos de silêncio e ausência de sensualidade, a feminilidade havia finalmente retornado. Mas, mais que isso, o *New Look*, “era uma forma de escultura viva, criada de forma engenhosa, design inspirado e uma intrincada técnica de costura que ascenderam a uma forma de engenharia do corpo”. (MARLING, p. 11). Ainda mais importante: com sua costura ousada, Dior instaurava uma virada radical na estética “que iria, por volta de meados dos anos 50, transformar tudo, desde pequenos objetos sem valor a automóveis e bolos, copos plásticos e pires, móveis de alto estilo e roupas prontas de lojas de departamento. A estética do pós-guerra afirmava a importância da astúcia deliberada, da atenção guiada para questões de cor, linha e forma”. (MARLING, p. 14). Para mais a respeito do *New Look* e sua importância no estabelecimento de novos padrões de moda e estética nos anos 40 e 50 nos Estados Unidos e em todo o mundo ocidental vide Marling, *Op. Cit.*

²⁰⁰ Marling, *Op. Cit.*, p. 6.

coadjuvante assim como um espectador. Olhem para mim! Olhem para minha casa e minha nova tv a cores. A vida nos anos 1950 imitava a arte – tal como visto na tv”²⁰¹.

Nessa nova arte da vida, modificam-se os sentidos do público e do privado. Como o olhar torna-se central à experiência, é preciso dar-se a ver e, portanto, o privado, como lugar da recolha, é vivido como repressão dos desejos, perdendo terreno. Expande-se o espaço do público, lugar da exibição, da demonstração, um mundo da ação, onde os desejos, imagetificados, realizam-se.

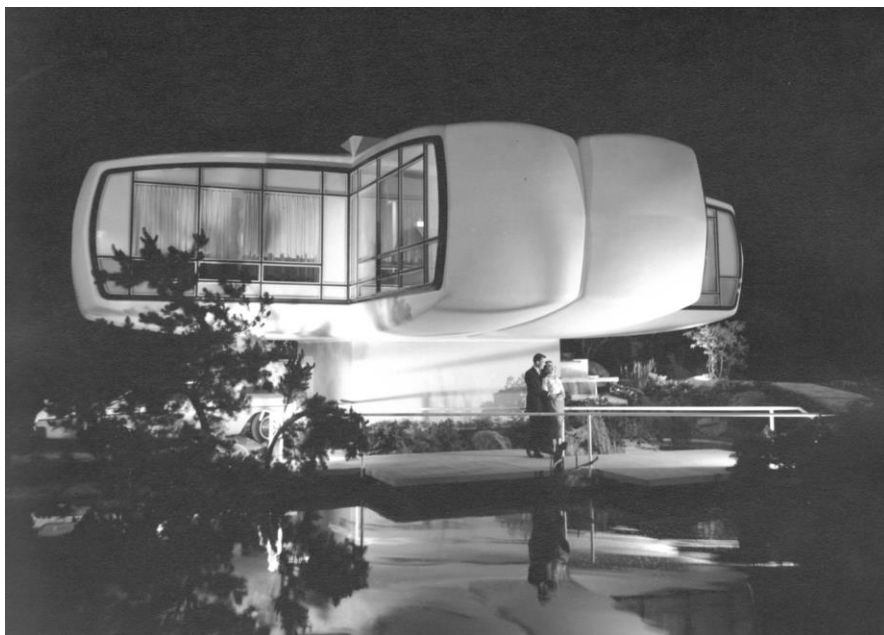


Imagem 18 – Fonte: *Google Imagens*

No caso brasileiro, o experimento televisivo aconteceria mais tardiamente, se comparado ao caso dos Estados Unidos. Partindo de investimentos de grupos já consolidados no setor radiofônico, a primeira transmissão televisiva no Brasil ocorreu em 18 de setembro de 1950, em São Paulo, por iniciativa da recém formada TV Tupi, pertencente ao

²⁰¹ *Idem*, p. 6.

grupo Diários Associados, do magnata das comunicações no Brasil Assis Chateaubriand. A empreitada contou, inclusive, com ajuda de técnicos estadunidenses da já citada RCA²⁰², o que já demonstra o papel que o paradigma estadunidense no setor (não apenas!) representava no Brasil.

Tal como no país ao norte, os anos iniciais da televisão no Brasil foram de experimentos, sendo boa parte da programação adaptada do rádio para o novo formato. Contudo, o avanço inicial seria relativamente mais rápido em terras tupiniquins: apenas dois anos depois da transmissão inaugural, a TV Tupi inauguraria outro canal no Rio de Janeiro e outras duas empresas fundariam seus canais. Em meados da década, o veículo se firmava como meio de comunicação, contando, em 1956 com aproximadamente 260 mil aparelhos em todo o país e mais de um milhão e meio de expectadores, a grande maioria no eixo Rio-São Paulo. Calcula-se que, no mesmo ano, as três emissoras reunidas arrecadaram mais verbas publicitárias que a totalidade das treze emissoras de rádio com sede em São Paulo reunidas.²⁰³

Apesar do crescimento inicial, o setor esbarraria num fator crucial: o do preço dos aparelhos televisores. Com o desenvolvimento industrial dos anos Kubitschek, o processo de nacionalização da fabricação dos aparelhos se acentuou, o que proporcionou o seu barateamento e consequente impulso nas vendas. Tal fato se refletiria na programação, que, ao final da década de 1950 já eram exibidas quase o dia todo, iniciando ao final da manhã e entrando madrugada a dentro, e também na competitividade entre as emissoras: em 1959, já eram um total de doze. No entanto, se compararmos com o caso estadunidense, apesar do *boom* inicial, a popularização foi muito mais lenta. Em 1960, dez anos após a fundação da TV Tupi, apenas 4,61% das residências possuíam televisores em todo o território nacional. A democratização do consumo proporcionada pela redução dos preços dos produtos, parte integrante da cultura daquele país desde o fordismo²⁰⁴, não chegou tão

²⁰² HAMBURGUER, Esther. Diluindo Fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. IN: NOVAIS, Fernando; SCHWARCS, Lilia Moritz (orgs.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2004. pp. 439-487.

²⁰³ AMORIM, Edgard Ribeiro do. *História da tv brasileira*. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 2008.

²⁰⁴ Com uma série de modificações nas linhas de montagem de sua fábrica, que permitiram baixar o custo de produção, Henri Ford instituiu uma nova prática industrial, que garantia aos trabalhadores salários suficientemente adequados

cedo ao Brasil. Por aqui, o consumo de determinados bens, entre eles, a televisão, era restrito a determinadas classes com melhor poder aquisitivo, ainda que não possamos restringir o acesso da população com menor renda à programação e às transformações gerais na cultura e cotidiano proporcionadas pelo advento das transmissões televisivas.²⁰⁵

Logo, posso concluir que a vida nas grandes cidades brasileiras foi paulatinamente sendo modificada à medida que chegavam as transmissões televisivas e que se desenvolvia o novo meio de comunicação de massas. O hábito distraído do ouvir ao rádio como “fundo musical” para as mais diversas atividades cotidianas ia perdendo espaço para os olhares atentos e envoltos pela imagem enquadrada da tv. Por motivos e com condições diferenciadas ao que já foi falado sobre os Estados Unidos, a relação público privada também sofria abalos por

para que pudessem consumir os produtos que ajudavam a fabricar. Assim, apesar de obter uma menor margem de lucro por unidade vendida, Ford conseguia manter seus trabalhadores relativamente satisfeitos, ganhava uma propaganda positiva ao ter seus funcionários dirigindo os carros que produziam – um indício de qualidade do produto – e vendia mais, lucrando mais, ao final, com um maior número de unidades vendidas. Essa prática popularizou-se entre as outras indústrias automobilísticas, que, ao perder mercado para a concorrente, aderiram à prática, e, paulatinamente, nas demais indústrias estadunidenses. Essa prática passou a ser defendida por muitos como uma prova incontestável da superioridade da democracia liberal estadunidense, que garantia uma melhor qualidade de vida para os seus cidadãos com acesso igualitário aos bens de consumo básicos.

²⁰⁵ É de certa forma bem conhecida na historiografia a dificuldade de se trabalhar com a recepção dos veículos de comunicação nas sociedades. Assim, é sempre complexo prever o alcance de determinados veículos impressos, por mais setorizados que sejam, uma vez que a circulação desses veículos é dinâmica e complexa no meio social, podendo atingir outros setores que não aqueles de foco da publicação por meio de doações, empréstimos, leituras em locais públicos, divulgação boca a boca, etc. O caso da programação de tv, nesse sentido, é ainda mais complexo, já que não possui a barreira da necessidade da alfabetização. A medida que foi se consolidando esse meio, locais públicos passaram a disponibilizar televisores como forma de atrair clientes, promover socialização e integrar comunidades, entre outros motivos. E também havia a camaradagem: grupos de amigos que se cotizavam para comprar e dividir o aparelho e vizinhos que se reuniam para assistir aos programas favoritos. Não se pode deixar de citar o caso de funcionários de empresas e empregadas domésticas, que tinham acesso a televisores em seu trabalho.

aqui, marcando as divisões de classe: entre os mais abastados, o espaço público da tv expandia o domínio do privado, da reserva. Entre esses setores, os hábitos coletivos de ir ao cinema ou prostrar-se à frente das casas é deslocado para a intimidade da sala de estar em frente ao “altar” onde é posto o novo artigo “de luxo”. Já entre os menos favorecidos, ainda sem condições de adquirir um televisor, reúnem-se nas casas dos vizinhos ou nas praças públicas, onde algumas prefeituras ou associações de bairro disponibilizam-no, para, entre uma conversa e outra, ouvir as notícias, dar boas gargalhadas com as comédias pastelões ou, principalmente, acompanhar os capítulos do gênero cada vez mais popular das telenovelas.

Esse gênero, que, a propósito, se faz presente desde a primeira década da tv no Brasil – inicialmente com inspiração das radionovelas ou releituras de scripts de sucesso em outros países²⁰⁶ – torna-se um dos grandes responsáveis por encobrir as diferenças de classe que a cultura de consumo punha em evidência na sociedade brasileira.

A novela é como um fio invisível do qual poucos se orgulham mas que perpassa a sociedade e aponta um universo de segredos íntimos compartilhados. Ela oferece para o público amplo do horário nobre a visão indiscreta do cotidiano de uma certa classe média alta, urbana, moderna, glamourosa e idealizada, tal como vista de fora por um estranho ou excluído. É aquilo que é uma construção relativamente arbitrária, um reflexo caricatural dos gostos e preocupações das classes médias urbanas, ganha estatuto de realidade; se torna referencial para escolha de móveis, para o balizamento de opiniões, para o exercício do direito de julgamento. Ao assistir à novela, o público pertencente aos segmentos menos favorecidos da sociedade imagina que está penetrando o universo dos segmentos mais abastados. Estes, por sua vez, embora também se inspirem em novelas e assistam a elas, quando o fazem, alegam estar acompanhando o programa predileto das classes baixas.

²⁰⁶ É apenas a partir da década de 70 que as telenovelas começam a ser desenvolvidas nacionalmente, tornando-se um importante e lucrativo mercado. Para maiores informações a respeito da história das telenovelas no Brasil e seu desenvolvimento ao longo das décadas, vide Hamburguer, Esther. *Op. Cit.*.

(...)

Nesses momentos, a novela atualiza seu potencial de sintetizar uma comunidade imaginária, cuja representação, ainda que distorcida e sujeita a uma determinada variação de interpretações, é verossímil, vista e apropriada como real e legítima.²⁰⁷

Cria-se, destarte, uma espécie de cultura homogênea universal, que, ainda que pouco se espelhe na experiência cotidiana, funciona como referência para muitas pessoas, gerando identificação, espelhamento. Funda-se, em outras palavras, uma espécie de comunidade imaginada e que, enquanto tal, na era da erupção visual, produz subjetividades, inspira mudanças de comportamento para além das barreiras definidoras dos papéis sociais.

Nomes de artistas e personagens inspiram a escolha de nomes para crianças recém-nascidas. O figurino também é motivo de atenção especial. Ao copiar modelos das novelas, telespectadores revelam que estão “por dentro” e sugerem sua disposição de ir além dos espaços supostamente demarcados por sua condição social, sua identidade de gênero ou raça.²⁰⁸

Além disso, outro hábito que também foi transformado pelo sucesso das novelas na televisão brasileira foi a ida ao teatro. Se antes da chegada do aparelho as peças eram uma das opções de entretenimento preferida das classes médias e altas urbanas, agora os artistas estavam migrando para a nova mídia em busca de melhores salários, o que indica que o sucesso das encenações no palco estavam em queda. É o que podemos notar com a matéria de 24 de maio de 1952 de *Manchete* (Imagem 19).

Compara-se a transferência dos artistas da *Broadway*, em Nova Iorque, e outros meios estadunidenses para a televisão e cinema com o que ocorre no Brasil, demonstrando que era um fenômeno não apenas local, mas comum a todos os lugares onde havia chegado e se popularizado o novo meio de comunicação.

²⁰⁷ Hamburger, *op. Cit.*, p. 484.

²⁰⁸ *Idem*, p. 483-484.

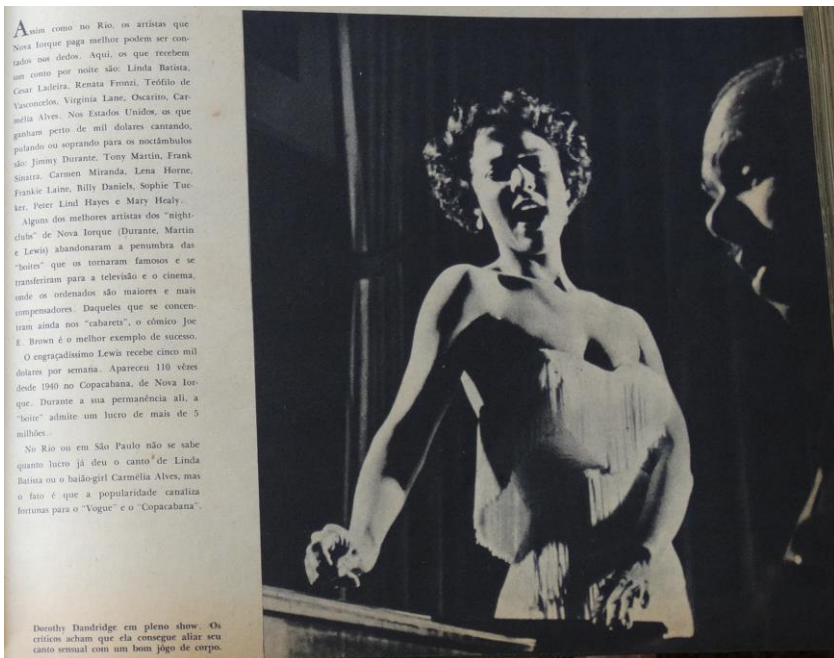


Imagem 19 – Fonte: *Manchete* - 24-05-1952

Ao que tudo indica, uma razão para tal era a mudança na opção dos investimentos em publicidade, que, aliados a redução do público, geravam dupla perda para os artistas e produtores teatrais. No lugar de patrocinar eventos culturais no teatro, as empresas perceberam que teriam melhor visibilidade nos comerciais televisivos, e, por isso, esse setor ganha destaque no Brasil, rapidamente suplantando outros meios de comunicação, como o rádio e o jornal na absorção desses investimentos. Dessa forma, a nova mídia iria impulsionar as vendas, aliando, como já discutido acima, a nova conjuntura visual com a cultura de consumo.

A televisão dissemina a propaganda e orienta o consumo que inspira a formação de identidades. Nesse sentido, a televisão, e a telenovela em particular, é emblemática do surgimento de um novo espaço público, no qual o controle da formação e dos repertórios disponíveis mudou de mãos, deixou de ser monopólio dos intelectuais,

políticos e governantes titulares dos postos de comando nas diversas instituições estatais.²⁰⁹

Aliando as transformações na forma de divulgar, que já foram, em parte²¹⁰, discutidas acima, como, por exemplo, a profissionalização do setor, a publicidade também seria afetada positivamente com a inovação nos meios para tal, e passa a direcionar seus esforços nessa direção.

Ante as novas conquistas de mercado e já impressionadas com a força de comunicação da televisão, as agências publicitárias começaram a pesquisar os hábitos de consumo do telespectador e saber que produtos seriam melhor veiculados, trazendo melhores lucros. Acelerava-se, então, o fator que viria a se impor como uma das maiores forças desse meio de comunicação — a publicidade.²¹¹

Com isso, a propaganda no Brasil ganhou cada vez mais popularidade e passou a habitar os mais diversos setores sociais e espaços da vida cotidiana, integrando-se na cultura geral e ajudando a consolidar no país uma sociedade ordenada a partir das práticas de

²⁰⁹ Idem, p. 442.

²¹⁰ As transformações ocorridas no campo publicitário no Brasil possuem uma história própria, inclusive com a influência decisiva das agências estadunidenses, mas esse assunto foge do objetivo desse trabalho. De forma muito breve, apresento aqui os eventos mais importantes nesse sentido. As primeiras agências publicitárias a atuarem em solo brasileiro, nos idos da segunda década do século XX, atuavam no ramo de anúncios simples em jornais e revistas, empregando pessoas criativas e com algum entendimento nas artes gráficas, mas não necessariamente profissionais. Os anos 30 trariam inovações de peso: a chegada do rádio, que diversificou as formas de anunciar, inaugurando a propaganda musical com os *jingles*, e também as primeiras agências estrangeiras a atuar no país, especialmente as estadunidenses, trazendo, por sua vez, o uso de imagens em maior escala aos anúncios impressos. A chegada do pós-guerra traria efeitos decisivos também sobre o setor publicitário, em grande parte pelos mesmos motivos que modificaram o fazer jornalístico, já foi discutido neste trabalho. Assim, o setor perde progressivamente o seu caráter amador e/ou menos técnico, passando a demandar a profissionalização e passando a utilizar cada vez mais a imagem como elemento comunicador principal da mensagem.

²¹¹ Amorim, *op. Cit.*, p. 11-12.

consumo, tal como já ocorria nos Estados Unidos. Por isso mesmo, desde então, os críticos desse tipo de sociedade, alguns dos quais já discutimos acima, passaram a ver na publicidade um grande agente maléfico, construtor de ilusões e artífice da separação entre realidade e fantasia. É bem verdade que a publicidade, nessa nova conjuntura sócio-histórica, utilizava-se não apenas dos mecanismos de percepção e aceitação existentes, mas também passava a criar novas expectativas, desejos e modos de olhar e compreender o mundo, possibilitando novas formas de subjetivar-se a partir de sonhos e imagens. No entanto, insisto, essa era a dinâmica geral da experiência fundada no período, onde fantasia e realidade formam um todo complexo e dinâmico, não separáveis entre si. A fantasia também é um acontecimento, acontece enquanto tal na ordem da imagem – para parafrasear Foucault. Portanto, a busca de separar o que é daquilo que se imagina ser, buscando culpados para tal é um falso problema fundado em anacronismos.

Além dessa acusação estética, por assim dizer, pois edifica-se numa compreensão – equivocada, repito – do ordenamento do olhar, daquilo que constitui a compreensão entre o que é imagem verdadeira e o que é apenas uma falsa representação do real – tal como aquilo que determina o que é o belo – Roland Barthes encontra uma outra acusação da publicidade, essa de ordem moral:

O que não se aceita na publicidade é a presença imediata e como que cínica do dinheiro. Dinheiro está em todos os lugares, mesmo nas obras de “alta cultura”, mas aí ele é sublimado, distanciado, ocultado, intermediado; em contrapartida, na obra publicitária, ele é o móbil evidente: o que define uma imagem ou um texto publicitário é precisamente não poder mascarar sua origem comercial, a saber, a excelência do produto apresentado, a não ser que deixe de atingir o próprio objetivo, que é dar a conhecer quem está pagando. Guardadas as devidas proporções, a publicidade hoje é tão suspeita quanto poderia sê-lo um poema composto sob encomenda e no qual se teria a obrigação de ostentar o nome e as benfeitorias de quem o tivesse encomendado: prática normal outrora, mas incompatível hoje

com o mito da arte “desinteressada”, isenta de contato com a coisa financeira.²¹²

Não estou querendo isentar a publicidade de suas ligações com o sistema capitalista, estimulando o seu funcionamento e, que, como tal, demarca e evidencia diferenças sociais e relações de poder desiguais. Ela faz sim parte desse sistema e, por isso, pode e deve ser analisada e compreendida como tal, apesar de que essa não ser a tarefa aqui. O que estou buscando é justamente desarticular as críticas vazias e que equivocadamente buscam analisar essa prática fora dos sistemas ao qual ela pertence: capitalista sim, mas, para além disso, uma ordem cultural geral e visual em particular. Deixemos falar Barthes mais uma vez: “numa palavra, como a elaboração publicitária, mistura de bem e mal, de buscas e transigências, de imagens ora conformistas, ora poéticas, ora superficiais, ora profundas (...) é um trabalho literalmente dialético, que visa a dispor dentro dos limites draconianos do contrato comercial algo de propriamente humano”.²¹³ Eu complementaria: e histórico!

Dentro do novo regime visual, com a predominância das imagens, especialmente a partir do surgimento da TV, a publicidade passou a suavizar a sua mensagem, contribuindo, como já dito, para a consolidação da cultura de consumo. O olhar foi reeducado e, junto com ele, também as formas de percepção e interação com o mundo e as coisas a partir da experiência individual.

Nossos olhos se conformam a uma nova visão, mais formal, pois se mantém na superfície da imagem sem distinguir fundamentalmente seus conteúdos; diante dessa visão renovada, todas as mensagens se igualam em função da *diversão* que liberam com um poder que não está ligado ao assunto, mas à arte. Tudo é já imagem, e toda imagem remete imediatamente para além – ou aquém – de seu referente, para aquilo que se deve chamar imaginário.²¹⁴

Em suma, é também por meio da publicidade que se consolidam a nova ordem do olhar e a cultura de consumo no Brasil, enraizando a ordenação da vida a partir das práticas de consumo (de produtos e

²¹² BARTHES, Roland. *Inéditos. Vol 3: Imagem e moda*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 99.

²¹³ *Ibidem*, p. 100.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 102.

imagens!), tal como já ocorria nos Estados Unidos. Logo, ao criar novos desejos e sonhos, ao formular novas imagens e imaginários, a publicidade contribuiu para a construção do paradigma estadunidense em solo brasileiro.

Com a popularização da televisão, que claramente facilitava essas práticas, a propaganda impressa teve de ser reformulada e adequada às novas demandas imagéticas. As antigas peças de divulgação recheadas de texto, com imagens ilustrativas, deram lugar a imagens muitas vezes de página inteira, sem qualquer texto, no caso das mensagens literais ou denotativas, como as classifica Barthes, ou seguidas de pequenas legendas para direcionar o sentido, fazer pensar em determinados aspectos da imagem de modo a *domá-la*, não permitir que ela saia do controle, como é o caso das mensagens conotativas ou associadas.²¹⁵

Para concluir esse tópico, proponho uma reflexão a respeito de uma provável ambiguidade da popularização da televisão: como um mundo profuso em imagens – que desejam, sonham, proporcionam prazer e sentido a experiência, enfim, libertam – glorifica, tal como um totem, um aparelho que as enquadra, limita? Não há resposta definida, porém levanto algumas suspeitas. Essa é uma reflexão comum na história da arte, que indaga sobre o valor da moldura ou enquadramento de determinadas obras: para alguns historiadores e críticos da arte, esse enquadramento funciona em conjunto com outros elementos, como o foco, a luz, a ambiência, etc., e atua como direcionador do olhar e do limite entre o que é arte e o que está fora dela. Existem, todavia, questionamentos a essas instituições e há, na arte contemporânea, práticas que se querem livres dessas amarras. Não convém aqui discutir a questão a fundo. Fiquemos apenas com um fator: o enquadramento na arte faz parte de uma linguagem, de uma instituição pré-determinada.

No caso da tv, a imagem enquadrada direciona não apenas o olhar, mas também a atenção. O telespectador concentra-se naquelas poucas polegadas a sua frente, naquelas imagens que lhe proporcionam prazer e/ou fuga; que lhe permitem viajar e sonhar, alegrar-se, entristecer-se, enraivar-se... Mas essas imagens, nesse caso, transbordam a tela e entram no mundo do concreto ao causar os mais diversos sentimentos e as mais diversas sensações. É uma relação dialógica entre o que está dentro e o que está fora: é a experiência externa que define o que está dentro. Faz parte de um mecanismo de trocas que é definidor daquela relação que venho procurando explicitar: a quebra de limites

²¹⁵ Ibidem.

entre fantasia e realidade. Portanto, limitar, nesse caso, é potencializar. Na era da tv, o enquadramento limita para aumentar, para dar poder e potência aos seus agentes: as imagens.

3.3. A Liberdade não é gratuita

Nesse ponto, penso ser necessário retomar alguns temas e questões já mencionados anteriormente e desenvolvê-los mais a fundo, relacionando o *americanismo* com as inovações nas formas de ver, olhar, perceber e viver no mundo no período do pós-guerra no Brasil. O objetivo é mostrar qual o papel desse conjunto de imaginários e práticas culturais na emergência de novas formas de subjetivação no espaço e tempo definidos.

Cabe, portanto, retomar a discussão sobre o *americanismo*. De forma simplista e direta, poder-se-ia definir esse conceito com um conjunto de práticas culturais relativas aos Estados Unidos da América. Todavia, a simplicidade, nesse caso, pende para uma perigosa generalização que nada explica.

Antonio Gramsci, ao que parece, foi o primeiro pensador a se ater a esse conceito em seu texto *Americanismo e Fordismo*, incluso em seu *Cadernos do Cárcere*, de 1934. Para ele, o termo qualificava um equivalente cultural necessário ao modelo fordista de produção fabril.

O americanismo seria a forma ideológica e cultural necessárias para constituição de um modo de vida e de um tipo de trabalhador. Nesse sentido o americanismo é condição *sine qua non* para que haja o desenvolvimento da forma de produção fordista e vice e versa.

O americanismo não surge espontaneamente na “mentalidade” social. A sua origem está estritamente ligada à base material da sociedade. A forma de acumulação e produção capitalista produziu um processo sociometabólico que nasce na fábrica. Em outras palavras, a forma de produção fordista determina e exige a formação de uma mentalidade e um modo de vida, que gera a

existência deste modelo de produção, sendo uma relação mutua.²¹⁶

Nesse sentido, o *americanismo* denota um modelo de sociedade, o que implica dizer que ele enquadra não apenas práticas culturais, como também um modelo de produção econômica e reprodução social. Em outras palavras, uma cultura em sentido amplo, englobando tudo aquilo que foi construído e dotado de sentido pelo homem em sua experiência no tempo.

Para a ocasião deste estudo, estou considerando, de forma ao mesmo tempo mais abrangente e também mais específica, o projeto civilizador estadunidense esboçado e sucessivamente reelaborado, recortado, reinterpretado, desde a fundação da nação. Um projeto que, à medida que foi sendo estabelecido na prática na conquista das fronteiras do oeste da América do Norte, passou a ganhar força e ampliar seu escopo de ação, fazendo surgir o *Destino Manifesto*. As repetidas lapidações que esse esquema recebeu, contudo, não deixaram de lado alguns valores tidos como essenciais e universais, entre eles os ideais de liberdade, democracia e individualidade.

Não estou, com isso, pensando o americanismo enquanto um *télos* histórico que mira, através de sucessivas progressões, um futuro promissor e positivo. Ao contrário, como vim ponderando, esse foi um modelo de sociedade que aconteceu historicamente, sendo sucessivamente recolocado e rearranjado dentro de suas historicidades. Foi a história, e exclusivamente dentro dela, que, entre acasos, acertos diplomáticos e outras condições de possibilidade, permitiu que tal projeto se tornasse hegemônico ao longo do século XX e, assim, se universalizasse. Um momento, em especial, merece destaque para o caso aqui analisado: a atuação da propaganda do *OCIAA* nos anos 40 no Brasil, pois, concordando com Tota, foi a partir da atuação desse órgão que se estruturou efetivamente “o americanismo, entendido aqui como uma ideologia programática, em que o sufixo – ismo tinha se transformado num poderoso armamento intencional, com o claro objetivo de suplantiar outros – ismos, autóctones ou não”.²¹⁷

²¹⁶ SOUZA, Alan Rodrigues de. A atualidade do americanismo e fordismo em Gramsci. *Revista Urutágua*, N 9, Maringá, 2006. Disponível em <http://www.urutagua.uem.br/009/09souza.htm>. Acesso em 16 de março de 2009.

²¹⁷ TOTA, Antônio Pedro. *Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p 19.

Isto posto, penso, agora sim, válida uma tentativa de simplificação.

E é, então, nesse momento que os brasileiros começam a familiarizar-se com o discurso americanista e o estilo de vida cotidiano proposto por ele: o *american way of life*. No bojo desse discurso estavam presentes diversos elementos valorativos, tais como o ideal de democracia, o progresso, o tradicionalismo (sim, parece contraditório, mas logo veremos que não), o trabalho, a liberdade – muitos desses condensados na ideia de *self made man* – que seriam bombardeados através de diferentes instrumentos de produção discursiva. Cada uma dessas ideias estava conectada e imbricada uma à outra, de forma a construir uma ideologia bem acabada e pronta a ser exportada. No entanto, no caso do Brasil, elas tiveram diferentes recepções e apropriações de acordo com o momento e a realidade vividos pelo país.²¹⁸

É, portanto, partindo dessa acepção que irei trabalhar o conceito de *americanismo* para adequá-lo ao momento em análise. Para tentar enquadrá-lo, como uma imagem numa tela de tv, estou levando em consideração o imaginário do que era o *American Way of Life* no Brasil pós-1945. Ou melhor, o que os principais órgãos de imprensa divulgavam como sendo o padrão de vida estadunidense com vistas, quase sempre, a tornar esse modelo um paradigma a ser seguido pela sociedade brasileira. Esses discursos, no entanto, não eram meras fabricações ilusórias ou equivocadas, mas sim uma seleção de aspectos hegemônicos presentes naquela cultura e que se queriam tornar universais, como vimos no caso do forjamento de uma comunidade atlântica no primeiro capítulo.

Começemos, então, por uma imagem.

²¹⁸ ARRAES, *Op. Cit.*, p. 29.



Imagem 20 – Fonte: acervo pessoal

Esta fotografia, tirada na pequena cidade de Williams, Arizona – uma das passagens da lendária Rota 66 dos Estados Unidos²¹⁹ – é um perfeito discurso imagético e resume os principais valores representados pelo *americanismo*. Ao topo de uma das casas comerciais do centro da

²¹⁹ A *Route 66* foi uma rodovia de mão dupla e faixa simples estabelecida em meados dos anos 20 ligando 8 estados estadunidenses desde o centro norte até o sudoeste do país (Illinois, Missouri, Kansas, Oklahoma, Texas, Novo México, Arizona e Califórnia). Essa estrada entrou em desuso nos anos 50 com a construção das novas e mais rápidas *freeways* e *highways* e foi finalmente desativada em 1985. Nos anos 60 e 70, ganhou fama com os movimentos hippies e de contracultura por representar a liberdade de viajar sem destino e sem pressa pelo país, ficando conhecida como a “A Estrada Mãe” (*The Mother Road*) ou “A Rua Principal dos Estados Unidos” (*The Main Street of America*). A simbologia dessa rodovia também pode ser relacionada ao ideal de fronteira estadunidense, a força e destino de desbravar o desconhecido e levar a civilização para lugares “selvagens”, ao bom estilo do Destino Manifesto.

cidade, no lugar onde geralmente utiliza-se o nome da loja, logos e slogans, há uma imensa pictografia com a bandeira estadunidense em toda a sua extensão. Ao centro, a representação da famosa fotografia tirada na batalha de Iwo Jima e que, desde então, passou a significar o esforço estadunidense na busca por paz, democracia e liberdade em todo o mundo. Essa imagem traz soldados ao topo de um cume, lutando contra o vento e se expondo a possíveis inimigos para ali fincar o símbolo máximo da nação, que, naquele momento, representava todo o “mundo livre”.²²⁰ No canto esquerdo, logo abaixo das estrelas da bandeira, a águia estadunidense, representação máxima da liberdade naquele país²²¹. Ao longo de toda a extensão, escudos e figuras de todas as forças armadas dos Estados Unidos. Finalmente, à direita vê-se um homem idoso e um garoto olhando como em um misto de contemplação e resignação a um cemitério cheio de lápides. Lê-se ainda a mensagem: “A Liberdade não é gratuita” (*Freedom is not Free*”).



Imagem 21 – Detalhe da imagem anterior

No primeiro plano, uma placa sinaliza: *Station 66 Gift Shop* (Loja de Souvenirs Estação 66). Mais uma vez, o discurso é claro e direto: a liberdade é um valor máximo e onipresente. Mas não é gratuita, há um preço a ser pago, deve ser conquistada e preservada. É preciso atenção e força. As armas garantem essa liberdade e poder. Apenas assim a democracia e os valores ocidentais seriam garantidos. A ironia com a

²²⁰ A batalha de Iwo Jima, o contexto em que foi tirada a fotografia e a representação e sucesso que ganhou a imagem e os soldados nela representados foram temas do filme *Cartas de Iwo Jima*, de Clint Eastwood, lançado em 2006.

²²¹ Para maiores informações a respeito da águia enquanto representação da liberdade no imaginário estadunidense, vide FISCHER, David Hackett. *Liberty and Freedom: a visual history of America's founding ideas*. Oxford University Press, 2005.

comercialização não foi em vão. Na democracia liberal instituída naquele país, parte central do considerado melhor projeto de civilização até então existente, tudo tinha um preço e precisava ser conquistado, lutado, suado. Nada pode vir de graça ou por iniciativa do Estado patriarcal. Numa sociedade assim estabelecida, afinal, que representante melhor da democracia, liberdade e igualdade que o consumo (para os padrões estadunidenses)?

“Uma Coca-Cola é uma Coca-Cola”, por exemplo, escreveu certa vez Andy Warhol, “e nenhuma quantidade de dinheiro pode lhe proporcionar uma Coca-Cola melhor que aquela que o vagabundo da esquina está bebendo” (...). Nós somos instados a entender, aqui, que a ideologia democrática estadunidense está contida no maquinário do consumo em massa. Alternativamente, também é o caso que o modelo capitalista de consumo em massa é impossível de atingir sem alguma forma de democracia liberal para produzir e proteger a liberdade de comprar a mesma coisa que as demais pessoas: desnecessário dizer, o aforisma de Warhol também requer a presença estrutural do vagabundo na esquina para poder celebrar a lógica aclassista de ambos, o produto e o ato de consumir. Mas a verdadeira democracia postulada nas imagens de garrafas de Coca-Cola de Warhol – e nas imagens de propaganda nas quais ele desenhava – é a dos objetos mais que das relações sociais.²²²

O consumo, como vimos, torna-se essencial para a cultura e sociedade estadunidense ao final da guerra. Naquele momento, não se tratava de uma urgência meramente econômica. Eram as bases da existência mesmo da nação que estavam em xeque, era o próprio americanismo que precisava ser defendido. E isso não vinha de graça. Diante das responsabilidades de potência vitoriosa e líder do bloco ocidental, era necessário fazer frente ao modelo soviético que se impunha do lado oriental. Cabia, portanto, mostrar as razões para o seu “excepcionalismo”, conforme afirmou Tocqueville.

Para muitos, o ato de consumir continha em si os valores basilares que precisavam ser defendidos e alastrados pelo mundo livre ocidental.

²²² HOLLOWAY, David & BECK, John. *American Visual Cultures*. London, New York: Continuum, 2005, p. 2. Original em Inglês. Tradução livre.

Esse discurso tomou muitas formas, de uma ansiedade aguda (devido à preocupação a respeito dos danos morais causados pelo consumo) à violenta celebração (porque a difusão do consumo foi visto como uma prova de liberdade). De fato, desde o início, a relação dos Estados Unidos com o consumo tem sido profundamente ambígua. Da mesma forma que este tem sido constantemente relacionado a liberdades individuais e políticas além de à saúde da economia, ele também tem sido considerado central para a desigualdade econômica, o eclipse dos valores tradicionais e a valorização do artifício.²²³

Não cabe aqui discutir a questão das desigualdades proporcionadas pelo consumo. Também não estou assumindo que essa prática, por si só, define de forma inequívoca a sociedade e cultura estadunidenses.²²⁴ Aliás, acredito que sequer possamos utilizar esses substantivos no singular nesse caso, por tratar-se de uma vasta diversidade sociocultural. O objetivo é analisar os discursos que buscaram enunciar o ato de consumir como um valor universal a ser defendido a qualquer custo, pois acreditava-se estar relacionado às liberdades individuais e à democracia social. Importa atentar para essa questão, uma vez que foram esses mesmos discursos incorporados pela mídia hegemônica no Brasil e enunciados como o paradigma máximo de determinados setores sociais do país, especialmente nos anos 50 e 60.²²⁵

²²³ Glickman, *Op. Cit.*, p. 12.

²²⁴ Existem diversas discussões a respeito de se seria a vida simples a verdadeira base do espírito estadunidense ou, ainda, este estaria mais relacionado à vida material e prosperidade iniciada pelos primeiros fundadores da nação. Para mais a esse respeito, vide: Glickman, *Op. Cit.*

²²⁵ Em seu livro *A Liberdade é uma calça velha azul e desbotada*, Anna Cristina Figueiredo procura cercar-se do imaginário social das camadas médias da sociedade brasileira na década anterior ao golpe militar de 1964 para entender como, pouco tempo depois de defenderem avidamente o regime democrático, esses setores sociais passaram a desejar a intervenção militar. Nesse sentido, a autora promove uma análise minuciosa das peças publicitárias, procurando demonstrar as classes sociais que essa publicidade pretendia atingir e os valores tidos como essenciais à essas classes de forma a justificar sua mudança de postura. Em outras palavras, é possível perceber, através da publicidade, que o desejo de consumo e os valores arraigados no imaginário de determinados setores sociais proporcionou a sua mudança de postura diante de uma

Com o raiar da Guerra Fria, o esforço dos Estados Unidos seria direcionado para ativar toda uma estrutura enunciativa para a construção da ideia de mundo livre ocidental, no sentido de demonstrar o que esse modo de vida tinha de diferente. Era preciso convencer os europeus e também as Américas de que “there is no way like the american way” (não há jeito melhor que o jeito estadunidense). Mais que isso, convencer de que não havia diferenças entre o *american way* e o *western way* (jeito ocidental) como um todo, que havia uma irmandade de interesses e objetivos, visões e práticas cotidianas comuns que fundavam essa comunidade imaginada.

O Estado estadunidense reconheceu o lugar especial que a propaganda ocupava na conduta das relações exteriores. Enquanto outros países empregavam propaganda na busca de seus interesses, por meio de uma desastrada construção de slogans, os Estados Unidos empregava publicidade no sentido da sua missão global, usando essencialmente meios privados, os conselhos habilmente matizados de suas indústrias de comunicação de massa. E onde outros países propagavam ideologia, a nação estadunidense professava ideais.²²⁶

Foi nesse sentido que, como mostrado no primeiro capítulo, um grande esforço propagandístico foi realizado para construir a ideia de comunidade atlântica a partir do Plano Marshall e da OTAN. Ao mesmo tempo, diversas outras políticas eram desenvolvidas por órgãos do governo dos Estados Unidos para divulgar os valores essenciais da nação e, logo, da comunidade ocidental que buscavam forjar.

conjuntura política considerada ameaçadora a esses mesmos valores e desejos. Apesar de discordar da autora em alguns aspectos teóricos e conceituais, vejo, em seu texto, um aspecto da nova conjuntura histórica vivida pelo país no momento em questão, quando o *americanismo*, em sua busca por projetar-se mundialmente, encontra no Brasil condições de possibilidade para o seu acontecimento. Para mais informações, vide: FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. “*A Liberdade é uma calça velha azul e desbotada*”: *Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (1954-1964)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

²²⁶ DE GRAZIA, Victoria. *Irresistible empire: America's advance through 20th century Europe*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2005, p. 239.

Procurando mesclar os esforços do governo no sentido de divulgar o *American way of life* como grande paradigma mundial com a força dos produtos enquanto transformadores de hábitos que os artífices da diplomacia estadunidense conseguiram um acordo cultural entre o seu país e a URSS. Entre as ações deste acordo estava a realização de feiras de exibição de produções artísticas, moda, hábitos cotidianos e, em especial, produtos industrializados em ambos os países. Foi esse o contexto da ocorrência da Feira de Moscou, ou *American National Exhibition*, como ficou conhecido nos Estados Unidos o evento palco do já discutido *Kitchen Debate* no final da década de 1950.

No escopo dessas ações e com objetivos similares, ainda na mesma década, a CIA, com suporte do Pentágono e outras agências estatais e privadas, desenvolveu a *Militant Liberty Campaign* (Campanha Liberdade Militante), uma ação conjunta para inserir o tema da liberdade em alguns filmes produzidos pelos estúdios de Hollywood de forma velada.²²⁷

De acordo com um relatório ultrassecreto, “*Militant Liberty*” foi desenvolvida para “explicar as verdadeiras condições existentes sob o comunismo em termos simples e para explicar os princípios sob os quais o modo de vida do Mundo Livre é baseado” e “para acordar pessoas livres e fazê-las entender a magnitude do perigo que confrontava o Mundo Livre, gerando uma motivação para combater essa ameaça”.²²⁸

Após convencer diversos estúdios da importância da iniciativa, um intenso trabalho de vigilância e “censura” seria colocado em ação.

Imagens mostrando bebidas em excesso em nossos filmes eram eliminadas se não fossem essenciais à narrativa. Mostrar comunidades pobres (especialmente entre nossa população negra), falcaturas corporativas, ser irreverente com organizações religiosas e mostrar crimes ultrajantes, eram outras formas a serem evitadas sempre que possível. Carleton Alsop [um dos

²²⁷ Para mais informações sobre a *Militant Liberty Campaign* e outras iniciativas da chamada “Guerra Fria Cultural”, vide SAUNDERS, Frances Stonor. *The Cultural Cold War: The CIA and the world of arts and letters*. New York: The New Press, 2000.

²²⁸ Saunders, *Op. Cit.*, p. 284. Original em Inglês. Tradução livre.

“sensores” da Campanha] queria que Hollywood evitasse mostrar estereótipos negativos e incluir caracterizações que representassem uma América saudável.²²⁹

Ainda que, até o momento, não tenham sido encontradas fontes que demonstrem o envolvimento dessa campanha da CIA na produção de desenhos animados, o professor de cinema da San Francisco State University, Karl Cohen, publicou alguns trabalhos em que ele suspeita desse envolvimento.

A CIA chamou a imagem sanitizada dos Estados Unidos promovida pela *Militant Liberty* de fórmula de Hollywood. Apesar de Saunders não discutir como isso afetou os curtas metragens e desenhos animados, há diferenças entre o conteúdo desses desenhos a partir de 1950 dos daqueles produzidos antes da Segunda Guerra Mundial. Há uma redução dos estereótipos racistas, cenas de bêbados e mostrando pessoas vivendo em pobreza, etc. Quais elementos, se algum, foram reduzidos ou cortados conscientemente pelos assessores da *Militant Liberty* é impossível de saber a essa altura. (...) [Mas] enquanto a influência de cães de guarda patrióticos para remover as imagens negativas dos desenhos animados é impossível de provar, é óbvia sua influência em diversos desenhos que promovem a liberdade e o *American Way of Life*.²³⁰

Um exemplo desses desenhos é o *Make Mine Freedom*, de 1948, produzido pelo *Extention Department of Harding College*, uma instituição privada de ensino situada no Estado de Arkansas, que deixa

²²⁹ COHEN, Karl. *Animated propaganda during the Cold War: Part Two*. Disponível na internet em: <http://www.awn.com/animationworld/animated-propaganda-during-cold-war-part-two>. Último acesso em 14-07-2015. Original em inglês. Tradução livre.

²³⁰ Cohen, *Op. Cit.*. Segundo Cohen, apesar de oficialmente a *Militant Liberty Campaign* ter sido iniciada nos anos 1950, a ideia pode ter começado a ser esboçada em iniciativas isoladas conduzidas experimentalmente ainda em fins da década de 1940, como forma de testar a capacidade da recém aberta agência (a CIA foi fundada em 1947) em produzir propagandas culturais em defesa dos interesses do país.

de entrada o objetivo da produção: “criar uma maior compreensão do que fez da *América* o melhor lugar para se viver no mundo”.²³¹ Nele, são exibidos muitos dos valores que a potência liberal considerava como os pilares da sua civilização. O filme começa com a máxima: “A *América* é muitas coisas para muitas pessoas”, e então passa a descrever a liberdade de dançar e paquerar para os jovens, de descansar em paz na varanda de casa para o idoso aposentado, o direito ao lazer, à propriedade e a inviolabilidade da mesma, a um julgamento justo, à liberdade de culto e de expressão, à livre escolha do emprego que se desejar... etc. Logo depois, é apresentado um grupo de “caipiras” que concordam possuir todas essas liberdades, mas elas trazem muitos problemas. Cada um deles estabelece um problema diferente, ora acusando os patrões, ora os empregados, dependendo da categoria a que pertencem. Prontamente se inicia uma discussão acirrada entre eles, que é interrompida por um malandro vendedor querendo convencê-los que tinha a solução para todos os problemas deles: trata-se da recente descoberta do “Dr. Utopia”, o elixir “ISM”, que acaba com todos os problemas da política. Ao tomar o conteúdo da garrafa, os inocentes cidadãos teriam melhores salários, menores jornadas de trabalho, segurança, etc., tudo garantido pelo Estado. A analogia com o socialismo soviético aqui é sugerida. Todos ficam animados para tomar o elixir, e são solicitados a assinar um acordo, onde está escrito, que, por meio daquele contrato, deveriam entregar à “ISM LDTA” tudo o que possuíam, incluindo a sua liberdade, a dos seus filhos, netos e bisnetos, em troca do cuidado da mencionada companhia por toda a sua vida. Um atento ouvinte da conversa, com trajes urbanos, interrompe os ávidos homens prestes a assinar o contrato e pede para que provem um pouco do conteúdo da garrafa antes de assinar. Isto feito, eles passam a experienciar a vida sob tutela do Estado, sem propriedade privada, sem direitos trabalhistas, sem liberdades, sem individualidade e sob uma recorrente desculpa do Estado: “Tudo está bem”. A analogia com a URSS aqui já é óbvia. O vídeo conclui com a mensagem que o modelo estadunidense não era perfeito, mas havia garantido a melhor condição de vida e civilização conhecida até então em grande parte por meio da iniciativa privada, que garantiu grandes avanços tecnológicos e

²³¹ *Make Mine Freedom*, 1948. Disponível para assistir em: https://www.youtube.com/watch?v=p_YWriOb8t4. Último acesso em 14-07-2015. Grifo meu.

melhorias da vida coletiva. E tudo isso só foi possível por conta das liberdades garantidas constitucionalmente.

Mais uma vez a mensagem é inequívoca. Havia duas propostas em questão. Uma delas, sob a aparência de uma sociedade com menos preocupações, escondia-se a completa ausência de liberdade e agruras infindáveis. Era um lobo em pele de cordeiro. Já a outra, é certo que não era perfeita, mas garantia que suas vontades e direitos seriam respeitados. Eles estavam garantidos por lei, e esta era sempre respeitada de forma igualitária para todos, sem exceção. Isso era a vida democrática liberal. Cada um tinha a liberdade e o direito de fazer o que bem entendia. Mas claro, havia um preço para isso: era o esforço individual e a constante vigília. E isso era o melhor que o mundo havia ofertado até a data.

Da mesma forma que esses valores eram válidos para os cidadãos estadunidenses, era também válido para todo o mundo. Tratava-se de valores universalmente aceitos e desejados por todos. Era nisso que acreditavam e isso que queriam fazer que todos acreditassem através de pronunciamentos, conferências e propagandas diversas.

Tal pode ser visto constantemente nas edições da *Reader's Digest* em suas diversas versões. Na edição de Janeiro de 1945, John D. Rockefeller Jr., um dos maiores defensores da universalidade do americanismo, já deixava isso claro, ao pronunciar para todos os países aliados aos EUA na guerra, através de uma transmissão de rádio, o seguinte discurso:

Eu acredito na dignidade do trabalho, seja com a cabeça ou com as mãos; que o mundo não deve a ninguém uma vida, mas uma oportunidade para fazer a sua vida.

Eu acredito no supremo valor do indivíduo e no seu direito a vida, liberdade e busca da felicidade.

Eu acredito que verdade e justiça são fundamentais para uma ordem social durável.

Eu acredito na sacralidade de uma promessa, que a palavra de um homem deve ser tão boa quanto sua obrigação; que o caráter – não a riqueza, o poder ou um cargo – é de supremo valor.

Eu acredito que todo direito implica uma responsabilidade; toda oportunidade uma obrigação; toda posse, um dever.

Eu acredito que a lei foi feita para o homem e não o homem para a lei; que o governo é o servo do povo e não seu senhor.

Eu acredito que a parcimônia é essencial para uma vida bem ordenada e que economia é o requisito primário de uma estrutura financeira sólida, seja no governo, nos negócios ou nas questões pessoais.

Eu acredito que a prestação de serviços úteis é o dever comum da humanidade e que apenas no fogo purificante do sacrifício é que o mal do egoísmo é consumido e a grandeza da alma humana libertada.

Eu acredito num Deus amável e sábio, dê-se o nome que se der, e que a maior realização, a maior felicidade e mais ampla utilidade do indivíduo serão encontradas na vida em harmonia com a vontade dele.

Eu acredito que o amor é a maior coisa do mundo; que ele sozinho pode superar o ódio; que o certo pode e irá triunfar sobre o poder.²³²

Mas nem sempre a divulgação do padrão de vida ocidental era tão direta. A maior arma do *americanismo* em sua cruzada universalista seria a cultura de consumo, vendendo seus ideais de forma mesclada com os produtos, afinal, “a publicidade, como o literato conservador francês Georges Duhamel censurou, vendia não apenas os bens, mas também os adjetivos para falar sobre eles. A capacidade de mudar os termos da conversação sobre os bens básicos da vida era um poder imenso.”²³³ E o poder não estava apenas na propaganda, mas nos produtos em si. “Máquinas de costura, ferros elétricos, máquinas de lavar e utensílios de cozinha não eram ninharias; eles alteravam profundamente os modos de viver, especialmente para as mulheres”²³⁴.

Essa característica que os objetos possuem de transformar hábitos e mesmo subjetividades foi discutida pelo historiador francês Daniel Roche no livro *A História das Coisas Banais – Nascimento do consumo nas Sociedades do Século XVII ao XIX*. Ali o autor propõe uma releitura do consumo a partir dos objetos e dos valores culturais que eles adquirem na sociedade. Estes valores, no entanto, nada tem a ver com a ideia de *valor simbólico*, discutido por Baudrillard, ou seja, uma valor

²³² *The Reader's Digest*, Vol. 46, No. 273, January 1945, p. 41.

²³³ De Grazia, *Op. Cit.*, p. 238.

²³⁴ *Idem*, p. 133.

ilusório atrelado ao produto pela propaganda (através do uso das imagens, como vimos antes); antes, se referem à transformação do natural, do objeto concreto em si, em algo cultural, usado na intermediação da relação homem / natureza, como, por exemplo, a pedra nas sociedades ditas pré-históricas. Em outras palavras, aos objetos é dada uma propriedade cultural histórica, que possibilita aos indivíduos transformar a sua experiência. Segundo o autor, citando Dagognet, “Qualquer objeto, mesmo o mais comum, contém engenhosidade, escolhas, uma cultura”. Um saber e um acréscimo de sentido estão ligados a todos os objetos”²³⁵.

Nesse sentido, Roche traz à tona uma análise do consumo como uma forma do homem se relacionar com o mundo. A partir daquilo que se produz e se consome, as pessoas passam a perceber e experienciar esse mundo de uma forma diferenciada. Aspectos da vida cotidiana passam a ser modificados a partir da interação de determinados objetos com a vivência do real. As ideias de frio e calor, tempo, espaço, por exemplo, mudam de acordo com novas invenções tecnológicas e os diferentes usos dos objetos fazem as pessoas verem e perceberem o mundo de formas diferentes.

“Uma relação material e intelectual com o espaço, o meio, os recursos está se modificando e com ela os níveis de vida e os modos de viver. O sistema da convivência social é transformado quando o espaço habitado, a relação entre o frio e o calor, entre o dia e a noite, (...) são pouco a pouco modificados pelas capacidades produtivas e pela evolução simultânea dos códigos de costumes e das sensibilidades, quando, por outros consumos ou pela utilização diferente das coisas, os indivíduos podem se construir de outra forma e reajustar sua relação com a coletividade”²³⁶.

Os produtos, portanto, na sociedade de consumo, com a participação ativa da propaganda possibilitada por uma cultura que dá agência às imagens, uma cultura em que a existência é visualizada, adquirem novos significados. A sua utilidade não reside apenas no seu valor de uso ou troca, como queriam alguns críticos marxistas, mas na sua capacidade de proporcionar novas sensações, possibilitar novas

²³⁵ ROCHE, Daniel. *História das Coisas Banais: o nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 19.

²³⁶ *Idem*, p 20.

experiências. As mercadorias passam a ter voz na construção de identidades sociais e nos processos de subjetivação.

Isto é o que o professor de mídia Stuart Ewen chamou de *comodity self* (eu mercadoria), a ideia de que nossos eus, na verdade, nossas *subjetividades*, são mediadas e construídas em parte através de nosso consumo e uso das mercadorias. Roupas, músicas, cosméticos, carros, entre outras coisas, são mercadorias que as pessoas usam para apresentar suas identidades àqueles a sua volta.²³⁷

Desse modo, difundir os seus produtos industrializados por todo o ocidente não era apenas uma demanda econômica para os Estados Unidos, mas também um dever civilizador. Fazia parte da releitura do seu Destino Manifesto a partir da conjuntura inaugurada no pós-guerra, onde a experiência é cada vez mais mediada por imagens, com as quais a publicidade e o consumo irão se mesclar para oferecer sonhos, prazeres e imagens. Logo, ao vender suas mercadorias, as indústrias estadunidenses estavam prestando um serviço ao *americanismo*, pois, ao adquirir um desses produtos, os consumidores não estavam apenas comprando o seu valor de uso ou a materialidade do objeto, mas, mais que isso, também um uma cultura, um modo de vida.

Um modo de vida cinematográfico, pois em constante movimento, cinematográfico, pois vivido nas e pelas imagens, sinestésico, pois abusa da dinâmica dos sentidos na elaboração das percepções. Uma *sociedade do espetáculo*. Esse é o título da crítica situacionista de Guy Debord a essa realidade cultural, em que as estruturas simbólicas da sociedade são transformadas para dar passagem ao “delírio das imagens”. Para Debord, a existência nesse momento foi enfraquecida devido à industrialização da cultura, que fragmenta a vida real. Os indivíduos, aí, perdem sua agência e passam a consumir, sem perceber, as imagens de tudo aquilo que lhes falta na sua vida real. Uma existência vazia, ilusória, onde só existe o espetáculo. Mas este não se resume a um conjunto de imagens, mas uma “relação social entre pessoas mediatizadas por imagens”, diz o francês, e nele, a mercadoria desempenha um papel de destaque: “O espetáculo é o momento em que a mercadoria *ocupou totalmente* a vida

²³⁷ Sturken & Cartwright, *Op Cit.*, p. 198.

social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo”.²³⁸

Debord percebe bem as transformações processadas no ocidente com o final da segunda guerra mundial. A sua *sociedade do espetáculo* reúne o que venho discutindo como sendo a emergência de uma nova ordem do olhar que traz as imagens para frente do palco para desempenhar um protagonismo na experiência cotidiana, onde o consumo, integrado à visualidade, também ganha novo dinamismo e importância, proporcionando aos indivíduos formas diferenciadas de subjetivação e identidade. Nesse mundo, a realidade e representação passam a ocupar o mesmo lugar no espaço, deixando de habitar lugares distintos no regime de verdade.

Mas é justamente aqui que a reflexão de Debord perde sua força. Tal como Baudrillard e também alguns filósofos da Escola de Frankfurt, Debord interpreta o regime visual contemporâneo como refém de uma indústria cultural que tanto cria como atende a um público massificado, que, por sua vez, não consegue mais distinguir entre o mundo real e o mundo do simulacro. Para muito desses pensadores, essa integração da visualidade com a indústria de massa é uma forma de dominação capitalista, que mantém as pessoas reféns de ilusões, podendo, assim, ser facilmente manipuladas.

Ora, devo insistir, ao separar e hierarquizar realidade e representação, imagem e matéria, esses autores não apenas deslocam a experiência contemporânea de sua historicidade como também retiram a agência do expectador. A preponderância das imagens nesse tempo não é um mecanismo maquínico, que surge por conta própria, como que de forma maniqueísta e planejada, mas sim algo dinâmico e realizado pelo próprio expectador; é um processo que atende às necessidades, anseios, desejos e expectativas dos indivíduos na contemporaneidade (ou pós-modernidade, se preferir o leitor). Nessa relação com o visual, o indivíduo/expectador tira seu poder de ação e delega ação às imagens. Portanto, a indústria de massas não funda culturas homogêneas; cabe ao indivíduo o seu poder de transitar por seus produtos de forma a potencializar a sua experiência. Isso não quer dizer que não haja uma cultura hegemônica, mas, ao contrário, que dentro dela existe liberdade de ação do indivíduo, não sendo ele manipulado de forma passiva. Todo indivíduo/expectador é um agente ativo de sua experiência.

²³⁸ DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 30.

Nós temos muitas culturas, muitas indústrias da mídia e muitas formas de representar o sentido, conseqüentemente os conceitos de uma cultura de massas unificada e uma indústria da mídia singular não são úteis para falar sobre as condições presentes.

Por traz de ambas essas visões está a ideia de que não há mais uma audiência de massa. Ao contrário, a população está fragmentada entre uma variedade de culturas e comunidades, algumas das quais podem responder a arte e mídia de formas que desafiam ou mesmo transformam os sentidos dominantes gerados pela indústria cultural hegemônica. (...) Dessa forma, a mídia pode incluir forças contra-hegemônicas que desafiam ideologias dominantes e as ordens sociais que elas sustentam. Essas visões da mídia de massa defende que a mídia popular não é homogeneizante e conformista. Como a mídia funciona no reino do social e do político depende em grande parte de como nós fazemos uso dessas mídias dentro de nossas comunidades e culturas específicas.²³⁹

3.4. “O que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil”

A célebre frase que dá título a este tópico foi pronunciada por Juracy de Magalhães, primeiro embaixador brasileiro do regime ditatorial iniciado em 1964, e é bastante representativa do momento em questão. Com o golpe militar daquele ano, o Brasil anunciava para o mundo a sua opção definitiva pelo bloco ocidental na conjuntura da Guerra Fria²⁴⁰, e portanto, a aceitação do modelo *americanista*, com seus valores e, principalmente, sua ordem visual.

²³⁹ Sturken & Cartwright, *Op. Cit.*, p. 168.

²⁴⁰ Estou aqui fazendo referência a interpretação do Golpe Militar instituído em 31 de março de 1964 sob o prisma do contexto internacional bipolar da Guerra Fria. De acordo com essa visão historiográfica, os Estados Unidos tiveram forte influência na preparação de golpes militares na América Latina para retirar governos de esquerda democraticamente eleitos com vistas à evitar uma possível influência soviética na região. Essa linha de ação da diplomacia estadunidense, ainda que tenha tido experimentos anteriores, como a Guatemala, em 1954, consolidou-se de forma deliberada especialmente após a Revolução

O processo sedutor que havia convencido muitos brasileiros durante a atuação do OCIAA na década de 1940, ganha nova roupagem no período do pós-guerra. Mesmo sem contar mais com uma estrutura organizada e direcionada a atrair o público brasileiro para o seu *modus vivendi*, a diplomacia estadunidense teria, todavia, aliados de peso na cultura de consumo e no regime visual.

É claro que nada disso era uma completa novidade. O relacionamento de intensa proximidade entre as duas nações durante a segunda guerra mundial já havia conseguido consolidar os Estados Unidos enquanto um paradigma de liberdade, democracia e modernidade. Inclusive a partir de mecanismos visuais.

A ação interativa do cinema fixava no imaginário brasileiro a imagem dos heróis americanos. O processo de americanização pelo cinema efetivava-se no mercado. Nos objetos anunciados na imprensa, seria possível identificar uma relação perfeita entre a noção concreta do próprio objeto e sua representação. O americanismo no significado e no significante. Anúncios ou reportagens pareciam muitas vezes reproduzir, tanto na propaganda ilustrada como no próprio texto, cenas de filmes²⁴¹.

Entretanto, as transformações ocorridas naquele país após as duas bombas atômicas e os acordos de paz e, principalmente com o início da Guerra Fria, tiveram grandes reflexos políticos e, especialmente culturais. Esses reflexos, como vimos, se fizeram sentir em todo o mundo ocidental. No Brasil não seria diferente. As novas demandas estadunidenses chegariam em território nacional e seriam reinterpretadas e readaptadas ao cenário local a partir dos desejos e necessidades do momento.

Qual seria, então a leitura brasileira do *American Way of Life* nesse momento? Iniciemos, tal como no tópico anterior, com uma imagem.

Cubana de 1959 que – após sucessivos impasses e intransigências do governo dos Estados Unidos em negociar com o novo governo instaurado na ilha – optou pelo regime socialista e, conseqüentemente, entrou na área de influência da URSS. Essa linha interpretativa não desprivilegia as conjunturas políticas e sociais internas aos países que sofreram golpes militares, mas apenas as coloca dentro do jogo de poder mais amplo das relações internacionais.

²⁴¹ Tota, *Op. Cit.*, p. 132.



Imagem 22 – Fonte: *Manchete* - 17-05-1952

A fotografia faz parte de uma reportagem da edição de 17 de maio de 1952 de *Manchete* intitulada “Descobridor de Estrelas”, que procurava apresentar os perigos dos falsos caçadores de talentos para as garotas aspirantes ao mundo das estrelas no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras. A escolha da revista pela imagem da atriz

estadunidense Sheree Bessire é significativa. Ela está sentada, usando um confortável biquíni, com uma das mãos apoiada sob a mesa e a outra segurando, ao alto, acima da cabeça, um protótipo de foguete. Seu olhar está voltado para o alto, fixo na mesma direção que o foguete em sua mão. Seu semblante sereno e sorridente; um sorriso alegre e confiante. Mas que confiança seria essa? Para onde mira tão fixamente a modelo?

Aqui podemos ver uma perfeita representação do ideal americanista em sua interpretação hegemônica no Brasil. O uso da modelo estadunidense já deixa entrever um ideal estético, o paradigma do belo: mulheres brancas, loiras, com porte corporal médio e um corte e penteado muito semelhante ao das *pinup girls* estadunidenses.²⁴² Este ideal podia ser visto na maior parte das fotografias de modelos nas principais revistas em circulação, nas campanhas de publicidade e, especialmente, no imaginário masculino do período.

Aliás, o público masculino brasileiro foi rapidamente cooptado pela beleza das atrizes e modelos estadunidenses, como narra a cronista Laura Suarez:

[...] Encontrei-a hoje à tarde e impressionou-me seu abatimento moral. Investiguei. Por incrível que pareça, Clarinha havia brigado com o marido por causa da Joan Crawford.

“Não é que eu tenha ciúmes de uma estrela de cinema. Também não sou tão desfrutável assim. Mas é que às vezes a gente transborda. (...) Não é todo dia que a gente está disposta a receber pontapés”. Eu estranhei: “Mas Carlos, tão boa pessoa, que foi isso?”. Ela ergueu os ombros carnudos. “Maneira de falar. Mas esses homens são de amargar. Todos, minha filha. Não se salva um. A gente se mata por eles de amanhã à noite e o prêmio é esse: ingratidão. Pensa que reconhecem alguma coisa? Nunca. Sacrifício para

²⁴² O termo *pin-up* significa algo a ser exposto, colado na parede. A sua associação a garotas surgiu no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando algumas modelos, entre elas Betty Grable, passaram a posar em fotografias sensuais destinadas aos soldados em combate. Essas fotos seriam exportadas nas paredes dos alojamentos dos soldados. Após a popularização, o termo passou a denotar uma estética específica, com determinadas poses, cortes de cabelo e estilo de vestir. A questão da sensualidade, no entanto, também está associada às *pinups*, e, portanto, não é incomum o uso do termo para imagens e modelos anteriores ao período aqui descrito.

eles é obrigação. Uns miseráveis”. Eu pedi que ela deixasse de generalizar e falasse do Carlos. “Mas é dele mesmo que estou falando. Imagine que ontem nós fomos ao cinema. A tal da Crawford. Na saída, o que é que você pensa que ele me disse, com os olhos todos derreados? “Aquilo é que é Mulher”. Cínico! Se isso é coisa que se diga na minha cara! “Aquilo é que é mulher!”. De boca cheia, só você vendo. Desaforo. Fiquei furiosa, é claro. Respondi: “Não diga. E o que você tem em casa o que é?” Ele nem se deu por achado. Estava com uma cara de pateta, levou dez minutos para atravessar a rua. “Que corpo, hein?” Eu concordei: “é, para quem gosta de osso.” Ele ficou meio ofendido: “Osso? Que absurdo. Ela tem um corpo formidável. Isso é mágoa sua.” Você acredita? Mágoa. Ah, não lhe disse mais uma palavra. Nem hoje de manhã. E quando ele chegar a noite vai ser a mesma coisa. Estúpidos. [...]”²⁴³

Mas não era apenas as mulheres de carne e *osso* – perdoe, leitor, o trocadilho – que alegravam a imaginação masculina. As personagens dos quadrinhos também pareciam ter muita popularidade entre os homens brasileiros, como por exemplo as estórias de Lil Abner, traduzido no Brasil para Ferdinando, um ingênuo brutamontes do Kentucky, que, ao casar-se com Violeta, causou grande “comoção” ao público. Dizia-se que muitos dos marmanjos da época sonhavam em ser Ferdinando, para ter a sorte de ter Violeta como esposa. (Imagem 23)

²⁴³ SUAREZ, Laura. IN: *Manchete*, 5 de julho de 1952.



Imagem 23 – Fonte: *Manchete* - 10-05-1952

Esses exemplos retratam a popularidade e aceitação da estética estadunidense quando o assunto era beleza feminina. Não era incomum

a associação, em campanhas publicitárias de produtos de beleza, do belo com limpeza e jovialidade. Modernidade, atualidade, juventude e beleza eram valores ligados ao paradigma estético estadunidense. Veja-se as imagens 24 e 25.

As estrelas de Hollywood, como Elisabeth Taylor, Joan Crawford e muitas outras, seriam a inspiração para muitas mulheres na procura de produtos que as tornassem mais belas e na composição dos modelitos que iriam vestir.

Sr. Eduardo Alijó, quais são as preferências das mulheres brasileiras da classe média em seus estabelecimentos de modas? – A fim de melhor responder à vossa pergunta, pedimos permissão para tecermos as seguintes considerações: A mulher brasileira, especialmente a carioca, representada na sua maioria pela classe média, tem *a verdadeira concepção de elegância*, pois está a par de tudo que surge de novo no domínio da moda e tem o seu *sentido prático* para a escolha do seu vestuário, preferindo as *linhas simples dos vestidos e costumes*, porém, com *exigências em relação a pequenos detalhes* que completam o seu vestuário e a prática nos ensinou ser o mais difícil. Temos observado que, sendo graciosa no andar, não encontra dificuldade de completar sua elegância natural, *comprando vestidos prontos*, sem qualquer prova, mediante apenas uma pequena retificação, o que lhe permite comprar por preço mais acessível o seu vestuário. Acompanhando a tendência elegante da mulher brasileira, nos esforçamos na apresentação constante de vestidos e costumes de linha moderna, baseados nos *modelos europeus e americanos*, aos quais damos um cunho todo nosso, tudo dentro de uma elegância sóbria que agrada sempre a classe média (...).²⁴⁴

A reportagem demonstra como a mulher brasileira possuía a verdadeira concepção de elegância e beleza, com base nos *modelos americanos*, mais sóbrios e práticos, como a vida naquele país pretendia ser. Mas a questão não para aí, havia ainda um novo hábito: a compra dos vestidos prontos.

²⁴⁴ *Manchete*, coluna “O Brasil Pergunta”, 31 de maio de 1952. Grifos meus.

A chegada das grandes lojas de departamentos, adequadas ao momento vivido de mais rapidez e praticidade na vida cotidiana, trazia consigo não apenas outro ideal de vestir, com peças pré-moldadas segundo padrões industriais, mas também novas relações de trabalho, perdendo, as antigas costurarias particulares, espaço para as grandes marcas que valorizavam o trabalho serializado, e, principalmente, novos hábitos de consumo. Os brasileiros entravam efetivamente no modelo de vida ocidental.

Juventude e Beleza
**Na Espuma Cremosa de
 Sabonete Palmolive!**

*Especialistas de Pele Provam
 Com SABONETE PALMOLIVE
 Você também, pode obter cútis
 mais linda, em 14 dias apenas!*

PALMOLIVE-
*O Sabonete da Juventude -
 torna a cútis aveludada
 como pétala de rosa...*

Milhões de mulheres preferem
 PALMOLIVE a qualquer outro
 sabonete porque a espuma cre-
 mosa de PALMOLIVE garante
 mais juventude e mais beleza
 para sua cútis! 1.285 mulheres
 de todas as idades e de todos os
 tipos de pele, experimentaram o
 Método Embelezador Palmolive,
 orientadas por 36 especialistas,
 2 entre 3 dessas mulheres con-
 seguiram resultados surpreen-
 dentes - pele mais macia, menos
 gordurosa, poros mais finos, e
 mais sã, cútis mais jovem e
 mais linda, em 14 dias apenas!

Comere hoje o Método Embelezador Palmolive.

Faça assim: -

- 1.º - Lave o rosto com Sabonete Embelezador Palmolive.
- 2.º - Faça uma suave massagem com a espuma cremosa e vitalizante de Palmolive. Cada massagem, 60 segundos.
- 3.º - Enxágue. Faça massagem tonificante e produza em sua pele todo o efeito embelezador do Sabonete Palmolive.

*Para um Rosto
 de Beleza,
 Use Palmolive
 do Pôr do Sol à Manhã!*

PALMOLIVE conserva essa linda cútis da juventude!

Imagem 24 – Fonte: *O Cruzeiro* - Outubro de 1950.

"Seja mais adorável esta noite"

de
ELIZABETH TAYLOR
MCM

com o Novo e
PERFUMADÍSSIMO
Sabonete Lever

Elizabeth Taylor sabe, pois ela também usa o sabonete de beleza das estrêlas. Uma maravilha ao seu alcance, o novo Lever envolve você em seu romântico, inebriante perfume, tornando-a mais adorável, mais cativante, esta noite mesmo! De alvissimi parece e em linda embalagem rosa, vem sempre com sua famosa espuma rápida e econômica. Não hesite: não há sabonete mais fino, mais suave e perfumado do que o novo Lever. Apare em 2 tamanhos.

Apore também em
verdadeiro
**TAMANHO
BANHO**

Você poderá cativá-lo com uma ciúta suave e deliciosamente perfumada. Siga as estrêlas: use Lever e seja mais adorável esta noite.

USADO POR 9 ENTRE 10 ESTRÊLAS DO CINEMA

Imagem 25 – Fonte: *O Cruzeiro* - Março de 1951.

Para além da inspiração estética, os Estados Unidos também eram um paradigma tecnológico. O uso do foguete na Imagem 3.12 faz uma referência direta ao desenvolvimento tecnológico estadunidense, que desde o final da guerra vinha aprimorando o desenvolvimento de projéteis de longo alcance com base nos mísseis V-1 e V-2 alemães.²⁴⁵ Tal desenvolvimento, viria mais tarde a dar lugar ao programa espacial daquele país, que, no mundo ocidental, se tornou um exemplo de avanço técnico-científico. Enquanto, na imprensa brasileira, os passos soviéticos eram pouco comentados e muitas vezes interpretados de forma a colocá-los de forma negativa²⁴⁶ – os progressos estadunidenses eram enaltecidos.

É o que vemos na matéria “O Sol é o Limite”, de *Manchete*, em 21 de março de 1959. A reportagem maciçamente ilustrada, narra o lançamento do satélite Juno II.

Pouco antes da meia noite, a enorme torre começou a mover-se, deixando livre o foguete de sessenta toneladas. A contagem terminou na madrugada do dia 3: a cauda de fogo foi crescendo, à medida que Juno II ganhava altura, levando no nariz um satélite dourado de seis quilos. No Cabo Canaveral, funcionários americanos esperaram as duas horas necessárias, para anunciar o êxito da prova: os EUA iam ter seu planeta artificial.

²⁴⁵ Tal processo se iniciaria com a chamada *Operation Paperclip*, que visava a cooptar os cientistas alemães desenvolvedores dos foguetes V-1 e V-2 para os Estados Unidos. Depois, com a concorrência soviética e o lançamento do *Sputnik*, primeiro satélite soviético, o avanço se daria a passos largos, sendo lançado, apenas quatro meses depois, o primeiro satélite estadunidense, o Explorer I. A partir daí, a coordenação desse tipo de empreitada, que até então era gerenciado pelas forças armadas, ficará a cargo da NASA, criada em julho de 1958.

²⁴⁶ Boa parte das matérias que tratavam do avanço soviético na área tecnológica procuravam dizer que o governo investia em tecnologia, mas o povo não tinha o básico para sobreviver ou mesmo que os cientistas eram mal tratados e mal pagos. Certas matérias chegavam mesmo a comparar o tratamento e respeito dado aos cientistas nos Estados Unidos e nos países socialistas.

A matéria continua em tom de contentamento e destaque ao sucesso estadunidense. Na página seguinte, informa: “O esforço americano em direção a lua, feito com *liberdade quase absoluta de informações*, sempre pareceu *maior que o soviético*, por uma razão muito simples: somente um foguete lunar bem sucedido devolveria aos Estados Unidos o prestígio perdido com o sucesso russo no lançamento dos satélites artificiais”. (Grifos meus). Depois passa a narrar os passos do programa espacial estadunidense em seus sucessos e fracassos, sempre em comparação com o lado soviético. Ao final, a reportagem conclui: “Com o Pioneiro IV, os Estados Unidos completaram um total de nove satélites e duas sondagens lunares. A estatística é possível porque os sucessos e fracassos puderam ser documentados livremente.” Apesar de anunciar um aparente sucesso russo, o periódico fazia questão de enaltecer a liberdade estadunidense, que não esconde informações. Ou seja, o sucesso só se deu após alguns fracassos, como é comum na livre iniciativa, onde o erro também deve ser valorizado como um passo necessário para se chegar ao objetivo final. Isso tornava a vitória estadunidense maior que a do seu rival.



Imagem 26 – Fonte: *Manchete* – 21-03-1959.

Os Estados Unidos não eram um espelho tecnológico apenas na corrida espacial, mas também na área da saúde em geral, como atestavam o progresso da medicina, que procurava curas para doenças as mais diversas, as explicações para males como a calvície e também a produção de equipamentos modernos de diagnóstico e tratamento de doenças; no desenvolvimento militar, com armas mais poderosas e eficazes; e até mesmo na preocupação com a investigação de questões sobrenaturais, que despertavam o interesse e a curiosidade geral. Tudo isso constantemente retratado nos veículos de imprensa nacional.²⁴⁷

Em suma, o Brasil entrava definitivamente na esteira do modelo ocidental. As noções de beleza e moda seguiam os ditames da estética e da indústria estadunidense, propaladas pelos meios de comunicação e diversão de massa, como o cinema e, especialmente, a televisão. Também vinha do norte os modos de consumir e, conseqüentemente, de viver o cotidiano, uma vez que esta era uma prática definidora dos modos de experienciar na contemporaneidade. Os produtos que entravam nas casas traziam com eles valores culturais, ideais estéticos, formas de sentir, ver, sonhar, enfim, ser e estar no mundo.

Tudo isso enquadrava os limites de ação e também imaginação dentro da lógica bipolar. As peças publicitárias, as revistas, o cinema, a televisão, enfim, os mais diversos meios de comunicação lembravam a todo momento as vantagens do mundo ocidental diante dos horrores do *outro* lado do mundo. Não havia debate, a coisa já estava ali, dada como verdade inquestionável. Pensar diferente era estar do outro lado, era ser uma forma de replicante, espécime banida da terra e que deveria ser temida e combatida a qualquer custo, para fazer uma analogia com os andróides de Ridley Scott em *Blade Runner*.

Com a renúncia de Jânio Quadros e a chegada de João Goulart à presidência da república, figura há muito identificada com as questões trabalhistas e ligado aos ideais da esquerda urbana brasileira, essa

²⁴⁷ Entre diversos outros, são exemplos de reportagens nesse sentido apenas em um ano do periódico *Manchete*: “4 Gêmeos em São Paulo”, que fala das incubadoras trazidas dos EUA que salvaram a vida de recém-nascidos. *Manchete*, 7 de junho de 1952; “É dos carecas que elas vão gostar”, na coluna “O Mundo em Manchete”, *Manchete*, 28 de junho de 1952; “No Rio o mais moderno porta-aviões do mundo”, *Manchete*, 5 de julho de 1952 e “A verdade sobre os discos voadores”, na coluna “O mundo em Manchete”, *Manchete*, 7 de junho de 1952.

situação se evidencia. Eram os anos 60, a Revolução Cubana havia direcionado um importante porto de influência estadunidense nas Américas para as hostes soviéticas. Os medos e ânimos se exaltaram. Temia-se uma nova Cuba em solo nacional. E também no campo político os interesses brasileiros e estadunidenses convergiam. É nesse contexto que a Escola Superior de Guerra, criada em 1949 seguindo o modelo do *National War College* estadunidense, passou a ter um diálogo mais direto com a diplomacia estadunidense, da mesma forma que o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundado em 1959 com vistas a combater o comunismo no país e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1961, com objetivos similares. Essas instituições formavam um grande complexo de divulgação dos ideais ocidentais, especialmente aqueles inspirados no *americanismo*, e de cerco ao comunismo, através, principalmente, de propagandas.

Assim, a partir do início dos anos 60, como produto dessa ofensiva dos grupos econômicos dominantes, as revistas passaram a veicular diariamente uma quantidade espantosa de artigos e matérias exortando o comunismo, e fazendo a apologia das liberdades individuais e da iniciativa privada. No centro de tudo isso estava a palavra *liberdade*.²⁴⁸

Aliados aos valores de *liberdade*, democracia e individualidade, outro princípio intimamente relacionado ao *americanismo* que seria enaltecido era o da livre iniciativa. Valorizava-se o esforço pessoal e o trabalho na busca do sucesso e felicidade na vida, que, se não se confundiam, ao menos dependiam essencialmente de uma vida financeira estável que garantisse a possibilidade de escolha de todos os bens necessários a uma vida confortável. É essa a ideia da peça publicitária paga pelos Diários Associados e divulgada na *O Cruzeiro* em maio de 1962 que já foi analisada no capítulo anterior. Voltemos a ela com um novo olhar.

²⁴⁸ Figueiredo, *Op. Cit.*, p. 126. Devido, conforme já foi exposto na introdução, a ausência de edições da revista *O Cruzeiro* para os anos 1960-1964 nos locais de pesquisa visitados, as campanhas publicitárias referentes aos anos 60 analisadas a seguir foram retiradas dessa obra. Contudo, não se trata de um endosso da interpretação da autora, mas sim uma releitura a partir da íntegra das imagens e textos por ela disponibilizados em seu livro.

DEFENDA O SEU DIREITO DE PROGREDIR! DEFENDA A LIVRE INICIATIVA!

GANHE C...

... é grande ter pr...

... e ganhar de 10 a 15...

... de 17 horas a ser...

... para 1951.

ORIO

ENGEN...

PANAMBA S...

para trabalhar...

... profissional...

... profissional...

... profissional...

AUXILIO

Oportunidade...

... para...

... serviços de...

... qualificações e...

... trabalhar fora.

— Precisa-se

... S. A. «MAFESA».

... Restaurante próprio...

... Salário a combinar...

... 2-3393 — Parque Industrial.

em Fornos

DATILÓC

CORP

... para...

... A COMPANHIA...

... para...

... Comissões...

... semana de...

... pagamento...

... etc.



Você pode escolher o seu patrão

Você já pensou em mais esta vantagem do regime de Livre Iniciativa: não é somente o empregador que pode escolher Você, segundo a sua capacidade; mas, Você também poderá escolher o patrão, ou o emprego, que melhor convier ao seu desejo de progredir!

E Você escolhe, por certo, aquela empresa que, aproveitando toda a força da sua capacidade profissional, lhe assegura também um caminho livre para Você atingir honrosamente as posições a que tem direito

peço que Você é, e pelo que faz.

E Você sabe que, para entrar numa organização particular, basta que ela precise de um homem com as suas qualificações. Pelos jornais, ou pelas informações de amigos, Você sabe que, sozinho, pelo seu próprio valor pessoal, Você tem uma chance sempre que uma empresa privada precise de um profissional do seu tipo.

E Você vai se essa empresa for do seu agrado. Você pode escolher o seu patrão!

ESTAS SÃO AS SUAS 4 LIBERDADES:

- Liberdade de trabalhar
- Liberdade de produzir
- Liberdade de comprar
- Liberdade de vender



uma iniciativa dos DIÁRIOS ASSOCIADOS

Imagem 27 – Fonte: O Cruzeiro - 5-05-1962.

Já no cabeçalho um chamado: “Defenda o seu direito de progredir: defenda a livre iniciativa”. Logo abaixo, a imagem de um homem a procura de emprego. O ângulo da fotografia é estrategicamente escolhido para fazer o leitor identificar-se com a mensagem, sentindo-se dentro da imagem; era como se fosse ele próprio a procura de emprego. Por fim, um recurso cada vez menos comum na publicidade dentro do regime visual contemporâneo: o uso de textos longos. Mas aqui ela justificava-se: utilizava-se um recurso tradicional para convencer o leitor da importância de um valor também tradicional: o trabalho. Assim, argumenta-se que o trabalhador, no regime de livre iniciativa, tem sempre “o caminho livre (...) para atingir honrosamente às posições a que tem direito”. Nesse tipo de sociedade, a liberdade é plena, até mesmo para “escolher o patrão, ou o emprego que melhor convier ao seu desejo de progredir”. As quatro liberdades básicas são exaltadas ao fim “a de trabalhar, a de produzir, a de vender e a de comprar”. A semelhança direta com o que foi discutido acima a respeito do vídeo do *Harding College* não é coincidência. Trata-se do mesmo exemplo de sociedade que se quer seguir. A alusão também é direta ao imaginário do *self made man*, arraigado na sociedade estadunidense, ou seja, aquele indivíduo que, por esforço próprio e dedicação intensiva ao trabalho, conseguiu erguer-se na vida e superar todos os obstáculos encontrados.

Todos esses princípios, portanto, estariam embutidos das mais diversas formas no cotidiano do cidadão comum no Brasil. Fosse através dos produtos que consumia, das revistas que lia, dos programas de televisão ou filmes aos quais assistia, eles estariam lá, como um unísono a lembrar o caminho das “escolhas corretas”. No mundo comunista, nada disso se fazia presente.

É o que vemos em outra peça publicitária do mesmo anunciante, Os Diários Associados, veiculada em *O Cruzeiro* de 27 de outubro de 1962. Aí está presente um importante retrato da visão do mundo desejável, livre. A propaganda de página inteira traz em letras capitais e ocupando metade da folha o dizer: *o que você diz sobre isto?* Logo abaixo, em fonte um pouco menor: *o automóvel, a liberdade e o bem-estar*. Seguindo a página em fonte pequena e em três colunas, o texto reproduzido abaixo.

Não há nenhuma utilidade ou instrumento de conforto criado pelo homem que exprima tanto o nível de vida atingido pelo indivíduo como o automóvel. Pois, o “carro da família” é a primeira coisa que ele compra, logo que seu nível de salário ou rendimento já lhe permitiu comprar a geladeira,

o rádio, a eletrola, o aparelho de TV e outros aparelhos domésticos. Todos sabem que os comunistas, invertendo a ordem humana das coisas, procuram dizer que o mais importante não é a liberdade, mas o bem-estar econômico do cidadão. Pois bem, estes números sobre a existência de automóveis no mundo provam de modo claro e irrespondível que os povos dos países comunistas, além de perderem o bem supremo da liberdade, vivem nas mais atrasadas condições de conforto e nível de vida.²⁴⁹

Após ter chamado a atenção do leitor/expectador, a página seguinte trazia dados numéricos como que para corroborar de forma inquestionável o que se afirmava. A organização do texto também merece destaque: ela começa com letras menores e vai aumentando para, finalmente, destacar, de forma segmentada, o texto principal, que trata sobre o Brasil.

7 milhões de venezuelanos têm 7 vezes mais carros que os 700 milhões de “felizes” chineses e comunistas.

Os 4 milhões de bolivianos (considerados entre os povos mais pobres do mundo livre) têm mais automóveis (13.000) que os 14 milhões de habitantes da Romênia, uma das “estrelas” do mundo comunista e onde há apenas 10.000 carros.

1 carro para cada 1.000 habitantes do mundo comunista.

1 carro para cada 135 habitantes da Alemanha Comunista.

1 carro para cada 11 habitantes da Alemanha Ocidental (Livre)

Além de serem livres, os 72 milhões de brasileiros já têm tantos automóveis (650.000) quanto os 220 milhões de habitantes da Rússia (“Paraíso”) comunista – e têm 20 vezes mais automóveis que os “felizes” 700 milhões de chineses vermelhos.²⁵⁰

Mais uma vez o discurso é claro, sem entrelinhas: é possível se medir a felicidade a partir do que se tem e o padrão de vida ocidental

²⁴⁹ *O Cruzeiro*, 27/10/1962.

²⁵⁰ *Idem*.

proporciona maior felicidade que o seu rival, visto como negativo e limitador das liberdades. O uso da ironia é constante, referindo-se aos países socialistas com adjetivações positivas entre aspas, como que a relativizar a verdade dessas afirmações. Também faz-se questão de diferenciar as Alemanhas, não a socialista e a liberal, mas a comunista e a livre.

Por meio dessa estratégia, os textos das revistas confundiam de tal forma os termos *liberdade*, *democracia* e *capitalismo* de um lado, e *escravidão*, *totalitarismo* e *comunismo* de outro, que criavam verdadeira incompatibilidade entre os dois conjuntos, a ponto de eliminar qualquer possibilidade de se imaginar que um dia pudesse existir uma sociedade que fosse ao mesmo tempo democrática e não capitalista. Tanto é assim que se tornou hábito designar pela expressão “mundo livre” os países capitalistas e, por consequência, associar o regime comunista à ideia de ausência de liberdade”.²⁵¹

Quase quinze anos antes, *O Cruzeiro* já apresentava o mesmo discurso entre liberdade e regime opressor em “Joseph Stalin contra o Pato Donald”.

²⁵¹ Figueiredo, *Op. Cit.*, p. 129.

desenhos cinematográficos nos moldes de Walt Disney”. E depois passa-se a interpretar os motivos para tal: “É bem fácil, porém, reconstituir o processo e julgamento do Pato Donald. É claro que o sumário de culpa terá acusado um número substancial de itens, variando desde o livre arbítrio do indivíduo pensante até a soberana faculdade de correr terra, como nos velhos tempos da cavalaria andante”. Claro que a liberdade de escolha estaria entre os motivos, pensa o colunista, que logo passa a elogiar as qualidades do personagem e a genialidade de seu criador.

Todo mundo conhece Walt Disney. Em qualquer recanto da terra onde haja espaço para uma pilha elétrica onde se vão ligar os fios que darão vida às suas figurinhas animadas – aí ele estará. É um artista despretenso e simples, que possui a habilidade suprema de soltar as bridas da imaginação, neste século de feroz materialismo. Nada resiste ao poder da sua fantasia: e com seu lápis mágico ele pratica o ideal teórico de todo homem de ação que consiste em controlar as leis severas da natureza.” (...) O Desenho animado, aliás, está a merecer um capítulo destacado da história da arte contemporânea, pelo seu caráter especioso e ousado. Por meio do traço, *o artista pode materializar os mais audazes empreendimentos que a imaginação, por si só, não poderia concretizar a contento, sem sérios compromissos com a verossimilhança dos fatos ou a credibilidade do espectador.* (Grifos meus)

Depois de render louros a Disney, com seu esforço e sua livre iniciativa, o colunista ainda passa a exaltar o gênero do desenho animado, que dá asas às fantasias. Mais que isso, ele liberta a imaginação, que, por si, só não se realiza a contento. Esse gênero cinematográfico, nesse sentido, está bem conectado ao regime visual contemporâneo, sendo elevado à categoria de facilitador da liberdade não apenas do artista, mas também do expectador. A imaginação só se liberta, só realiza a experiência, na e pela imagem.

É nesse momento que o desenho, na sua forma estática, alia-se ao movimento, mercê da ilusão de ótica, e surge o desenho animado. De então em diante, não haverá mais mãos a medir, não haverá barreiras que resistam a avalanche da imaginação. A natureza inteira fica reduzida a um simples instrumento nas mãos humanas: e as velhas leis

imutáveis, na sua sisudez inabalável, veem-se, de um instante para o outro, reduzidas à expressão mais simples de um mero e ridículo coadjuvante da imaginação do homem, que entra a escarnecê-las e a motejá-las.

A técnica da animação é colocada como uma arte contemporânea que deve merecer um espaço de destaque, pois, mais do que a expressão de uma cultura, é a expressão de toda a humanidade, um valor universal. O *americanismo* é assim exaltado como universalmente válido.

A matéria conclui que, por estar o mundo dividido entre a “liberdade” e a “opressão”, a expressão máxima da humanidade estava banida de uma área do planeta. A justificativa era fácil de compreender, mas difícil de aceitar.

É claro que, diante de um quadro tão brilhante de decomposição da soberania natural, como o que apresenta o desenho animado com o cortejo dos seus elementos experimentais – o atento e desconfiado olho de Moscou não poderia permanecer por mais tempo sonolento e inerte. Daí, portanto, a proibição (...).

Pode parecer, à primeira vista, que esta medida da censura soviética tenha sido apenas um capricho ou prevenção com Walt Disney: mas existem razões superiores para tanto. É que mesmo na sua forma mais inofensiva, do ponto de vista potencial de agressão a liberdade, ainda que aplicada simplesmente à imaginação artística – constitui sério perigo para uma forma de governo centralizada, que se propõe altruisticamente a poupar aos seus cidadãos a grande maçada de pensar por si mesmos e cuida suprir com a sua pretensa autossuficiência todas as dúvidas filosóficas da coletividade.

(...)

A atitude da censura soviética, porém, leva ainda uma destas duas conclusões: ou o medo é grande nos arraiais de Moscou – ou há muito pouco que fazer no Kremlin.

Destarte, a liberdade era o valor máximo da vida no ocidente. E não era à toa: esse era (e continua sendo!) o valor supremo, mito fundacional da nação estadunidense. Desde sua independência, todos os esforços, todas as lutas tinham por princípio a defesa da mesma. Esse é o

primeiro princípio que une as 13 colônias em torno do mesmo objetivo, como já atestava a primeira bandeira representativa dessa união: um tecido quadrado com a palavra *Liberty* ao centro.²⁵² Portanto, tolher a liberdade é tolher a razão da própria existência. Para os Estados Unidos e para todo o Ocidente. E, especialmente na era da bipolaridade, nada melhor para representar esse valor supremo que a liberdade de consumir. Suprimir isso era também suprimir a felicidade, a alegria. Os produtos trazem (ou prometem trazer) essa satisfação, como mostra a campanha da Siemens do Brasil de 1959. Que forma melhor de demonstrar afeto e carinho que o presentear? Ao comprar um produto e entregá-lo para alguém era um ato de dupla satisfação: exercia-se a liberdade de escolha e proporcionava-se a liberdade que o produto iria trazer para alguém. Consumir era uma ação de cidadania e de querer bem: “ofereça alegria, ofereça produtos Siemens” (Imagem 29).

Para concluir, retomemos a imagem 22. Tomei-a, aqui, como representação coesa da leitura hegemônica do *americanismo* no Brasil, pois, a meu ver, ela consegue englobar todos os arquétipos apresentados e discutidos aqui: a liberdade em suas múltiplas formas e expressões, o paradigma técnico-científico, a universalidade do ocidente, a cultura de consumo e todas as suas transformações sociais e subjetivas – vale lembrar: a modelo está vestida em um biquíni da moda e sapatos altos e elegantes. Seu sorriso traz a alegria e o bem estar que, na sociedade de consumo, os produtos prometem proporcionar. Todavia, o que torna a imagem ainda mais significativa do período é a sua visualidade: é o olhar fixo da atriz em um horizonte ao alto, talvez distante, mas seguro,

²⁵² A liberdade é um dos valores fundacionais da nação estadunidense. Existem diversas discussões a respeito da transformação desse valor em um mito nacional que persiste ao longo de toda a história dos Estados Unidos da América. A principal corrente remonta essa relação ao final do século XVIII, quando as treze colônias, após uma experiência inicial de relativa autonomia, devotada à livre iniciativa no Norte e aos latifúndios exportadores, no Sul, passaram a sofrer intervenções da Metrópole britânica. Diante disso, Norte e Sul viram no ideal da liberdade um valor comum que os unia na luta contra o intervencionismo metropolitano, sendo, portanto, este o valor que formou a nação e foi a ela acoplado. Contudo, vale salientar que as interpretações do que seria a liberdade divergiam em muitos pontos no Norte e no Sul e foram também reinterpretados de acordo com o momento vivido ao longo da história daquele país. Para mais a esse respeito, vide: FISCHER, David Hackett. *Liberty and Freedom. A visual history of America's Founding Ideas*. Oxford University Press, 2005.

tranquilizador. Um futuro dentro do espectro presentista. É um olhar que mira o céu, ou melhor, um norte, um exemplo a seguir, algo incontestável, uma certeza. O foguete nas mãos indica essa direção, assim como o conjunto visual da fotografia: o *american way of life*. Daí a serenidade da expressão e a alegria e confiança do sorriso. O Brasil havia descoberto uma estrela brilhante pela qual poderia se guiar.



SIEMENS

DO BRASIL

- presentes de quem quer bem!



ENCERDEIRA PROTOS

Leveza. Com 3 escovas rotativas, que acionam as irregularidades da chapa, seca maior superfície de roupa em menos tempo. O cabo destrói-se com uma leve pressão na alavanca colocada sob o punho, evitando o perigo de escarregas, tão frequentes com enceradeiras comuns.

VENTILADOR SIEMENS "Briete"

Para uso pessoal. Silencioso e compacto, pode ser colocado em qualquer lugar, sobre um móvel ou preso à parede. As lâmpadas de polistireno flexível são intensivas e deitem grande volume de ar. Não interfere no funcionamento de aparelhos de rádio ou televisão.

RÁDIO SIEMENS "MUSICANTE"

Excepcional selectividade e grande alcance. 3 lâminas de ondas: uma longa e duas curtas. Chave de ondas "Telomatic" com 3 reles. Equipado com 5 válvulas e alto-falante preso de 5 polegadas e 3 watts de saída. Em quístico: nível do marfim ou lajudo, finamente acabado.

LIQUIDIFICADOR SIEMENS

Vale por cinco aparelhos: permite a utilização de quatro acessórios. Motor de grande durabilidade, regulável para três velocidades. Funciona com corrente alternada e contínua. Alguns de segurança tornam seguro o seu transporte mesmo com as mãos molhadas.

ASPIRADOR DE PÓ SIEMENS "RAPID"

Tão leve e fácil de guardar quanto uma simples vassoura. Grande capacidade aspiradora. Dois tubos de tamanho diferente facilitam qualquer serviço. O acessório de plástico inquebrável não arranha os móveis. O fio com 6 m de extensão permite trabalhar mesmo longe da tomada.

FERRO ELÉTRICO SIEMENS

Leveza, controle automático, o calor certo para cada espécie de tecido: algodão, algodão, seda, rayon, fibras sintéticas, etc. Cabo ondulante, facilmente manuseável em trabalho de descida. Cordeão fixo da saída lateral. Base de alumínio cromado.

Na Páscoa, ofereça alegria...
ofereça produtos **SIEMENS**

SIEMENS DO BRASIL
COMPANHIA DE ELETRICIDADE

RIO DE JANEIRO — SÃO PAULO — PORTO ALEGRE — RECIFE
BELO HORIZONTE — CURITIBA — LONDREIRA — OGIÂNIA

À VENDA NAS MELHORES CASAS DE TODO O BRASIL



Imagem 29 – Fonte: *Manchete* – 03-1959

Considerações Finais

Meus olhos são pequenos para ver
a massa de silêncio concentrada
por sobre a onda severa, piso oceânico
esperando a passagem dos soldados.

Meus olhos são pequenos para ver
luzir na sombra a foice da invasão
e os olhos no relógio, fascinados,
ou as unhas brotando em dedos frios.

Meus olhos são pequenos para ver
o general com seu capote cinza
escolhendo no mapa uma cidade
que amanhã será pó e pus no arame.
[...]

Meus olhos são pequenos para ver
o transporte de caixas de comida,
de roupas, de remédios, de bandagens
para um porto da Itália onde se morre.

Meus olhos são pequenos para ver
o corpo pegajento das mulheres
que foram lindas, beijo cancelado
na produção de tanques e granadas.

Meus olhos são pequenos para ver
a distância da casa na Alemanha
a uma ponte na Rússia,
onde retratos, cartas, dedos de pé bóiam em sangue.
[...]

Meus olhos são pequenos para ver
as fábricas tiradas do lugar,
levadas para longe, num tapete,
funcionando com fúria e com carinho.

Meus olhos são pequenos para ver
a gente do Pará e de Quebec

sem notícias dos seus e perguntando
ao sonho, aos passarinhos, às ciganas.

[...]

Meus olhos são pequenos para ver
o mundo que se esvai em sujo e sangue,
outro mundo que brota, qual nelumbo

- mas vêem, pasmam, baixam deslumbrados.
- Visão 44 – Carlos Drummond de Andrade

Nesse belo poema, Drummond deixa a ver, com sua genialidade, os alicerces de um novo tempo que procurei dotar de historicidade nas páginas anteriores. É um poema sobre guerra. Sobre a luta que se travava, em 1944, nos campos de batalha espalhados em três continentes do globo, durante a qual o *americanismo* tornou-se um modelo para todo o mundo e após a qual a gaiola da bipolaridade foi colocada sobre o planeta. É um poema sobre o presente do poeta. O presente que parecia arrancar violentamente a esperança, a perspectiva, o amanhã que “será pó e pus no arame”; o presente do veloz feroz, dos olhos que miram o “relógio, fascinados”, como que temendo o fim desse presente e ansiosos por um pouco mais dele. É também um poema sobre visão. A visão de Drummond a respeito do mundo que ardia em seus olhos. A visão do futuro que se tornava borrado, nebuloso, quase impossível de enxergar a partir do enquadramento do presente. Os olhos são pequenos para ver o que acontece no presente, mas ainda menores diante das expectativas de futuro. O passado, nem se comenta, já foi, não existe mais. Perdeu sua maestria. Logo em Drummond, um poeta das grandes esperanças de “Mãos Dadas”, do passado guia de “Ontem”, “A Mesa” e “Confidência do Itabirano”.

O poema de Drummond é exemplar daquilo que procurei demonstrar ao longo deste estudo. Ele reflete a emergência de um novo momento na forma de experienciar o tempo e o olhar no mundo ocidental. Ele reflete um duplo paradigma no pós-45: o paradigma *americanista*, que ora consolidava-se, e o paradigma presentista, que juntos fundavam um novo ordenamento do olhar, novos modos de viver a experiência da visão no ocidente, e que chamei de regime visual contemporâneo.

As páginas anteriores procuraram demonstrar esses novos arranjos e o momento e condições de sua emergência no Brasil, que estava inserido dentro dos limites do chamado “mundo livre ocidental”. Assim, procurei deixar claro que foi um aparato discursivo bastante

sedutor que construiu modos de ver e desejar (n)o mundo no Brasil a partir de valores-base do modelo estadunidense. Com o final da Segunda Guerra, foi esse modelo que inspirou a consolidação de algumas imagens do que ficou conhecido como Guerra Fria e, a partir daí, a formação de imaginários do eu e do outro dentro do conflito Leste-Oeste. No caso brasileiro, a inspiração para tais imaginários vieram tanto de uma tradição anticomunista endógena e já existente no Brasil bem antes do período aqui tomado como objeto de estudo, como de um alinhamento com as representações vindas do principal emissor das imagens anticomunistas no pós-45: os Estados Unidos da América. Por fim, com inspiração em Hans U. Gumbrecht e François Hartog, mostrei como tais imagens e imaginários estavam inseridas dentro de um ordenamento mais amplo dos modos de experienciar o tempo e a visão naquele momento.

Nesse contexto, a vida dentro da comunidade imaginada do ocidente sofreu sensíveis transformações. A vida passou a ser cada vez mais imagetizada; as experiências cotidianas aconteciam na ordem da imagem, como bem demonstraram o surgimento da televisão – veículo de informação e entretenimento ao mesmo tempo – e a cultura de consumo. As imagens tomaram preponderância, ganharam agência: era preciso segui-las, realizá-las. Os desejos cotidianos, o sonhar acordado, o hedonismo e outras formas de imaginação encontraram no consumo a sua realização, a sua forma de materializar-se. A própria palavra *imaginação* parece demonstrar isso: imagem + ação, ou seja, o ato de imaginar transformava-se em ativo, um ato de agenciamento das imagens.

É claro que essas novas formas de ser e estar no mundo não foram exclusivas, definidoras da totalidade das experiências individuais no lado Oeste do globo no período da Guerra Fria. Significa apenas que faziam parte do modelo hegemônico, aquele que se pretendia como comum, corriqueiro, e nos quais investia-se os mais diversos recursos na sua consolidação. Foi a partir desse modelo que se passou a dizer e imaginar o Mundo Ocidental e que estava disponível como parâmetro para as constituições de identidades e subjetividades individuais. O mesmo se poderia afirmar sobre o outro lado.

A Guerra Fria foi um conflito que se travou na alteridade. Foi a partir da constituição de si e do outro que se definiram dois modos de vida hegemônicos e rivais. No entanto, as fissuras existiam não apenas na fronteira que os separava, como busquei mostrar ao longo do

trabalho, mas também dentro de suas próprias estruturas. E eram essas fissuras que os tornavam não tão distantes entre si.

A Guerra Fria foi mais que uma confrontação de sistemas econômicos e convicções políticas suportadas por poder militar e disputas tecnológicas: ela foi um choque entre culturas e ideologias. Tanto o leste comunista como o oeste capitalista cultivavam suas interpretações do mundo, incluindo a promessa de uma quebra definitiva com as tragédias humanas do passado e exclusivo acesso à felicidade universal, harmonia social, igualdade e liberdade no futuro. Entretanto, essas interpretações coletivas foram constantemente desafiadas, não apenas pelo lado opositor, mas também por dentro. Apesar das evidentes diferenças gerais entre sistemas políticos e experiências cotidianas, ambos os blocos de poder tinham muito em comum e estavam menos afastados do que se pensa. Os “mundos dos sonhos” do Leste e Oeste nunca estiveram completamente divididos.

[...]

Tanto as pessoas do Leste como as pessoas do Oeste experienciaram buracos entre as promessas ideológicas e a realidade cotidiana. Seus sonhos individuais não necessariamente coincidiam com os oficiais e coletivos. Mesmo que eles fossem forçados a conformar-se com pressões políticas, seus sonhos individuais continuavam, em última análise, fora do reino da coação”.²⁵³

Em suma, acredito ter atingido o objetivo central da pesquisa de discutir e desafiar as “Imagens da Guerra Fria” no Brasil ao demonstrar que a vida após a Segunda Guerra Mundial mudou sensivelmente. Politicamente, o mundo seria dividido em dois. Duas possibilidades hegemônicas de agenciamento dos modos de viver emergiram e imediatamente entraram em conflito. Um conflito de ordem política, sim, mas cujos reflexos ideológicos seriam muito mais duradouros no campo das subjetividades. E foi justamente aí que as rupturas seriam mais evidentes. A dolorosa experiência prévia da guerra e a iminência

²⁵³ ROMIJN, Peter; SCOTT-SMITH, Giles; SEGAL, Joes. *Divided Dreamworlds: the cultural cold war in east and west*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2012, p. 1-2. Original em inglês. Tradução livre.

de sua repetição em níveis ainda mais catastróficos proporcionaram uma quebra definitiva na ordem do tempo. O futuro era incerto e o passado pouco importava, para alguns até mesmo precisava ser esquecido. Nesse contexto, os olhos buscam um lugar de conforto, um mundo no qual era possível acreditar, um novo espectro de possibilidades. Assim, as imagens+ação ganham protagonismo, passando a ser a fonte de realização dos desejos e sonhos.

De forma dialógica, se a política transforma o simbólico, o simbólico também transforma a política. Imerso nessa nova conjuntura, o fazer político abusou do poder discursivo das imagens, tecendo, assim, os lugares nos quais as identidades seriam formadas e a experiência cotidiana vivida. Ocidente e Oriente, mais que espaços geográficos, eram em imagens nas quais a realidade foi vivida.

... o presente como justificativa...

É bem sabido o quanto o tema da Guerra Fria, do anticomunismo e mesmo da cultura de consumo não são novidades na historiografia e em outras formas narrativas nas ciências humanas. Cheguei mesmo a apresentar parte dessas tradições ao longo dos capítulos anteriores. Diante disso, surge a questão: qual seria então a novidade deste trabalho? Qual a sua relevância?

Antes de mais nada, importa informar o lugar de onde falo e que dá legitimidade a minha narrativa. Foi imerso em um regime de historicidade presentista, como historiador pensando a luz do seu tempo que pensei e escrevi este estudo. É esse mesmo presente que informa o meu olhar sobre o passado e demanda outras formas de interpretá-lo. As necessidades que me fizeram busca-las, talvez só o presente do amanhã possa dizer, mas eu trarei adiante algumas hipóteses que são mais devaneios que respostas concretas. Por ora, é certo apenas dizer que as interpretações historiográficas feitas até aqui sobre o tema-objeto não mais se encaixam no momento em que vivo. Elas foram válidas para as condições de sua produção, que, uma vez modificadas, passaram a demandar novas leituras.

A inovação interpretativa, portanto, é um primeiro ponto de justificativa deste trabalho. Procurei entender a experiência da Guerra Fria a partir de um novo enquadramento do olhar, não apenas retirando-a das anteriores homogeneidades interpretativas, mas também relacionando-a com outros acontecimentos sob os quais ela foi fundada e os quais ela ajudou a consolidar.

Contudo, essa novidade não um valor em si mesma. Ao contrário, sua validade está em abrir um novo campo de possibilidades discursivas, em inaugurar um novo eixo para novas narrativas, partindo de perspectivas diferenciadas das até então apresentadas. Assumo, em última instância, uma postura pós-moderna, na qual acredito que esta é apenas mais uma das diversas e possíveis interpretações sobre os temas analisados. Inovadora, sim, mas jamais finita ou conclusiva. Espero, ao abrir esses novos caminhos, que eles possam guiar outras narrativas que, ao persegui-lo, o modifiquem, retracem, ampliem, rumo a um saber cada vez mais atual e mais potente.

... por fim, devaneios presentistas...

A hipótese que ora levanto tem base meramente em projeções do que foi desenvolvido e apresentado ao longo deste trabalho e em inferências feitas a partir de leituras diversas, não sendo, portanto, parte integrante da pesquisa realizada. Compartilho essas ideias apenas a título de conclusão e curiosidade. A sua confirmação ou esvaziamento não interfere na validade e credibilidade do que foi apresentado até aqui.

Em junho de 2013, momento em que me preparava para sair em bolsa sanduíche para dar continuidade a pesquisa que resultou neste trabalho, o Brasil viveu uma onda de protestos iniciados por questionamentos aos custos e qualidade dos serviços de transporte público nas grandes capitais do país. A repressão policial e o discurso midiático logo ampliaram e transformaram o movimento em algo pouco coeso, onde várias bandeiras foram levantadas, as mais comuns tendo sido as da luta anticorrupção e das agendas anti-Copa do Mundo, que seria realizada dali a um ano nos gramados brasileiros. Não tive muito tempo para entender a ebulição vivida pelos meus conterrâneos, pois quando a coisa aqueceu, eu já estava vivendo uma outra experiência e a urgência da pesquisa me captava mais as energias.

Pouco menos de um ano depois, em março de 2014, enquanto eu ainda realizava pesquisas na universidade da Califórnia, fui surpreendido, através das redes sociais, por anúncios seguidos de calorosos debates a respeito de uma comemoração dos 50 anos do regime militar no Brasil. Confesso que fiquei um pouco estupefato e minha curiosidade voltou-se imediatamente para aquele acontecimento. Passei a acompanhar, de longe, as chamadas para a comemoração e as coberturas das marchas em defesa da intervenção militar que de fato ocorreram. De longe, sob a perspectiva do *american way of life* que eu

experienciava – literalmente, não apenas pelo interesse acadêmico, mas por estar imerso naquela realidade – eu começava a ver ali uma importante fratura no meu tema de pesquisa. Ora, se, como eu procurava demonstrar, o Brasil havia construído um paradigma *americanista*, no qual os princípios da liberdade e da democracia eram os maiores alicerces, o que dizer dos recentes eventos da história brasileira, quando grupos de pessoas urgiam por uma quebra do Estado democrático? Estaria minha análise equivocada ou teria acontecido algo nos últimos anos que haviam permitido a flexibilização daquele *way of life*?

A angústia permanecia e já de retorno ao Brasil, vivenciei a Copa do Mundo e o arrefecimento dos discursos conservadores. O país estava em festa. Mas aí vieram as eleições e eles voltaram, com toda força, a dominar as páginas das redes sociais, a mídia regular, as conversas de esquina, o papo de elevador. Eu precisaria reavaliar meu objeto de análise. O meu presente me dizia algo sobre o passado que eu procurava narrar. Estava em jogo ali a credibilidade da minha hipótese. Voltei as fontes, para uma segunda e apurada análise. Estaria eu as contaminando com meu olhar viciado? Só elas poderiam me indicar o caminho. Refiz a leitura de boa parte do material já analisado anteriormente, e, mais uma vez, ele confirmava a hipótese. Após algumas conversas e releituras, passei a perseguir respostas fora do meu recorte espaço-temporal, e, entre avanços e recuos na linha do tempo e no mapa, percebi o que passei a chamar de um paradigma híbrido, um modelo civilizatório pautado em apropriações particulares e parciais de hábitos europeus e hábitos estadunidenses. O Brasil parecia viver sob uma *hibridização* cultural em termo de referências. Ao chamado “mal de Nabuco”²⁵⁴, outros valores e hábitos foram agregados, fundando um novo e particular modo de viver que, apesar de sua inspiração em modelos estrangeiros – a gênese desse pensamento colonizado das elites intelectuais brasileiras é uma outra questão que foge da presente observação – era endógeno em sua realização e prática.

Para colocar de outra forma, a hipótese que levanto é que o *american way of life* teve sim um papel relevante na consolidação de

²⁵⁴ Essa expressão é creditada a Mário de Andrade, que, em troca de correspondências com Carlos Drummond de Andrade, dizia terem os intelectuais brasileiros da sua época a mania de, mesmo com os pés fincados no Brasil, direcionar os olhos à Europa. A assertiva se justifica pela afirmação que fez Joaquim Nabuco, em seu livro *Minha Formação*: “o sentimento em nós é brasileiro, mas a imaginação europeia”.

hábitos do ver, olhar e viver cotidiano no Brasil em meados do século XX. Contudo, ele não suplantou outros hábitos já enraizados na sociedade brasileira de um modo geral. À cultura pequeno-burguesa europeia, com suas práticas de diferenciação social e status, que desde o final do século XIX passou a embasar as relações sociais nos grandes centros urbanos brasileiros, juntou-se o hábito do consumismo, inspirado pelo ideal de liberdade, de livre-iniciativa, entre outros do arquétipo *americanista*.

A cultura de consumo estadunidense havia atingido seu nível elevado assegurando que a boa vida consiste em um salário decente para muitas pessoas poderem gastar individualmente com a compra de bens que eles acreditam possibilitar-lhes a viver confortavelmente. E eles definiram isso alegando a possibilidade de medir tais questões cientificamente pelo valor dos salários, pela expansão da capacidade de compra, pela beneficência da produção em massa, e o escopo das escolhas individuais fornecidas pela iniciativa privada.

Mas o que os europeus, então, subentendiam como sendo as normas implícitas do seu modo de vida? Os especialistas falavam em considerações não relacionadas ao mercado. Mas como calculá-las? Eles falaram em necessidades incomensuráveis. Como se poderia então comparar as pessoas sem fazer distinções desagradáveis ou, pior, legitimar a necessidade de algumas pessoas como menos ou mais valiosas que outras?²⁵⁵

Isso não é o mesmo quer dizer que nos Estados Unidos não exista consumo ostentatório ou de distinção, mas que lá o ideal democrático e a democracia do consumo, desde muito cedo, se tornaram um valor superior e hegemônico, deslocando as relações de poder baseadas na distinção social para um plano bem menos relevante. O consumo conspícuo, princípio da exibição social, da ostentação, não se enraizou como um hábito comum no *american way of life* tal como nos hábitos pequeno-burqueses europeus. De acordo com Victoria de Grazia, o velho mundo no século XX vivenciou certa crise de identidade quando o modelo estadunidense passou a ser exportado para lá. Isso se

²⁵⁵ DE GRAZIA, *op. cit.*, p. 94-5.

dava pelo conflito entre dois modos de vida singulares que entravam em disputa.

Na Europa, as normas classistas de consumo formavam um baluarte, assim como a cultura da pobreza propagada pelos movimentos socialistas e trabalhistas. Pressionando essas barreiras, novos hábitos de consumo estadunidenses agiam mais como uma fonte de fragmentação que de integração social; eles produziam novas fontes de diferenciação e exclusão no lugar de produzir padrões mais homogêneos e acessíveis

(...)

Acima de tudo, esses novos hábitos pressionavam as barreiras de *Distinção* das sociedades europeias²⁵⁶

Ainda nesse sentido, a autora, embasando-se em Wernet Sombart, um analista do crescimento do capitalismo na Europa, afirma:

Nos Estados Unidos o “estilo de vida”, significando novos bens e hábitos, era experienciado através da “situação de facilidades sociais”, enquanto na Europa ele era filtrado através de legados duradouros de discriminação de classe. [...] A diferença salarial não era uma questão, pois ela era bem maior nos Estados Unidos que em qualquer outro lugar. Mas a ausência de distinções de status herdada das relações feudais “fizeram a distância... ainda menor na consciência das várias classes do que ela realmente é”.²⁵⁷

Em suma, tratava-se de um conflito entre democracia, que, para os estadunidenses, era um valor supremo, devendo também se refletir no consumo, e distinção, que, para os europeus, era um direito adquirido historicamente.

Na Europa, o crescimento lento e desigual inibia o fluxo de novos bens no mercado. [...] Sem condições econômicas, os setores mais baixos da burguesia enfrentavam problemas para emular os mais elevados. [...] Para tornar sua situação ainda mais delicada, eles estavam presos em uma batalha por “bens de posição” da sociedade burguesa: bens como entrar no sistema de educação superior, com seus ornamentos de luxo, o estudo do Grego e do Latim, bens estes que, a medida que eram democratizados, perdiam seu valor. [...]. Dessa

²⁵⁶ Ibidem, p. 106-7.

²⁵⁷ Ibidem, p. 100.

forma, um excesso de demanda por estilos de vida burgueses reduzia as oportunidades burguesas, inflacionando os preços e o conflito sobre os direitos. Democratizar bens escassos de status era uma afronta aos seus proprietários originais; manter a sua exclusividade uma afronta aos novos aspirantes à burguesia.²⁵⁸

Foi justamente esse conflito vivido na Europa no avanço do século XX que seria experienciado no Brasil a partir da assimilação de interpretações desses modelos no ideário nacional. Em outras palavras, a cultura brasileira adquiria um caráter híbrido, com mesclas do que se tinha como modelo dos hábitos e valores europeus e estadunidenses ao mesmo tempo. Por isso, questioneei durante todo o trabalho a ideia de *Americanização*. Ora, essa subjetivação dá a entender que os modelos culturais estadunidenses foram copiados, tais quais, pelo estilo de vida brasileiro. Ou seja, os brasileiros passavam a se confundir com os estadunidenses em termos culturais. Antes disso, o que parece ter ocorrido por aqui foi a criação de uma terceira via, uma possibilidade alternativa com inspirações naquilo que se tinha como promissor de outros modos de ser e viver. Algo bem similar ao que demonstra um estudo sobre o caso da antiga Iugoslávia durante a Guerra Fria.

Como Sabrina Mihelj mostra em seu ensaio, a produção e políticas culturais Iugoslava tinham um caráter híbrido. Seguindo a abolição dos departamentos de Agitprop e Propaganda em 1952, o realismo socialista não era mais aceito como o único paradigma ideológico aceitável, e os museus, cinemas, casas de concertos e livrarias da Iugoslávia abriram suas portas para importações culturais do ocidente. Entretanto, isso não significou que a cultura Iugoslava se tornou completamente ocidentalizada. Em vez de apenas replicar os formatos ocidentais, os produtores e políticos culturais iugoslavos estavam tentando criar uma “terceira via” entre os modelos culturais de produção cultural controlados pelo Estado seguidos pelo Leste, e a abordagem de liderança pelo mercado seguida no Oeste.²⁵⁹

Mas o que isso tem a ver com os eventos que narrei no início desse tópico? Ora, o modelo de desenvolvimento econômico aplicado no país nos últimos 12 anos proporcionaram um gradativo aumento no

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 109.

²⁵⁹ Romijn, *op. Cit.*, p. 7.

espaço ocupado pelas classes médias na sociedade e maior acesso aos bens de consumo, desenvolvendo uma suposta democracia do consumo ou ao menos a versão à brasileira desta prática. Isso fez vir à tona os antigos e adormecidos conflitos classistas, o que, por sua vez, deu vazão aos discursos conservadores por parte de determinados setores sociais que, ao sentirem-se ameaçados, requeriam seus antigos lugares sociais na imagética cotidiana da exibição e distinção social. Por outras palavras, a ocupação de postos na sociedade, antes reservados apenas a alguns, por membros historicamente alheios a eles, fez surgir, no imaginário dos setores sociais ocupantes desses espaços, o sentimento de perda de posição, incitando-os à luta pelo que era seu de origem.

Daí porque a intervenção militar pareceu tão atraente para esses grupos. Tal como discutido por Anna Figueiredo em seu livro debatido no decorrer deste trabalho, o golpe militar de 1964 foi apoiado pelas camadas médias da sociedade brasileira que via seus desejos de consumo diminuírem e suas posições sociais serem ameaçadas por um insurgente e ameaçador “comunismo”. Numa espécie de presente estendido, os recentes eventos da história brasileira parecem ainda reverberar os mesmos medos, anseios e conflitos sociais. Isso não significa que ainda vivemos o mesmo momento histórico ou que a história de faz em ciclos de eterno retorno, como propuseram algumas tradições historiográficas. Ao contrário, vivemos grandes mudanças políticas, sociais e culturais nos últimos cinquenta anos, no Brasil e no mundo. Contudo, ainda estamos inseridos num mesmo regime de historicidade onde o presente é vivido intensamente, englobando passado e futuro dentro da sua esfera de ação e possibilidade. Da mesma forma, vivemos ainda sob o mesmo regime de visualidade que aquela geração “paz e amor”. Negociações, avanços, recuos, enfim, transformações diversas ocorreram e ocorrem diariamente, contudo, não parecem ainda ter ultrapassado as fronteiras desse duplo *contemporain régime*, que ainda inspiram nossos modos de ver e viver (n)o tempo. Assim, bombardeados por imagens sedutoras e futuristas, mas de pés fincados no agora, determinados setores sociais lutam por seus desejos e necessidades presentes, sem quaisquer perspectivas de futuro fora das fronteiras que estabelecem sua vivência do tempo e seu escopo de possibilidades. Um amanhã melhor e mais igual para todos parece ainda estar fora de cogitação em um mundo cada vez mais individualista e presentista. E esse parece ser o lado obscuro de nossa condição contemporânea.

Referências Bibliográficas

ALVES, Júlia Falivene. **A invasão cultural norte-americana**. São Paulo: Ed. Moderna, 1988.

AMORIM, Edgard Ribeiro do. **História da tv brasileira**. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 2008.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

AQUINO, Luiz Carlos Andrade. **A fantasmagoria na “Paris, capital do século XIX”: uma contribuição de Walter Benjamin à modernidade**. Disponível na internet em: <http://www.herramienta.com.ar/coloquios-y-seminarios/fantasmagoria-na-paris-capital-do-seculo-xix-uma-contribuicao-de-walter-benja>

ARACIL, Rafael. **El mundo actual. Desde la Segunda Guerra Mundial a nuestros días**”. Edicions de la Universitat de Barcelona, 1995.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as nações**. Brasília: Editora da UnB, 2002.

ARRAES, Marcos A. M. S. **Discursos sedutores: a difusão cultural estadunidense e um novo paradigma do moderno no Recife (1940-1946)**. Dissertação (mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil - Estados Unidos: A Rivalidade Emergente - 1955-1980**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1989.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2ª ed., 1979.

BARBOSA, Lívia. **Sociedade de Consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

_____. **Inéditos, volume 3: imagem e moda**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Inéditos, volume 3: imagem e moda**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **O Império dos Signos**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. Lisboa: Edições 70, 2003.

_____. **A Sociedade de Consumo**. Lisboa: Edições 70, 2003.

_____. Jean. **The evil demon of images**. Sydney: University of Sydney, 1988.

BEGHETTO, Lorena. **O pesadelo comunista ameaça o Ocidente: O anticomunismo na revista Seleções do Reader's Digest (1946-1960)**. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba: UFPR, 2004.

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio R. (org.). **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985.

_____. **Passagens**. Belo Horizonte, Editora UFMG/ Imprensa Oficial de São Paulo, org. Willi Bolle, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: Crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRANCATO, Sandra Maria Lubisco; MENEZES, Albene Miriam F. (Orgs.). **Anais do simpósio cone sul no contexto Internacional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

CARVALHO, Delgado de. **História diplomática do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1959.

CARVALHO, José Murilo de. **Formação das almas. O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

_____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Volume 1, As artes de fazer. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: novos e velhos paradigmas**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

_____; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

_____. **A história cultural entre práticas e representações**. Algés, Portugal: Difel, 2002,

COHEN, Karl. **Animated propaganda during the Cold War: Part Two**. Disponível na internet em: <http://www.awn.com/animationworld/animated-propaganda-during-cold-war-part-two>.

DE GRAZIA, Victoria. **America's advance through 20th century Europe**. Harvard University Press, 2005, p. 238.

DE LUCA, Tânia Regina – **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

DE MORAIS, Dênis. Notas sobre o imaginário social e a hegemonia cultural. **Revista Contracampo**. Rio de Janeiro: UFF, N. 1, 1997, pp. 93-102.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo; Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. 2ª reimp. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEJEAN, Joan. **Antigos contra Modernos: as guerras culturais e a construção de um fim de siècle**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

DIKOVITSKAYA, Margaret. **Visual Culture: the study of the visual after the cultural turn**. The MIT Press, London, 2001.

DUTRA, Eliana. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997

EISENBERG, Peter L. **Guerra Civil Americana**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982.

EKSTEINS, Modris. **A Sagração da Primavera: A grande guerra e o nascimento da era moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. **“A Liberdade é uma calça velha azul e desbotada”: Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (1954-1964)**. São Paulo: Hucitec, 1998

FISCHER, David Hackett. **Liberty and Freedom: a visual history of America's founding ideas**. Oxford University Press, 2005.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Tecnologia e Estética do Racismo: ciência e arte na política da beleza**. Chapecó: Argos, 2007.

FONTAINE, Andre. **Historia de la Guerra Fria**. Barcelona: Editorial Luis Caralt, 1970.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1987.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

_____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **Ditos & escritos. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Vol. II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **Ditos & escritos. Estética, literatura, pintura, música e cinema**. Vol. III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **História da Sexualidade III: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Isto não é um cachimbo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FRANCHETTI, Claudinéia Justino. **Páginas de intolerância política: a Guerra psicológica contra o monstro vermelho na revista Lei e Polícia (1948-1950)**. Dissertação de Mestrado em História. Maringá: UEM, 2008,

FREUD, Sigmund – **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1974

GATTEGNO, Caleb. **Towards a Visual Culture: educating through television**. New York: Outerbridge & Dienstfrey, 1969.

GAWRYSZEWSKI, Alberto – **Arte Visual Comunista: imprensa comunista brasileira**. Londrina: Editora da UEL, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. São Paulo, LTC Editora, 1989.

GERMANO FILHO, Molinari. **Controle ideológico e imprensa: o anticomunismo n'O Estado de São Paulo (1930-1937)**. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUCSP, 1992.

GLADCHUK, John J. **Hollywood and Anticommunism: HUAC and the Evolution of the Red Menace, 1935-1950**. New York: Routledge, 2007.

GLICKMAN, Lawrence B (ed). **Consumer society in American history: A Reader**. Cornell University Press, 1999.

GRUZINSKI, Serge. **A Guerra das Imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492 – 2019)**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.

GUMBRECHT, Hans Ulrich **Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

_____. **After 1945: latency as origin of the present**. Stanford University Press, 2013.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 139.

HAYNES, Sam W. and MORRIS, Christopher, eds. **Manifest Destiny and Empire: American Antebellum Expansionism**. College Station, Texas: Texas A&M University Press, 1997.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos extremos: o breve Século XX**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1995.

HOLLOWAY, David. BECK, John (ed.). **American Visual Cultures**. New York: Continuum, 2005.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Ao Sul do Rio Grande. Imaginando a América Latina em Seleções: Oeste, wilderness e fronteira (1942-1970)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

KAHLER, Mary Ellis. **Relations between Brazil and United States: 1815-1825**. Washington: The American University, 1968.

KATZENSTEIN, Peter J.; KEOHANE, Robert O. (Eds.). **Anti-Americanisms in World Politics**. Nova York: Cornell Paperbacks, 2007.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

KLEIN, Christina. **Cold War Orientalism: Asia in the middlebrow imagination, 1945-1961**. University of California Press, 2003.

KATZENSTEIN, Peter J. e KEOHANE, Robert O. (Eds.). **Anti-Americanisms in World Politics**. Nova York: Cornell Paperbacks, 2007.

LEBOW, Victor. Price competition in 1955. IN: **Journal of Retailing**. Disponível na internet em <http://www.gcafh.org/edlab/Lebow.pdf>

LEITE, Sidney Ferreira. **Cinema Brasileiro - das origens à Retomada**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

LIMONCIC, Flávio. **Os inventores do New Deal. Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LUSTOSA, Isabel. **A descoberta da América: o lugar dos EUA no Modernismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1995.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: UNESP, 1997.

MARLING, Karal Ann. **As seen on TV: the visual culture of everyday life in the 1950s**. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 2000.

MARX, Karl. **O Capital**. Capítulo I, Seção 4. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

MCDOUGALL, Walter A. **Promised Land, Crusader State: The American Encounter with the World Since 1776**. New York: Houghton Mifflin, 1997.

MEIRELES, Cecília. **Romanceiro da Inconfidência**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

MENEZES, Geraldo Bezerra de. **Contra o Comunismo**. Rio de Janeiro: Coleção Estrela do Mar, 1962.

MEYRER, Marlise Regina. **Representações do desenvolvimento nas fotorreportagens da revista O Cruzeiro (1955-1957)**. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2007.

MIRZOEFF, Nicholas. The Visual Culture Reader. *Apud*: DIKOVITSKAYA, Margaret. **Visual Culture: the study of the Visual after the Cultural Turn**. Cambridge: MIT Press, 2005.

MITCHELL, W. J. T. **Iconology: Image, Text, Ideology**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

_____. **What do pictures want? The lives and loves of images**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

MORRAY, J. P. **Origens da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

MOURA, Gérson. **O Aliado Fiel. A natureza do alinhamento brasileiro aos Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial, no contexto das relações internacionais**. Londres, University College, Tese de Doutorado, 1982.

MUNHOZ, Sidnei J. Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil 1947-1953. In: **Revista Diálogos**. Maringá: DHI/UEM, v. 6, 2002, pp. 41-59.

_____. Guerra Fria Revisitada. In: **Leituras da História. Ciência & Vida**. São Paulo: Escala, 2007, pp. 48-59.

_____. Guerra Fria. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (org.). **Enciclopédia de Guerras e Revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004, pp. 417-419.

_____.; DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira (orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Eduem, 2011.

NOVAIS, Fernando; SCHWARCS, Lilia Moritz (orgs.). **História da Vida Privada no Brasil**. Vol. 4. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

ORREGO, Ana Henríquez. **El concepto de Guerra Fria en la historiografía**. Disponível na internet em: <http://historia1imagen.blogspot.com.br/2007/06/blog-post.html>.

ORTEGA Y MEDINA, Juan Antonio. **Destino Manifesto: sus razones históricas y su raíz teológica**. México: Secretaría de Educación Pública, 1972.

HIRST, Mônica. **Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

PEREIRA, Silvio Luiz Gonçalves. **Seleções do Reader's Digest (1954-1964). Um mapa da intolerância política**. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2006.

POWASKI, Ronald. **La Guerra Fría: Estados Unidos, Unión Soviética, 1917-1991**. Editorial Crítica; Barcelona, 2000.

RAAD, Lenita Jacira Farias. **“...denunciando os males do comunismo: o anticomunismo na revista Seleções Reader's Digest (1950-1960)**. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 2005.

RAWLINSON, Mark. **American Visual Culture**. Oxford: Berg Publishers, 2009.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais. Nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RODEGHERO, Carla Simone - **Capítulos Da Guerra Fria – O Anticomunismo Brasileiro Sob Olhar Norte-Americano (1945-1964)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____. **O Diabo é Vermelho: Imaginário Anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. Porto Alegre: Editora UPF, 2003.

ROMIJN, Peter; SCOTT-SMITH, Giles; SEGAL, Joes. **Divided Dreamworlds: the cultural cold war in east and west**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2012.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAUNDERS, Frances Stonor. **The Cultural Cold War: The CIA and the world of arts and letters**. New York: The New Press, 2000.

SIGAUD, D. Geraldo de Proença. **Catecismo anticomunista**. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1962.

SILVA, Carla Luciana – **Onda Vermelha – Imaginários Anticomunistas Brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SIMON, Silvana Aline Soares. De Bretton Woods ao Plano Marshall: a política externa norte-americana em relação à Europa (1944-1952). **Relações Internacionais no mundo atual**. V. 2, n. 14, 2011, pp. 24-47.

SOUZA, Alan Rodrigues de. A atualidade do americanismo e fordismo em Gramsci. **Revista Urutágua**, N 9, Maringá, 2006. Disponível em <http://www.urutagua.uem.br/009/09souza.htm>. Acesso em 16 de março de 2009.

STEPHENS, Mitchell. **History of Television**. Disponível na internet em:

<https://www.nyu.edu/classes/stephens/History%20of%20Television%20page.htm>

STRASSER, Susan. The Alien Past: Consumer Culture in Historical Perspective. IN: **Journal of Consumer Policy**. Volume 26, Issue 4, pp. 275-393. Kluwer Academic Publishers, 2003,

STURKEN, Marita & CARTWRIGHT, Lisa. **The practices of looking. An introduction to Visual Culture**. Oxford University Press, 2001.

TOTA, Antônio Pedro. **O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VALIM, Alexandre Busko. **Imagens vigiadas: cinema e guerra fria no Brasil. 1945-. 1954**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2010.

VEBLEN, Thorstein. **The Theory of Leisure Class**. London: George Allen & Unwin, 1925.

WARDE, Miriam Jorge. Americanismo e Educação: um ensaio no espelho. IN: **São Paulo em Perspectiva**, Jun. 2000, vol.14, no.2, p.37-43. Disponível na internet em: www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9786.pdf

WARNER, Michael. Origins of the Congress for Cultural Freedom, 1949-1950. **Studies in Intelligence** Vol. 38. No. 5, Ano 10 (1995). Disponível online em <https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/kent-csi/vol38no5/pdf/v38i5a10p.pdf>

WRIGHT, John D. **História da Guerra Civil Americana**. São Paulo: M.Books, 2008.